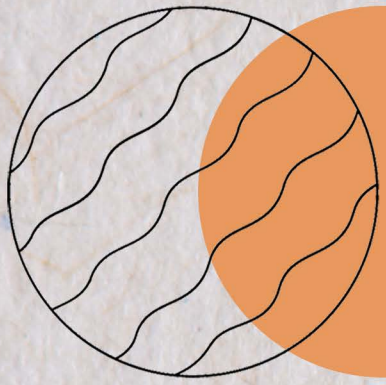


Temporalidades e Espacialidades do Comum:
um estudo de práticas em São Paulo

Mestranda: Mirna Sousa Linhares
Orientador: Prof. Dr. David Moreno Sperling
processo FAPESP: 2019/19127-7

Universidade de São Paulo USP - Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU.USP
São Carlos, 2022

Universidade de São Paulo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo
São Carlos IAU.USP

MIRNA SOUSA LINHARES

TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES DO COMUM:
um estudo de práticas em São Paulo

Dissertação apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção de título de mestre em Ciências

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.
Linha de Pesquisa: Cidade, Arte e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. David Moreno Sperling.
Processo FAPESP: 2019/19127-7

São Carlos-SP
2022

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Linhares, Mirna Sousa
LL755t Temporalidades e espacialidades do comum: um estudo de práticas em São Paulo / Mirna Sousa Linhares; orientador David Moreno Sperling. -- São Carlos, 2022.
278 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Commons. 2. Comum do conhecimento. 3. Colaboração em meios digitais. 4. Mapeamento de plataformas digitais. I. Sperling, David Moreno , orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Mirna Sousa Linhares**

Título da dissertação: **"**Temporalidades e espacialidades do comum: um estudo de práticas em São Paulo**".**

Data da defesa: **13/05/2022**

Orientador: Prof. Dr. David Moreno Sperling

Comissão Julgadora:	**Resultado:**
Prof. Dr. David Moreno Sperling (IAU/USP)	**Não votante**
Prof. Dr. Cibele Saliba Rizek (IAU/USP)	aprovada
Profa. Dra. Maria Carolina Maziviero (UFPR)	aprovada
Prof. Dr. Marcos Leite Rosa (FAU/USP)	aprovada

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador David Moreno Sperling e aos colegas do NEC – IAU.USP que trilharam comigo nesse tema de pesquisa e construíram a COLAB – São Carlos. Agradeço a Universidade de São Paulo - USP e ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU.USP, foram tempos de aprendizado, dedicação e luta em um momento político tão peculiar a qual o país se encontra. À FAPESP, pelo apoio financeiro concedido através do processo 2019/19127-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). À minha família, que sempre esteve presente e me apoiando, e em especial à minha mãe, meu maior exemplo de empatia e força. À Luan, parceiro de todas as horas, idas e vindas, que me apoia e acredita no potencial que nem eu mesma consigo ver. Agradeço a todos que fizeram parte dessa pesquisa direta ou indiretamente, aos integrantes dos Fóruns, movimentos sociais, grupos comunitários, makers e entusiastas das iniciativas de colaboração em meios digitais.

“Tudo,

tudo,

tudo

que nós tem é nós”

Emicida, Principia

RESUMO

LINHARES, M. S. Temporalidades e espacialidades do comum: um estudo de práticas em São Paulo. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A dimensão político-ideológica neoliberal globalizada tem influenciado as dimensões sociais e urbanas direcionando a mercantilização da vida, ao desconsiderar qualquer movimentação que não tem por fim se moldar à lógica financeira. Nesse sentido, busca-se tratar do comum. Um conceito que se define por recursos coletivos ou práticas sociais compartilhadas e se insere na composição das resistências urbanas da produção social contemporânea. O objetivo central é construir um panorama teórico elucidado por uma gama de práticas do comum, no qual se incluem as práticas autodenominadas e as não diretamente relacionadas ao termo, porém, condizentes a ele, dando ênfase às plataformas digitais para participação cívica de enfrentamento ao Covid-19. Essas plataformas criam espaços democráticos para resolução de problemas coletivos e geram novos sistemas de troca. Assim, a principal prática abordada nesta pesquisa foi a Plataforma Aberta de Ciência e Participação Cidadã – CO-LAB – São Carlos. Estando a pesquisadora inserida no processo de sua construção, a dissertação utilizou-se do método de pesquisa-ação. E, assim, foi capaz de recuperar a origem do conceito e sistematizá-lo por meio da articulação entre as similaridades de abordagem de cada autor. Foi possível realçar as tensões e translações latino-americanas, mediante o confrontamento do comum com o conceito do bem viver e das lutas dos movimentos urbanos no Brasil. Por fim, foi possível entender que as práticas do comum no meio digital geram impactos diretos nos nossos modelos de gestão das cidades. No entanto, os poderes de alcance das plataformas digitais para participação cívica, bem como das práticas do comum no espaço urbano, limitam-se às ações locais e necessitam de alianças institucionais para alcançar um patamar efetivo de envolvimento do público em direção a uma mudança estrutural.

Palavras-chave: Commons; Comum do conhecimento; Colaboração em meios digitais; Mapeamento de plataformas digitais.

ABS TRACT

LINHARES, Mirna S. Temporalities and spatialities of the common: a study of practices in São Paulo. 2022. Master thesis (Master in Architecture and Urbanism - Institute of Architecture and Urbanism) University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2022.

The globalized neoliberal political-ideological dimension has influenced the social and urban dimensions, directing the commodification of life by disregarding any movement that is not intended to conform to the financial logic. In this sense, the research is about the common, a concept that is defined by collective resources, shared social practices and is part of the composition of urban resistances of contemporary social production. The central aim is to build a theoretical panorama, elucidated by a range of common practices, which include self-styled practices and those not directly related to the term, but consistent with it, emphasizing digital platforms for civic participation in the fight against Covid-19. These platforms provide democratic spaces to solve collective problems and generate new exchange systems.The main practice addressed in this research was the Open Platform for Science and Citizen Participation – CO-LAB – São Carlos. As the researcher was inserted in the construction process, the thesis used the action-research method. The research was able to recover the origin of the concept and systematize it through the articulation between the similarity of approach of each author. It was possible to nuance the Latin American tensions and translations through the confrontation of the common with the concept of good living and the struggles of urban movements in Brazil. Finally, it has been understood that current practices in the digital environment directly affect our urban management models. However, the reach of digital platforms for civic participation, as well as the practices of the common in the urban space are limited to local actions and require institutional alliances to reach an effective level of public involvement towards structural change.

Keywords: Commons; knowledge commons; Mapping of digital platforms; Mapping of digital platforms.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Movimento Altermundialista. Protesto no Fórum Social Europeu de Istambul (2010).
Figura 2: Manifestantes tomam as ruas do Egito contra o ditador Mubarak
Figura 3: Fachada digital do Medialab-Prado (2009).
Figura 4: Manifestações ocorridas no Movimento 15M (2011)
Figura 5: Teatro Valle Occupato (2011)
Figura 6: Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)
Figura 7: Movimento contra a privatização da água. Cochabamba na Bolívia
Figura 8: Manifestação para proteção do Parque Augusta.
Figura 9: Arquibancada Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas
Figura 10: Fachada da Casa Amarela Quilombo Afroguarany
Figura 11: Espaço Comum Luiz Estrela
Figura 12: Movimento Ocupe Estelita
Figura 13: Mapeamento Bike de Boa
Figura 14: Projeto Tem política na quebrada!
Figura 15: Mapeamento Colaborativo Mapa de Feiras Orgânicas
Figura 16: Mapeamento Frena La Curva
Figura 17: Indicadores deresultados do Frena La Curva
Figura 18: Mapeamento do Mapa Colaborativo
Figura 20: Mapeamento por síndrome respiratória aguda
Figura 21: Painel Unificador nas favelas do Rio de Janeiro
Figura 22: Mapeamento do ProtegeBR
Figura 23: Lista da Rede Colaborativa de Covid da COLAB – São Carlos
Figura 24: Mapeamento da Rede Colaborativa de Covid da COLAB – São Carlos
Figura 25: Página de Cadastro da COLAB – São Carlos
Figura 26: Mapeamento da Rede Colaborativa de Covid da COLAB – São Carlos
Figura 27: Mapeamento de casos de Covid da COLAB – São Carlos
Figura 28: Casos de COVID 19 na Plataforma COLAB – São Carlos
Figura 29: Histórico de visualização na Plataforma COLAB – São Carlos
Figura 30: Ranking de páginas visitadas da Plataforma COLAB – São Carlos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 resumo dos elementos de pesquisa.
Quadro 2 resumo dos autores no âmbito do relacionamento.
Quadro 3 resumo dos autores no que tange ao conhecimento.
Quadro 4 resumo dos autores no que tange a luta.
Quadro 5 resumo dos autores e categorias transitando entre fatos históricos.
Quadro 6 movimentos urbanos na América Latina.
Quadro 7 lista de plataformas de repositórios de iniciativas
Quadro 8 lista de plataformas de mapeamento de casos
Quadro 9 lista de plataformas conectoras

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CO-LAB- São Carlos Plataforma Aberta de Ciência e Participação Cidadã

EZLN: Exército Zapatista de Libertação Nacional

UNE: Organizações como União Nacional dos Estudantes

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PT: Partido dos trabalhadores

PDE: Plano de Desenvolvimento Econômico

CONPRESP: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

OPA: Organismo Parque Augusta

ZEPAM: Zona Especial de Proteção Ambiental na Gestão Urbana de São Paulo.

MOVIECO: Movimento Ecológico

SAMORCC: Sociedade de amigos, moradores e empreendedores dos bairros Cerqueira César, Consolação e Jardins

AMACON: Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências.

SVMA: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

MOEPO: Movimento de Ocupação de Espaços Públicos Ociosos

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

CDU: Conselho de Desenvolvimento Urbano

TJPE: Tribunal de Justiça de Pernambuco

PF: Polícia Federal

TRF-5 :Tribunal Regional Federal da 5ª Região

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SIG: Sistemas de Informação

Geográfica

OSM: OpenStreetMap
de Defesa do Consumidor

OCDE:Organization For Economic
Co-Operation and Development

IBGE: Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística

LAAAB: Laboratório Aberto de
Aragão – Governo de Aragão

SRAG: Síndrome Respiratória Aguda
Grave

COMCAT: Rede de Comunidades
Catalisadoras

SUS: Sistema Único de Saúde

NEC-IAU.USP: Núcleo de Estudos das
Espacialidades Contemporâneas

LABI-UFSCAR: Laboratório Aberto
de Interatividade para Disseminação
do Conhecimento Científico e
Tecnológico

UEM: Universidade Estadual de
Maringá

FAPESP: Fundação de Apoio à
Pesquisa de São Paulo

DQ: Departamentos de Química

DEGR: Gestão de Resíduos

DEP: Departamento de Engenharia
de Produção

HU: Hospital Universitário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1

MAPEAMENTO DO COMUM: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO 32

1.1 RELACIONAMENTO 39
1.2 CONHECIMENTO 57
1.3 LUTA 74

CAPÍTULO 2

MAPEANDO OUTROS COMUNS: ENTRE RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA 88

2.1.TENSÕES E TRANSLAÇÕES LATINO-AMERICANAS 92
2.1.1 Movimento Zapatista 93
2.1.2 Guerra da Água 95
2.2. AGENCIAMENTOS ESPACIAIS E SOCIAIS NAS CIDADES BRASILEIRAS 100
2.2.1 Parque Augusta 101
2.2.2 Casa Amarela Quilombo Afroguarany 105
2.2.3 Espaço Comum Luiz Estrela 108
2.2.4 Ocupe Estelita 109

CAPÍTULO 3

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E A EMERGÊNCIA DO COMUM 114

3.1.INICIATIVAS CIDADÃS: DO VIRTUAL AO PRESENCIAL 119
3.2. PLATAFORMAS DIGITAIS PARA PARTICIPAÇÃO CÍVICA PARA ENFRENTAMENTO À COVID-19 128
3.2.1 Repositório de iniciativas 133
3.2.2 Mapeamento de casos 135
3.2.3 Plataformas conectoras 140
3.3.PLATAFORMA ABERTA DE CIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: CO-LAB – SÃO CARLOS 147
3.3.1 Panorama das iniciativas atuantes durante o enfrentamento da Covid-19 em São Carlos 160

CONSIDERAÇÕES FINAIS 178

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 183

APÊNDICES 191
ANEXOS 258

INTRODUÇÃO

Séculos de luta e resistência marcam a história da América Latina. Lugar onde a devastação das florestas e o genocídio das populações indígenas se fazem presentes desde os anos de colonização e que, até os dias atuais, continuam sob constante ataque. Nas últimas décadas, nossos territórios serviram de espaço de disputas geopolíticas imperialistas e como local de experimentação do sistema capitalista neoliberal. Atualmente, alternamos entre o enfrentamento de camadas invisíveis de ameaças aos nossos corpos e camadas latentes de exploração da nossa força de trabalho.

A consolidação do sistema neoliberal e do processo de acumulação por expropriação[1], desde os anos 1970/1980, aceleraram a desestruturação de poderes institucionais e a destruição das relações sociais e de recursos de acesso aberto. Essas mudanças aprofundaram a exploração dos bens naturais, intensificaram a desterritorialização de povos, modificaram arranjos tecnológicos e agravaram as relações estruturais da força de trabalho bem como de reprodução social. Assim, colocando em linhas gerais, normalizaram a precariedade como condição social da vida. Consequentemente, por um lado, a concentração de renda na mão de poucos é visível. E por outro, assistimos o surgimento do aparato repressivo do Estado e a criminalização de movimentos sociais.

Governos e classes dominantes passaram a atuar em diferentes níveis de repressão; dos mais brandos à explícita violência de classe, raça e gênero. Os cortes de direitos básicos também são uma constância, seguidos da falta de investimento em áreas essenciais como educação e saúde; o que acompanha também o crescente número de desempregados e "empresários de si[2]".

1 A redistribuição de riquezas e rendas da massa da população para as mãos das classes mais alta foi denominada por Harvey por acumulação por expropriação, as quais incluem a comoditização e a privatização, que vão desde a expulsão forçada de populações camponesas ao uso do sistema de crédito como instrumento radical para a acumulação primitiva (HARVEY, 2003).

2 Segundo Dardot e Laval (2016), o empresário de si é o sujeito neoliberal que age segundo uma lógica de crescimento ilimitado e uma relação utilitária da vida pessoal, vivendo segundo valores empresariais. "A empresa é promovida como modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que se deve fazer frutificar"(LAVAL; DARDOT, 2016, p. 378).

Em contrapartida, há um histórico crescente de lutas[3] de trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, povos indígenas e quilombolas que resistem ocupando as ruas, recuperando terras e defendendo a vida. No entanto, esse acúmulo de ostensivas do Estado vai gerando revoltas com diferentes motivações, em diversas partes do mundo, que refletem a falta de oportunidades econômicas e a insatisfação com os modos de vida[4]. Somado a isso, nos deparamos com um cenário pandêmico que rapidamente mudou a realidade do ano de 2020 e que perdurará por tempo indeterminado.

Assim, a desigualdade social foi escancarada, obrigando-nos a enxergar as contradições e vulnerabilidades presentes em uma sociedade urbana. O drama nos campos da saúde, economia e direitos humanos assolou todos os países, e tornou os mais pobres ainda mais vulneráveis. A pandemia obrigou a todos a repensar hábitos e imaginar novas soluções de convivência nas cidades que passam, desde as normas de utilização de locais públicos, até estratégias complexas de rastreamento de casos e testagem em massa da população para conter o surto da Covid-19.

Ao mesmo tempo, os esforços contemporâneos de reapropriação do direito à cidade[5] estão cada vez mais latentes. E estas pequenas conquistas vêm se dando coletivamente. Dentre todas essas insurgências cotidianas, a

3 Entre os anos de 1990 e 2000, ocorreram lutas sociais de enfrentamento aos governos eleitos em países da América Latina contra a implantação das políticas neoliberais, os quais foram chamados de movimento sociais, entre eles os piqueteros argentinos, os sem-terra brasileiros, os zapatistas mexicanos, os cocaleros bolivianos, os indígenas equatorianos e, mais recentemente, os peruanos (MACHADO, 2009).

4 Somente em 2019, expressivas manifestações populares marcadas por repressão policial e vigilância do Estado abalaram vários países como Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, França, China, Índia, Irã, Iraque, Líbano e Paquistão, entre outros. Em 2020, mesmo em meio a pandemia da COVID-19, mobilizações antirracistas iniciadas nos EUA tiveram repercussão em diferentes continentes, inclusive no Brasil dando sequência aos movimentos torcidas antifascistas, luta antirracista e entregadores antifascistas.

5 A teoria Lefevriana do Direito à Cidade coloca o objetivo da revolução contra o capitalismo na dimensão urbana, no sentido de lutar para transformar e renovar o acesso à vida urbana através da participação na tomada de decisão do espaço, perpassando pelo direito de acesso a uma qualidade urbana negligenciada (LEFEBVRE, 2001).

capacidade de compartilhar se origina na própria vida urbana. E demonstram a capacidade dos cidadãos de se ajustarem e lutarem por melhores condições de espaço de moradia, trabalho e cultura.

Neste ensejo, durante a pandemia, foi possível notar o surgimento de diversas ações autogestionadas que não tiveram por fim o lucro e se multiplicaram nos setores da saúde, tecnologia, assistência social, dentre outros. Além de que uma redescoberta da solidariedade e do propósito de agir em conjunto geraram grande impacto na sociedade. Essas iniciativas tiveram origem, principalmente, nas plataformas digitais para participação cívicas.

Em certa medida, a forçada transição para os meios digitais, devido à pandemia, promoveu o uso da tecnologia, apesar de ainda suprimir camadas sociais. Isso promoveu a articulação da população que estava em isolamento social por meio das conexões digitais. Essas relações começaram a ter impacto na vida cotidiana e o potencial de promover mudanças por meio das tecnologias digitais foram encaradas de outra maneira pela sociedade. A governança da cidade na sociedade em rede é fundamental para a abordagem do comum e da construção coletiva das cidades. Dessa forma, ferramentas digitais que facilitam os agenciamentos das iniciativas ativistas e corroboram com o engajamento dos cidadãos estão, constantemente, em surgimento.

As plataformas digitais para participação cívica têm se mostrado capazes de distribuir o poder e de concretizar ideais de melhoria na vida em comunidade advindas de um esforço coletivo. Por meio das relações sociais, da autogestão e da criação de normas comunitárias de gerenciamento das plataformas digitais para participação cívica, é possível notar como o comum é uma escola de cidadania que produz respostas para as adversidades do dia a dia sem necessariamente exigir trocas econômicas. Nesse momento de crise democrática, portanto, com a ascensão de movimentos apoiados em ideais nacionalistas no mundo, e de enfrentamento da maior crise sanitária da nossa época, a prática do comum e a exploração desses preceitos conceituais estão sendo discutidos e disputados.

O comum é um conceito que tem sido amplamente utilizado nos campos político, econômico e social, e que recebe diversas denominações e traduções como *the common, commons, commoning, procomún,* comum, bem comum. É visto como recurso, teoria política, prática social, forma de governar, dentre outras conceituações. Essa imprecisão terminológica é uma consequência de vários fatores relacionados ao significado histórico do termo *commons* e como ele passou por diferentes variações, desde meados do século XX, quando proposto por Garret Hardin no artigo *Tragedy of the commons* (HARDIN, 1968). O debate sobre o comum envolve complexas variantes na ciência e na investigação teórica, bem como possui aplicação em inúmeras disciplinas (como antropologia, ciências ambientais, direito, geografia, economia e arquitetura e urbanismo, dentre outras) além de incorporar variações conceituais em cada uma delas. De toda forma, apesar das transformações, as definições polissêmicas são atribuídas por diversos autores ao discutir recursos coletivos, práticas sociais compartilhadas e se inserir na composição das resistências urbanas da produção social contemporânea.

Percebe-se, contanto, que a maior parte da bibliografia que discute o comum busca relacioná-lo aos modelos arcaicos de organização da sociedade e de gestão de terras. Do inglês, *commons* eram terras inglesas utilizadas conjuntamente pelos moradores de uma região nas quais desfrutavam do acesso e compartilhavam direitos e deveres sobre aquele pasto/recurso. Já quanto à conotação da gestão de recursos naturais- como água, campos, frutos da terra e da pesca ou das relações sociais, como conhecimento, costumes e linguagem - o comum pode ser atribuído aos recursos essenciais para a sobrevivência humana. O que nos faz viajar para os modos de vida europeus anteriores ao modo de produção da propriedade privada.

Dardot e Laval (2017) explicam possíveis atribuições advindas de variados pontos de vista: de propriedade, na Idade Média, os *commons* eram bens que o homem não podia vender nem modificar, apenas usá-los para sua subsistência, caracterizando-os, por sua natureza, de bens não-apropriáveis. Do entendimento político, eram bens diretamente geridos pelas comunidades.

Da perspectiva econômica, eram aquelas instituições que operavam por meio da relação de reciprocidade, nas quais os bens eram trocados por necessidade e não por fins lucrativos. No entanto, o que se percebe, na maior parte da literatura, são definições eurocêntricas para uma prática bastante utilizada em diversas sociedades, inclusive as que habitavam as Américas antes da colonização.

Dessa forma, a presente pesquisa foi movida pelo anseio de caracterizar as insurgências dos discursos e vivências do comum para além da perspectiva eurocêntrica- tradicionalmente posta na literatura do comum- tendo em vista que os conflitos existentes no Sul Global estão contidos nas problemáticas globais, mas encontram as especificidades desse território. Compreender o comum no espectro brasileiro e sob a lente ampla da América Latina é fundamental para a difusão desse movimento e pode levar à conscientização da necessidade de participação e ação coletiva, a fim de proteger e sustentar recursos valiosos compartilhados que estão em ameaça e são, constantemente, incorporados pelo mercado no sistema neoliberal.

Por sua vez, buscar espaços de debates e propor alternativas a essas questões que assolam a vida nas cidades é a melhor forma de se manter vivo diante desse cenário distópico. Foi afim de apontar caminhos com diferentes possibilidades de futuro para as lutas urbanas que investigar o comum e apontar as práticas do fazer-comum já em curso se mostrou pertinente para este trabalho. Assim, acredita-se que a relevância acadêmica e social da pesquisa está em contribuir para a ampliação de estudos sobre o comum no contexto brasileiro e paulista, bem como ressaltar as práticas do comum que resistem à reprodução dos modos de acumulação do capital, por meio da coabitação e da vivência em coletividade, corroborando, então, como subsídio para melhores leituras desse conceito sob a ótica daqueles que o vivenciam. Partimos, dessa forma, do seguinte questionamento: **como se caracteriza o comum na realidade brasileira e quais contribuições podem ser trazidas para expansão do comum (recurso/teoria política/prática social/forma de governar) no cenário nacional?**

Em linha gerais, o comum é o conjunto de práticas e bens que são reciprocamente compartilhados e gerenciados na sociedade e, usualmente, fundamentados e distribuídos localmente. Ao definir o comum dessa forma, é possível compreender que existe uma infinidade de meios que se encaixam nesses parâmetros; por exemplo: a fauna, flora, educação, o direito de ir e vir, de moradia, de alimentação e, assim, por diante. No entanto, o comum não se limita à classificação de bens. Ele se transfigura ao status de práticas sociais do fazer comum. Assim, há algumas décadas, o campo tem se propagado como um amplo espectro de discussão conceitual para alternativas contemporâneas à extorsão das minorias exploradas pelo capital. É possível, portanto, afunilar sua conceituação para um modo de vida em comunidade que anuncia diferentes formas de democracia não dependentes, elencadas em valores de alteridade, cuidado, tolerância e integração do homem como parte da natureza, se colocarmos o comum para além da literatura europeia e estadunidense.

Durante um longo período, os estudos do comum ficaram esquecidos e ainda não possuíam um teor de movimento pautado em valores éticos comunitários. O ressurgimento dessas investigações, no meio acadêmico, foi possível devido aos estudos de Elinor Ostrom (1990) nos anos 90, que quebrou com a dualidade de livre acesso aos bens comuns *versus* o esgotamento desses recursos apontados por Garrett Hardin (1968) que perdurou como única possibilidade ao controle dos recursos compartilhados. Ostrom (1990) catalogou formas de vivência em sociedades que se mantém, há séculos, em diferentes partes do mundo, capazes de prosperar deliberando conflitos de interesse e respeitando o semelhante, sem necessariamente depender de trocas monetárias do mercado e da governança de autoridades do estado.

Paralelamente aos estudos de Ostrom, os movimentos altermundialistas, em meados da década de 1990, jogam luz à temática do comum quanto às questões de resistência ao capitalismo global vigente, travando embates contra a acumulação primitiva e mostrando demandas dos povos indígenas no sul global. Segundo Dyer-Witheford (2020, p. 172), “ao colocar a ideia do comum no centro de sua análise, o alterglobalismo gerou espaço para

o pensamento crítico no terreno pouco propício criado pelo colapso do socialismo e a ascensão do neoliberalismo". Nota-se que longe de um conceito "pronto", o comum tem raízes nos sistemas de convivências passados e nas buscas por soluções do mundo presente. É uma reação ao capitalismo como única alternativa, também ao surgimento de diversas formas de expropriação, como comoditização, patentes, privatização, e a crise climática global.

A partir do questionamento central e das proposições expostas, acadêmicos e ativistas investigaram o comum sob diferentes perspectivas, sendo possível classificá-lo como uma filosofia protopolítica capaz de reunir diversos fenômenos de compartilhamento do século XXI. Inicialmente, é pertinente citar as contribuições que demonstram o funcionamento e a sustentabilidade dos bens comuns nos estudos de Ostrom (1990), Bollier e Helfrich (2015) e (2019); os aportes de abordagem da teoria crítica com dimensões sociais, econômicas e políticas do grupo *Midnight Notes Collective*[6], Hardt e Negri (2016); Dardot e Laval (2015) e Harvey (2014); os estudos jurídicos críticos da escola Beni comunista[7].

A definição de Bollier e Helfrich (2015) consegue abarcar um pouco de cada uma dessas perspectivas, explicando que o comum é um sistema de administração de recursos a longo prazo; é auto organizado, sem ou com dependências mínimas do mercado ou do Estado. São as riquezas coletivas que herdamos da natureza e que construímos enquanto sociedade. E é um setor da economia e da vida que gera valor, que não pode ser comprometido nem considerado como adquiridos nem pelo Estado, nem pelo Mercado, ou seja, são processos associados aos recursos, que não são possíveis de serem definidos como "comum" por si só, mas podem se tornar comum, desde que grupos usufruam e zelem coletivamente.

Trazendo para o campo dos estudos urbanos, pesquisadores têm

6 Coletivos de estudiosos que têm publicações de De Angelis 2003, 2010, 2012; Linebaugh, 2008; Federici, 2011; Federici; Caffentzis, 2013.

7 A escola Beni comunista (MATTEI, 2011, 2015; MARELLA, 2012; QUARTA; SPANÒ, 2016);

dissertado sobre a relação entre cidade e comum. O trabalho de Stavrides (2016), por exemplo, explica a produção do espaço comum via inventividade coletiva desencadeada por necessidades diárias urgentes. A publicação Urban Commons: Moving Beyond State and Market (DELLENBAUGH et al., 2015) ressalta o comum como condição urbana histórica moldada pela produção social cotidiana e a apropriação coletiva. A visão de Foster e Iaione (2015) defende que o comum urbano é fundamentado na questão da propriedade.

Já no contexto brasileiro, temos importantes contribuições de Meyer (2015), ao trazer considerações quanto ao comum com um horizonte popular-comunitário. Além de Tonucci Filho (2017), que foca mais atentamente para a questão da urbanização contemporânea e direitos de propriedade privada, ressaltando a presença do comum em ocupações urbanas.

A visão desses autores nos leva a pensar a própria cidade como um comum, tanto por ser um espaço pertencente a todos os habitantes quanto como forma de entidade capaz de ser governada com a participação efetiva dos cidadãos. Foster e Laione (2015, p. 266) argumentam que "a cidade é um bem comum, no sentido de que é um recurso compartilhado que pertence a todos os seus habitantes". Mas ao pensar o comum como um conceito que reinventa, é possível também considerar que este se faz essencial à inclusão e equidade nas cidades, pois permite e cultiva os comuns urbanos e sustenta a capacidade das pessoas de se unirem e colaborarem em prol da cidade.

Aliada a isso, a perspectiva do comum digital - que une o direito do cidadão à cidade digital - reconhece a riqueza do conhecimento e das experiências coletivas advindas de uma cultura de compartilhamento neste meio. Logo, as pessoas passaram de consumidores a coprodutores e as contribuições no contexto digital, intelectual e cultural de Lessig (2004), Benkler (2006), Bauwens, Kostakis e Pazaitis (2019) e Da Silveira (2008) ao encontro dos preceitos de compartilhamento, do acesso livre e aberto a bens culturais e do conhecimento. Stalder (2013), Lafuente (2007), Savazoni (2019) e Parra (2019) colocam as questões tecnológicas enquanto construções políticas,

envolvendo as configurações de mundo e os regimes de conhecimento nos modos de vida do comum, explicitando os laboratórios do comum e as tecnologias digitais.

A partir desse número crescente de pesquisas e movimentos interessados no comum, traz-se à atualidade a retomada da ideia do que são bens comuns. E são colocadas em jogo as noções de recursos compartilhados por meio da autogestão que, até então, estão fora dos sistemas de mercado ou do governo. A ideia do comum fornece uma alternativa à dicotomia público-privada com foco em comunidades que trabalham juntas em formas de autogoverno, a fim de proteger os recursos do recinto ou construir novos meios compartilhados abertamente. Sendo assim, nota-se que o comum é algo novo e, ao mesmo tempo, contemporâneo à espécie humana, ou seja, um conceito trans-histórico. Ele sempre esteve presente em conformações comunitárias da nossa existência, mas ficou adormecido por um período em que o capitalismo se fez/faz predominante.

Assim, perante as falhas embrionárias do modelo hegemônico, ao longo do tempo, o capitalismo alimenta substratos necessários para a sua própria superação. Dessa forma, diversas disputas estão sendo travadas em direção à diminuição das desigualdades sociais e mazelas urbanas advindas deste sistema. E é na cidade onde as disputas e contestações da população se dão. Portanto, resistir para conquistá-la é uma luta crucial para o projeto emancipatório do comum se desenvolver e expandir.

Inserir também a autogestão como estratégia de desenvolvimento nas cidades por meio da produção contínua dos bens comuns e incorporá-la às apropriações públicas estatais, aproximando-se das conquistas de produção social, das práticas de interação, de cuidado, de convivência em um mundo comum, é uma abordagem que proporciona perspectivas formais às estruturas de políticas públicas e constitucionais, até então, pouco exploradas do espaço urbano brasileiro. Nesse contexto, diferentes áreas foram identificadas, bem como estudiosos se posicionam com abordagens relacionadas aos recursos

como ar, água, conhecimento, comida e, outra parte, no sentido de terra comum de um espaço protegido do capital.

Dessa forma, a visão do comum denota um bem no qual os cidadãos compartilham direitos de gozo à parte da propriedade privada. Portanto, a questão do comum, trata-se de reconstituir uma estrutura social que já se perdeu no imaginário das pessoas, de construir um obstáculo à exclusão dada pelo paradigma convencional do público/privado e, aos poucos, descobrir um espaço que não seja redutível a nenhum deles. Nesse sentido, indaga-se, será o comum a utopia responsável pela produção do espaço não hegemônico nas cidades? Serão esses modelos de vivências capazes de potencializar e empoderar o coletivo em prol de desenvolvimento democrático da cidade?

Diante da multiplicidade de distinções conceituais, da vasta gama de abordagens e debates políticos contemporâneos que vestem a roupagem do comum, compreende-se que existem diferentes definições dissertadas em diversos campos de estudos, mas que ainda carecem de sistematização voltada à realidade do sul global. Para que se possa ter maior compreensão das suas envergaduras e que sejam possibilitadas melhores análises das suas implicações, **esta pesquisa se propõe a construir um panorama teórico, elucidado por uma gama de práticas do fazer-comum que abrangem a realidade Brasileira/Paulista, na qual se incluem as práticas autodenominadas e as não diretamente relacionadas ao termo, porém condizentes a ele. Dando ênfase às plataformas digitais para participação cívica de enfrentamento a Covid-19.**

Apropriando-se de uma revisão bibliográfica como chave de leitura que dá visibilidade às múltiplas questões de disputa do espaço, a pesquisa se guiará por meio de um mapeamento do comum, que traz três categorias: Relacionamento, Conhecimento e Luta. Estas serão esmiuçadas, a partir do pensamento eurocentrado dos autores com o intuito de prover uma leitura que relacione teoria aos fatoas históricos, categorizando e interseccionando

cada uma.

Em contraponto à revisão bibliográfica eurocêntrica, traz-se também um recorte latino-americano que permite um entendimento mais preciso a respeito da condição colonial, política e econômica. Discorre-se, por meio dos estudos de Quijano, sobre a colonização, entendida como um processo contínuo e que excede a independência política, passando por relações estruturais de dominação. O autor expõe o sistema exploratório extrativista advindo do modelo de acumulação que orienta a sociedade capitalista desde quando a Europa começou o processo civilizatório. Esse estudo revela as condições subalternas nas quais a população vive até os dias atuais e que reflete nas produções intelectuais e nos movimentos de luta urbana.

Ao elencar e discorrer sobre experiências insurgentes nas cidades (como o Movimento Zapatista, no México, a Guerra da Água na Bolívia e os movimentos de luta urbana que ocorreram no Brasil, desde 2012 como Ocupe Estelita, Parque Augusta, Espaço Comum Luiz Estrela, Casa Amarela Quilombo Afro Guarany) é possível ter uma visão abrangente da pluralidade de disputas nas quais a América Latina e o Brasil estão imersos. É possível, também, entender o quanto elas diferem das demandas eurocêntricas colocando em evidência a questão da colonialidade do poder. Assim, há a necessidade de reafirmar o conceito do comum via categorias para que se entenda que elas não bastam e que o conceito do comum ainda precisa se expandir.

A partir desse ponto, é pertinente se colocar que, em decorrência da pandemia do Covid-19, algumas modificações no projeto de pesquisa foram necessárias. Na medida em que a pesquisa foi tomando forma, ao longo do adensamento teórico e da busca por práticas do fazer-comum no contexto paulista, percebeu-se a necessidade de remodelar alguns pontos essenciais que estruturaram a dissertação. Dessa forma, houve a alteração do objeto de estudo, tendo em vista que o acompanhamento dos mesmos que, inicialmente, seriam os movimentos de luta urbana em São Paulo, mais precisamente, o Movimento Parque Augusta e o Quilombo Casa Amarela,

foram impossibilitados.

Ao mesmo tempo, foi concebida e desenvolvida, ao longo de 2020, a CO-LAB-São Carlos- Plataforma Aberta de Ciência e Participação Cidadã dentro do âmbito universitário e em prol da comunidade da cidade de São Carlos, pautada na prática do fazer-comum. Este projeto acadêmico de extensão buscou mapear e aproximar ações colaborativas de combate à pandemia do Covid-19. Por isso, ganhou protagonismo na trajetória acadêmica do NEC-IAU.USP, bem como no percurso da pesquisadora. Em um período de dificuldade, os pesquisadores conseguiram colocar o comum em prática na cidade em que habitam. Dessa forma, acredita-se que a CO-LAB-São Carlos ganhou relevância o suficiente para fazer parte dessa dissertação como objeto de estudo e que, a partir desse momento, buscou dar foco ao comum da categoria do conhecimento, tendo em vista a imersão nas plataformas digitais para participação cívica.

Portanto, a prática central abordada nesta pesquisa serão plataformas digitais para participação cívica e dentre elas a Plataforma Aberta de Ciência e Participação Cidadã (CO-LAB- São Carlos). Esse tipo de plataformas digitais para participação cívica cria espaços democráticos para resolução de problemas coletivos. Dessa forma, a pesquisa é movida pelo anseio de **verificar como essas práticas do fazer-comum no meio digital geram impactos diretos nos nossos modelos democráticos de gestão das cidades e na qualidade de vida das pessoas, por meio dessas estruturas compartilhadas de conhecimento e ação, fornecendo tração para mudanças sociais locais e em certa medida, regionais.**

Sendo a pesquisadora inserida no processo de construção da CO-LAB – São Carlos e na busca por soluções que envolvem a colaboração entre academia e comunidade, a dissertação terá como método a pesquisa-ação. Junto aos princípios de ciência cidadã, a pesquisa **busca inserir engajamento cidadão nas questões investigadas, a fim de resolver desafios junto à sociedade, bem como abrir espaço para diferentes epistemologias no que diz respeito à produção de conhecimento e governabilidade do comum.**

Para tanto, foram feitas entrevistas qualitativas com as iniciativas que se cadastraram na COLAB-São Carlos, buscando um recorte das práticas do fazer-comum no meio digital no contexto trabalhado na pesquisa. Foram feitas 9 entrevistas seguindo o critério de buscar o amplo entendimento das 5 áreas de atuação: Assistência Social, Saúde, Ciência e Tecnologia, Educação e Cultura e Outros Serviços. Com as entrevistas foi possível conhecer as ações de enfrentamento organizadas pela sociedade civil no meio digital para combater os efeitos causados pela pandemia na cidade. Dessas relações, foram extraídas as bases para uma reflexão sobre a mobilização pela retomada do comum na cidade, identificando se, por meio dessa apropriação, o discurso do comum tem consistência para se manter, expandir e continuar perpetuando na luta urbana brasileira.

A pesquisa foi dividida em duas partes: na primeira, fez-se um adensamento de repertório por meio do mapeamento de abordagens e autores recorrentes na literatura em formato de revisão bibliográfica. Isso serviu para o aporte teórico das práticas do comum, categorizando e interseccionando cada uma. Assim, lançamos luz nos usos híbridos do comum, que, ao mesclarem diferentes posicionamentos, causaram estranhamento por serem uma temática em constante mutação. Na segunda parte, desdobraram-se as práticas concedendo foco ao contexto nacional e correlacionando-as às plataformas digitais para participação cívica.

O estudo partiu do entendimento que o território latino-americano é, potencialmente, um lugar de desenvolvimento do comum. Ele aborda os arranjos comunitários por meio dos movimentos de luta urbana que são operantes devido à histórica coibição da cultura indígena, negação dos costumes afrodescendentes e exploração da classe trabalhadora no território. Traz, ainda, as plataformas digitais para participação cívica, destacando as que surgiram na pandemia de Covid-19. E, por fim, traz uma análise da COLAB-São Carlos como marco na colaboração em meios digitais e mapeamentos coletivos digitais como forma de resistência.

Nesse sentido, foram propostos três capítulos para essa Dissertação. O Capítulo 1 – Mapeamento do comum: a trajetória do conceito, divide-se em três itens:

a) Relacionamento – aborda questões resgatadas por Ostrom dos bens e recursos comuns globais sob o regime de gestão coletiva; explora os arranjos sociais e a forma de relação em comunidade para produção, uso e manutenção de bens comuns; e discute uma perspectiva feminista, entendendo que o comum não são apenas um conjunto de recursos, e sim um conjunto de relações sociais.
b) Conhecimento – disserta sobre os comuns construídos ao longo do tempo, como costumes e valores ancestrais, e faz uma trajetória sobre a cultura de compartilhamento, acesso ao conhecimento e ciência aberta feitos principalmente sob intermédio dos meios digitais.
c) Luta - trata o comum na perspectiva política, considerando-o como caminho para a emancipação do capitalismo e da razão liberal, bem como a superação do binômio público/privado, os quais colocam as lutas rurais e urbanas como meio de resistência.

O Capítulo 2 – Mapeando outros comuns: entre resistência e desobediência, centra-se no comum a partir das resistências dos povos do Sul Global evidenciando a perspectiva de autores latino-americanos. Expõe, ainda, os processos históricos de dependência aos países centrais do capitalismo que se mantêm presentes nos âmbitos de dependência econômica e de hegemonia cultural, social e política. Faz essa discussão colocando as novas lutas do comum que se fizeram presentes, a partir da década de 1990 e que permanecem até hoje indicando as problemáticas locais e ressaltando a importância dos saberes indígenas, democratização da terra e da propriedade. Com isso, é traçado um paralelo entre o comum e o Bem Viver.

O Capítulo 3 – As tecnologias digitais e a emergência do comum, divide-se em duas partes. A primeira irá se aproximar das iniciativas cidadãs criadas no meio digital e discutir algumas plataformas digitais para participação cívica

que abrem espaço para essas novas formas de democracia em rede geradas por meio de sistemas com códigos abertos que privilegiam a distribuição e transparência do conhecimento. A segunda, evidencia, por meio de experiências ocorridas durante a pandemia de COVID-19, como a cultura digital buscou responder a algumas demandas urgentes da sociedade por intermédio de um ecossistema colaborativo e de interação nos meios digitais. Por fim, discute-se a CO-LAB – São Carlos, que tem como fio condutor o comum, o qual busca criar uma comunidade mediante do engajamento de acadêmicos com sociedade civil, contribuindo assim com a produção tecnopolítica alternativa.

Tendo como ponto de partida as mudanças coletivas de organização da vida urbana, hoje, práticas do comum indicam um desejo de construir algo durável e ir além da defensiva contra o Estado. É a partir dessa perspectiva do comum como algo comunitário, dependente de vínculos afetivos, emancipador, pautado na economia e na cultura de compartilhamento, e antagônico à ideia de sociedade moderna e desenvolvimentista capitalista que essa dissertação irá discutir o comum.

No Quadro 1 (nas próximas páginas), vemos o resumo dos elementos de pesquisa.

Atlas de pesquisa

TEMA
Comum

OBJETO
Temporalidades e Espacialidades do Comum

QUESTÕES INICIAIS

O comum é o conjunto práticas e bens que são reciprocamente mandatórios na sociedade. Ao definir o comum dessa forma, é possível compreender que existe uma infinidade de meios que se encaixam nesses parâmetros, como a fauna, a flora, a educação, o direito de ir e vir, moradia, alimentação e assim por diante. No entanto, o comum não se limita a classificação de bens, ele se transfigura ao status de práticas sociais do fazer-comum. Assim, há algumas décadas esse campo se propaga como um amplo espectro de discussão conceitual para alternativas contemporâneas à extorsão das minorias exploradas pelo capital.

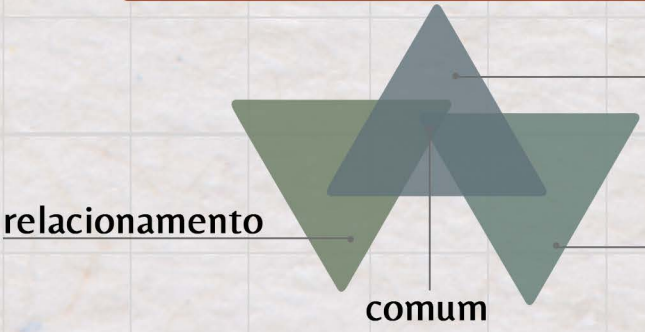
Existe uma multiplicidade de distinções conceituais e uma vasta gama de abordagens que vestem a roupagem do comum em diversos campos de estudos. Mas que ainda carecem de sistematização e de uma aproximação voltada para realidade do sul global.

PROBLEMA

parte 1:
adensamento de repert

mapeamento de ab
autores recorrentes na literatu
de uma revisão bibliográfica.

categorização do aporte t



QUESTÃO PROBLEMA

Como se caracteriza o comum na realidade brasileira e quais contribuições pode trazer para expansão do comum em uma conjuntura nacional?

OBJETIVO GERAL

Construir um panorama teórico, elucidado por uma gama de práticas do fazer-comum que abrangem a realidade Brasileira/ Paulista, na qual se inclui as práticas autodenominadas e as não diretamente relacionadas ao termo, porém condizentes a ele.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear abordagens, autores e práticas, para evidenciar as tensões e translações do comum;
- Analisar em que medida os agenciamentos espaciais e sociais que acionam o comum estão presentes na realidade brasileira;
- Explorar a COLAB- São Carlos a fim identificar como essa prática do fazer-comum ajuda a avançar na compreensão sobre o conceito.

ório

ordagens e
ra por meio

teórico

conhecimento

luta

parte 2: desdobrar atores e práticas

conjuntura nacional + práticas do fazer-comum

desenvolvimento do comum em arranjos comunitários distintos

- cultura indígena
- costumes afrodescendentes
- exploração da classe trabalhadora
- destruição dos recursos naturais
- resistência e luta urbana
- distopia do mundo digital

Fonte: Elaboração própria, 2021.

1 MAPEAMENTO DO COMUM: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO

Pelo termo “comum”, referimo-nos, em primeiro lugar, à riqueza comum do mundo material: o ar, água, frutos da terra e todas as dádivas da natureza. Tais elementos, nos textos políticos europeus clássicos, em geral, são considerados herança da humanidade a ser compartilhada por todos. Além disso, também consideramos que fazem parte do “comum” os resultados da produção social que são necessários à interação social e para mais produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante (HARDT; NEGRI, 2016, p.10).

A diversidade de teorias do comum e de bens comuns amplia o espectro e confunde a conceituação objetiva quando colocada em pauta. É do nosso entendimento que nuances culturais (do oriente e do ocidente, por exemplo) de propriedade e posse, crenças, direitos e deveres moldaram a relação dos povos com o contexto jurídico, ambiental e urbano durante séculos. Essa heterogeneidade está intrinsecamente relacionada à “indefinição” do comum, ainda mais quando se compreende que as comunidades e suas configurações não são isoladas e imutáveis, mas são conformações que acolhem as mudanças globais e evoluem diante das interações externas.

Dessa forma, o comum também pode ser entendido como uma forma de afirmação de cada povo, que age aos modos de suas próprias regras. Diante dessa onipresença do conceito, desde o surgimento do mesmo como categoria de estudo, autores definem e classificam o comum de várias formas. Segundo Van Laerhoven, Schoon e Villamayor-Tomas (2020, p. 217), os estudos do comum surgiram de preocupações associadas à Tragédia dos Comuns (HARDIN, 1968). Consequentemente, “os demais estudos foram associados a contextos locais, recursos florestais, pesca e irrigação, e um interesse nas oportunidades e desafios relacionados ao direito e noções de propriedade comum”.

Em artigo sobre produção científica do comum, os autores avaliaram publicações no intervalo de 50 anos para entender tendências nos estudos entre os anos de 1968 e 2019. Assim, constatou-se, principalmente, a abrangência dos estudos em áreas fora do espectro dos cinco grandes tópicos

de publicações (irrigação, pastagem, silvicultura, pesca e gestão da água) após a premiação de Elinor Ostrom com o Nobel de Economia, em 2009. Os autores verificaram que durante 50 anos, o maior número de publicações foi nas áreas de economia e direito e nas subáreas[8] de ciências sociais, economia e artes e humanidades.

Por meio do estudo de Van Laerhoven, Schoon e Villamayor-Tomas (2020, p. 217) foi identificado também que, entre 2016 e 2019, existiu uma tendência de interesse crescente nas temáticas do comum urbano, *commoning,* mudanças climáticas, justiça e equidade, comum digital, biodiversidade, gênero e direitos de propriedade intelectual, respectivamente. Revelou-se ainda, por meio da pesquisa, que entre os anos de 1968 e 1998, aproximadamente, 75% dos estudos do comum foram produzidos nos EUA e, entre 2008 e 2018, esse número teve crescimento na Europa, sendo responsável por, aproximadamente, 40% de todas as publicações sobre o comum. Esse estudo afirma, em grande medida, a diversidade de abordagens para o estudo do comum. No entanto, nos mostra a restrição quanto às abrangências territoriais, tendo em vista que publicações em países da periferia do sistema não aparecem no gráfico, com exceção da África do Sul, e são mencionados apenas no gráfico de citação aos países identificados pelos resumos e nos títulos das publicações.

No mapeamento de conceitos, foi possível identificar algumas classificações do comum. No geral, cada autor adota posturas variadas em relação às definições. A relutância dos teóricos em elucidar o conceito do comum de maneira objetiva pode estar relacionada à natureza díspar dos projetos dos comuns no mundo real, ou seja, é difícil ver como o comum foi ou está sendo criado. A própria Ostrom dedicou grande parte do seu estudo a fugir

8 No gráfico, as áreas do conhecimento que os estudos do comum foram encontrados são: ciências humanas, florestas, história, psicologia, ciências da computação, sociologia, ciências políticas, ciências sociais, biologia, engenharia, administração, direito e economia. As subáreas de conhecimento que os estudo do comum foram encontradas são: ciência das decisões, bioquímica, genética, biologia molecular, multidisciplinar, medicina, energia, matemática, psicologia, ciências da computação, ciências da terra e dos planetas, engenharia, administração e contabilidade, ciências biológicas e agricultura, ciências da natureza, economia, ciências sociais e outras.

do dualismo estado x mercado imposto. Hardin (1968), mostrou que o espectro pode variar inicialmente entre estado, autogoverno e mercado, mas também comum global, nacional, local e comunitário. Ao fazer essa contraposição, Ostrom optou por construir uma estrutura analítica para mostrar as variáveis que influenciam as ações coletivas e classificou oito princípios necessários para garantir a boa gestão de recursos comuns.

Para Hardt e Negri (2016), o comum aparece abstratamente como fonte e local de resistência ao capitalismo global, e pode ser categorizado em riqueza do mundo material e a riqueza dos resultados imateriais da produção social. Os autores colocam o conceito na esfera da teoria política radical e acreditam que o comum consegue elucidar a luta atual contra o sistema vigente. Em concordância com Hardt e Negri (2016), Bollier e Helfrich, (2015), afirmam que existem alguns princípios recorrentes no comum, mas entendem que tendem a se manifestar de maneiras diferentes de acordo com as circunstâncias locais particulares de cada bem comum, sendo contextual, situacional, subjetivo e cultural. Dessa forma, preferem escolher *"Patterns of Commoning"* para descrever esses princípios recorrentes, não se detendo às categorias ou epistemologias, mas permitindo a variação local e respeitando essas diferenças contingentes sem tentar distorcer os fenômenos que estão observando e aplicando taxonomias excessivamente rígidas.

Já Lafuente (2007) reconhece os diferentes níveis de complexidade que estruturam o comum e classifica "*Los cuatro entornos del procomún*" da seguinte forma: corpo que abrange a sensibilidade e corporalidade; meio ambiente, que engloba a biosfera e geosfera; cidade onde estão as esferas domésticas, culturais e urbanas; e o digital que possui códigos e estruturas. O autor reforça que essa classificação ajuda a revelar uma imagem do comum, da qual o faz para dar nova legitimidade às reivindicações sobre o comum, para além da categorização de propriedade e a teoria do valor, reafirmando que os comuns não são assimiláveis à noção de mercadoria.

Dardot e Laval (2017, p. 682) adotam a postura do comum como um

princípio político, no sentido de lutas e discursos que se opõem à racionalidade neoliberal, transversal as duas esferas, comuns políticos e comuns sociais.

> **Os comuns políticos se encarregam da 'coisa pública' em todos os diferentes níveis, do local ao mundial, passando pelo nacional. A esfera socioeconômica é organizada a partir do critério da extensão da atividade social, de acordo com a lógica federativa (DARDOT E LAVAL, 2017, p. 682).**

Assim, o comum por eles colocado é um bem instituído na esfera socioeconômica, independentemente de ser recurso natural, conhecimento, cultura ou luta urbana, mas nenhum bem é em si comum. Em análise dos estudos do comum, Tonucci Filho e Magalhães (2017) afirmam que se dividem a grosso modo em duas grandes abordagens, uma formulada nos limites da teoria crítica com vertentes autonomistas, e outra que permeia o pensamento econômico liberal. A primeira, interpreta o comum como uma prática social autônoma, um conceito político alternativo ao Estado e ao Mercado baseado nos princípios do autogoverno e da não apropriação de recursos por parte alguma. A segunda olha para o comum como uma forma alternativa de administração de propriedade que coexiste junto ao Estado e ao Mercado e que não tem a pretensão de se emancipar ao capitalismo.

A perspectiva colocada por Ostrom insere os recursos comuns como um tipo particular de bens contingentes aos bens públicos e privados, o que ofusca as relações e ainda se recusa a reconhecer que as pessoas possam ter motivações para além das econômicas quando se trata de viverem em regime cooperativo, "por vias de um economicismo funcionalista centrado na maximização da utilidade individual" (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 446). Em contraposição, as abordagens de cunho mais crítico reconhecem a cumplicidade do Estado e do Mercado no fortalecimento do sistema neoliberal e que as contribuições do comum devem partir na direção de definir uma prática social emancipatória, considerando-o mais como uma relação social e

um conceito político do que um bem ou um regime coletivo de propriedade.

Em sua tese, Tonucci Filho (2017, p. 73), coloca que a discussão sobre o comum no debate crítico contemporâneo se encaminha para quatro abordagens políticas e perspectivas teórico conceituais:

> **O comum da produção biopolítica de Michael Hardt e Antonio Negri; o comum da reprodução social de Silvia Federici e Massimo De Angelis; o comum ontológico da comunidade de Roberto Esposito e Jean-Luc Nancy; e o comum como princípio político de Pierre Dardot e Christian Laval (TONUCCI FILHO, 2017, p. 73).**

Ainda sob tentativa de classificação do conceito por meio de revisão dos estudos já postos, Foster e Laione, (2015), ao discorrerem sobre o comum urbano, propõem duas leituras: a que analisa e descreve os recursos comuns, discorrendo em consonância com a literatura liberal dos *common-pool resources* de Ostrom e da teoria da Tragédia dos Comuns de Hardin; e a análise de cunho político, inspirada por abordagens mais politicamente críticas e pelas próprias lutas pelo direito à cidade.

É importante colocar que o conceito de comum contemporâneo carrega consigo algumas variações que podem, tendo em vista o autor, não serem vistas como sinônimos, ou seja, comum e o bem comum não são necessariamente relacionados ao comum visto como relação social capaz de modificar os modos de produção e emergir como alternativa política. Alguns acreditam que o "bem comum" esteja apenas relacionado com os recursos naturais, tendo em vista a noção romana de propriedade e consequentemente as abordagens de Hardin e Ostrom.

No inglês, utilizado como substantivo, é colocado no plural *(commons*) e, consequentemente, remete à prática de *commoning.* Quando colocado para se referir ao sujeito, nomeia-se como *commoner.* No entanto, essa tradução para o português fica fragilizada, e o termo *commoning* aparece em algumas

publicações como sinônimo de *commons.* Diante de todas essas nuances, nesta dissertação, trataremos o comum e o bem comum como palavra e expressão com o sentido semelhante e iremos nos referir a *commoning* como prática do fazer-comum.

Tendo em vista essa variedade de conceituações, este capítulo busca mapear o comum em termos teóricos e cronológicos, fazendo com que seja possível ter noção da sua envergadura. Para o melhor entendimento dessa bibliografia, essa dissertação classificou o comum em três categorias – Relacionamento, Conhecimento e Luta. Estas serão esmiuçadas, a partir do pensamento dos autores recorrentes da literatura do comum com o intuito de prover uma leitura que relacione a ideia do comum e a prática do fazer-comum categorizando e interseccionando cada uma.

1.1 Relacionamento

Relacionamento. Ato de relacionar, de estabelecer uma ligação, uma conexão com algo ou alguém. Maneira de tratar, de conviver bem, de se conectar amigavelmente com outras pessoas. Etimologia: Forma Der. de relacionar + mento. Michaelis Online

A origem do termo "comum" é atribuída ao sistema de governos sobre propriedades agrárias utilizado na Europa servil medieval. Nesse contexto, dentro do uso da terra, existia também o uso dos "espaços comunais"[9], conquista advinda de um processo no qual havia a relação de subordinação dos senhores de terra, e estes subjugavam os camponeses livres que, posteriormente, foram ganhando acesso ao uso e à posse efetiva de uma parcela de terra. Federici (2018) explica, no entanto, que a comunidade servil não alcançou em veias definitivas o ideal de comunalismo, pois não chegava a possuir relações igualitárias, mas que prevaleciam formas coletivas de trabalho e acordos de convivência entre os servos e senhores feudais.

Os "espaços comunais" eram tão importantes na economia política e nas lutas da população rural medieval que sua memória ainda aviva nossa imaginação, projetando a visão de um mundo em que os bens podem ser compartilhados e a solidariedade, em vez do auto engrandecimento, pode ser o fundamento das relações sociais (FEDERICI, 2018, p. 50).

É importante deixar claro, que esse período de convivências comunais foi vivido por muitos séculos, mas foi conquistado sob muitas lutas. Federici (2018, p. 54), explica que esse período foi marcado por incansáveis lutas de

9 Segundo Birrell (1987, p. 23 apud FEDERICI 2018, p.50) espaços comunais eram "pradarias, bosques, lagos, pastos — que proporcionavam recursos imprescindíveis para a economia camponesa (lenha para combustível, madeira para construção, tanques de peixes, terras de pastoreio) ao mesmo tempo que fomentavam a coesão e a cooperação comunitárias".

classes[10], nas quais os servos tinham como objetivo principal "preservar seu excedente de trabalho e seus produtos, ao mesmo tempo que ampliavam a esfera de direitos econômicos e jurídicos". A autora cita também movimentos que expressaram a busca por "alternativas concretas às relações feudais por parte do proletariado medieval e sua resistência à crescente economia monetária" (FEDERICI, 2018, p. 68).

Contudo, as práticas comunais não se restringiram à Europa medieval. Nas Américas, os povos indígenas viveram/vivem coletivamente e refletem uma percepção da terra como um ser animado, alimentam a crença de que os humanos estão em sistemas de reciprocidade com os outros seres vivos nos quais a terra é essencial para a identidade do povo. Segundo Stengers (2009 apud TIBLE, 2013), a questão das *enclosures*, surgimento do capitalismo, causou a destruição que não se situa unicamente no meio de vida e subsistência dos camponeses pobres, mas principalmente na relação com uma inteligência coletiva concreta, que se relacionava a esse comum do qual todos dependiam, num patrimônio comum de criações coletivas.

Dessa forma, dadas as experiências que foram base de sociedades e perduram há séculos, não surpreende que o comum passa, hoje, em tempos de crises planetária, a ser rediscutido. Embora essas práticas tenham variado, existem padrões de comportamento que nos ajudam a explicar as diversas vertentes modernas do comum. Esses exemplos também destacam um lado menos utópico da história dando pistas a uma alternativa político-econômica ao neoliberalismo.

10 A propriedade comunal (isto é, as terras comuns), absolutamente diversa da propriedade da Coroa ou do Estado, da qual falamos, era uma velha instituição germânica que continuou a existir sob a cobertura feudal. Conforme vimos, a violência que se assenhoreia das terras comuns, seguida, em regra, pela transformação das lavouras em pastagens, começa no fim do século XV e prossegue no século XVI. Mas, então, o processo se efetiva por meio da violência individual, contra a qual a legislação lutou em vão durante 150 anos. O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. O Roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo. (MARX, 2014, p. 846-847 apud FEDERICI, 2018).

Quanto a noção do comum como propriedade privada, no Direito Romano, as propriedades comuns eram aquelas que pertenciam a toda a comunidade. Segundo Silveira (2019, p. 23), a classificação romana dos bens se diferencia da seguinte forma: "*res privatae* (bens privados); *res publicae* (bens públicos); res nullius (bens de ninguém, bens que ainda não pertencem a ninguém); *res communes omnium* (bens comuns, ou bens que pertencem a todos)". Sendo a *Res communes* a forma de propriedade que se refere ao ar, solo, oceanos, água, ou seja, aos recursos naturais.

De acordo com Silveira (2019), resgatar as formas como a propriedade era tratada na Roma antiga revela as lacunas jurídicas da modernidade em não considerar os bens de uso comum da população, apenas a propriedade privada e bens públicos que estão sob posse do Estado, reduzindo ainda mais a complexidade da classificação de propriedade. No entanto, o histórico de trabalhos teóricos mais recente sobre o comum foi colocado em discussão desde a publicação de Garrett Hardin (1968). No artigo, o autor defende que atores racionais, diante de circunstâncias de estabilidade social com acesso aberto a bens comuns, criam uma situação de "tragédia do comum".

A teoria explica que em uma situação na qual vários criadores colocam seus gados em pastos de acesso irrestrito para se alimentar indefinidamente daquele recurso comum, chegará um momento em que haverá o esgotamento daquele pasto. Tendo em vista que os recursos eram finitos, todos os criadores de gado saíram perdendo com a situação. No entanto, ao exemplificar a complexa estrutura social com uma situação de extremo individualismo e irracionalidade generalizada, o autor não identifica como possibilidade a comunicação dos criadores entre si, o que poderia gerar acordos de cooperação que evitariam a super exploração dos recursos.

Imagine um pasto aberto a todos. É de se esperar que cada vaqueiro vai tentar manter o gado do maior número possível no terreno comum. Tal mecanismo pode funcionar de modo razoavelmente satisfatório durante séculos, devendo-se às guerras tribais, à caça furtiva, e à doença manter o

número de homens e animais bem abaixo da capacidade de absorção do solo. Por último, no entanto, vem o dia do julgamento, ou seja, o dia em que o objetivo a longo prazo desejado de estabilidade social se torne uma realidade. Neste ponto, a lógica inerente do que é comum impiedosamente gera tragédia. Como um ser racional, cada vaqueiro procura maximizar o seu ganho. Explícita ou implicitamente, mais ou menos conscientemente, ele pergunta: "qual é a utilidade para mim de acrescentar mais um animal para o meu rebanho?" Esta utilidade tem um componente negativo e um positivo (HARDIN, 1968, p. 4).

Dessa forma, o autor afirma que os indivíduos agem apenas pelo seu interesse imediato e não são capazes de conviverem harmonicamente em um cenário de autogestão, causando a destruição de recursos compartilhados do meio ambiente e dos bens comunitários, concluindo, portanto, que devem ser fortemente controlados. Por meio desse raciocínio, o autor também ilustrou a problemática da ausência de controle de natalidade e afirmou a probabilidade de escassez nos oceanos e parques naturais. Com isso, Hardin deu margem a um pensamento coercitivo excessivamente difundido de que a única solução para a tragédia do esgotamento dos recursos comuns seria governar racionalmente os mesmos por meio da privatização ou da estatização dos recursos.

No entanto, ao longo do tempo e dos acontecimentos mundiais, a teoria se mostra ainda mais limitada, tendo em vista que nem o setor privado nem o Estado estão efetivamente dando respostas às problemáticas ambientais e sociais. "A ideia de um destino comum da humanidade não conseguiu se impor ainda, e as vias da indispensável cooperação permanecem bloqueadas. Na realidade, vivemos a *tragédia do não comum*" (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15, grifo dos autores).

Em 1990, o comum foi abordado por Elinor Ostrom que dedicou sua pesquisa ao estudo da gestão coletiva de recursos naturais, mostrando que existem formas de gestão alternativa à privatização e à excessiva regulamentação pelo Estado. Em seu livro, ela faz discordância das afirmações de Hardin (2009) na tentativa de provar a falácia dos modelos ortodoxos de gestão coletiva,

mas também questionando a “lógica da ação coletiva”de Olson (Olson, 1971) e o “jogo do dilema do prisioneiro” de Dawes (DAWES, 1973), modelos que seguem a mesma dialética de modelo de análise de políticas públicas voltada à governança de recursos comuns.

Segundo a autora, esses três modelos têm sido usados metaforicamente para evocar imagens nebulosas e pontos de vistas generalizados, como se fossem os únicos resultados possíveis para processos de gestão em todos os ambientes naturais[11]. Assim, Ostrom destacou que esses modelos simplificam a realidade e pressupõem variáveis fundamentais iguais a uma constante, colocam os indivíduos como imobilizados a um processo de destruição contínua dos recursos compartilhados, sem a capacidade de se comunicar entre si, agindo apenas por interesse próprio e sem a competência para elaborar suas próprias regras de convivência.

Em seu livro *Governing the Commons* (1990), por meio de uma rígida análise de estudos empíricos de autogestão e análises institucionais, examinou onde a governança dos recursos comuns era efetiva e onde falhava, analisando estruturas tradicionais de uso de recursos naturais e estruturas de governo. A autora mostrou que a cooperação e a gestão sustentável de recursos não são só possíveis, como existentes em diversas partes do mundo, desde o centro à periferia do sistema.

Demonstrou-se que os indivíduos são capazes de manter comunicações, tomar decisões coletivas, criar suas próprias instituições e elaborar regras para permanência. Em suma, a autora expôs que as comunidades conseguiam se organizar e administrar os recursos compartilhados, negando os modelos clássicos de ação coletiva. As análises de Ostrom foram dedicadas aos chamados *Common Pool Resources*, recursos de propriedade comum. Assim,

11 Historicamente, a ciência foi usada para manipular crenças como estas, e até casos mais absurdos como ocorrido com o racismo científico, buscou evidências empíricas para sustentarem a superioridade da raça branca e apoiar à discriminação racial. Teoria como estas, são aceitas devido à forma como governantes formuladores de políticas públicas foram levados a crer na ciência como verdade absoluta.

a teoria neoclássica[12] explica que esses recursos se caracterizam pelo alto grau de exclusão.

Os principais exemplos desses recursos explorados por Ostrom são sistema de irrigação, prados de montanha, bacias de água subterrânea e pesca costeira. A partir da análise da gestão desses recursos, Ostrom construiu um quadro analítico para mostrar as variáveis que influenciam a vivência coletiva e o gerenciamento dos bens. Por meio dessa análise, ela demonstrou que os indivíduos eram capazes de tomar decisões que não eram motivadas apenas pela maximização do interesse individual e imediato.

Os oito princípios estruturais para permanência desses sistemas de gestão coletiva, mostram que os indivíduos são capazes de administrar os recursos de propriedade comum elaborando regras próprias para assegurar seu uso responsável por meio do monitoramento constante dos interessados. Esses princípios são:

a) a formação da comunidade com limites bem definidos;
b) acordo de regras administrativas pactuado com as condições locais;
c) certificação de participação de todos, em caso de tomada de decisão e na alteração das regras;
d) garantia de que as autoridades externas respeitem os direitos regulamentares dos membros da comunidade;
e) desenvolvimento de um sistema de monitoramento interno da comunidade, para que seja possível acompanhar o comportamento de outros membros;
f) uso de sanções graduais para aqueles que violarem as regras;
g) fornecimento de meios acessíveis e de baixo custo para resolver disputas; e

12 **Segundo Baiardi (2011, p. 204) "o pensamento neoclássico se caracteriza por (i) individualismo metodológico; (ii) crença que oferta e demanda são leis universais que explicam todos os fenômenos econômicos; (iii) emprego da teoria da utilidade marginal; (iv) emprego da teoria da produtividade marginal da distribuição e (v) crença nos retornos crescentes de escala, requeridos para assegurar que todos os agentes produtivos sejam premiados de acordo com sua produtividade marginal e participação no produto total".**

h) desenvolvimento da responsabilidade de governar o recurso comum em níveis alinhados, desde o mais baixo até o sistema interconectado completo (OSTROM, 1990).

As descobertas de Ostrom tratam de investigar estruturas de governança apropriadas para a sistematização dos bens comuns, tentando entender alternativas à solução binária. Dessa forma, os bens comuns aos quais Ostrom (1990) se refere são todos os recursos limitados que têm um arranjo institucional de gerenciamento coletivo, são autônomos e têm regras de gestão bem definidas. Dessa forma, Ostrom consegue provar que os bens comuns não são, necessariamente, de acesso aberto e ilimitado, pois quem utiliza os bens é capaz de se comunicar e de autogovernar recursos.

Ela também reforça que as pessoas podem e, frequentemente, agem em prol do bem comum pois essa forma de gerenciamento estimula a capacidade coletiva das pessoas envolvidas a participarem ativamente das decisões que afetam sua comunidade. Concluindo, então, que, na maioria dos casos, esse tipo de gestão se mostra mais eficiente e duradoura do que as abordagens de estado ou de mercado. Isso demonstra, portanto, que Hardin, Olson e Dawes foram pessimistas em suas afirmações a respeito da colaboração entre pessoas. E, durante um longo período, influenciaram os argumentos que justificavam vários problemas de gestão de recursos, facilitando solução que enxergava a privatização como única alternativa (*the "only" way*).

Segundo Daniels (2007), a teoria de Hardin se faz presente em diversas áreas e serve de argumentos de aumento e cobrança de impostos, cobrança e serviço de telemarketing, administração do sistema de justiça criminal, serviços de cuidados de saúde, política de drogas dos Estados Unidos entre outros. No entanto, após os estudos de Ostrom, estudiosos de diferentes campos acadêmicos incluem o comum como uma estrutura multidisciplinar para abarcar diversos dilemas sociais.

É notável que o comum cunhado por Ostrom se diferencia da gestão pública ou privada, nas quais as decisões são tomadas em prol do benefício

das partes representadas; o que, no geral, não representa a maior parte da população. Dessa forma, é possível traçar um paralelo com a teoria Marxista, tendo em vista o entendimento de participação e organização coletiva.

No entanto, Ostrom desacredita que o comum possa enfrentar o sistema capitalista, pois parte do pressuposto que é um regime coletivo de propriedade. Neste intuito, explicam Tonucci Filho e Magalhães (2017):

> **Ostrom circunscrita aos limites da economia liberal, acaba por reificar os recursos comuns como um tipo específico de bens complementares aos bens públicos e privados, e não a eles opostos, ofuscando, assim, as relações de poder; além de, por vias de um economicismo funcionalista centrado na maximização da utilidade individual, recusar-se a reconhecer que as pessoas possam ter motivações não-econômicas para cooperarem (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 446).**

A pesquisadora mostrou que os problemas de utilização dos recursos são mais bem superados por meio da cooperação e desse tipo de gestão de economia do compartilhamento. Segundo Baiardi (2011), a autora enfatiza que há diversos autores precedentes a ela que também se dispuseram a entender os modos de cooperação e que a institucionalização pode ser assimilada pelas propostas de governo ou de mercado, trazendo soluções mais justas e tecnicamente pensadas para situações específicas. Dardot e Laval (2017) também consideram a abordagem de Ostrom liberal, argumentando que ela coloca o Comum como um agente da teoria econômica neoclássica.

Caffentzis e Federici (2014) afirmam que a pesquisa de Ostrom foi estimulada por análise de custo-benefício segundo um paradigma movido pelo lucro que utilizava o recurso como uma mercadoria a ser vendida de acordo com as regras de mercado. Na visão de De Angelis (2012, p. 4) o estudo "oferece pouca orientação sobre a necessidade do comum em se organizar vis-à-vis às forças sociais externas, como capital a fim de ser sustentável".

Sendo assim, é necessário enfatizar que essa forma de encarar o comum como estrutura de institucionalização e gestão de riqueza por meio da conciliação com o mercado e o Estado, também é sensivelmente passível à cooptação do capital, como é o caso da cultura do compartilhamento (questão mais bem aprofundada no Item 1.3 – Conhecimento).

Segundo Baiardi, Ostrom também previu essa possibilidade:

> **Ostrom (2006) não nega a possibilidade de a coerção, a solução hobbesiana, não vir a ser eficiente na organização da diversidade das ações humanas, ou de os estímulos materiais, a solução de mercado, não poderem também fazer convergir ações. Entretanto, o que a autora defende é que, na maioria dos casos em que um determinado recurso natural, ou mesmo um bem de capital, é propriedade coletiva, existe a possibilidade de, com menor custo e com maior garantia de preservação, serem construídas regras para um desfrute coletivo e sustentável (BAIARDI, 2011, p. 210).**

Embora ela tenha enfatizado a importância da gestão em comunidade e da capacidade dos indivíduos para autogovernar os seus recursos, ela nunca usou a teoria para desafiar a ordem capitalista. Dessa forma, é preciso deixar bem claro qual prioridade e quais os limites do comum institucional de Ostrom, tendo em vista as direções feministas-marxistas, pós-capitalistas e ambientais que a teoria tomou ao longo dos anos seguintes. Mas também, precisamos entender que difundir os espaços de compartilhamento é importante para desnaturalizar a "verdade absoluta" das trocas monetárias e exercitar a imaginação cívica em direção ao futuro comum.

Nos seus estudos mais recentes, Ostrom focou nos recursos imateriais, principalmente o conhecimento. Hess e Ostrom (2007, p. 8, tradução nossa), referiram-se ao conhecimento como "todos os tipos de compreensão adquiridos por meio da experiência ou estudo, seja indígena, científico, acadêmico ou não acadêmico, embora ela tenha se concentrado, principalmente, no estudo de informações acadêmicas e científicas". No entanto, a abordagem metodológica

continuou a ser neo-institucional.

É importante, nesse estágio, fazer um paralelo dos estudos do comum aqui mencionados com os acontecimentos mundiais que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1990, tendo em vista que a intensificação desses estudos tem total influência das lutas contra hegemônicas que estavam, gradualmente, ocorrendo durante esse período e que alcançaram seu ápice com os movimentos altermundialistas. Segundo Dardot e Laval (2017, p. 18), "as reivindicações em torno do comum apareceram nos movimentos altermundialistas e ecologistas". Tomaram como referência o antigo termo "*commons*", procurando se opor ao que era percebido como uma "segunda onda de cercamentos".

Os movimentos altermundialistas são a reunião de movimentos sociais que reivindicaram a construção de um novo mundo, reunindo várias frentes de movimento de esquerda, anticoloniais, feministas, ambiental, direitos das pessoas com deficiência, diversidade de gênero, direitos humanos, luta indígena, antiapartheid, etc. A união desses movimentos deu origem também ao Fórum Social Mundial **(Figura 1)**, que nasceu da resistência contra a globalização neoliberal, no final de 2001, levantando a bandeira de que havia sim alternativa ao neoliberalismo.

Figura 1: Protesto no Fórum Social Europeu de Istambul (2010).

Fonte: Disponível em: https://oqueficadoquepassa.wordpress.com/tag/altermundialismo/ acesso 10 dez 2021.

O Fórum Social Mundial teve como desafio a união dessa complexidade de demandas sociais por meio de estratégias e abordagens inclusivas adotadas via uma ideologia de horizontalidade. Dessa forma, tanto o Fórum quanto as lutas altermundialistas "resistiram à exploração de bens comuns e fizeram esforços mais amplos de transformação social" (RAMOS, 2010, p. 218, tradução nossa). Assim como o comum colocado por Ostrom e pelos demais autores que trouxeram suas reflexões a partir dessas lutas, o movimento altermundialista desafiou a hegemonia capitalista neoliberal, construiu novos paradigmas e conceitos de desenvolvimento sustentável, levando em consideração a necessidade de preservar todas as formas de vida que habitam nosso planeta[13].

Os ativistas desses movimentos mudaram a chave público/privado e se voltaram ao conceito de comum, enxergando o risco da comoditização e da propriedade privada. Klein, no seu artigo *"Reclaiming the Commons"* (KLEIN, 2001), explica que o traço em comum nesses milhares de movimentos altermundialistas é o protesto contra a privatização de todos os aspectos da vida e a transformação das várias atividades possíveis em valor de uma mercadoria, levantando pautas da privatização da educação, da saúde, dos recursos naturais, mas que, no geral, todos estão reivindicando os comuns ou tentando recuperar os comuns. Dardot e Laval (2017, p. 120), ao mencionarem essa fala de Naomi Klein, concluem que a autora, ao reinvestir na categoria dos comuns "desejava a "conexão entre o bem-estar local" e os processos mundiais mais abstratos, a fusão entre os movimentos de defesa ou criação de modos de vida mais conviviais, mais democráticos, mais autônomos, e a luta contra a onipotência das grandes empresas.

Dessa forma, muitos movimentos populares e intelectuais buscaram pautar suas lutas nessas estruturas do comum e projetos emancipatórios de gestão coletivas. Como é o caso do *Midnight Notes Collective*, coletivo formado por intelectuais marxistas, no final dos anos 70, que dedicaram seu trabalho a

13 Segundo Acosta (2016, p. 94) entende-se como *"pachamamistas* aquelas visões (até dogmáticas) que ressaltam em extremo a importância da *Pacha Mama* ou certos aspectos da cosmovisão andina, assumindo-a inclusive como se não tivesse sido afetada pelos séculos de colonização e encobrindo muitas vezes seu criticismo em relação ao capitalismo".

movimentos anticapitalistas e antiguerra, formado por Caffentzis, De Angelis, Federici e Linebaugh. Um dos principais argumentos do grupo a respeito do neoliberalismo é que colabora drasticamente com a acumulação do capital. O grupo expõe o neoliberalismo como uma categoria de cercamentos que está acabando com os recursos comuns de subsistência, no qual tudo está sendo capitalizado, "desde a água que bebemos até nossas células e genomas do corpo" (CAFFENTZIS; FEDERICI, 2014, p. 95). Caffentzis e Federici (2014) explicam que, por essa razão, a ideia do comum ajuda-nos a exercitar a imaginação coletiva, expandir a consciência sobre sua existência e desejar aprender mais sobre.

No artigo The New Enclosures (2001), o coletivo Midnight Notes alerta sobre as maneiras pelas quais instituições globais têm capturado o comum com novos cercamentos[14] para acomodar os interesses do mercado, o que envolve expulsão de comunidades nativas, a imposição de trabalho em ambientes alheios e, o consequente empobrecimento dessas populações marginalizadas. Nesse artigo, os autores expõem a cumplicidade do Estado e do Mercado sobre os chamados novos cercamentos e introduzem o comum como um verdadeiro "jubileu", no mesmo sentido que foi utilizado entre os antigos povos da Mesopotâmia, que significava a abolição da escravidão, o cancelamento de todas as dívidas e o retorno de todas as terras ao comum; como foi utilizado no final do século XVIII, no campo inglês, para exigir o fim dos cercamentos; e como foi utilizado pelos os escravos da África Atlântica para exigir sua libertação.

Peter Linebaugh (2008) em seu livro *The Magna Carta Manifesto*, explica que os comuns sempre tiveram um significado anticapitalista devido às lutas de

14 Os autores destacam as principais políticas que capturam o comum, as quais chamam de *"The Apocalypse of the Trinity of Deals":* 1) a privatização de terras em países em desenvolvimento, como América Latina e África, onde por meio do Programa de Ajuste Estrutural do FMI, o Banco Mundial compra terras destinadas ao usufruto comum para dar espaço ao agronegócio; 2) a alta precificação de hipotecas e aluguéis e a redução dos salários em países como Estados Unidos, impossibilitando as pessoas de terem onde morar; 3) o deslocamento na China, na então União Soviética e países da Europa Oriental de milhões de pessoas de suas terras administradas comunitariamente para abrir caminho para a transição para a economia de mercado livre.

camponeses e trabalhadores em sua defesa, como é o caso da Alemanha (1548) e dos Estados Unidos (década de 1700). A segunda contribuição importante desse coletivo vem da perspectiva feminista de Silvia Federici (2011), trazendo a importância do papel das mulheres na defesa dos recursos comuns, pois, segundo a autora, as mulheres são as mais dependentes de uma rede de apoio comunitária e, portanto, sempre dependeram do acesso aos recursos comuns e modos de vida coletivos, sendo as mais penalizadas com a sua privatização.

Em suma, o coletivo define o comum como uma prática social coletiva emancipatória. Segundo Caffentzis e Federici (2014) o comum que é desejado visa transformar as relações sociais e criar uma alternativa ao capitalismo. Em contraste com a proposta de Ostrom, os autores defendem o comum para além do fornecimento de serviços sociais e de gestão de recursos.

Segundo Caffentzis e Federici (2014), as formas de atingir o comum como prática social em um mundo com relações capitalistas são as seguintes:

a) a produção do comum por meio das relações de natureza coletiva, do trabalho reprodutivo e dos meios de reprodução envolvidos, tendo em vista que os comuns já estão ao nosso redor;
b) garantia da existência do comum como "riqueza": terras, florestas, águas, espaços urbanos, sistemas de conhecimento e comunicação, todos para serem usados para fins não comerciais mas sim sociais compartilhados;
c) conexão entre o público e comum, reforçando-os mutuamente, já que "o público" é na verdade uma riqueza produzida em comum, devendo ser reapropriada e perpetuada, mas sem deixar de manter a distinção, tendo em vista a existência de uma esfera privada e das relações econômicas que são capazes de tomar posses;
d) a criação de comunidades que implicam direitos e obrigações, ou seja, reciprocidade no trabalho de reprodução e regeneração do comum;
e) existência de regulamentos que estipulem como a riqueza deve ser usada e cuidada, tendo princípios como igualdade de acesso, reciprocidade entre o que é dado e o que é tirado, tomada de decisão coletiva, e

flexibilidade de mudança de regras; e

f) acesso igualitário aos meios de reprodução e decisão antiautoritária, caso contrário, se verá desigualdade, cobiça e secessão.

Por meio dessas seis formas de atingir o comum como prática social, é possível destacar dois pontos de congruência com os oito princípios estruturais de Ostrom: a manutenção da reciprocidade do grupo juntos aos direitos e deveres de cada indivíduo (o relacionamento) e o cumprimento do regulamento criado pelo próprio grupo (o gerenciamento). No entanto, Caffentzis e Federici (2014) destacam um ponto crucial para conservação e recuperação das riquezas: a importância do sentimento de solidariedade não competitiva entre os membros (a comunidade). O que mostra a diferença entre o comum como prática social e como forma de gerir recurso, ou seja, o comum não depende apenas da reunião de grupo de pessoas que governam o comum, a fim de cultivar recursos por um longo período, mas pelo tipo de relacionamento que se estabelece entre seus membros[15]. Em concordância, Bollier e Helfrich (2015, p. 127, tradução nossa), afirmam que o comum é um sistema através do qual pessoas abordam seus problemas compartilhados de formas auto-organizadas, "é um sistema social vivo que é independente e durável e, portanto, capaz de entrar em compromissos construtivos com o mercado e o Estado".

No entanto, Caffentzis e Federici (2014) enfatizam também que o comum não é apenas um meio pelo qual se compartilha de forma igualitária os recursos que se produz, mas um compromisso com a criação de sujeitos coletivos, um compromisso com a promoção de interesses comuns em cada aspecto da nossa vida, o que envolve, dessa forma, a dimensão econômica

15 Segundo De Angelis (2003), essa comunidade também pode representar riscos, devido ao fechamento cultural e consequente exclusão de outras pessoas da sociedade. Portanto, é importante garantir continuamente que a comunidade não se transforme em um espaço pautado apenas na identidade e que passa a excluir pessoas que não concordam explicitamente com certos valores (De Angelis, 2012). Dessa forma, o autor considera fundamental criar relações translocais entre comunidades autônomas e o exterior, a partir de formas não competitivas.

justa:

> **Os comuns anticapitalistas não são o ponto final de uma luta para construir um mundo não capitalista, mas seus meios. Nenhuma luta terá sucesso em mudar o mundo se não organizarmos a nossa reprodução de forma comunitária, não só compartilhando o espaço e o tempo das reuniões e manifestações, mas colocando nossas vidas em comum, organizando com base em nossas diferentes necessidades e possibilidades, e rejeitando todos os princípios de exclusão ou hierarquização (CAFFENTZIS; FEDERICI, 2014, p. 103, tradução nossa).**

Segundo os autores, o comum pode ser encarado nos antigos vestígios de formas de cooperação no trabalho, mas o crescente interesse dos estudiosos nessa temática se dá pela gama de princípios democráticos desenvolvidos junto ao tema, no combate à desapropriação sistêmica que ocorre sob o capitalismo e na reprodução social. A contribuição de De Angelis na literatura do comum vem nessa direção de desenvolver uma sociedade pós-capitalista. O autor situa o comum como uma terceira alternativa de recursos compartilhados não estatais e não mercantis que são governados horizontalmente (DE ANGELIS, 2012). Dessa forma, De Angelis (2012) destaca a necessidade de revolução social, incluindo a criação de novos modos de produção para além do espaço compartilhado, mas também o desenvolvimento de novas relações sociais, reconhecendo a importância da esfera da reprodução.

Com isso, De Angelis e os demais estudiosos do *Midnight Notes Collective* reconhecem a importância da reprodução social na dimensão do comum, na qual buscam inserir o campo do cuidado como forma básica de trabalho que sustenta a vida e possibilita o funcionamento de qualquer tipo de sistema social, do qual todos dependem. O entendimento da reprodução social como fundamental para a luta do comum, implica na inclusão de uma gama de práticas que proporcionam vários graus de autonomia em relação ao mercado e ao Estado.

Segundo Federici (2011), essa perspectiva feminista do comum coloca em evidência às práticas cotidianas, as relações sociais e os espaços de criatividade e reprodução social onde as pessoas veem, compartilham e agem juntas. Há também uma importante contribuição de Bollier e Helfrich (2019) a respeito do trabalho afetivo, como central para luta do comum, argumentando que esses trabalhos de cuidado e compromisso que envolvem amor, devoção e cuidado são a "cola" elementar para manter as pessoas unidas.

A ênfase na perspectiva de gênero na luta pelo comum localiza a realização de trabalhos de cuidados, historicamente demandado às mulheres, em um patamar de trabalho compartilhado em várias camadas da sociedade e feito de forma coletiva e cooperativa. Federici (2018), em A Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva, traz uma perspectiva histórica da luta feminina contra os cercamentos de terras na primeira fase do capitalismo. A autora explica a defesa sobre a cultura comunal na Inglaterra, relata a perseguição das mulheres rotuladas como bruxas, nos séculos XVI e XVII, descreve a fuga das mulheres peruanas para montanhas quando os colonizadores assumiram o controle das aldeias e dá um panorama geral da força feminina na agricultura de subsistência e conservação da natureza atualmente, dando exemplos dos casos que ocorreram na África, Índia, Filipinas e na América Latina[16].

A autora aponta que uma das lições que podemos aprender com esses fatos históricos é que o principal mecanismo pelo qual um interesse coletivo e laços mútuos são criados, é por meio da comunhão dos meios materiais de reprodução que, também, é a força de resistência a uma vida de sujeição

16 No artigo *Feminism And the Politics of the Commons,* Federici (2011, p. 9 tradução nossa) relata o novo processo de acumulação primitiva de forma resumida: "Na África, elas produzem 80% dos alimentos que as pessoas consomem, apesar das tentativas feitas pelo Banco Mundial e outras agências para convencê-las a desviar suas atividades para a plantação comercial. Na década de 1990, em muitas cidades africanas, em meio à ascensão dos preços dos alimentos, elas se apropriaram de terras públicas e plantaram milho, feijão, mandioca 'ao longo das estradas {...} em parques, ao longo de linhas férreas...' mudando a paisagem urbana das cidades da África e quebrando a separação entre cidade e país. Na Índia, Filipinas e em toda a América Latina, as mulheres replantaram árvores em áreas degradadas florestas, deram as mãos para afugentar madeireiros, fizeram bloqueios contra as operações de mineração e a construção de barragens, e lideraram a revolta contra a privatização da água".

e a condição para a construção de espaços autônomos que minam por dentro o domínio que o capitalismo exerce sobre nossas vidas.

Essa perspectiva também reforça o comum como um contingente de relações em formação que resultam em práticas coletivas de produção, troca e vivência no mundo. Essas práticas se inserem sobre os fatores de proximidade e governança compartilhada que são essenciais à sobrevivência de qualquer comunidade, "por meio de padrões comportamentais recorrentes, como a Ritualização da União e a Confiança no Saber Situado" (BOLLIER; HELFRICH, 2019, p. 44, tradução nossa). Bollier e Helfrich (2019) definem o trabalho baseado no cuidado como uma variedade de atividades humanas elementares essenciais para resgatar e colocar o comum no centro do pensamento econômico, na tentativa de validar uma lógica diferente de organização da economia. Dessa forma, o comum centrado na perspectiva de reprodução social é um convite a renunciar à maximização do ganho pessoal e prestar cuidados ao próximo de forma não patriarcal, igualitária e democrática.

O trabalho baseado no cuidado é o mais próximo de uma economia política que vai além da lógica mercantilista, tendo em vista os agrupamentos comunitários e o cultivo de uma responsabilidade coletiva para si e para os outros, envolvendo-se em relações recíprocas de autogoverno dentro de uma comunidade. Ao enxergar este processo em uma lente feminista, o comum se constrói pelos atos de dar e receber, tornando-se a concretização do aspecto afetivo e emocional no relacionamento. Com isso, as desigualdades estruturais que existem em potenciais comunidades seriam eliminadas, pois reconheceriam e valorizariam todos aqueles que dependem do cuidado, ampliando a dimensão de compreensão da dependência e institucionalização dos dois pilares da autoconsciência e reciprocidade ilimitada. Dessa forma, o comum pode existir de acordo com seu potencial econômico político pós-capitalista.

Superar esse estado de esquecimento é onde uma perspectiva feminista nos ensina a começar nossa reconstrução do comum. Nenhum comum é possível

a menos que nos recusemos a estruturar nossa vida e nossa reprodução no sofrimento dos outros, a menos que nos recusemos a nos ver separados deles. Na verdade, se o comum tem algum significado, deveria ser a produção de nós mesmos como um sujeito comum. É assim que devemos entender a frase "não há comum sem comunidade" (FEDERICI, 2019, p. 110, tradução nossa).

Portanto, o comum que se corresponde ao "relacionamento", são os bens comuns advindos dos recursos compartilhados por um grupo de pessoas que tomam decisão a respeito dos mesmos, mas que, quando levada em consideração a superação aos modos de produção atuais, devem se ampliar ao resultado da produção social durante um período de interação comunitária. Destaca-se, dessa forma, os recursos naturais, os regimes de propriedade e os modos de governo.

No Quadro 2 vemos o resumo dos autores no âmbito do relacionamento.

Ano	Autor	Abordagem política
1968	Garrett Hardin	Liberal
1990	Ostrom	Liberal
1998/2012/2018	Federici	Teoria Crítica
2001	Midnight Notes	Teoria Crítica
2008	Peter Linebaugh	Teoria Crítica
2012	De Angelis	Teoria Crítica
2014	Caffentzis e Federici	Teoria Crítica
2015	Bollier e Helfrich	Teoria Crítica

Fonte: Elaboração própria, 2021.

1.2 Conhecimento

Conhecimento. Entendimento sobre algo; saber: conhecimento de leis. Ação de dominar uma ciência, uma arte, um método, um procedimento. Ação de se relacionar com uma ou mais pessoas. Etimologia: do latim, "cognoscere", que significa "ato de conhecer". Michaelis Online

A intensificação dos estudos do comum, na década de 1990, também refletiu, junto à criação da Internet, no desenvolvimento tecnológico e transformações econômicas. Durante anos, as bibliotecas eram as únicas fontes de conhecimento disponíveis. Hoje, com o acesso digital e a Internet, as informações e o conhecimento estão mais facilmente ao alcance de um público em geral, apesar de ainda existirem barreiras de acesso[17].

Porém, nem tudo o que está na Internet tem acesso ilimitado. Segundo Lessig (2004), com a difusão da *World Wide Web,* a oportunidade de compartilhamento da cultura e a possibilidade de acesso à gama infinita de recursos foi cessada pela grande pressão de produções culturais até então desprotegidas por meio de regulamentações legais. Dessa forma, as transformações na forma de utilizar, produzir e disseminar informação e conhecimento resultaram também em uma lógica dialética e conflituosa quanto à apropriação e uso privado de informação e conhecimento.

---

17 Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), o organismo especializado da Organização das Nações Unidas (ONU), no final de 2019, quase a metade dos habitantes do planeta — cerca de 3,6 bilhões de pessoas — não tinha acesso à Internet. Essa desigualdade no acesso à Internet e às TICs se chama exclusão digital e afeta 52 % das mulheres e 42 % dos homens do mundo. Estas estatísticas se tornam ainda mais alarmantes que colocadas por região. Segundo dados extraídos do portal Internet World Stats em maio de 2020, na África apenas 39,3 % de seus habitantes tem acesso a internet, com relação a 94,6 % dos norte-americanos, a 87,2 % dos europeus, 70,2% do oriente médio, 68,9% da América Central e do Sul, 67,7% da Oceania e 55,1% da Ásia. Disponível em: https://www.iberdrola.com/compromisso-social/o-que-e-exclusao-digital acesso em ago 2021.

Segundo Lessig (2004), a Internet trouxe um mundo de possiblidades quanto ao acesso e ao compartilhamento de conhecimento. No entanto, rapidamente, as empresas se deram conta da ameaça que ela representava e pressionaram governos a criarem leis de restrição a algo que supostamente seria livre. Dessa forma, a reivindicação de livre acesso à informação e ao conhecimento veio do Movimento de Cultura Livre.

Por Cultura Livre[18] identifica-se o compartilhamento, o acesso livre e aberto a bens culturais e ao conhecimento. Segundo Lessig (2004), o acesso à essência do bem comum que se delineia pela liberdade de obtenção do conhecimento quando se considera o ambiente digital, fornece e demanda maior capacidade de troca de conteúdo em prol da criatividade e inovação. O Movimento de Cultura Livre se coloca, portanto, como uma crítica à propriedade intelectual que transformou o conhecimento em um bem privado.

Segundo Morell (2012), o surgimento do Movimento Cultura Livre e do Comum Digital é um sinal do conflito em torno da informação, cultura e regulação do conhecimento citado por Lessig no livro *Free Culture: How Big Media Uses Technology and Law to Lock Down Culture and Control Creativity* (2004). Os apontamentos e as contribuições dos movimentos de *Creative Commons, Free Law* e os movimentos de Software Livre e Aberto são abordagens ativistas nessa perspectiva de conquista do comum do conhecimento.

Morell (2012) explica que os movimentos em torno da cultura livre reivindicam uma visão de acessibilidade aos fluxos de informação e conhecimento, e formatos abertos e colaborativos de criação de conhecimento (como *software* ou outros tipos de conteúdo imaterial), em vez de visões proprietárias e restritivas. Ressalta também que esses movimentos não apenas colocam a regulamentação da Internet e da tecnologia da informação e comunicação no centro de sua agenda política, mas também fazem uso

18 Culturas livres são culturas que deixam uma grande parcela de si aberta para outros poderem trabalhar em cima; conteúdo controlado, ou que exige permissão, representa muito menos da cultura. A nossa cultura era uma cultura livre, mas está ficando cada vez menos livre (LESSIG, 2004 p.28).

extensivo dessas tecnologias para atingir seus objetivos de mobilização e organização. Os movimentos propõem a redefinição total em torno do direito de propriedade intelectual, incluindo direitos autorais, patentes e marcas registradas, colocando em pauta a captura dos bens comuns de conhecimentos científicos e culturais, desde a segunda metade do século 20.

Quando colocado no âmbito do conhecimento, o comum se refere ao compartilhamento de informações, ideias e recursos de forma aberta e livre, o que muitos autores passaram a chamar de *digital commons/knowledge commons*. Por conhecimento, Hess e Ostrom (2007, p. 7 tradução nossa), referem-se "a todas as ideias, informações e dados inteligíveis em qualquer forma nas quais sejam expressos ou obtidos". Segundo Morell (2012), esses comuns são recursos de informação e conhecimento criados coletivamente e compartilhados em comunidade e que tendem a ser não exclusivos, ou seja, estão geralmente disponíveis gratuitamente para terceiros, livres de trocas monetárias. Além disso, a comunidade de pessoas que os constroem pode intervir na gestão de seus processos de interação e de seus recursos compartilhados.

Para pontuar exemplos mais perceptíveis, é possível citar a Internet em si funcionando como um comum, pois ela permite que pessoas se conectem e colaborem por meio de plataformas digitais, *softwares* de código aberto e redes sociais sem necessáriamente fazer trocas monetárias. Também devemos colocar as bibliotecas gratuitas de patrimônio cultural, os espaços colaborativos (*hackerspaces, fablabs*), a produção cultural, toda produção científica e cultural que possui licença no *creative commons* e as plataformas e práticas educacionais que disponibilizam o conteúdo abertamente.

Embora o comum digital possa, inicialmente, parecer acessível, muitas vezes, "coopera melhor" com o capital por meio de suas abordagens inovadoras e tecnológicas, valorizando, principalmente, o valor de uso e não valor de troca, como é o caso da concentração de riqueza pelas grandes corporações que atuam no mercado globalizado. Nesse sentido, importantes contribuições vieram

de Lessig (2004) e Benkler (2006), pois os autores buscaram compreender o impacto das novas tecnologias para a construção do comum, recusando-se a deixar de analisar essas experiências em consonância com o mercado e o Estado.

Benkler (2006), disserta sobre como esse "novo ambiente de informação" abre a possibilidade de participação aberta e compartilhada, a partir de uma análise dos estudos de leis e políticas da informação. De acordo com o autor, o comum do conhecimento é qualificado pela característica de bens comuns de abundância e não rivalidade. Isso envolve recursos intangíveis e não exclusivos, ou seja, o seu consumo por um determinado indivíduo não diminui ou exclui seu consumo por outra pessoa, e não define um limite para o consumo do bem. Tudo isso faz com que não existam, portanto, motivos que limitem os direitos de acesso e retirada destes recursos, evitando a Tragédia dos Comuns, como tratados por Hardin e mais tarde refutados por Ostrom.

Ao contrário dos bens esgotáveis, a não rivalidade desses bens comuns os leva a acreditar que, quanto mais compartilhados, mais informação chegará às pessoas. No entanto, como explica Benkler (2006), os bens comuns do conhecimento foram tornados limitados por meio das leis de direitos de propriedade intelectual.

De toda forma, o conhecimento é considerado o exemplo clássico de um bem comum. Um bem disponível a todos; e o uso de uma pessoa não subtrai o uso de outra, sendo, portanto, um comum facilmente intercambiável e colaborativo. Ademais, embora o conhecimento não seja tecnicamente esgotável, ele é sujeito à gestão de controle, ou seja, gerenciado por comunidades. Por esse motivo, Ostrom e Hess argumentaram como os *Knowledge Commons* (Comum do Conhecimento) poderiam ser vistos por meio da mesma estrutura analítica usada no estudo do gerenciamento do comum.

Indiscutivelmente, estes estudos representaram um avanço significativo no pensamento de Ostrom, ao reconhecer que não é apenas a qualidade

intrínseca do recurso que o determina como um comum, mas o tipo de gerenciamento adotado. Assim, Hess e Ostrom (2007) redefinem o comum como todos os recursos, materiais ou imateriais, administrados em conjunto por um coletivo de indivíduos.

Conceitualmente, o comum do conhecimento é contra a expansão dos direitos de propriedade intelectual e privatização do conhecimento, bem como enxerga o conhecimento como potencial de permitir a liberdade de expressão e práticas democráticas, principalmente quando se trata da ciência aberta e das ações coletiva comunitárias. Hess e Ostrom (2007, p. 5, tradução nossa), ressaltam que "as ameaças típicas ao comum do conhecimento são a mercantilização ou a clausura, a poluição, a degradação e a insustentabilidade".

Assim, segundo Machado (2015), o grande mérito de Ostrom ao incluir o conhecimento no rol dos bens a serem livremente partilháveis foi ressaltar a minimização de certas distinções radicais, explicitando que o conhecimento não é um bem a ser poupado ou a ter seu uso dosado. O conhecimento não é um valor ou algo a ser disputado, dividido ou apropriado por uns em detrimento de outros.

Paralelamente, Benkler (2006), ao dissertar sobre as riquezas das redes, demonstra a importância do comum do conhecimento, por meio do espaço digital que deu origem ao desenvolvimento de uma forma de produção colaborativa, até então impossível, o *commons-based peer production*[19]. Isso significa um modelo de produção socioeconômica baseada em um padrão de organização menos centralizado e mais colaborativo, no qual pessoas trabalham de maneira cooperativa e não proprietária. De acordo com Benkler (2006, p. 62, tradução nossa), o que caracteriza este tipo de produção é que ele não depende ou propaga conhecimento privado.

---

19 Exemplos mais emblemáticos de projetos que usam a *commons-based peer production:* Linux, Wikipedia, Clickworkers, Pirate Bay, OpenStreetMap, Ushahidi, Horta Comunitária, Firefox.

> **As entradas e saídas do processo são compartilhadas, livre ou condicionalmente, em uma forma institucional que os deixa igualmente disponíveis para todos usarem como eles escolherem a seu critério individual (BENKLER, 2006, p. 62, tradução nossa).**

Segundo o autor, as empresas ou pessoas que trabalham por meio dos *commons-based peer production*, têm vantagens na facilidade e no ganho de informações, por gerar um conteúdo dinâmico que reflete as habilidades individuais, e pelo fato de existir a grande variabilidade dos recursos e de informação que podem ser realizados sem a necessidade de um contrato, ou outro fator que permita o uso adequado do recurso para um projeto.

Assim como Lessig (2004), Benkler (2006), Hess e Ostrom (2007) e Bauwens, Kostakis e Pazaitis (2019) também acreditam que esse tipo de estrutura de *commons-based peer production*, aqui amplificada para o Comum do Conhecimento, é uma forma de se relacionar que permite que os seres humanos se conectem e se organizem em redes para colaborar, produzir e compartilhar, por meio de uma infraestrutura tecnológica. Para Bauwens, o modelo econômico *peer to peer (P2P*) baseia-se na livre participação de parceiros iguais, engajados na produção de recursos comuns. Para Benkler, a produção em rede é uma ação cooperativa e coordenada realizada para mecanismos radicalmente distribuídos e não relacionados ao mercado.

No entanto, apesar de possuir uma dinâmica social, política e econômica diferente da vigente, caracterizando uma forma de criação e difusão comum, o *P2P* é coexistente à produção capitalista. Assim como existem diversas iniciativas baseadas no comum digital, também já é possível constatar a grande quantidade de *startups* e grandes empresas que capitalizam esse tipo de produção.

O desenvolvimento de tais entendimentos tecnológicos para novas relações econômicas e sociais inerentes à expansão da Internet deu origem também ao surgimento de tecnologias digitais coletivas e a uma cultura de

redes que se baseiam na produção social democrática e coletiva como: *Open Data, Open Hardware, Open Networks e Open Knowledge* (hardware aberto, redes abertas, dados abertos e conhecimento aberto respectivamente). Essas tecnologias digitais de iniciativas de inovação social são um braço potente da produção do comum do conhecimento.

Stalder (2013) nomeia essa conjuntura digital de aproximação de "enxame social contemporâneo", ou seja, indivíduos independentes que usam a Internet como ferramenta e formulam regras simples para se coordenar horizontalmente e buscar um esforço coletivo. O autor enfatiza que, muitas vezes, essas interações podem vir de "laços fracos" que têm como principal função conectar grupos estreitamente unidos entre si e, assim, permitir que a informação se espalhe por uma faixa social mais ampla, sendo capazes de sustentar dinâmicas sociais em várias escalas. Elas unem a participação e a colaboração por meio das redes. E geram impactos reais na construção coletiva da cidade. Pereira Jr. (2017, p. 62), ao citar os estudos da Knight Foundation, explica que:

> **As tecnologias cívicas são resultado de uma convergência de iniciativas de participação cidadã sendo promovidas por organizações da sociedade civil em diferentes campos de atuação, tais como: acesso e transparência de dados governamentais; mobilização comunitária em torno de causas e campanhas; redes e fóruns comunitários sobre temas de interesse público; redes de consumo colaborativo e de compartilhamento de recursos; ou projetos de financiamento colaborativo voltados para serviços e espaços públicos (PEREIRA JR., 2017, p. 62).**

Essas tecnologias cívicas criam circunstâncias materiais que possibilitam trocas democráticas de informação e de criação, configurando-se como fator determinante do comum digital. Tais iniciativas são criadas a partir da demanda local dos usuários (grupos ativistas, acadêmicos, comunidades, entre outros), geralmente, não atendida pelo setor privado ou do governo; o que as colocam para além do meio digital. Dessa forma, cidadãos se conectam para desenvolver

ferramentas e plataformas que promovem o agenciamento de ações ativistas refletidas na transformação dos espaços urbanos em que vivem.

Para fins terminológicos, esta pesquisa se utilizará do termo "plataformas digitais para participação cívica", nacionalmente cunhados pelos autores Clorisval Pereira Junior e Rejane Spitz (2016) para se referir às iniciativas de inovação social, ou iniciativas *bottom-up* (baixo para cima), que contam com a participação da sociedade civil e fazem uso das tecnologias digitais para tratar de problemas sociais, geralmente, não atendidos por empresas ou agências do governo. Além do mais, estas plataformas digitais para participação cívica se utilizam de tecnologias emergentes tais como dados abertos, hardware aberto, redes abertas e conhecimento aberto para promover participação cívica e inclusão social.

Segundo Pereira Junior e Spitz (2016, p. 3126), a base dessas práticas está na Inovação Social Digital e é pautada como: "ações sociais em prol do bem comum, que envolvem participação cívica, mobilização coletiva, colaboração, compartilhamento de recursos e descentralização de poder, e que são empoderadas por tecnologias digitais emergentes baseadas em plataformas abertas". Por intermédio dessas iniciativas, os autores acreditam que a inclusão digital e a cultura digital são desenvolvidas ao se apoiarem nas tecnologias emergentes, a partir da Inovação Social Digital. Em um estudo sobre iniciativas de Inovação Social Digital na Comunidade Europeia e América do Norte, Bria (2015), apontou 6 categorias de iniciativas de Inovação Social:

a) Democracia Eletrônica: iniciativas que possibilitam a participação coletiva dos cidadãos em processos de tomada de decisão e deliberação coletiva;

b) Acesso Aberto: iniciativas que fornecem acesso livre ao conteúdo; são iniciativas que se aproximam do comum conhecimento;

c) Economia Colaborativa: iniciativas que promovem modelos socioeconómicos colaborativos por intermédio do compartilhamento;

d) Redes de Conscientização: iniciativas que buscam mapear, comportamentos, demandas, problemas e até produtos/serviços, a fim de promover empoderamento coletivo;

e) Novos Modos de Fabricação; iniciativas ou comunidades makers que fornecem acesso à infraestruturas, produtos ou aprendizagem;

f) Financiamento, Incubação e Aceleração: Incubadoras e aceleradoras criadas pelos financiadores públicos e privados que podem apoiar projetos independentes.

Essas categorias evidenciam a pluralidade de iniciativas de Inovação Social Digital e abrem possibilidades para uma sociedade mais atuante nas questões comunitárias por meio das plataformas digitais para participação cívica. Aqui, faz-se pertinente ressaltar a categoria de Economia Colaborativa colocada por Bria (2015) e que se aproxima do conceito de cooperativismo de plataforma trazido por Schneider e Scholz (2016). Este se baseia em dois princípios: propriedade comum e governança democrática.

Os autores ressaltam que o cooperativismo de plataforma busca subverter as práticas de extrativismo e exploração pelas quais agem as grandes plataformas contemporâneas redefinindo, então, o sistema operacional das plataformas por meio das práticas de trabalho cooperativo. Esse sistema aprecia a propriedade da rede e do conteúdo produzido e, por meio de acordos mútuos, garantem que a produção fique na mão dos usuários. O cooperativismo de plataforma se relaciona com questões políticas, sociais, de economia colaborativas, dentre outras, e busca visibilizar problemáticas, cobrar direitos e discutir soluções; o que cria uma sociedade em rede mais culturalmente diversa, socialmente inclusiva e globalizada e economicamente justa cultivando o comum digital.

Na tentativa de diferenciar e evidenciar as práticas do cooperativismo de plataforma, Scholz (2016) explica que o movimento do cooperativismo se baseia na produção de bens comuns, sendo um setor de conhecimento e

produção cultural não mercadológico, não tratado como propriedade privada, mas com a ética de partilha aberta, autogestão e cooperação. A ideia é usar o design algorítmico de aplicativos como Uber a serviço de um negócio com modelo cooperativo com as premissas da propriedade comunal, a governança democrática, a transparência, sustentabilidade e a distribuição de mais-valia entre vários titulares (SCHOLZ, 2016). O cooperativismo de plataforma opera no modelo de uma multicooperativa de partes interessadas de consumidores, fornecedores, investidores e produtores, abrangendo um grande espectro de setores como comércio eletrônico, serviços de limpeza, trabalho cultural, finanças, desenvolvimento de software e transporte, entre outros modelos que veremos mais adiante no Capítulo 3.

É importante reforçar que os conceitos de plataformas digitais de participação cívica, economias colaborativas e cooperativismo de plataforma são diferentes do conceito de economia compartilhada. Todos esses conceitos partem do desenvolvimento inicial de uma série de iniciativas *peer-to-peer* sem fins lucrativos com base nos valores morais de uma economia colaborativa com o apoio de tecnologias digitais. No entanto, atualmente, a economia compartilhada evoluiu para se referir a uma economia em que os indivíduos são coordenados por meio de plataformas de software on-line para a produção, distribuição, comércio e consumo de bens e serviços como aluguel de casas, carona e compartilhamento de carros e comércio. Essas plataformas comercializadas obscurecem as diferenças entre as plataformas digitais para participação cívica e o capitalismo de plataforma praticados por grandes empresas.

No capitalismo de plataforma, a digitalização e a rede na Internet ampliam a monetização de bens e serviços, tornando mais viável e rápido todo tipo de troca comercial sob demanda. No livro Plataform Capitalism (2017), Nick Srnicek, caracteriza essa nova fase da economia mundial por meio da exploração econômica de dados gerenciadas por grandes empresas tecnológicas que trabalham na lógica da hiperterceirização e geram um novo modelo de negócio. Segundo Papadimitropoulos (2021), o capitalismo de

plataforma é baseado em uma autoridade central que aproveita o poder de mercado de rede para extrair rendas dos participantes. Dessa forma, esse sistema coloca os trabalhadores em desvantagem ao transformar a mão de obra em um leilão, ou seja, quem ganha é quem oferece o serviço mais barato.

Além do mais, essa estrutura recebe o suporte do discurso do empreendedorismo, autonomia e liberdade de escolha para desconsiderar os direitos trabalhistas como salário-mínimo, aposentadoria, férias, dentre outros. Em um quesito mais amplo, o capitalismo de plataforma colonizou a esfera pública e privada a tal ponto que integrou as tecnologias de comunicação e informação em um "ciber-mercado" global, borrando as fronteiras entre "virtual" e "real", "trabalho" e "jogo", "produção" e "consumo", "privado" e "público" (PAPADIMITROPOULOS, 2021).

Dessa forma, as redes sociais mercantilizaram a sociabilidade dos usuários na internet, convertendo as atividades em dados vendidos aos anunciantes[20]. Advindas da cultura do compartilhamento e da economia compartilhada, a essência de plataformas como Facebook, Flickr, Youtube e que se desdobraram também em plataformas como Uber e Airbnb são, hoje, pilares da exploração de mão de obra barata, deixando de lado os princípios de cooperação. Essas empresas tiveram, no seu início, a filosofia de criar comunidades baseadas no compartilhamento, mas tempos depois se mostraram impiedosamente capitalistas, construindo seu capital em cima da super exploração de trabalhadores, sem cumprir com leis trabalhistas ou divisão de lucros.

Essas plataformas operam seguindo as diretrizes de uma empresa privada, impondo regras e protocolos sobre seus usuários. Das redes sociais aos videogames, prevalece o modelo ditatorial, não permitindo um *feedback* entre desenvolvedores e comunidades, pois os motivos ocultos das redes estão alicerçados na extração de capital por meio de comportamentos manipuladores (SANCHEZ, 2020).

20 As coletas de dados pessoais são usadas na criação de anúncios direcionados, com geração de processos de clique em compra dos usuários.

Outra prática que surge da noção do comum do conhecimento é o mapeamento colaborativo, práticas estas que também serão abordadas no capítulo 3. Esse tipo de mapeamento, por surgir de acordo com a demanda da população, é usado nas mais diversas formas, que vão desde a inserção de dados sobre determinada região não atendida pelas grandes empresas de serviços de geolocalização, até o mapeamento de práticas culturais de cada comunidade, o que registra e gera conhecimentos locais. Essas abordagens são intituladas de várias maneiras como cartografia crítica, mapeamento colaborativo, cidadania digital, dentre outras e, todas elas reforçam a importância da prática de participação no processo de construção do conhecimento da comunidade e no mapeamento ativos dos mesmos.

Segundo Orangotango (2018), essas contracartografias[21] existem, em grande parte, além das esferas tradicionais da cartografia e, na maioria dos casos, seus criadores são principalmente ativistas, educadores críticos, pesquisadores militantes, artistas e / ou parte de movimentos sociais; pessoas que veem o mapeamento como um meio para um fim, mapeando por uma causa. Fazendo um paralelo com as categorias da Inovação Social Digital, é possível apontar a categoria de Redes de Conscientização.

Esses recursos de contracartografias feitas no contexto digital visibilizam questões fundamentais em torno do comum. São possíveis de serem vistos no contexto tecnopolítico, o qual utiliza a capacidade dos atores atuarem politicamente por meio de artefatos tecnológicos. Toret (2013) entende a tecnopolítica como o uso tático e estratégico de ferramentas digitais para organização, comunicação e ação coletiva, sendo capaz de conectar comunidades para criar e mudar movimentos sociais. A dimensão performática da tecnopolítica se concretiza na medida em que as interações nas redes são capazes de gerar uma ação coletiva, onde se acredita coletivamente em algo

21 "A incorporação crítica dos dispositivos cartográficos para a realização de práticas de experimentação estética e ação política vem se convertendo em modo chave para o desvelamento das lógicas de operação desses dispositivos e das cartografias hegemônicas. Essas práticas foram nomeadas pelo artista, teórico das mídias e ativista Brian Holmes, como "contracartografias", à luz do pensamento de Foucault sobre as condutas e as contracondutas" (KIMINAMI; SPERLING, 2020).

que está sendo criado e está adquirindo vida (TORET, 2013). Segundo o autor, a Primavera Árabe **(Figura 2)** foi uma referência para o aprendizado técnico-político para cerca de 15 milhões de participantes, mobilizando afetivamente e construindo no imaginário a possibilidade de uma revolta, o poder de rebelião das pessoas normais.

Figura 2: Manifestantes tomam as ruas do Egito contra o ditador Mubarak, em 2011.

Fonte:Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/24/da-euforia-a-realidade-os-descaminhos-da-primavera-arabe-dez-anos-depois> acesso 10 dez 2021.

Assim, a Internet pode ser classificada como uma das principais tecnologias que sustentam o comum do conhecimento, o que pode criar uma rede mais culturalmente diversa. Essas plataformas de tecnologias e projetos sociais ressoam com os desejos humanos fundamentais de se comunicar, construir coletivamente e realizar trocas de conhecimento e culturas. Estalella, Rocha e Lafuente (2013), ao explicar as configurações do *procomún* no contexto espanhol, relatam que o comum aparece imbricado nesses diversos movimentos por meio da utilização da cultura e tecnologias livres e pela forma de governo instaurados como fontes de inspiração para repensar a cidade e a infraestrutura urbana. À medida em que essas plataformas digitais para participação cívicas criam espaços democráticos para resolução de problemas coletivos, elas geram novos sistemas de troca.

Dessa forma, a criação de estruturas compartilhadas de conhecimento

e ação fornecem tração para mudanças sociais locais e, em certa medida, regionais. Segundo Fernández, Rocha e Lafuente (2013), o *procumún*[22] reúne diversas iniciativas em torno da cultura livre, mesmo que em contextos diferentes e objetos de natureza muito distintos, como o espaço público urbano, as criações digitais e o ar. Ao que se refere ao comum do conhecimento, Lafuente (2007) destacou as duas dimensões:

a) a cidade, com características urbanas, com fluxos espaciais (parques, museus, festas, etc.), culturais, com o simbolismo dos fluxos de conhecimento (histórias, símbolos, democracia, etc.) e doméstica, com a bagagem ancestral de conhecimento (a fala, o folclore, os recursos naturais, etc.);

b) o digital, com características de códigos, por meio das linguagens das máquinas (formatos, protocolos abertos, arquivos, etc.) e as estruturas, fazem parte de uma resistência do ciberespaço ao mercado de corporações (Internet, comunidades virtuais, direitos da rede, etc.).

Assim, essa combinação de dimensões inaugura um processo de produção de conhecimento, transformação do espaço e difusão do conhecimento na resposta a problemas sociais. Segundo Fernández, Rocha e Lafuente (2013), o Medialab-Prado[23] **(Figura 3)** tem agido para a construção de um contexto de experimentação cidadã, fazendo exercícios únicos de tecnossociabilidade para a construção do comum, o qual funciona como espaço cultural de propriedade pública que situa sua pesquisa na intersecção entre arte, ciência, tecnologia e sociedade.

Os projetos desenvolvidos se relacionam, principalmente, com as práticas da cultura digital, especificamente da cultura livre, "de modo que o

22 A tradução do conceito de *commons* do inglês para o espanhol, se coloca como *procomúm*, segundo (FERNÁNDEZ; ROCHA; LAFUENTE, 2013) advém da discussão de Ana Isabel Fernández Moreno (MORENO, 2010).

23 É um laboratório cidadão de produção, pesquisa e divulgação de projetos culturais que explora as formas de experimentação e aprendizado colaborativo que emergiram das redes digitais, pertencente à Área de Cultura e Esportes do Governo da Prefeitura de Madri, Espanha. Dirigido por Antonio Lafuente, pesquisador do campo do comum, que desenvolve no local a teoria das quatro dimensões do comum. Fonte: https://www.medialab-prado.es.

Laboratorio del procomún é um indicador visível desse processo de revitalização dos bens comuns que a cultura digital trouxe consigo" (FERNÁNDEZ; ROCHA; LAFUENTE, 2013, p. 31). No contexto de laboratório cidadão, o comum envolve uma série de práticas experimentais destinadas à produção de conhecimento, ultrapassando a categoria de recurso, servindo para o desenvolvimento das esferas digitais e urbanas.

Figura 3: Fachada digital do Medialab-Prado (2009).

Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Medialab-Prado#/media/File:Fachada_Digital_de_Medialab_Prado_(20.09.09).jpg> acesso 10 dez 2021.

O que se percebe no âmbito do comum do conhecimento é que existe a urgente necessidade de regulação das tecnologias digitais e, consequentemente, dos modos de sociabilidade envolvidos nessa esfera. Segundo Lessig (2004), a Internet proporciona a criação de novas formas de produção e de criatividade que explicita a necessidade de reorganizar a produção cultural e a sociedade como um todo. A transformação da esfera pública por meio do acesso e do compartilhamento de informações é capaz de gerar uma transformação da esfera pública e da participação política, por meio de uma sociedade colaborativa e com liberdade de trocas criativas. Ao discorrer sobre a "Condição Digital", Stalder (2017) explica que é uma condição cultural que ultrapassa o digital e atinge todas as áreas da vida contemporânea por meio das características

como referencialidade, comunalidade e algoritmicidade:

> **Referencialidade: possibilidade de gerar um sistema interno de referenciais e que diferentes indivíduos possam interagir livremente com essas fontes, é também uma forma de criar uma metanarrativa coerente para um ambiente sem locais definidos, uma forma de criar uma ordem de significados e interpretações (STALDER, 2018, p. 60)**
>
> **Comunalidade: a troca informal ainda que estruturada, o foco em novas formas de gerar produzir sentido e agir coletivamente, e a interpretação reflexiva da própria atividade são os pilares dessa formação comunal e a comunicação é seu principal instrumento, (STALDER, 2018 p. 84).**
>
> **Algoritmicidade: conjuntos de instruções cujo objetivo é converter input – as informações de entrada – em um determinado resultado ssas instruções necessitam ser descritas da forma mais precisa possível em passos que sejam modulares, que sejam executáveis independentemente de outros, e necessitam sempre gerar o mesmo resultado (STALDER, 2018 p. 104).**

Referencialidade, comunalidade e algoritmicidade tornaram-se as formas características da condição digital porque cada vez mais pessoas – em cada vez mais segmentos da vida e através de tecnologias cada vez mais complexas – participam ativamente (ou obrigatoriamente) na negociação do significado social. Elas reagem, desta forma, às solicitações de uma esfera de informações caótica e avassaladora, acabando por contribuir, assim, para acentuar a sua expansão (STALDER, 2017)

Segundo Stalder (2017), o digital passou a ter um papel ativo em vários setores da vida, incluindo as práticas culturais que se dão nas redes sociais e que formam verdadeiras comunidades que assumem três funções nessa condição digital: a seleção, a interpretação e a capacidade de agir – que são, portanto, determinantes para a dimensão política e cultural da condição digital. Segundo Sanchez (2020, p. 96, tradução nossa), "na era da comunicação digital, o "*playground*" em que esse ato de recombinação social ocorre é a Internet". O autor acredita que o projeto de construção de novos padrões de plataformas digitais é um imperativo para reivindicar a Internet como ferramenta de propagação de conhecimento e fluxo de ideias, e não

apenas como acúmulo de valor por provedores de rede. Stalder (2017) alerta que estamos diante de duas vias de superação da crise democrática: a pós-democracia e o comum. Para o autor (2017), a pós-democracia[24] vai em direção a uma sociedade fundamentalmente autoritária. Já a via do comum se move em direção à renovação da democracia, por meio da expansão da decisão coletiva:

> **Ambos os casos envolvem mais do que algumas pequenas alterações na ordem existente. Verifica-se, sobretudo, que ambos estão a conduzir a uma nova constelação política que ultrapassa a democracia representativa liberal (STALDER, 2017, p. 127, tradução nossa).**

Embora o caminho da pós-democracia esteja mais fortemente presente na sociedade atual, o autor ressalta que "todas as formas de poder motivam correspondentes formas de resistência" (2017, p. 149, tradução nossa) e aponta que a multiplicidade de projetos que ressaltam o comum são as alternativas. Dessa forma, é possível entender que o comum do conhecimento não permeia apenas o âmbito digital representando a realidade, mas sim, modificando as estruturas sociais da vida contemporânea.

No Quadro 3, vemos o resumo dos autores no que tange ao conhecimento.

Ano	Autor	Abordagem política
2004	Lessig	Liberal
2006	Benkler	Liberal
2007	Hess e Ostrom	Liberal
	Morell	Teoria Crítica
2012	Estalella, Fernán-dez, Rocha e Lafuente	Teoria Crítica
2013	Stalder	Teoria Crítica
2013	Schneider e Scholz	Teoria Crítica
2016	Bauwens, Kostakis e Pazaitis	Liberal

Fonte: Elaboração própria, 2022.

24 Segundo Stalder (2017, p.6, tradução nossa), o termo "pós-democracia" refere-se a estratégias que neutralizam a capacidade enormemente expandida de comunicação social, retirando a possibilidade de participação em tomar decisões. Todos podem expressar sua opinião, mas as decisões são tomadas por um pequeno número de pessoas.

1.3 Luta

Luta. Esforço feito por pessoas, facções ou dois povos para vencer um ao outro: entrar em luta com alguém; lutas políticas, religiosas. Etimologia: do latim, lucta.
Michaelis Online

O conjunto de significados, aqui já mencionados, configura o comum como inconciliável com os pilares fundamentais do capitalismo, sendo a razão pela qual foi se transformando e, em certa medida, submergindo-se na sociedade firmemente conduzida pela propriedade privada e pela mercantilização. Em meio a um sistema baseado na acumulação contínua de capital, o capitalismo perpassa por períodos de crise e de reinvenção, como o marco regulatório assistencialista, estabelecido no pós-guerra, e a estratégia neoliberal que permeia a contemporaneidade, desde os anos de 1980 (HARVEY, 2014). Da mesma forma, o comum varia, toma diversas conotações e vai se fortalecendo na cena urbana, berço do desenvolvimento neoliberal.

Desde o desenvolvimento do capitalismo industrial até sua evolução para o neoliberalismo, nunca esteve tão evidente a aliança do Estado com o Mercado ao realizar a privatização e mercantilização de recursos e bens nacionais, bem como seus inúmeros indícios de falha como uma instituição reguladora do mercado e provedora do bem-estar da população (RENA, 2014). É importante contextualizar que o cenário neoliberal vigente é marcado pela expansão do capitalismo ao mercantilizar bens, serviços e territórios que, até então, foram mantidos fora do sistema de mercado.

Segundo Harvey (2014), o avanço do capitalismo neoliberal se dá pela intensa privatização e mercantilização de recursos naturais, tais como terras cultivadas por povos indígenas nos países do Sul global, serviços públicos nos países ocidentais, serviços de informação e pesquisa por meio da criação de

patentes e direitos de propriedade intelectual a nível global e a construção do espaço urbano. Dardot e Laval (2017) discutem essa transformação argumentando que o ideal de cidade neoliberal está intrinsecamente ligado à produção de um espaço de consonância onde não há impedimentos do Estado diante de qualquer ação que obstrua a disputa entre interesses privados. Assim, estando o Estado fortemente desacreditado, a necessidade de especular possibilidades alternativas para traçar um caminho de conciliação entre o povo e o Estado e, de emancipação desse sistema econômico é latente, e coloca, então, a categoria do comum como uma possibilidade de enfrentamento ao capitalismo.

Nessa linha de pensamento do comum como uma possibilidade de confronto ao sistema capitalista, Harvey (2014) o interpreta como possíveis práticas de organização social coletiva de produção e redistribuição de riqueza e valores que se baseiam em sistemas de coordenação horizontal interligados, e que objetivam deslocar forças de mercado e acumulação de capital. A relação que o grupo constrói com o bem comum de uma maneira não mercantilizada é parte fundamental de sua teorização[25].

Na perspectiva de Hardt e Negri (2016), o processo de libertação radical ao capitalismo também se baseia na produção autônoma do comum por uma série de práticas e lutas coletivas. Para os autores, o comum deve visar o estabelecimento de uma sociedade alternativa baseada em formas de autogoverno e em novas instituições que tenham capacidade de gerar a produção do comum. Da mesma forma, De Angelis (2012) coloca que o comum como sistema social precisa de três pilares constituintes: os recursos materiais/imateriais agrupados ou comunidade; uma comunidade, ou seja, um grupo disposto a compartilhar, reunir, reivindicar, viver o comum; e compartilhar, ou fazer em comum, que é um trabalho social multifacetado específico (atividade,

25 Harvey (2014) acredita que não existe uma única prática para lutar contra o capitalismo, mas que todas as práticas anticapitalistas podem contribuir para o mesmo projeto e, nisto, inclui movimentos sociais, movimentos de trabalhadores, movimentos emancipatórios de raça e gênero, partidos políticos de esquerda dentre outros.

práxis), por meio do qual as comunidades são (re)produzidas juntamente com a (re)produção de coisas, relações sociais, afetos, decisões, culturas.

Nesse sentido, as práticas coletivas são os meios a serem utilizados e aprimorados para construir a nova sociedade autônoma. Isso posto, em sua visão, o comum representa um modo de produção autônomo que propõe a superação do impasse epistemológico criado pela oposição entre o universal e o particular, entre o público e o privado. Esse modo de produção só pode ser lançado pelas subjetividades que estão na base dos processos produtivos e políticos: a multidão[26]. A multidão dá luz às potências, novas singularidades e heterogeneidades da democracia verdadeiramente plural, não sendo composta apenas pelo "povo", mas pela multiplicidade de povos agindo em rede.

Hardt e Negri (2005) ressaltam a importância dessa diferença e dessa alteridade da multidão para o enfrentamento do Império[27], o embate ao Estado-capital, explicando que o real desafio da multidão consiste em fazer com que esses múltiplos corpos contestatórios sejam capazes de interagir e operar em comum, mas permanecerem internamente diferentes. A multidão é aquela força que pode se opor ao regime de "propriedade" e romper inteiramente e radicalmente com as relações atuais de poder, visando um projeto emancipatório de sociedade, mas de baixo para cima.

---

26 Em um sentido mais geral, "a multidão desafia qualquer representação por se tratar de uma multiplicidade incomensurável. O povo é sempre representado como unidade, ao passo que a multidão não é representável, ela apresenta sua face monstruosa *vis-à*-vis os racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade. Ao contrário do conceito de povo, o conceito de multidão é de uma multiplicidade singular, um universal concreto. O povo constitui um corpo social; a multidão não, porque a multidão é a carne da vida." (HARDT; NEGRI, 2005, p.18).

27 Hard e Negri (2001), apresentam o conceito de Império como "uma nova forma global de economia" (p.12). Explicam que o Império não determina poder espacialmente, pois não se baseia em fronteiras físicas e é composto de uma série de coletividades nacionais e supranacionais, conectadas por uma determinação única de comando. O Império explora pessoas, inconscientes e relações, de forma sutil, adentra na vida de cada indivíduo, moldando os desejos a partir de premissas nunca atingidas. Diferente do Imperialismo econômico/territorial, é mais complexo, pois não se trata apenas de trocas monetárias e dominações políticas, o Império vai além.

Concomitantemente, Dardot e Laval (2017) tratam o comum como um projeto político que visa uma revolução capaz de permitir à sociedade a emancipação da Razão Neoliberal e do capitalismo. Segundo os autores, esta emancipação deve ser alcançada por meio da transformação das instituições centrais da sociedade e da aplicação do princípio político do comum em todas as áreas da vida. O comum, para os autores, é um princípio que emerge da prática democrática e social e deve ordenar, impor e manter todas as atividades políticas da sociedade em transformação, criando uma forma de lei destinada a transformar a organização da sociedade.

A lei do comum se baseia no questionamento do direito de propriedade, ou seja, a forma de dominação do homem sobre o bem e, acima de tudo, sua possibilidade de aliená-lo, tanto do direito público quanto do direito privado. Nesse caso, os bens não são deixados à livre disposição do Estado, porque não são suscetíveis a qualquer forma de apropriação, tanto pública quanto privada.

Entendendo a cidade como o campo do comum, é importante adentrar em suas práticas em meio à multiplicidade de camadas e translações entre a posição de público, privado e comum. O comum não é correlativo ao conceito de público/privado, nem tão pouco se restringe ao debate do espaço público como local do encontro cívico de todos. Stavrides (2016) analisa que o espaço comum é o espaço criado de acordo com as necessidades e aspirações coletivas, enquanto o espaço público, como espaço demarcado por vias públicas, oferecido às pessoas segundo certos termos, já "o espaço comum é o espaço "tomado" pelas pessoas". Dessa forma, ele excede a dicotomia público/privado, individual/coletivo e desafia as noções de vida em sociedade vigente, ao tratarmos do comum, estamos na iminência de vivenciar novas formas, podemos aflorar comportamentos e ressignificar os espaços das cidades.

Presencia-se um contexto crítico de vivência nos espaços da cidade, onde o domínio do capitalismo global neoliberal tem avançado e moldado as cidades por estratégias de planejamento que atendem aos interesses do capital e, raramente, aos cidadãos. Considerar o espaço urbano, portanto,

significa confrontar as condições materiais da cidade e as realidades imateriais das pessoas que a formam. Vivemos em um terreno centrado na cooptação da colaboração, no qual se reflete sobre a necessidade da reformulação das correntes de cooperação no espaço público, não com a mesma noção de espaço público e esfera pública até então idealizados, mas com a recomposição do comum moldando o entendimento de Estado que temos hoje.

Lefebvre (2001), um dos primeiros autores que teorizou o modo de produção capitalista nas cidades, teve importantes contribuições ao demonstrar que as contradições desse sistema são mais manifestas na cidade e isso a torna um lugar privilegiado para desafiá-las. Da mesma forma, Dardot e Laval (2017) discutem que a cidade é o lugar onde o capitalismo avança e atua por meio do mercado imobiliário para produzir recintos que limitam o uso e o acesso dos pobres no espaço urbano. Dessa forma, os autores reconhecem a cidade também como lugar onde o projeto político do comum pode se desenvolver, pois é nela, e não mais nas fábricas, que as lutas anticapitalistas estão arraigadas, configurando-a como espaço de resistência.

Harvey (2016), reforça a importância da cidade como o lugar para começar e articular lutas anticapitalistas[28]. O autor mostra como a urbanização não é apenas uma fonte de produção capitalista por meio da especulação da terra, mas também uma forma de absorção de capital que permite que as contradições do capitalismo permeiem a construção da cidade. De acordo com sua perspectiva, as cidades estão na vanguarda da estratégia neoliberal, sendo o setor imobiliário não apenas um circuito que complementa a produção industrial no desenvolvimento capitalista, mas também o circuito no qual o capitalismo se refugia para superar sua crise de superacumulação, cada vez mais relacionada com os governos locais e suas estratégias de competitividade

28 O discurso de Harvey se baseia nas muitas lutas e movimentos sociais que se desenvolveram em cidades, em todo o mundo, especialmente os protestos contra as políticas neoliberais e as crises econômicas das últimas décadas. Harvey atualiza a teoria Lefevriana do Direito à Cidade, pois, para ele, lutar pelo direito à cidade significa reconstruir um direito coletivo que redefina a cidade como um espaço de políticas socialista capazes de deter a forma destrutiva da urbanização pautada na acumulação de capital.

internacional entre as cidades. É no contexto de crise mais ampla de governança nas cidades contemporâneas, no qual ambos, Estado e Mercado, falham no fornecimento de bens públicos, que movimentos insurgentes de grupos inconformados vêm ganhando destaque nas lutas urbanas.

Na última década, abundantes movimentos horizontais eclodiram em diversas partes do mundo. A partir de 2010, com a derrubada de ditaduras no norte da África (Tunísia, Egito e Líbia), a circulação de informações passaram pelas redes sociais em tempo real, ampliando-se para ocupações e greves na Europa (Grécia e Espanha-15M) **(Figura 4)** e nos Estados Unidos (*Occupy Wall Street*, Nova York), países centrais da economia capitalista, estendendo-se à América do Sul com o movimento estudantil em Santiago, Chile e, posteriormente, com as manifestações pela mobilidade nas jornadas de 2013, no Brasil.

Figura 4: Manifestações ocorridas no Movimento 15M (2011)

Fonte: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/05/podemos-e-movimentos-cidadaos-na-espanha-apontam-reflexoes-tambem-para-america-latina> acesso 10 dez 2021.

No contexto brasileiro, essas manifestações desencadearam movimentos de resistência contra projeto urbanos neoliberais nas capitais do país, como foram os casos do Parque Augusta em São Paulo, Ocupe Estelita em Recife e Ocupa Izidora em Belo Horizonte, dentre outras resistências que significam importantes ações em defesa da cidade (estas manifestações serão melhor abordadas no Capítulo 2). Ao expor os ciclos de lutas urbanas iniciadas em 2011, Harvey (2014) aponta que esses movimentos lutaram para superar o isolamento e reconfigurar uma cidade que, de fato, atenda às necessidades da população com demandas observadas por ela.

Para Dardot e Laval (2017, p. 20), "a Praça Taksim e o Parque Gezi se tornaram um espaço de vida, um lugar onde se experimentava a comunhão de práticas e formas de ação". Fica claro, portanto, que a imposição de uma lógica de mercado sobre as relações sociais e o urbano leva à resistência; o que, por sua vez, cria espontaneamente movimentos de contestação (HARDT; NEGRI, 2016; HARVEY, 2014).

Neste fluxo ininterrupto de ataque e defesa, as cidades estão gradualmente sendo ocupadas por comunidades, coletivos artísticos, grupos políticos, movimentos urbanos e sujeitos isolados que reivindicam seus lugares por meio de princípios de cooperação, empatia e vida em sociedade. Socialistas, partidários, estudantes, trabalhadores, desempregados, classes criativas, grupos dos direitos civis e humanos, homossexuais, feministas, ambientalistas e defensores dos direitos dos animais e humanos reivindicam o espaço das grandes cidades, compondo uma heterogeneidade de vozes e atos que dissolvem as barreiras entre participantes e espectadores, entre sonho e ação.

A ocupação no Teatro Valle **(Figura 5)**, em Roma, tornou-se a representação de uma luta sobre a ideia do *beni comuni* ao lutar por meio da lei pelo reconhecimento legal do Teatro Valle como um bem comum, assistido por proeminentes teóricos legais e por assembleia comunitária (GENTILI; MURA, 2015). A ocupação do teatro aconteceu dias depois do impedimento

de privatização da água da Itália e seu reconhecimento como bem comum.

Diante de um cenário de efervescência, os ativistas ocuparam o Teatro, em 2011, com o intuito de estender a ideia ao bem material também ameaçado pela privatização. Neste sentido, os ocupantes estabeleceram uma estrutura legal, a *Fondazione Teatro Valle Bene Comune*, com a finalidade de distinguir suas ações de uma "ocupação tradicional" a de uma entidade legal, a qual não foi formalmente reconhecida. Após três anos, a ocupação foi deixada sob uma negociação com as autoridades para interromper a privatização do teatro. Gentili e Mura (2015) enfatizam que a experiência da ocupação mostrou a possibilidade de um governo baseado no comum e a negociação permitiu que uma fase de cogestão entre as entidades gerenciadoras fosse encarada[29].

Figura 5: Teatro Valle Occupato (2011)

Fonte: Howlround. Disponível em: <https://howlround.com/commoners-occupy-teatro-valle-rome> acesso 10 dez 2021.

29 "No futuro, as instituições públicas precisarão de formas de governança híbridas novas e diversificadas, enquanto a Fundação provará que sua governança é muito mais aberta, transparente e inclusiva do que o tipo de gestão tradicionalmente associada ao nexo público/privado. O desafio será mostrar que uma governança baseada nos bens comuns funcionará não apenas como a simples rejeição da propriedade privada ou pública, mas como uma alternativa real, experimental e socialmente robusta" (GENTILI E MURA, 2015).

Dessa forma, esses diversos grupos passam a reagir por ação direta em forma de festa de rua, performances, ocupações e intervenções urbanas nos mais diversos locais, deixando a tradicional manifestação de rua e em praças emblemáticas muito mais diversa e abrangente. Como um meio de resistência e na esperança de um futuro mais solidário, o hibridismo desses movimentos insurgentes aponta para realidades mais críticas e contestatórias. Nesse contexto, o comum toma o espaço urbano e se torna comum urbano, sendo implantado, desenvolvendo-se em busca de cidades menos excludentes, e instituindo espaços autônomos e alternativos ao Mercado.

A resistência ao capital passa a se travestir de muitas formas e o comum segue a tendência quanto à variedade de frentes assumidas. A materialização do comum no espaço se dá por meio das relações que promovem arranjos materiais. Além disso, as ferramentas tradicionais e as mais relacionadas à tecnologia estão sendo utilizadas frente ao sistema que se renova e se reinventa. No entanto, essa abordagem do comum mais relacionada à luta anticapitalista e ao embate com o Estado passa a demonstrar alguns sinais de exaustão, tendo em vista a importância da figura do Estado para países do sul global.

A aversão dos teóricos dos comuns em reconhecer o papel do Estado é uma consequência da conjuntura histórica eurocêntrica dentro da qual os bens comuns ressurgiram como uma ideia central para uma variedade de lutas. Nesse ponto é possóvel traçar um paralelo as reflexões de Tible (2013, p. 19), sobre a posição do marxismo na América Latina. O autor, em concordância com Mariategui, defende a ideia do socialismo como criação original - “não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano” (MARIÁTEGUI, 1928, p. 120).

A questão não é que o pensamento comum tenha ignorado completamente a importância estatal. Não foi; no entanto, “tendeu a

minimizar o problema do poder do Estado, situando suas várias agências - escolas, escritórios de bem-estar, saúde - apenas como locais adicionais em que o contra poder pode ser exercido e experimentos comuns conduzidos, em vez de analisá-los como componentes de um aparelho superordenado de comando e controle central para os circuitos do capital" (DYER-WITHEFORD, 2020, p. 173–174, tradução nossa). Dessa forma, Dyer-Witheford (2020) coloca que a elasticidade e a inclusividade do comum, permitiu que as formulações revolucionárias se misturassem livremente, fazendo com que a lógica do comum criasse seus próprios pontos cegos.

Temos que ratificar que o Estado como formulador de normas e leis, executor de políticas públicas, regulador da economia e provedor de serviços públicos básicos, tem função imprescindível na sociedade. Não podendo, dessa forma, ser um alvo atacado pelo comum, que muitas vezes desconsidera o risco que corre com a onda conservadora, submetendo as instituições públicas à uma lógica de dominação.

Dyer-Witheford (2020), coloca, ainda, que tomar os bens comuns históricos (pré-capitalistas) como exemplos também restringiu a imaginação e a formulação do comum como resposta aos problemas contemporâneos. Em concordância com David Harvey (2011), o autor ressalta os limites de voltar aos modelos comunitários pré-fechamento por modelos sociais alternativos, entendendo que não são apenas organizações coletivas de economias solidárias de pequena escala que irão solucionar problemas globais sem recorrer às formas hierárquicas aninhadas de tomada de decisão. Ou seja, tomar as coletividades agrárias pré-capitalistas como um ponto de referência muitas vezes inibiu o comum de se envolver com o escopo e a escala do estado moderno e com os debates históricos acirrados da esquerda sobre a possibilidade ou impossibilidade de transformação (DYER-WITHEFORD, 2020, p. 174, tradução nossa).

Apesar desses pontos, a busca pelo comum não é por alternativas impostas, mas por soluções construídas a partir de problemáticas

contemporâneas que combinam abordagens tradicionais e inovações ao buscar por estratégias que atendam às necessidades locais. A urgência de debates que ressaltem a importância do Estado em coexistência ao comum pode nos trazer olhares alternativos para a entrada e permanência do comum dentro da estrutura Estatal, reimaginando as instituições públicas existentes e agindo em defesa das instituições comunitárias abertas e democráticas. Tendo em vista o papel fundamental do Estado, principalmente nas sociedades do sul global, questiona-se, aqui, quais ações são necessárias para que o comum avance em direção à cooperação sociedade-Estado?

> **Compartilhamos corpos com dois olhos, dez dedos, dez pés; compartilhamos a vida nesta terra; compartilhamos regimes capitalistas de produção e exploração; compartilhamos sonhos comuns de um futuro melhor. Nossa comunicação, colaboração e cooperação, além disso, não só se baseiam no comum que existe, mas também produzem o comum. Nós fazemos o comum que compartilhamos todos os dias" (HARDT; NEGRI, 2004, p. 128, tradução nossa).**

No Quadro 4, vemos o resumo dos autores no que tange a luta.

Ano	Autor	Abordagem política
2009	Hardt e Negri	Teoria Crítica
2012	Harvey	Teoria Crítica
2014	Dardot e Laval	Teoria Crítica
2016	Stavrides	Teoria Crítica
2020	Dyer-Witheford	Teoria Crítica

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O primeiro capítulo trouxe elementos introdutórios sobre o tema central da pesquisa. Como produto deste capítulo, apresenta-se o Estado da Arte, quadro que sintetiza a discussão acerca dos conceitos "comuns relacionais", "comuns digitais" e "comum como perspectiva política", tendo como ponto

referencial uma carga política/histórica que diz respeito ao comum no contexto europeu-estadunidense, no qual foi difundido. Por meio das três categorias do comum, a pesquisa foi capaz de recuperar a origem do conceito e sistematiza-lo por meio da articulação entre similaridade de abordagem de cada autor:

a) Entende-se que houve uma desestima, até 1990, quando Ostrom rebateu Hardin, retomando a discussão do comum e fazendo com que autores como Silvia Federici abordassem o comum no seu livro Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva, e autores como Bollier e Helfrich fizessem uma publicação com mais de 50 ensaios a respeito das possibilidades trazidas pelo comum (como moedas alternativas, projetos open source, florestas e agricultura comunitárias, entre outros);

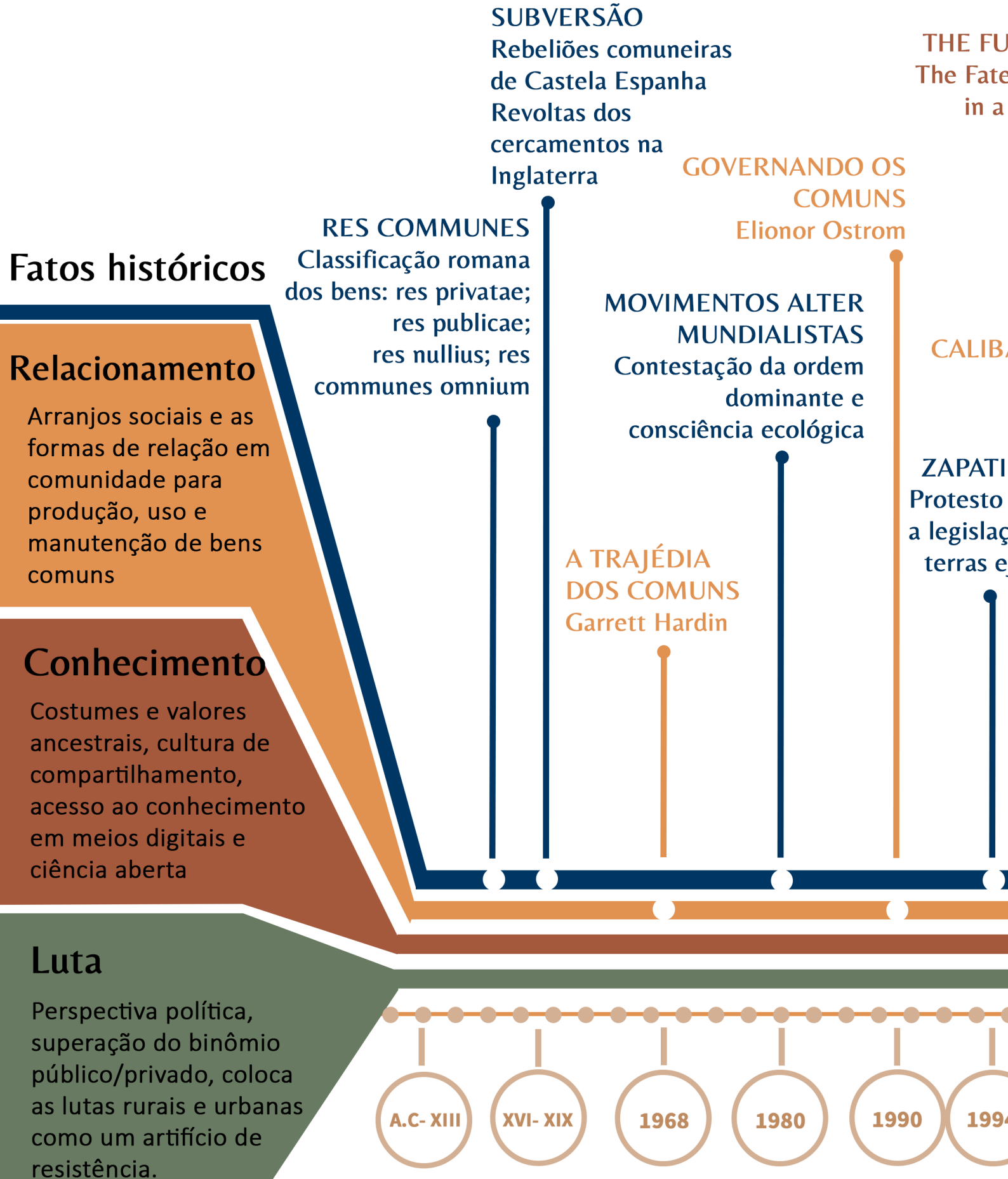
b) Em 2004, Lessig se debruça no comum no meio digital após o Movimento da Cultura Livre trazendo as primeiras reflexões a respeito da flexibilização do licenciamento de obras artísticas e bens culturais, denominado Creative Commons. Dois anos depois, Benkler define o comum como "um tipo particular de arranjo institucional que governa o uso e a disposição de recursos", e explica que o envolvimento entre conhecimento e o meio digital diante da liberdade de criação consolida a colaboração e enfraquece a propriedade privada;

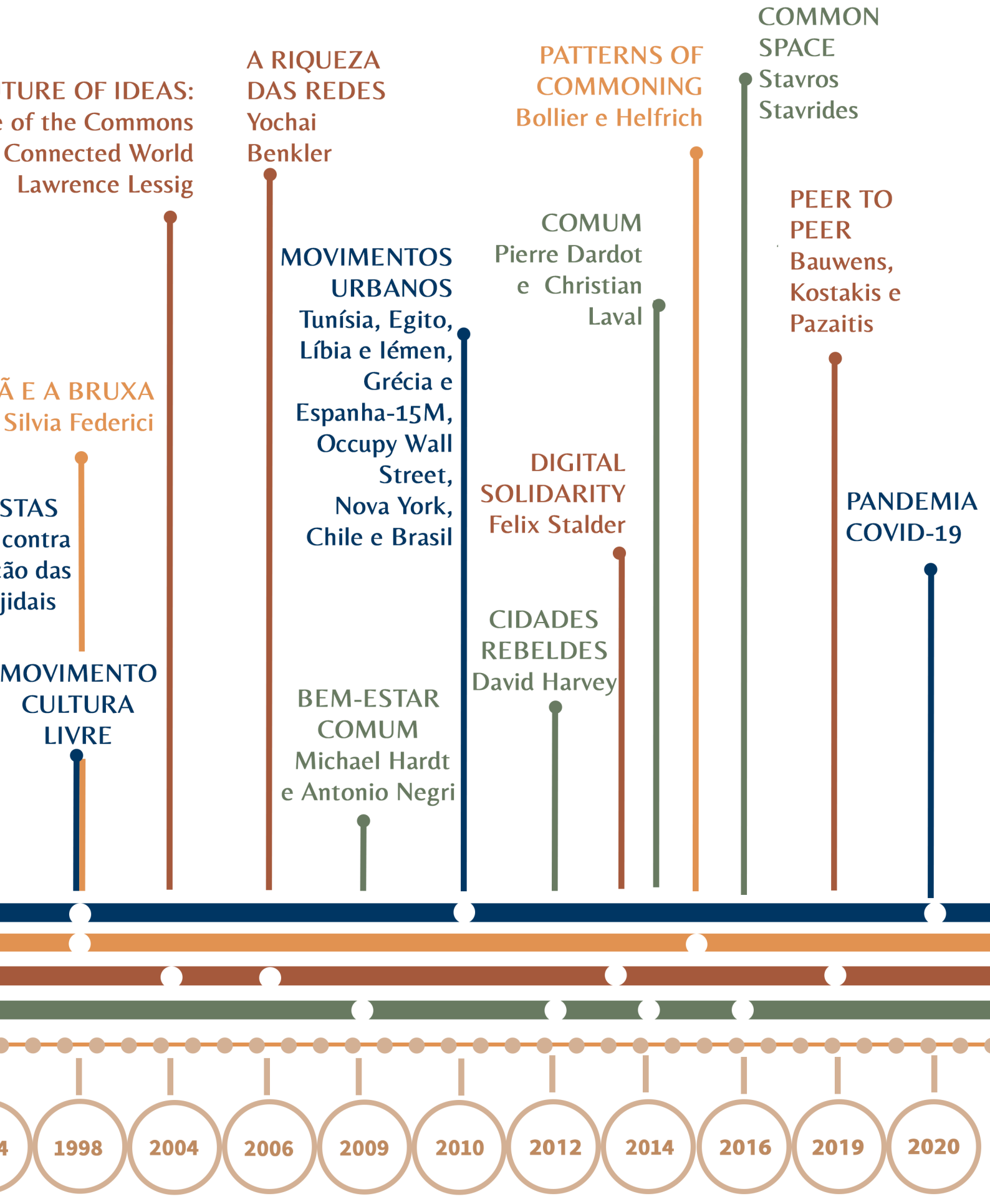
c) Mais tarde, em 2009, Hardt e Negri adentram no comum emancipatório, baseados na oposição entre o público e o privado e em cenários de todo mundo. Logo em seguida, eclodem os Movimentos Urbanos em 2010. Essas lutas acarretam outras publicações direcionadas ao comum como Cidades Rebeldes, de David Harvey (2012) e o Comum, de Dardot e Laval (2014).

É importante salientar que as categorias propostas não buscam delimitar a abordagram de cada autor dentro de um espectro único, mas sim, propor formas de análise sistemática para o melhor entendimento do conceito.

No Quadro 5 (nas próximas páginas), vemos o resumo dos autores e categorias transitando entre fatos históricos.

Estado da Arte





Fonte: Elaboração própria, 2021.

2 MAPEANDO OUTROS COMUNS: ENTRE RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA

Como vimos até aqui, o comum é tratado, pela maior parte dos teóricos, respondendo a um padrão de desenvolvimento, organização social e política advinda de modelos eurocêntricos. Porém, o pensamento do comum pode também se direcionar junto à crítica da Modernidade, sendo encarado a partir da colonização dos territórios ameríndios e da perspectiva latino-americana.

Ao dialogar com Bautista (2014), Castro Gómez (2017, p. 256) ressalta que:

> **Pensar desde a América Latina significa pensar fora dos parâmetros estabelecidos pela política moderna, visto que são especificamente europeias e estão montadas na exclusão sistemática de culturas não europeias (CASTRO GÓMEZ, 2017, p. 256).**

A discussão da colonialidade do poder, posta por Quijano (1992), também contribui para entender a importância de exercer o pensamento crítico vindo da América Latina. Conceito que explica que embora o colonialismo tenha findado, a relação entre a cultura europeia e as outras, segue tendo relação de dominação colonial, uma colonização cultural, uma colonização do imaginário.

Castro Gómez (2017), ressalta que o eurocentrismo está contido no abandono do universalismo, sendo este considerado um instrumento do colonizador o qual foi exportado com violência, operando como uma instituição imperialista. Em paralelo, Costa (2006, p. 84) sugere que o termo colonial, do pós-colonialismo, "alude a situações de opressões diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais". O autor explica que o pós-colonialismo se coloca em meio à uma "proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade". Referindo-se ao termo pós-colonial, tanto relacionado ao período histórico pós processos descoloniais, bem como, ao termo que se refere as contribuições teóricas a partir dos anos 1980.

Para Castro Gómez (2017), a luta pela descolonização deve ser feita por

meio da universalização de interesses, afirmando o autor que se trata de uma universalidade concreta construída politicamente por meio da particularidade e não de uma tentativa de retorno a comunidade originária. Assim, essa política emancipatória buscada "recorre à universalização de interesses para vencer a estrutura que organiza desigualmente a sociedade". Dessa forma, é essencial que o pensamento comprometido com a superação dessa relação colonização, colonialismo e colonialidade[30] esteja presente em vários níveis de construção intelectual no que se refere às lutas diárias na realidade latino-americana. E, é importante ressaltar, que ao tratar do comum na América Latina, não se pode deixar de lado a discussão da modernidade e colonialidade, tendo em vista que o comum busca explorar o potencial de emancipação das lutas contemporâneas pela defesa e recuperação de cotidianos próprios de cada povo.

Segundo Quijano (2005), esse padrão de poder[31] impõe a ideia de raça, que coloca a superioridade biológica de uns em relação aos outros, e formas históricas de controle de gênero e de trabalho em torno da formação do capital e do mercado mundial, reforçando as relações de exploração, dominação e conflito. Com isso, formações comunitárias, mulheres não brancas, povos originários e diversas outras subjetividades e sujeitos coletivos que não se enquadravam no padrão eurocêntrico/norte americano foram excluídos e dizimados. Como posto por Quijano (2000), foi por meio de três elementos: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo, que a vida cotidiana de grande parte da população mundial foi afetada durante a formação da América.

---

30 A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2000, p. 342).

31 No controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p.123).

Quijano (2005, p. 124) explica que “com a América inicia-se, assim, todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas”, ou seja, são essas relações que envolvem a classificação social da população mundial em torno da ideia de raça, das formas de controle e da exploração do trabalho e da produção (relação capital-salário e do mercado mundial). Além disso, para servir ao capitalismo, os colonizadores utilizaram-se da escravidão dos africanos e da servidão imposta aos índios para produzir mercadorias e servir ao mercado mundial. Segundo Quijano (2000, p.126), a América foi “parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital”. Processo este que buscou apagar as formas de produção comunais presentes em diversos continentes, mas que, na Europa, passou por uma transição histórica até formas de mercantilização da força de trabalho, mas na América foi violentamente imposta.

2.1 Tensões e translações latino-americanas

Com a chegada dos colonizadores, os costumes dos povos foram rapidamente excluídos. Povos que em sua maioria tinham sua própria forma de viver e baseavam suas práticas no comum, cada um à sua maneira, mas em torno da comunalidade, em consonância com à natureza e regidos pela priorização da reprodução da vida, e não do capital[32]. García Linera, (2008, p. 31 apud TIBLE, 2013, p. 62), explica que o próprio Marx falou sobre a comunidade incaica referindo-se como "nem escravismo, nem feudalismo" e a pensou "como uma forma de desenvolvimento-dissolução da comunidade primordial que dá passo a outra formação econômico social baseada num novo tipo de comunidade" (mais complexa, com divisão do trabalho e existência de um Estado.

Dessa forma, olhando para o comum por meio da compreensão de mundo para além da categoria eurocêntrica, onde a reprodução e a comunalidade faziam parte da história dos povos originários, é possível encontrar aproximações com o Bem viver[33]. Segundo Acosta (2016), o Bem viver é um projeto de mudança que soma inúmeras histórias de luta e resistência e nutre-se por experiências existentes em diversas partes do planeta, buscando a construção democrática das sociedades. Uma concepção formulada por indígenas das regiões andinas

32 Trecho de Marx Selvagem, do autor Jean Tible, ao explicar a propriedade comum na América e no mundo: "para os trabalhadores, é necessário considerar as grandes viradas da história que delimitam a sociedade comunista primitiva da sociedade de classes ulterior" (LUXEMBURG, 1925, p. 244). Esta trata, ainda, da marca peruana (e sua similitude com a germânica), uma "muito antiga constituição comunista agrária – predominante nas tribos peruanas desde tempos imemoriais – que eram ainda cheias de vida e força no século 16, no momento da invasão espanhola" (1925, p. 189), ponto que Kovalevsky trata também ao narrar como "as ações da Espanha, França e Inglaterra durante a invasão e a colonização dos povos americanos, índios e argelinos destruíram (...) as relações comunais ancestrais sobre a terra" (GARCÍA LINERA, 2008, p. 24) (TIBLE, 2013, p. 62).

33 Segundo Lacerda e Feitosa (2015, p. 23) o Bem Viver possui uma natureza polissêmica, ou seja, passível de diferentes concepções. Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2014), por exemplo, identificam esta polissemia em seis "debates abiertos" que dividem marxistas, indígenas e pós-modernos.

e amazônicas, baseada em seus valores e costumes (*suma qamaña* e *sumaq kawsay*) que indicam formas de organização comunitária mais horizontais e harmônicas com a natureza e contrárias aos pilares coloniais de poder, gênero e raça imposta pelos colonizadores.

2.1.1 Movimento Zapatista

Um acontecimento emblemático que marcou o pensamento centrado nos direitos dos povos indígenas de viver sua cultura, conservar seus idiomas e terras, bem como participar da formulação de políticas em suas comunidades foi o Movimento Zapatista **(Figura 6)**. Em 1 de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), uma organização armada indígena, declarou guerra ao governo mexicano, exigindo "trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz". A declaração de guerra do EZLN ocorreu no mesmo dia da implementação do Nafta, o estopim para uma histórica marginalização e abuso dos povos

Figura 6: Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Fonte: La Palavra. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2015/09/26/do-exercito-zapatista-de-libertacao-nacional-sobre-os-43-desaparecidos-de-ayotzinapa/> acesso 10 dez 2021.

indígenas em Chiapas, no qual os trabalhadores agrícolas indígenas temiam que a competição internacional os eliminasse dos mercados locais.

Os zapatistas começaram a disputa conquistando 4 cidades de Chiapas e, após 11 dias de violência com mais de 300 mortos, o governo mexicano e os rebeldes indígenas iniciaram negociações e cessaram o fogo. Os interesses dos zapatistas foram então incluídos e formalmente listados nos Acordos de Paz de San Andrés, apenas dois anos após o levante zapatista. E, em 2001, o Congresso mexicano aprovou uma lei indígena reconhecendo a natureza multicultural do estado mexicano, reiterando que "os povos indígenas podiam praticar a autonomia, bem como a autodeterminação no âmbito de uma nação unida". Consequentemente, foi concedida autonomia às comunidades indígenas, bem como participação política. O movimento criou uma consciência nacional e internacional sobre a situação dos povos indígenas em Chiapas, além da consciência geral da população do México ao se entender como nação multicultural e multiétnica e ao reconhecer a existência de ricas culturas e tradições indígenas em seu território.

Mais recentemente, as discussões do Bem-viver e dos direitos dos povos indígenas foram inseridas na Constituições do Equador (2007) e Bolívia (2009) e ressaltaram o desafio da superação da Natureza com o ser humano. Segundo Acosta (2016) a Constituição equatoriana trata os Direitos da Natureza, reconhecendo à Pacha Mama ou Mãe Terra como sujeito. Já a Constituição Boliviana não possui o mesmo biocentrismo[34]. Estes, são princípios de diferentes povos tradicionais pautados em pontos de vistas coletivos variados de vivência harmônica com a natureza, que chocam com a ideia do indivíduo universal burguês e libertário. Acosta (2016) também ressalta que por meio do Bem viver, é possível vislumbrar a superação das desigualdades, a descolonização, a despatriarcalização e a superação do racismo, profundamente enraizado em nossas sociedades.

34 Bolívia e Equador, durante os governos de Evo Morales e Rafael Correa, incorporaram as noções de Bem Viver nas constituições e diretrizes políticas, mas na prática, as políticas implementadas nem sempre foram coerentes.

O Bem viver é uma conceituação originalmente desenvolvida pelos grupos indígenas latino-americanos em busca de formularem uma alternativa ao neoliberalismo. Dois aspectos principais propostos são o bem-estar do sujeito comunitário e o bem-estar do meio ambiente que também é considerado com um sujeito de direitos. Esta abordagem- vai além da concepção ocidental dominante de desenvolvimento, defendendo a necessidade de desconstruir a ideia de crescimento econômico ocidental (ESCOBAR, 1992). Portanto, o Bem viver coloca em papel de destaque dos recursos naturais e culturais, enfatizando que esses recursos não devem ser mercantilizados, mas sim empregados para buscar o bem-estar coletivo e comunitário que inclui tanto as comunidades "humanas" quanto as "naturais". Nesse quadro e em contraposição ao discurso neoliberal de assimilação dos povos indígenas, o Bem viver reivindica direito à diferença e busca a reconceituação do desenvolvimento, da modernidade e da economia.

2.1.2 Guerra da Água

No contexto de reinvindicação contra o neoliberalismo, a Guerra da Água, em 2000, em Cochabamba na Bolívia, colocou a água e o bem viver no centro das discussões ao protestar pela privatização dos serviços de água e reivindicar o direito da água como um bem comum a todos. As reinvindicações tornaram-se emblemáticas devido à grande resistência popular a respeito da privatização da água, após o serviço de água ser delegado a um consórcio internacional. Essa disputa ocorreu após a aprovação da Lei 2029 que eliminava qualquer garantia de distribuição de água para as áreas rurais e permitia empresas privadas de obter o acesso exclusivo à água. Após a concessionária de água da rede SEMAPA ser vendida ao consórcio Aguas Del Tunari, cujo acionista maioritário era a empresa transnacional Bechtel, a população sofreu com aumento excessivo na taxa de água e com a falta de concessão estatal à cooperativa de água.

Diante do cenário abusivo, a população se rebelou e foram às ruas

manifestar. Um processo de consulta popular e uma série de assembleias populares foram realizadas para formular demandas em relação à água com a participação de mais 50.000 pessoas. No entanto, o governo recusou-se a quebrar o contrato e devolver a gestão da água ao poder público, o que levou a violentas manifestações com inúmeros feridos e um jovem morto pela polícia.

Por fim, após consecutivos dias de protesto para retirada da empresa e renúncia do Presidente da República, sob a declaração: “Não queremos propriedade privada nem propriedade estatal, mas sim autogestão social”. Segundo Dwinell e Olivera (2014), a Guerra da Água na Bolívia **(Figura 7)** foi uma vitória clara contra a privatização e ajuste estrutural neoliberal imposto, não sendo apenas uma luta para restaurar a SEMAPA como concessionária de água da rede pública e sim uma luta popular.

Figura 7: Movimento contra a privatização da água. Cochabamba na Bolívia (2000)

Fonte:Surysur. Disponível em: <https://www.surysur.net/latinoamerica-la-potencia-de-la-impotencia/> acesso 10 dez 2021.

Conceitualmente, o comum e o Bem viver, possuem aproximações nesse antagonismo aos processos de modernidade e ao capital, ideias chaves para buscar a justiça social e ambiental, bem como, socializar a política e

democratizar a economia. Por essa razão, diversas lutas e movimentos latino-americanos já foram abordados pelas vias do comum, por expor críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, lutar contra a expropriação e extrativismo e, principalmente, a criticar o papel desempenhado pelo Estado por se aliar ao mercado para prover o acesso a bens e serviços essenciais.

Ainda sobre a luta popular na Bolívia, (DWINELL; OLIVERA, 2014) ressaltam que a Guerra da Água e posteriormente a Guerra do Gás não serviu apenas para que as pessoas se organizassem para pedir ou fazer demandas do estado, ou para negociar direitos, mas para determinar e implementar as condições de governança de suas próprias vidas. O papel que o comum tem cumprido em reconhecer e avaliar a acumulação e abuso do poder das instituições do Estado junto ao capital tem sido visível[35] desde a crise do capitalismo que veio à tona em 2008.

No entanto, não devemos subestimar a importância do Estado quando nos referimos à América Latina. Entender a importância da propriedade e serviços públicos, é garantir o alinhamento do comum e do Bem viver, por meio da expansão dos bens comuns e da gestão política descentralizada voltada à vivência harmônica com a natureza. Exemplos disso, são os processos de auto-organização popular que ocorreram em países como Uruguai (primeiras experiências em meados de 1960), Bolívia (Governo de Evo Morales – 2006-2019) e Equador (Governo de Rafael Vicente Correa Delgado – 2007-2017), que contavam com cooperativas, comitês técnicos do povo, conselhos comunitários e comunas, os quais, hoje, estão em crise ou não existem mais[36].

---

35 Aportes de abordagem da teoria crítica com dimensões sociais, econômicas e políticas: grupo *Midnight Notes Collective,* Hard e Negri (2009), Dardot e Laval (2015) e Harvey (2010; 2014).

36 Segundo Daniel Chavez (2018), na Bolívia e Equador, durante os governos liderados por Evo Morales e Rafael Correa, incorporaram as noções de Bem viver em suas respectivas constituições e diretrizes políticas, mas as políticas implementadas nem sempre foram coerentes com o espírito ou com a letra do novo quadro jurídico e institucional. No Equador, no marco da virada radical da direita, realizada pelo presidente Lenin Moreno, o discurso do *buen vivir* está sendo usado para justificar uma onda iminente de privatizações e corporatização dos serviços públicos. Na Venezuela também se falava muito em autogestão e poder popular, e consideráveis recursos foram alocados para a criação de cooperativas e empreendimentos associativos, mas na prática muito pouco progresso foi alcançado; o modelo rentista baseado na exploração de um único recurso - o petróleo - aprofundado durante os governos de Hugo

Essas condutas comunitárias e participativas se concretizaram e prosperaram por iniciativa ou apoio do Estado, mas também entraram em decadência[37]. Portanto, muitas lições podem ser pontuadas quanto ao potencial e a fragilidade do comum e do Bem Viver e quanto a limitação de projetos políticos excessivamente centrados no Estado. Dussel (2012) acredita que o comum se relaciona à distribuição equitativa e justa, onde a comunalidade viabiliza a participação dos cidadãos nas decisões políticas a respeito dos recursos comuns.

Além do mais, para Dussel (2012), o papel que o Estado exerce tem por finalidade a viabilização da reprodução e de uma vida digna para a população. Pois, diferente da Europa e da América do Norte, onde o comum foi pensando e difundido, a realidade latino-americana é de altas taxas de pobreza, exclusão e acesso precário a bens e serviços básicos. Somado a isso, existem os desafios relacionados a preservação das riquezas naturais e ao extrativismo, que são disputas operantes nos territórios latino-americanos.

Dessa forma, a incorporação do comum na realidade brasileira e latino-americana sem o devido entendimento, pode vir encoberta de princípios ocidentais que debilitam os atores locais, impõem mecanismos tecnocráticos e promovem práticas comunitárias simplistas podendo gerar resultados superficiais. Já é sabido que as imposições neoliberais de Estado mínimo precarizaram o trabalho e desestruturam importantes pilares da vida pública. Na perspectiva de Hardt e Negri (2016), o processo de libertação radical ao capitalismo também se baseia na produção autônoma do comum por uma série de práticas e lutas coletivas. Mas nesse caso, os bens não são deixados à livre disposição do Estado, porque não são suscetíveis a qualquer forma de

Chávez e Nicolás Maduro, e seu atual esgotamento é o fator mais importante para explicar a crise política, econômica e social que o país vive hoje.

37 No Brasil, a burocratização e institucionalização dos movimentos sociais foi a causa do desmonte dessa forma participativa. Organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o próprio Partido dos trabalhadores (PT) ficaram relegados às lideranças vinculadas aos Conselhos, cargos no geral, enquanto o trabalho colaborativo, da base, foi esfriando.

apropriação, tanto pública quanto privada. E é nesse ponto que é importante ponderar a apropriação do comum na realidade em questão.

Com isso, questiono, não seria possível arguir o direito de propriedade, liberdade, igualdade e diversidade em consonância com a natureza e, junto a isso, buscar a recuperação do papel do Estado dentro dessa conceituação de comum? É nesse último ponto que se deve perceber a importância de abordar o comum e o Bem viver junto a um olhar crítico e decolonial, captando as aproximações e distanciamentos das formulações europeias e a realidade latino-americana.

Unir princípios do comum e do Bem viver é entender que existem sistemas sociais e naturais que foram construídos e cultivados coletivamente pelos ancestrais e, é também buscar a transformação das estruturas da sociedade capitalista-liberal com base em uma "filosofia e economia e políticas próprias" (PATZI PACO, 2004, p. 193). Dessa forma, relacionar o ser humano com a natureza em um movimento de codependência e respeito.

2.2 Agenciamentos espaciais e sociais nas cidades brasileiras

No contexto de disputa neoliberal com os modos de vida comunitárias e utilização dos recursos naturais, diversas práticas de disputa e reinvindicação eclodem no Brasil. Diante de arranjos comunitários advindos da restrição da cultura indígena, da negação dos costumes afrodescendentes e da exploração da classe trabalhadora no território, as práticas do fazer-comum marcam a vivência nas cidades e se desenvolvem junto às questões relacionadas ao direito à cidade e à moradia.

Para Tonucci Filho (2017, p. 144), "o comum urbano produzido no âmbito da vida cotidiana só pode ser fruto de uma prática de fazer-comum, baseada no uso, apropriação e autogestão da cidade e do espaço". No contexto paulistano e subsequentemente no Brasil, existem ocorrências da organização popular na reivindicação dos espaços urbanos e, em certa medida, de uma luta pelo comum, para fins exploratórios, abordaremos aqui o contexto de luta urbana pós 2011.

Experiências insurgentes na cidade de São Paulo, como o Churrascão de Gente Diferenciada, o movimento #ExisteAmoremSP e o Festival Baixo Centro, que se organizaram nas redes sociais e ocuparam a cidade por meio de ações culturais, permitiram o surgimento de discussões sobre a cidade e geraram insumos para as manifestações de junho de 2013 e para a criação de múltiplos coletivos e ações de intervenção que deram início a um forte movimento de transformação dos espaços públicos da cidade de São Paulo (BENATTI, 2018). Em meio a um amplo repertório de reinvindicações por direitos à moradia, mobilidade urbana, igualdade de gênero, transparência na política, dentre outras pautas relacionadas às mazelas vivenciadas nas cidades brasileiras, as manifestações tiveram amplas repercussões no cenário político.

Nota-se também, o surgimento de ações diretas da população na ocupação do espaço urbano que o ressignificam por meio de um tipo de processo participativo ativista que se manifestam com práticas urbanas criativas ou intervenções urbanas temporárias. Podemos citar as ações de implementação de mobiliário e atividades culturais para revitalização do Largo da Batata, o movimento que reivindicou a abertura da Avenida Paulista aos domingos, as intervenções artísticas e culturais no Minhocão e as manifestações festivas do Baixo Centro e do Buraco da Minhoca.

No entanto, ressaltam-se os movimentos que perduraram ao lutar por causas específicas, colocando em prática uma vivência do comum, de autogestão e resistência, demonstrando as potências e embaraços do comum urbano na metrópole brasileira como é o caso da luta pela consolidação do Parque Augusta e a ocupação artística Casa Amarela Quilombo Afroguarany.

2.2.1 Parque Augusta

As ações em prol do Parque Augusta vêm sendo travadas, desde 2006, quando moradores formaram o grupo Aliados do Parque Augusta e, em parceria com SAMORCC[38], iniciaram a luta contra a construção de empreendimentos propostos pelo proprietário do terreno, mesmo sendo a área elegida para construção de um parque em 2002 e tombada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), em 2004.

Ao se organizar, o grupo conseguiu barrar a construção do empreendimento por meio de reivindicações e com o apoio de um abaixo-assinado que obteve mais 15 mil apoiadores para assinar. No entanto, em 2013 a venda do terreno para as incorporadoras Cyrela e Setin foram anunciadas e, no projeto, era prevista a construção de três torres corporativa, residencial e hoteleira, razão

38 Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do bairro de Cerqueira César.

a qual foi retomada luta para proteção do parque (HORI, 2018).

Como reação, em 2013, um novo grupo em prol do Parque Augusta surgiu, o Organismo Parque Augusta (OPA) e passou a pressionar o poder público, junto aos outros grupos[39]. O OPA, teve o comum como elemento de motivação na forma de governança autogestionada e autônoma da prática ativista. No ano seguinte, pós formação do grupo, a pressão popular possibilitou novamente o reconhecimento no PDE, que o reconheceu como Zona Especial de Proteção Ambiental na Gestão Urbana de São Paulo (ZEPAM) (HORI, 2018). No entanto, ainda assim, não foi o suficiente para que o parque se consolidasse e, em 2015, os ativistas acamparam no espaço para evitar o fechamento da área por parte das incorporadoras. A reintegração de posse ocorreu em março de 2015, os ativistas forçados a sair pela Polícia Militar e o parque foi fechado pelos proprietários **(Figura 8)**.

Figura 8: Manifestação para proteção do Parque Augusta.

Fonte: Grupo Movimento Parque Augusta. Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentoparqueaugusta/> acesso 10 dez 2021.

39 Segundo Oliveira (2019), o Movimento Parque Augusta reuniu o grupo de vizinhos Aliados do Parque Augusta e dois ativistas que se intitulam Movimento Parque augusta Sem Prédios e o coletivo Organismo Parque Augusta (OPA), que teve formação no final de 2013 e foi encerrado em novembro de 2018 no qual estudava se chamar apenas Canteiro Vivo.

Em meio a uma disputa judicial e mudança de mandatos dos prefeitos, ao longo dos anos, o Movimento Parque Augusta segue na luta, porém se distancia do grupo SAMORCC e entrega um projeto comunitário para construção do parque, o qual inclui proposta de gestão comunitária em um Canteiro Vivo[40] desde o início de sua implantação. Segundo Oliveira (2019), durante o ano de 2018, um acordo foi tentado, baseado na transferência de potencial construtivo, que permitia a criação do Parque Augusta. Em abril de 2019, um novo acordo foi assinado e homologado pela Justiça, o qual envolveu então prefeito Bruno Covas, Ministério Público Estadual, as construtoras Albatroz e Flamingo (Cyrela e Setin), Sociedade de amigos, moradores e empreendedores dos bairros Cerqueira César, Consolação e Jardins (SAMORCC), o MOVIECO - Movimento Ecológico e a Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON).

No dia 4 de julho de 2019, aconteceu uma assembleia-votação na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) para a constituição do Comitê Eleitoral do Parque Augusta[41]. Esse Comitê foi responsável por traçar as diretrizes de formação do Conselho Gestor do Parque Augusta, uma exigência da SVMA para continuação do processo de projeto/construção/gestão do parque. Em novembro de 2019, a Justiça eliminou a ação popular que evitava que o acordo para a criação do Parque Augusta fosse concluído e saísse do papel. As construtoras ficaram responsáveis pelas obras de restauração da portaria, da edificação do antigo Colégio Des Oiseaux e a construção do Boulevard Gravataí que liga o parque à Praça Roosevelt, e a previsão de gasto foi de R$ 9,85 milhões, que se deu em função das multas por terem mantido o terreno fechado e das contrapartidas impostas pela prefeitura.

40 Proposta enviada para à Secretaria do Verde e Meio Ambiente que tem como ideia passar o terreno para transferência pública onde possa haver a comunitária gestão do local, desde o período de implementação do parque pelo governo, onde contemplará a abertura do local para todos os tipos de públicos.

41 Das 10 vagas para compor o Comitê, o Movimento Parque Augusta ocupou 9 vagas, e a associação SAMORCC com uma. Disponível em: https://www.facebook.com/parqueaugustaja/. Acesso em: 15 de julho 2019.

O projeto que foi executado no parque advém de um contrato proposto pela Prefeitura de São Paulo, sob supervisão da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. No entanto, os ativistas que estiveram presentes na luta pela constituição do Parque já possuíam algumas propostas de projetos e, hoje, após finalizado, reivindicam a participação na discussão do projeto que está em execução. Uma das principais reivindicações dos ativistas vai ao encontro a gestão comunitária comum do parque, para que seja feita de forma autossuficiente quando se leva em consideração a disponibilização de água e energia. As obras iniciaram após o acordo e tinham previsão de entrega em 2020, mas sofreram atraso devido à paralização solicitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em busca de determinar se existe fragmentos de origem indígena, houve ainda restauro da Casa das Araras e do Portal, que são tombados.

O parque foi inaugurado no dia 6 de novembro de 2021 e passou a ser chamado Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas **(Figura 9)**, motivo de protesto contra a inclusão do nome do ex-prefeito. Quanto a gestão do parque, se formou um Conselho Gestor que está articulando a criação do Regulamento de Uso do Parque, o qual irá indicar a finalidade do espaço público e o que se pode ou não realizar dentro das intermediações e como será gerido. Em Dezembro de 2021, as regras ainda estavam sendo discutidas, foi criado um documento em formato de questionário para que frequentadores dos parque pudessem participar.

Figura 9: Arquibancada Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas

Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/05/> acesso 10 dez 2021.

Para Oliveira (2019, p. 168), o processo de luta pelo parque "converge para um conceito fundamentado nas relações tecidas por e dentro de uma comunidade baseada na colaboração". A micro comunidade OPA e o Canteiro Vivo "se constitui como a comunidade central, orgânica, de todo o movimento, visto que é o único coletivo organizado, que atua em comum, produz em comum e que conseguiu dar visibilidade a uma causa que andava a passos lentos nos escaninhos oficiais". Em conversa[42] com o um dos integrantes do Canteiro Vivo Parque Augusta, ficou claro o caráter comunitário horizontal de autogestão do grupo. Augusto relatou em ordem cronológica a luta em prol do Parque Augusta e deixou bem clara a inexistência de um líder e a disposição de lutar pela criação do parque, criando uma comunidade de parceiros que trabalham e celebram as conquistas buscando ao máximo uma convivência harmônica com as pessoas e com o meio ambiente[43].

2.2.2 Casa Amarela Quilombo Afroguarany

Em um contexto similar, a Casa Amarela Quilombo Afroguarany é outro caso que ajuda a pensar sobre o conceito do comum. Uma ocupação sociocultural, estabelecida desde fevereiro de 2014 no imóvel tombado localizado na Rua da Consolação nº 1075, próximo ao Parque Augusta, o qual possibilitou contato direto e ajuda mútua na resistência do comum na cidade

---

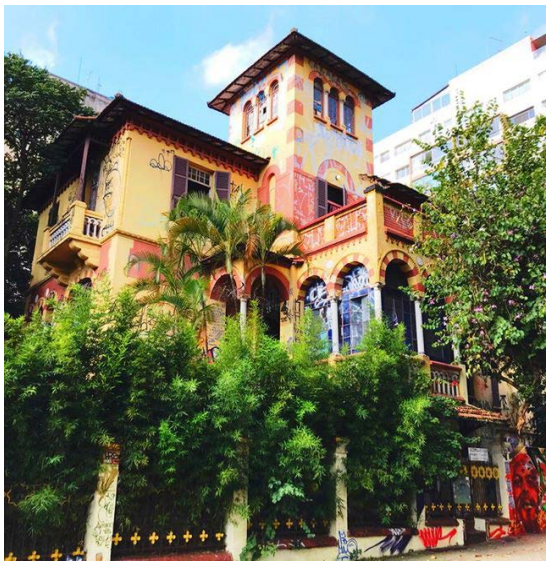
42 A conversa ocorreu no dia 26/11/2020 com Augusto Aneas, integrante do Canteiro Vivo Parque Augusta em encontro on-line com membros do grupo de pesquisa CUAL.

43 Em descrição do grupo do Facebook que articula os interessados no Parque Augusta, depara-se com as seguintes afirmações: "Não temos líderes. Nenhum grupo ou entidade oficialmente constituído nos representa. Grupo autogerido de maneira horizontal. O que nos une é a vontade de trabalhar e ter prazer-lazer na construção do Parque Augusta. Toda benfeitoria ao Parque será bem-vinda, quando respeitados os princípios básicos de convivência entre a comunidade que se articula e o meio ambiente. Não temos partido, mas todos os nossos atos são políticos. Assim como todo o nosso trabalho é uma manifestação de arte e cultura.Se você gosta de fazer amizades, trabalhar, celebrar; se ama as árvores, a cidade, a natureza, busca emancipar e ser emancipado, ensinar e aprender simultaneamente, seja bem-vind@. .Parque Augusta existe quando você existe."
Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentoparqueaugusta/> . Acesso em nov. 2021.

de São Paulo. O imóvel permaneceu abandonado durante 13 anos, e segue ocupado por artistas que, desde então, se utilizam das práticas de autogestão para oferecer atividades no local para o público, por meio de oficinas, cursos, além de diversos eventos, espaço para fotografia ateliês abertos, dentre outras atividades.

A ocupação foi encabeçada pelo movimento cultural Movimento de Ocupação de Espaços Públicos Ociosos (MOEPO), articulado desde 2012, que, ao perceber que o imóvel estava em estado de abandono, viu a oportunidade para a fundação de um Ateliê Compartilhado. Esse Ateliê, buscou a regularização do espaço para transformá-lo em um centro cultural com gestão entre os órgãos municipais e os ocupantes de forma compartilhada, o que não obteve sucesso, mas conseguiu cessar as periódicas intimidações de reintegração de posse do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), donos do imóvel. No início de 2015, conflitos entre a gestão da ocupação levaram à reformulação do espaço bem como do nome, o qual passou a ser chamado como Espaço Comum Casa Amarela e posteriormente se identificou como Quilombo Afroguarany **(Figura 10)**, sob a gestão do TM13, como permanece até hoje sendo denominada Casa Amarela Quilombo Afroguarany (BRANDÃO, 2016).

Figura 10: Fachada da Casa Amarela Quilombo Afroguarany



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/casaamarelaquilombo/> acesso 10 dez 2021.

Alguns artistas residem no imóvel e a organização interna da ocupação é feita por grupos de trabalho definidos em assembleia e a manutenção da ocupação é parcialmente garantida com os eventos e cursos que acontecem no local bem como com a cooperação de terceiros. Atualmente, o espaço se coloca como Quilombo, outro elemento de atividades culturais, que define o espaço e busca "abraçar os movimentos marginalizados, culturas que são criminalizadas"[44] e "visa dar voz a cultura afro-brasileira integrando as periferias ao centro da cidade usando a arte como transformador social"[45].

Segundo Brandão (2016, p. 52), a ocupação passou por momentos "relacionados a diferentes gestões, remetendo a distintos modos de identificação com o imóvel e com o setor público, que passam pela discussão de legitimidade e reconhecimento da ocupação, trabalhando com a lógica do direito à cidade e a produção do comum".

Atualmente, a ocupação visa abrigar diversas vertentes artísticas da cidade com foco na à cultura afrobrasileira e indígena, possuindo uma agenda cultura bastante ampla de acesso livre ao público. Segundo o próprio site, a iniciativa tem como objetivo "fortalecer o resgate e a valorização da sua história, que é Afro-guarany, atuando no fortalecimento da Lei 11.645/08 que torna obrigatória a inclusão do ensino afro brasileiro e indigena no currículo escolar além de ser um centro artístico e cultural utilizado por artistas independentes e grupos artísticos da cidade".

Quanto à preservação do casarão, o movimento fez pareceria com o Estúdio Sarasá que atua com a conservação e restauro do Patrimônio Histórico, bem como com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Essas parcerias darão seguimento a obras emergenciais de restauro e realizarão obras de anexo ao Casarão.

---

44 ASSUNÇÃO, em entrevista concedida a BRANDÃO (2016).

45 Site da Casa Amarela. Disponível em: <https://casamarela.wordpress.com/sobre/>. Acesso em jun. 2019

2.2.3 Espaço Comum Luiz Estrela

Em Belo Horizonte, o Espaço Comum Luiz Estrela é uma prática de resistência arraigada no comum. Em 2013, um grupo de artistas e ativistas ocupou o casarão histórico abandonado, de propriedade do governo estadual de Minas Gerais. O grupo conseguiu a cessão do uso do imóvel junto ao poder público estadual depois de uma disputa com uma empresa privada, conquistando assim o direito ao uso de um casarão tombado por 20 anos, após ocupar o imóvel e lutar por meios legais para estabelecer um espaço de uso comum **(Figura 11)**.

Desde então, o grupo se organiza coletivamente e realiza a restauração do casarão, bem como promove diversas atividades culturais abertas à cidade, já foi palco de manifestações políticas, performances artísticas, blocos de carnaval, peças de teatro, encontros comunitários, oficinas formativas, debates públicos, festivais. Segundo Mayer (2015, p. 125), a construção do espaço mirou na experiência de produção do comum com "horizonte de luta contra o domínio do privado (mercado), para além do público (Estado)" e questões como a horizontalidade e a autogestão foram fundamentais nesse processo, "destacando a potência do exercício da democracia real e a relação com a institucionalidade, a abertura às singularidades e todos os demais temas afetos ao comum".

Figura 11: Espaço Comum Luiz Estrela

Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/espacoluizestrela> acesso 10 dez 2021.

2.2.4 Ocupe Estelita

Em Recife, no ano de 2012, a destinação do Cais José Estelita, na bacia do Pina, para construção de um empreendimento imobiliário de 12 torres com 40 andares, em frente à Bacia do Pina, intitulado Projeto Novo Recife[46], gerou mobilização da população em torno das ilegalidades[47] no trâmite do terreno da União de aproximadamente 10 hectares que abrigava antigos galpões, estações ferroviárias e a segunda linha de trem mais antiga do Brasil. As primeiras manifestações começaram quando o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura do Recife aprovou o projeto. Um ano depois, em dezembro de 2013, a Prefeitura de Recife condicionou a aprovação junto às medidas que compensassem os possíveis danos causados pela construção, como inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear.

No entanto, o confronto teve seu estopim em meados de 2014, quando a construtora Moura Dubeux deu início à demolição das estruturas que ainda existiam do Cais e o integrante do Movimento Direitos Urbanos, Sergio Urt, depois de exigir a apresentação do alvará de demolição, foi agredido pelos seguranças durante a noite. A partir desse momento, os manifestantes passaram a ocupar o terreno acampando, com o intuito de impedir a continuação das obras, e subsequentes manifestações marcaram a luta do povo.

---

46 Consórcio Novo Recife é formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, G.L. Empreendimentos e Ara Empreendimentos.

47 Os questionamentos judiciais, tanto na Justiça Estadual quanto na esfera Federal, à ilegalidade do Projeto Novo Recife podem deixar isso mais claro. Tais ações questionam a lisura do leilão do terreno (motivo de ação judicial movida pelo Ministério Público Federal); a ausência de Plano Urbanístico exigido pela Lei Municipal 16.550; o parcelamento do terreno (Lei Federal nº 6.766/76 e Lei Municipal nº. 16.286/97); a ausência de Estudo de Impacto Ambiental (contrariando o disposto no art. 225, § 1º, inciso IV, art. 16 da Lei Municipal nº. 16.176/96 e arts. 10 e seguintes da Lei Municipal nº. 16.243/96, Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife) e de Estudo de Impacto de Vizinhança (exigência prevista no Estatuto das Cidades na Lei nº. 10.257/2001, art. 188); além da ausência das licenças do DNIT, Iphan e ANTT. Por ser uma área sob questionamento judicial, não se pode construir nada até que todos os processos sejam concluídos. Fonte: Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empreiteiras/4/31086> Acesso em ago. 2021

Foram organizados diversos atos efêmeros, como shows, atividades culturais, educacionais, debates e outras festividades durante o carnaval. Segundo o grupo mobilizador, Direitos Urbanos[48], a proposta do #ocupeestelita foi chamar a atenção para a área e principalmente reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la, expondo a falta de diversidade, a falta de responsabilidade em sanar os problemas da região e a falta de respeito a sua identidade e sua história **(Figura 12)**.

Figura 12: Movimento Ocupe Estelita

Fonte: Revista Continente. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/215/imagine-uma-cidade> acesso 10 dez 2021.

Entre 2012 até 2019, foram anos quando a decisão judicial determinou a suspenção da construção das torres e se deu a seguinte sucessão de fatores:

- determinação de reintegração do terreno foi imposta pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em 2012;

- a Polícia Federal (PF) deflagrou, em 2015, a Operação Lance Final para apurar fraudes no leilão que permitiu a compra do terreno; no qual a compra do terreno foi anulada por uma decisão judicial;

48 Site do Ocupe Estelita. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/>. Acesso em dez. 2021

- o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) não encontrou motivos legais para impedir a construção de prédios no terreno dos armazéns, 2017 e;

- finalmente em 2019, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) concluiu o levantamento histórico do Cais José Estelita, dentro do processo de licenciamento ambiental do projeto, finalizando, o embargo imposto desde 2014 ao projeto com o argumento de que as exigências ao consórcios foram atendidas.

Sendo assim, Consórcio Novo Recife finalizou a demolição dos dois armazéns no Cais José Estelita apesar da incessante a luta da população:

> **A resistência de corpos e coletivos, a partir do incômodo, fizeram ouvir os anseios de uma população de retomar a cidade e de participar das decisões de seus destinos, para que, dessa forma, a cidade exista não somente na sua concretude, mas também, como um local desejável com a participação da sociedade (CARDOSO; NASCIMENTO, 2018, p. 34)**

Dessa forma, presenciou-se nesse movimento urbano Ocupe Estelita uma significativa luta que ganhou dimensões nacionais de reconhecimento em prol do direito à cidade, evidenciando que a população por meio de movimentações conseguiu sustentar uma luta durante quase dez anos. Luta esta, em busca de melhores condições de existência para população que vivia no entorno daquela região, bem como uma destinação digna ao patrimônio e paisagem cultural do Cais José Estelita.

Isso demostrou um grande potencial de organização comunitária e articulação popular. Além do mais, outros casos emblemáticos de luta pelo comum e pelo direito a cidade são as ocupações por moradia que se fazem presentes no país inteiro, principalmente nas grandes metrópoles. Não cabe nessa dissertação adentrar em cada caso, pois entende-se a dimensão de complexidade associada à luta por moradia, como as nuances de práticas de cooperação à associadas autoconstrução e ocupação de edifícios vazios, bem

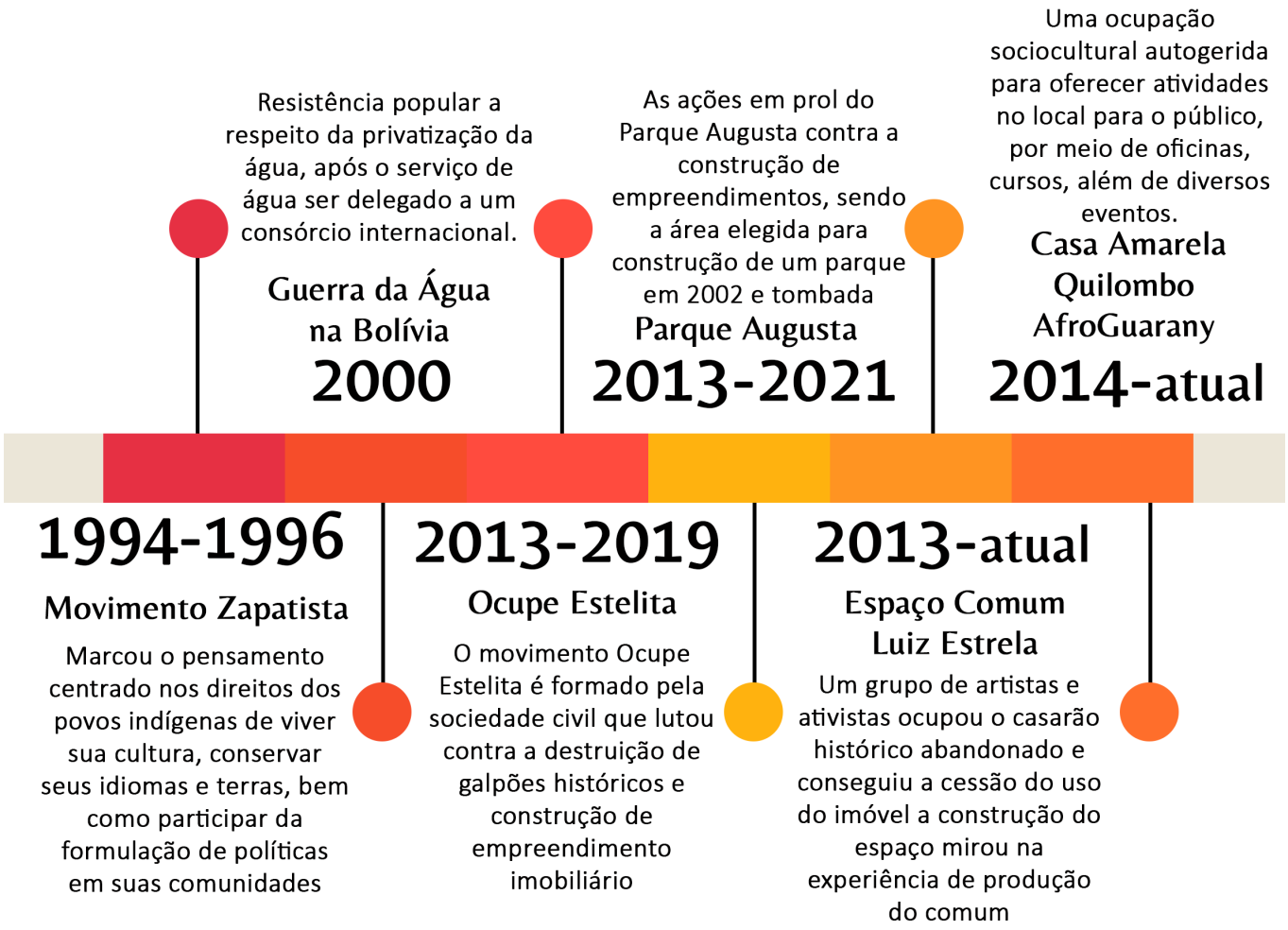
como os arranjos comunitários de cada uma.

No entanto, ao falar de comum e de comum urbano, o direito à habitação e a luta na qual a população se envolve para usufruir de um teto é indissociável da luta pelo comum. Tonucci Filho (2017), argumenta que as ocupações por moradia podem ser investigadas como plataformas de trabalho cooperativo e produção comum dos espaços, por se encontrarem em condição periférica, subalterna e precária, seja como condição de sobrevivência ou fruto de experimentações políticas e sociais.

O número crescente de pesquisas e movimentos interessados no comum, traz à atualidade a retomada da ideia do que são bens comuns urbanos e colocam em jogo as noções de recursos e espaços compartilhados por meio da autogestão que, até então, estão fora dos sistemas de mercado ou do governo. Nos casos manifestados no Brasil, nota-se a busca por processos de auto governança e governança participativa para lutar por causas relacionadas à retomada do espaço público, advindas das manifestações iniciadas em 2013, que serviram de estímulo para encabeçarem projetos que protegem os bens comuns e assumem o compromisso com o acesso democrático da população a bens que já lhes são de direito.

Nesse sentido, essas lutas podem ser consideradas um instrumento eficaz de participação direta e caminhos de governanças autogestionadas, voltadas para o comum e para o Bem Viver, se distanciando do comum como princípio político e se aproximando do comum como perspectiva de luta ao se fundir com a realidade da resistência e com a pluralidade das práticas alternativas e avessas à preeminência do capital. Apesar do aprofundamento da captura do comum dentro de um contexto de urbanismo neoliberal, onde o pensamento de cidade-empresa está cada vez mais alinhado com a lógica Estado-capital, a construção de espaços e lutas fundamentados no comum é um importante horizonte enfrentamento a união do Estado e do capital.

No Quadro 6 (na próxima página), vemos o movimentos urbanos na América Latina.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

3 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E A EMERGÊNCIA DO COMUM

Diante dessas provocações trazidas pelo comum em suas lutas urbanas, percebe-se que o conceito condensa uma série de ideias que transbordam ao meio urbano com a produção cooperativa cotidiana, sendo, portanto, uma prática de resistência. Da mesma forma, a tecnologia digital e as interações nela feitas acabam por extravasar o digital, mostrando caminhos para novos modelos colaborativos sociais, econômicos e políticos. Com isso, um número expressivo de iniciativas cidadãs no meio digital tem se multiplicado e se mostrado importantes canais criadores de soluções para problemas públicos, bem como um espaço para o envolvimento cidadão. Nestas plataformas digitais para participação cívica, os cidadãos participam ativamente de decisões públicas. Para tanto, o comum permeia principalmente as plataformas desenvolvidas pelos cidadãos, utilizando-se da inteligência coletiva, para solucionar problemas conjuntos.

Como colocado no item 1.2, entende-se por plataformas digitais para participação cívica aquelas que são criadas a partir de um interesse comum para adquirir, avaliar, visibilizar e dividir dados, conhecimentos, preocupações, experiência e lucro, mas também, para buscar soluções para causas sociais de setores específicos da sociedade. Essa especificidade se dá pelo fato de grande parte dessas plataformas buscarem atender às expectativas de um determinado grupo de pessoas que passam por uma problemática e buscam solucioná-la. Dessa forma, esse tipo de iniciativa acaba por promover inovações em áreas não abordadas por grandes empresas ou pelo poder público.

Os modelos encontrados são os mais diversos, que vão desde plataformas criadas pelos governos, por empresas privadas até as iniciativas cidadãs. Assim, os atores desenvolvem a plataforma e se articulam para gerar renda, trocar experiências e buscar soluções em conjunto. Scholz (2016), ao levantar a discussão a respeito do capitalismo de plataforma e sobre uso dos dados em plataformas globais, disserta o real conceito de plataformas cooperativas. Essas são advindas de iniciativas cidadãs e se diferenciam, principalmente, por considerarem os princípios de propriedade comum, agindo como cooperativas que são capazes de oferecer transparência de dados, segurança e pagamento

justos aos que fazem parte das plataformas que monetizam. O autor explica que o termo "plataforma" se refere aos lugares onde nos encontramos, trabalhamos e geramos valor de forma on-line. Já em relação ao "cooperativismo" entende-se que está relacionado às plataformas para trabalho e logística ou mercados on-line, apoiando às economias locais.

Como são os casos *Fairmondo, Stocksy, Loconomics e Coopify,* citado pelo autor ao defender o modelo de propriedade coletiva de rede que se assenta no acordo da distribuição da rentabilidade entre os participantes (SCHOLZ, 2016). No caso dessas plataformas estudadas Scholz (p. 18, 2016) explica que seguem sete princípios que as enquadram em cooperativas de plataforma que são:

a) membros voluntários;
b) controle democrático;
c) participação econômica;
d) autonomia e independência;
e) educação, treinamento e informação;
f) cooperação entre as cooperativas; e
g) preocupação com a comunidade.

No Brasil, temos modelos de aplicativos de transporte que funcionam no formato do cooperativismo de plataforma como é o caso do Bibi Mob, em Araraquara, Bora Cariri, no interior do Ceará e o Podd, em Vitória. Todos eles foram criados a partir da necessidade dos motoristas da região e colaborativamente.

Para além da logística dessas plataformas que funcionam como cooperativas, existe a crítica de que esse modelo, ao contrário do que o comum da categoria de luta busca, não conseguirá desmantelar verdadeiramente o capitalismo, tendo em vista que as cooperativas ainda se utilizam de estruturas baseadas na lógica do capital e não são capazes de fornecer a

criação da verdadeira equidade (ANZILOTTI, 2018). Bauwens e Kostakis (2017) postulam que mesmo essas cooperativas, geralmente, funcionam sob o sistema de patentes e direitos autorais. Consequentemente, não estão criando, protegendo ou produzindo um bem comum de maneira integral. Elas são limitadas a uma associação local ou nacional, deixando, assim, um campo aberto para a comunidade global dominar com as empresas capitalistas.

De fato, a conceituação do comum do conhecimento, como pudemos ver no **Quadro 2**, não teve, em seu princípio, a inserção de um pensamento crítico emancipatório. Entretanto, não se pode deixar de considerar as mudanças das relações de poder, bem como as reformas dentro da estrutura capitalista, mas tão pouco não se deixar cair nas armadilhas da cooptação.

Em caso de problemas urbanos, plataformas digitais para participação cívica visibilizam as problemáticas e, em alguns casos conseguem fazer a ponte com os órgãos públicos para discutir soluções conjuntas. Esse tipo de plataforma facilita o acesso e o compartilhamento de informação sobre determinada problemática, e ainda proporciona engajamento cívico para além de reuniões deliberativas e opiniões coletadas pelos órgãos públicos. Sanchez (2020), ao falar sobre as oportunidades que as plataformas oferecem para a área da arquitetura, design e gestão comunitária, afirma que a inserção dos profissionais e dos usuários nesse tipo de plataforma não ameaça a disciplina no sentido de "desprofissionalização". Ao contrário, possibilita que uma parcela muito maior da população possa construir um senso crítico de cidadania por meio da participação:

> **Para que esses cenários ocorram, precisamos projetar plataformas que permitam a colaboração e participação do usuário, mantendo o valor produzido nas mãos dos usuários. Isto incentiva o conhecimento que é gerado para repositórios de "common pool", possam permanecer no domínio público. Se esses imperativos éticos forem realizados no desenho dessas plataformas experimentais, eles podem se tornar exemplos e até mesmo padrões esperados para concorrentes já estabelecidos, permitindo que as multidões imponham a demanda popular (SANCHEZ, 2020, p. 102, tradução).**

Para o autor, as plataformas digitais representam uma “faca de dois gumes”, pois, por um lado, podem limitar direitos democráticos dos usuários quando se trata de grandes conglomerados de plataformas que tem se aproveitado dos dados dos usuários e, por outro, oferecem um ambiente, onde é possível construir o comum como infraestrutura auxiliar.

3.1 Iniciativas cidadãs: do virtual ao presencial

Plataformas digitais para participação cívica representam um novo ciclo de mecanismos que possibilitam o envolvimento de cidadãos em questões locais. Não só isso, possibilitam o trabalho em conjunto com setores públicos ou ao menos uma forma de pressioná-los. Há algum tempo, a participação cidadã na contribuição de resoluções de problemas públicos é discutida nos campos do urbanismo. E abordar mecanismos que agregam ainda mais a participação cidadã nas agendas dos governos se torna uma possibilidade a mais no quesito de planejamento urbano.

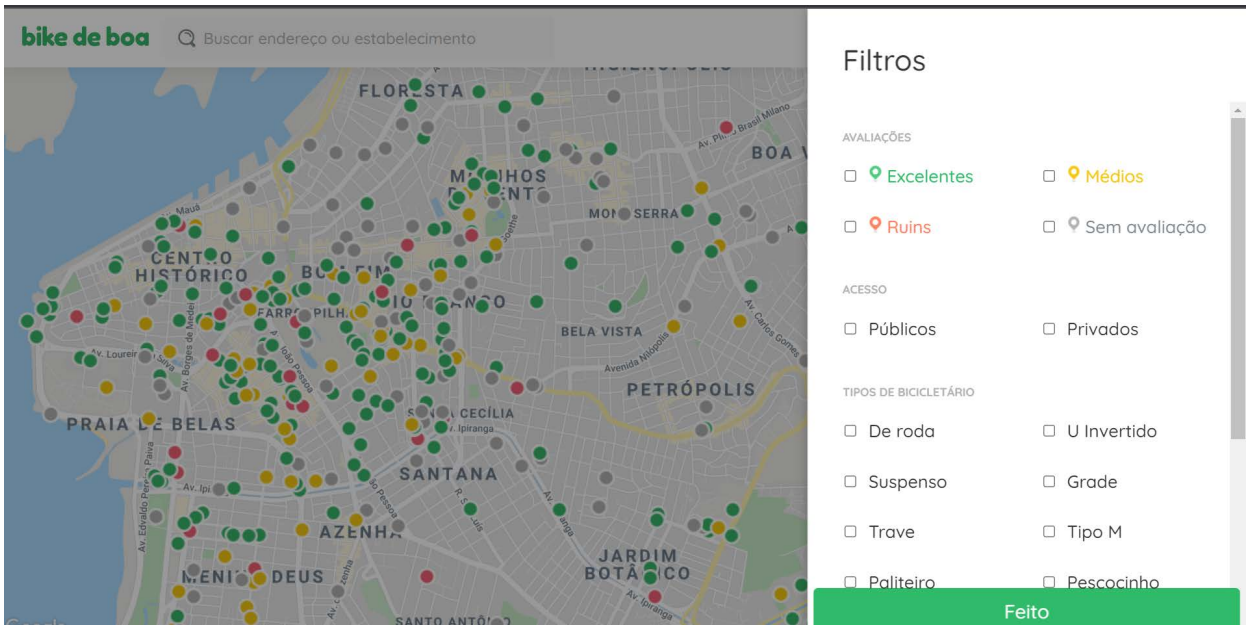
Além disso, plataformas digitais para participação cívica que promovem a cocriação entre cidadãos, governos e empresas, se fazem ainda mais benéficas no contexto do sul global. Assim, é sabido que, muitas vezes, governos e grandes empresas, no contexto de resolução de problemas urbanos, principalmente periféricos, falham em atender às necessidades dessa população. Tendo em vista que o atual modelo de planejamento urbano, baseia as tomadas de decisão dentro da instituição pública, junto aos prestadores de serviço e especialistas, deixando, muitas vezes, os representantes dos interesses da população excluídos devido à necessidade de soluções rápidas, mas que nem sempre respondem aos interesses sociais coletivos. Dessa forma, no âmbito da resolução de problemas locais, essas propostas coletivas no contexto digitais chegam para diminuir essas lacunas.

No entanto, abordar adequadamente a inserção de alternativas coletivas e digitais requer novos arranjos governamentais e ferramentas que busquem incluir fontes do comum do conhecimento. Isso requer uma mudança do paradigma atual de planejamento urbano *top down*, para um modelo mais descentralizado no qual os cidadãos estão engajados nas decisões que afetam diretamente sua vida cotidiana. Nessa perspectiva, o planejamento de uma cidade deve inserir maior conectividade, conhecimento aberto e infraestrutura

social.

A exemplo disso, O *bike* de boa[49] é uma plataforma de mapeamento colaborativo de bicicletários e busca dar visibilidade aos bicicletários existentes **(Figura 13)**. A plataforma foi desenvolvida por um coletivo independente de Designers, Desenvolvedores e Urbanistas que visam incentivar o uso da bicicleta nas cidades brasileiras. Além disso, o código fonte e banco de dados são livres, deixando aberta a possiblidade de contribuição de qualquer pessoa. Dessa forma, reunir e engajar os grupos que já estão ativamente criando plataformas digitais para participação cívica é fundamental para alcançar valores democráticos com legitimidade e justiça social, capazes de criar redes que vão além das capacidades dos sistemas atuais.

Figura 13: Mapeamento Bike de Boa



Fonte: Revista Continente. Disponível em: <https://www.bikedeboa.com.br/filtros> acesso 10 dez 2021.

Com isso, é muito importante o apoio das governanças políticas a grupos independentes que criaram ou estão no processo de criação de plataformas digitais para participação cívica para reequilibrar as disparidades de poder na sociedade e aprofundar as relações sociais da comunidade na resolução de problemas locais. Um exemplo emblemático é o MediaLab, como citado

49 **Disponível em: <https://www.bikedeboa.com.br/>. Acesso: 10 outubro, 2021.**

anteriormente no item 1.2.

O laboratório foi fundado por um grupo de ativistas culturais. No entanto, passou a ser apoiado e financiado pelo Ayuntamiento de Madrid, na Espanha. É um laboratório cidadão que funciona como ponto de encontro para a produção de projetos culturais colaborativos, estruturado em grupos de trabalho, editais abertos à produção de projetos e pesquisa em comunidades. Dessa forma, o governo consegue, juntamente com a população, incorporar questões sociais latentes, visando a satisfação coletiva por meio de um processo de criação conjunto.

Na mesma linha, temos também o mapeamento colaborativo que considera o papel da tecnologia digital, as redes de comunidades on-line e a forma como ela afeta a ação coletiva. O mapeamento possui diversas vertentes de utilização, desde as mais tradicionais, para exibir parâmetros geográficos e fornecer localização, mas também tem servido para catalisar comunidades locais em torno de temas emergente. Atualmente, a ampla disponibilidade de dados cartográficos com os *softwares* de mapeamento de código aberto e aplicativos desenvolvidos para intervenção do usuário tornaram o mapeamento digital muito acessível e cada vez mais colaborativo.

Mapeamento colaborativo e engajamento da comunidade são meios os quais as comunidades locais se tornam parte das estruturas de poder da sua região e influenciam no que é mapeado e visibilizado. O envolvimento de ferramentas de sistemas de informação geográfica (SIG) para colaboração com o mapeamento permite novos caminhos de desenvolvimento econômico e social visibilizando problemáticas urbanas, como segurança e meio ambiente, mas também temas como cultura, mobilidade e economia criativa. Já o mapeamento coletivo de áreas não mapeadas permite que comunidades locais literalmente entrem no mapa, nos casos das regiões periféricas.

Projetos de mapeamento de código aberto e colaborativo, como OpenStreetMap (OSM) são postos à prova para apoiar o empoderamento da comunidade e para garantir que dados livres mais diversos estejam disponíveis

a todos, independentemente de sua origem, status social e posição dentro da estrutura de poder. Nessas plataformas, existem também funções mais intuitivas como é o caso do Google MyMaps, onde a inserção do título do mapeamento, as categorias e os ícones de cada mapeamento e a mudança da base de fundo do Google Maps podem ser elaborados simultaneamente por vários usuários e, após finalizado, publicado e compartilhado em sites, bem como nas redes sociais.

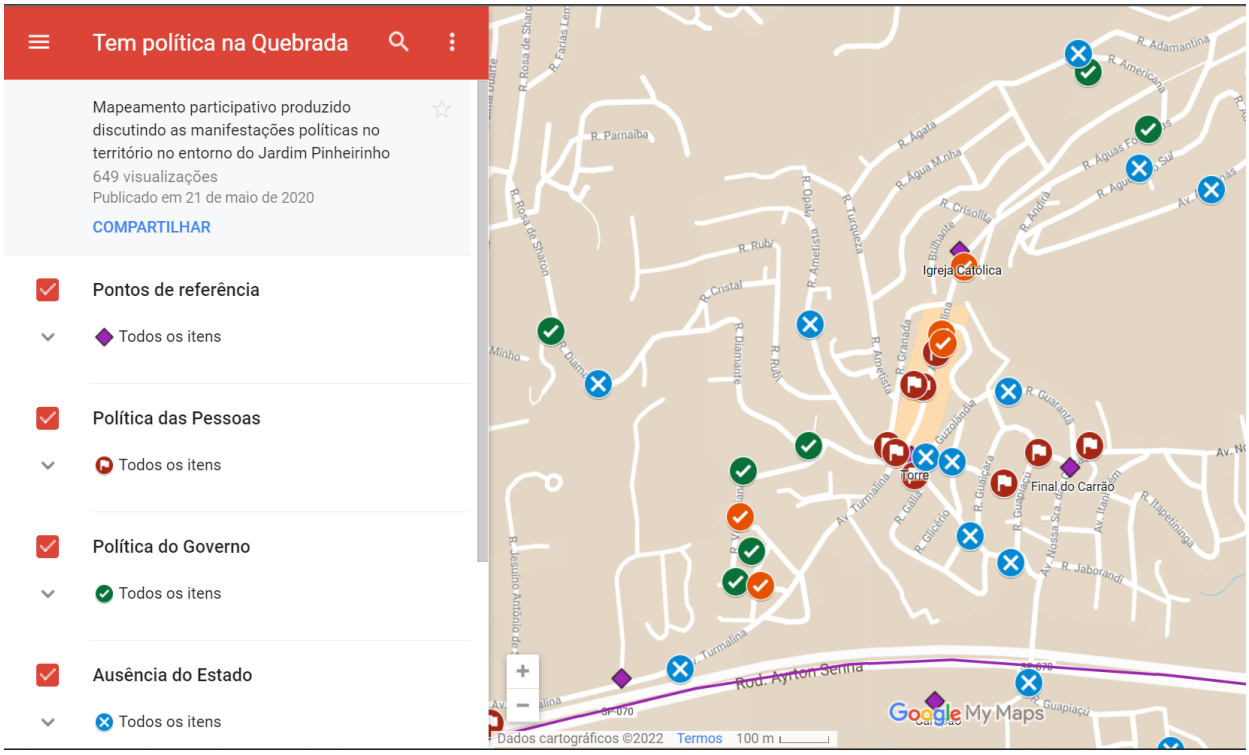
Esses são alguns dos serviços da *web* que surgiram nos últimos anos e que podem potencialmente fornecer fluxos abundantes e oportunos de informações geográficas e georreferenciadas. É importante mencionar, também, fontes voluntárias em sites como Wikipedia e WikiMapia, que fazem parte desse universo de mapeamento coletivo, pois são feitos por meio de esforços voluntários para gerar informações de domínio público, incluindo as camadas de dados geoespaciais. Exemplos disso são: as fotografias geolocalizadas do Flickr e a plataforma de mapeamento coletivo Ushahidi que tem sido utilizada com sucesso em várias crises humanitárias, como após o terremoto no Haiti ou no Chile, em 2010.

De acordo com Sajja e Akerkar (2010), mapeamento colaborativo é a agregação de mapas da *web* e conteúdo gerado pelo usuário, a fim de fornecer informações específicas do aplicativo. Dessa forma, esses processos fornecem alto potencial e escopo de colaboração, na criação e aperfeiçoamento do conteúdo. No geral, esses serviços possuem licença *Creative Commons* e tiveram como premissa a criação, montagem e disseminação de informações locais e dados geográficos abastecidos voluntariamente. Eles fornecem as informações gerais do mapa base e permitem que os usuários criem seu próprio conteúdo, marcando os locais onde circulam no seu dia a dia, incentivando grupos a criar suas próprias fontes de mapeamento.

No Brasil, mapeamentos como esse surgem diariamente, como é o caso do Quebrada Maps. Esse é um projeto educacional de formação de cartógrafos críticos que busca promover o empoderamento cartográfico, composto por

pesquisadores/ativistas interessados em mobilizar a linguagem cartográfica como estratégia para fortalecer os debates envolvendo os territórios da quebrada. No projeto Tem política na quebrada![50], a comunidade construiu um mapa participativo, a partir do acúmulo de experiências políticas no bairro **(Figura 14)**. Eles mapearam a presença de políticas públicas no território, mas também as ações promovidas pela própria comunidade para fazer frente às demandas do bairro.

Figura 14: Projeto Tem política na quebrada!



Fonte: Quebrada Maps. Disponível em: <https://quebradamaps.wordpress.com/tem-politica-na-quebrada/> acesso 11 dez 2021.

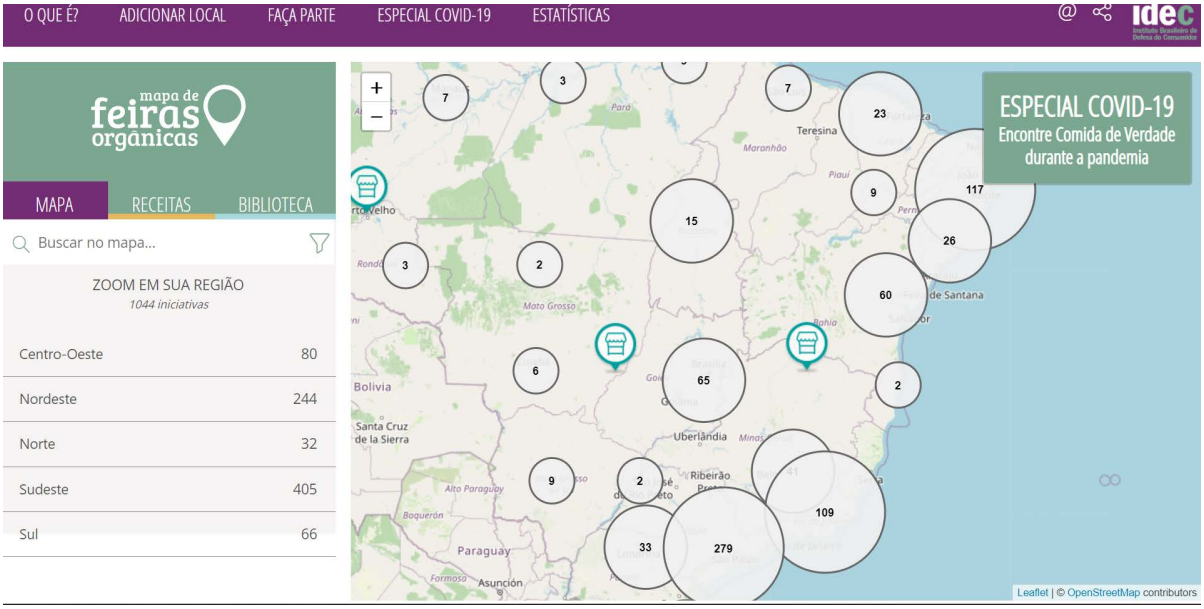
Outro caso interessante é o Mapa de Feiras Orgânicas[51], idealizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), uma associação de consumidores sem fins lucrativos, que buscou, por meio de um mapa colaborativo, mapear Feiras Orgânicas ou Agroecológicas, Grupos de Consumo

50 Disponível em: <https://quebradamaps.wordpress.com/tem-politica-na-quebrada/>. Acesso: 10 outubro, 2021.

51 Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso: 10 outubro, 2021.

Responsável e Comércios Parceiros de Orgânico. O mapa tem como objetivo central estimular a alimentação saudável em todo o Brasil e mostrar que os produtos orgânicos podem ser mais acessíveis aos consumidores **(Figura 15)**. O Mapa de Feiras Orgânicas é uma plataforma digital para participação cívica que está sujeita à validação simples das informações inseridas pelos usuários, disponibiliza os dados em formatos abertos e foi criada sob termos da licença *Creative Commons*.

Figura 15: Mapeamento Colaborativo Mapa de Feiras Orgânicas



Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/> acesso 11 dez 2021.

Ao entender esse tipo de iniciativa virtual, devemos também considerar que essa é uma abordagem alternativa sobre como obter informações geolocalizadas. Dessa forma, existem duas problemáticas que podem surgir: a segurança de dados e a precisão de dados. Quanto à segurança de dados, deve-se alertar sobre a facilidade de remoção e substituição de dados quando a base é totalmente aberta e não passa por validação antes. Da mesma maneira, quanto a precisão dos dados, deve-se adicionar um nível de subjetividade. No entanto, quanto mais usuários estiverem envolvidos, maior será a qualidade, até para que haja uma mínima verificação por parte de alguns contribuidores,

antes dos dados se tornarem públicos, o que reduz possíveis problemas de precisão de dados.

Outras preocupações a serem colocadas são as que dizem respeito ao uso da tecnologia que pode facilitar esses processos de participação e resolução de problemas locais junto aos governos, mas também pode restringi-los. No artigo Public Innovation Through Co-creation Platforms in Response, os autores (CÁRDENAS et al., 2021, p. 112) expõem os cinco desafios da participação cidadã no desenvolvimento das plataformas digitais para participação cívica seguindo o relatório da Organization For Economic Co-Operation and Development (OCDE):

a) o desafio de escala: da perspectiva do cidadão, como a tecnologia poderia facilitar para fazer com que sua voz seja ouvida e evitar que ela se perca em debates de massa? E, da perspectiva do governo, é necessário entender como pode a tecnologia superar o desafio de ouvir e responder à diversidade de demandas dos diferentes sujeitos envolvidos no processo?;
b) o desafio da capacitação do cidadão ativo: como as tecnologias de informação e comunicação podem ajudar a encorajar a deliberação construtiva dos cidadãos sobre questões públicas?;
c) o desafio da coerência: como a tecnologia pode apoiar o relato, a consulta, a análise, o *feedback* e a avaliação da diversidade de demandas dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de políticas públicas?;
d) o desafio da avaliação, no entendimento de em que medida os governos integram as tecnologias de informação e comunicação, para mediar a participação cidadã nos assuntos relacionados às políticas públicas, é crescente a necessidade de avaliação e análise se tal participação está de acordo com os cidadãos e os governos; e
e) o desafio do compromisso: para garantir que a participação

do cidadão digital seja analisada, disseminada, transcendida e incluída no processo decisório de políticas públicas.

Além do mais, em um país como o Brasil, sendo possível ampliar a reflexão para América Latina, é pertinente apontar também o desafio da capacitação do cidadão para uso da tecnologia em si, tendo em vista que grande parte da população tem acesso à Internet via celulares, porém restringem a navegação aos aplicativos de redes sociais, não tendo conhecimento, muitas vezes, nem mesmo para acessar o navegador. Aliás, as desigualdades de acesso à Internet ainda são grandes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas, no Brasil, não tem acesso à Internet. Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a rede, em artigo da Agência Brasil[52].

Em suma, para além das questões de dificuldade de acesso à Internet e capacitação das pessoas para estarem aptas a interagir e colaborar, é preciso entender a complexidade de uma plataforma digital para participação cívica dentro do contexto off-line. Tendo em vista que o que mais se aproveita dessas experiências digitais é a capacidade de alcance de um público maior do que se estivessem apenas nos meios presenciais, tanto do ponto de vista de envolvimento na comunidade nos meios presenciais quanto de abrangência de público que será beneficiado com serviço que a plataforma ou o mapeamento oferece.

A premissa do mapeamento e da plataforma digital para participação cívica advir das questões locais é o principal fator de engajamento da população. Logo, é preciso fazer esforços extensivos de comunicação e interação para agregar pessoas e envolvê-las no processo colaborativo, incluindo o envolvimento dos atores relevantes, tanto da comunidade local quanto do lado governamental. Acreditamos que o desenvolvimento

52 Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

e a implementação devem vir da comunidade. Mas, principalmente, no contexto brasileiro, o apoio governamental por meio de incentivos financeiros advindos de editais, licitações ou políticas públicas, são fundamentais para a manutenção das ações. Dessa forma, embora a iniciativa tenha vindo da comunidade, o interesse maior em financiar iniciativas colaborativas para construir uma sociedade pautada no comum, deve vir também dos governos e requer esforços para serem transformadas em valor social efetivo.

3.2 Plataformas digitais de participação cívica para enfrentamento à COVID-19

Abruptamente, em 2020, a pandemia da Covid-19 fez com que grande parte da população mundial migrasse para o contexto digital, transferindo trabalho, estudo e relações sociais para as redes. No Brasil, ficou clara a urgência de grande parte da população que necessitava de auxílio devido à falta de condições sanitárias e à escassez de alimentos que logo atingiria trabalhadores informais, bem como a população mais vulnerável. O que se notou foi a rapidez com que a sociedade civil se articulou para garantir que as consequências da pandemia não fossem ainda maiores e a forma pelas quais movimentos sociais já atuantes se conectaram com novos setores para atender as demandas. Voluntários individuais, organizações não governamentais e associações tiveram que se adaptar ao cenário rapidamente e, junto a isso, começaram a surgir diversas iniciativas que tinham origem em meios digitais.

Isso aconteceu, inicialmente, por meio de uma articulação on-line advinda principalmente de aplicativos mais populares no Brasil, como WhatsApp, Twitter, Facebook e Instagram. E, posteriormente, a criação de diversas plataformas, mapeamentos e *blogs* que articulavam demandas variadas. Dentre as várias ações ocorridas estavam: a verificação e o mapeamento de demandas, a criação de campanhas para conscientizar o público em relação às medidas sanitárias, o monitoramento e o pressionamento das instâncias públicas, a massiva força tarefa para fornecimento de alimentos e suprimentos médicos e, a arrecadação de fundos para assistência local por voluntários da sociedade civil. Essas ações servem para elucidar como as redes se tornaram ferramentas de articulação e conectividade para atores da sociedade civil em um cenário de crise.

O crescente interesse no uso de plataformas digitais para resolver desafios públicos, em especial as plataformas com ênfase na cocriação e

processos de participação cidadã, já tem ganhado destaque, há alguns anos, como foi explicitado anteriormente. No entanto, a quantidade de plataformas digitais para participação cívica que tomaram forma por meio de mecanismos de cocriação e que produziriam soluções ágeis para enfrentar os desafios da Covid-19, nesse período, é motivo de atenção. Nota-se o crescimento tanto por parte dos governos, empresas, organizações bilaterais (principalmente na Europa e outros países desenvolvidos) quanto por parte dos cidadãos e outros atores sociais para desenvolver rapidamente mecanismos de cocriação que produziriam soluções ágeis para enfrentar os desafios da pandemia.

No contexto internacional, temos o caso pioneiro da plataforma digital para participação cívica, *Frena la Curva*[53], uma plataforma cidadã para moldar e canalizar as iniciativas voluntárias que estavam surgindo devido à crise do coronavírus. Foi criada por um grupo de funcionários do Laboratório Aberto de Aragón – Governo de Aragón(LAAAB) que perceberam que paralelamente ao coronavírus iria ocorrer uma onda de solidariedade e criatividade cidadã. O grupo, rapidamente, começou a trabalhar para desenvolver uma plataforma que coletaria todas essas iniciativas relacionadas com questões pandêmicas. A comunidade teve uma ampla resposta e, embora a iniciativa tenha se desenvolvido pelo governo de Aragón, diversas empresas, prefeituras, instituições e voluntários se juntaram.

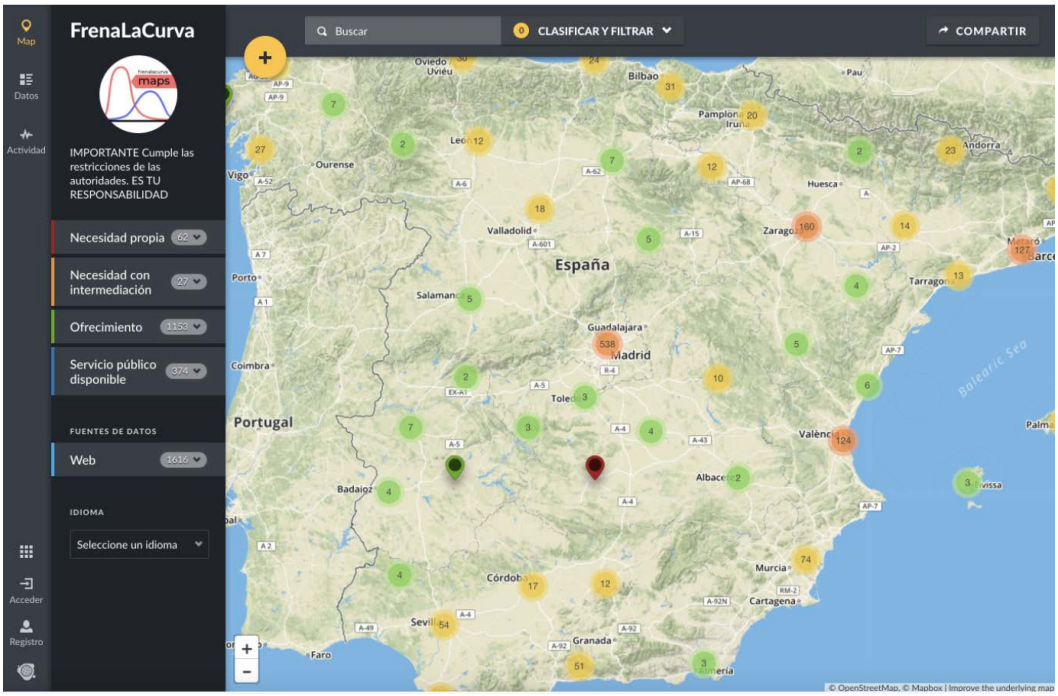
Por meio da coordenação do Governo de Aragón, foi gerido um sistema de coleta e checagem de informação, incluindo notificação de recebimento aos que doaram o material. Toda a logística foi organizada por meio de um formulário que, recebia o cadastro de demandas de doações e de pessoas interessadas em se voluntariar. No mapa (FrenaLaCurvaMaps[54]), foram visibilizados quatro tipos diferentes de necessidades: Necessidade Própria, em vermelho, Necessidade de Intermediação, em laranja, Oferecimento de ajuda, na cor verde, e Serviço Público, na cor azul. Além disso, dentro de cada

53 Disponível em: <https://frenalacurva.net/conocenos-frena-la-curva/>. Acesso em: 10 de ago 2021.

54 Disponível em: <https://es.mapa.frenalacurva.net/>. Acesso em: 10 de ago 2021.

uma das necessidades, era possível registrar requisitos mais específicos, tais como necessidades relacionadas à higiene, ajuda psicológica dentre outros **(Figura 16)**.

Figura 16: Mapeamento Frena La Curva



Fonte: Frena La Curva. Disponível em: <https://es.mapa.frenalacurva.net/> acesso 20 ago 2021.

A figura dos moderadores foi essencial à gestão do mapa on-line. Todas as solicitações ou ofertas publicadas passavam pela filtragem. O mapa utilizou a plataforma Ushahidi para mapear informações vitais que foram exibidas por meio do OpenStreetMap. Por meio do sistema Ushahidi foi possível que os voluntários entrassem em contato direto com quem solicitou apoio, sem violar a privacidade e a segurança dos dados. Outra característica importante foi a facilidade de replicar e exportar para outros países, com baixo custo de manutenção, pelo fato de ser um *software* livre. Assim, foi possível, portanto, que a Plataforma Frena La Curva fosse replicada em 22 países, cada local com características próprias, mas que seguiam o padrão Frena La Curva.

A iniciativa buscou também criar projetos de impacto social que complementassem as ações dos diferentes governos, o *Common Challenges.*

Projeto que ofereceu o apoio de mentores especializados, ao longo do processo de desenvolvimento de um piloto, protótipo até sua implementação. Outra ação foi o Festival de Inovação Aberta, com 12 horas contínuas de transmissão no YouTube, que buscou ciar espaços de apropriação social. Por fim, a plataforma também se preocupou com o "pós-pandemia", e abriu uma convocatória para coletar as ideias dos cidadãos surgidas durante o isolamento e que pudessem ser consolidadas no novo contexto deixado pela pandemia, ou seja, contexto marcado pela crise econômica e reconstrução social **(Figura 17).**

Figura 17: Indicadores deresultados do Frena La Curva

Fonte: Frena La Curva. Disponível em: <https://frenalacurva.net/> acesso 20 ago 2021.

Como resultado da iniciativa, foram computadas por volta de 1000 iniciativas cidadãs, 140 assessorias de projetos do *Common Challenges* e mais de 50 projetos foram gerados na convocatória pós-pandêmica. Da mesma forma, eles se destacam como eixos do processo de inovação, a participação ativa dos cidadãos, quebra de barreiras geográficas. Raúl Oliván[55], um dos criadores da plataforma e diretor-geral de Governo Aberto e Inovação Social de Aragón, conclui que:

> **"Talvez a maior conquista da Frena la Curva não venha do seu impacto social direto, mas da sua capacidade de gerar aprendizagem coletiva, de ter criado um mapa de sentidos comuns que nos lembra que não estamos sós nisso, que somos mais que uma comunidade de bens, cujo patrimônio coletivo somos nós".**

55 Disponível em: <https://raulolivan.com/2020/04/06/mapa-de-los-sentidos-comunes/>. Acesso em: 10 de ago 2021.

Em última análise, este projeto concretizou a busca por uma realidade fundamentada no compartilhamento. É importante ressaltar que o Frena la Curva foi um projeto que priorizou o bem comum, no qual foram criadas várias vertentes de conectividade com cidades e países além da fronteira espanhola; e que só foi possível se ramificar dessa forma por meio da confluência entre os cidadãos, governos e empresas. Com isso, o projeto atingiu uma escala global de trabalho coletivo e trouxe mudanças significativas que foram além do local.

No Brasil, por meio de um levantamento sistemático realizado entre agosto e novembro de 2021, foi possível catalogar 31 plataformas digitais para participação cívica. Mediante um levantamento extensivo nos meios digitais, buscou-se selecionar as plataformas que surgiram na pandemia. Não se teve pretensão de levantar todas as plataformas que tiveram início nesse período, por entender que o espectro seria muito amplo. Dessa forma, o critério de seleção das plataformas foi selecionar aquelas que ofereciam o maior número de informação a respeito das suas ações.

Além do mais, todas as plataformas selecionadas se comportam como comum do conhecimento originado a partir do digital na sua existência, tendo em vista a propriedade e gestão coletiva, um tipo de cidadania digital que reconhece a importância das experiências on-line para melhoria da situação trazida pela pandemia. Com isso, para fins de análise sobre o surgimento de cada uma dessas plataformas, propusemos a seguinte classificação:

a) repositórios de iniciativas;

b) mapeamento de casos;

e c) plataformas conectoras.

Nesse levantamento, buscou-se evidenciar, para fins investigativos os objetivos, a situação em que se encontra (em curso, pausada ou encerrada), a abrangência territorial, quem financia e o ano de funcionamento de cada plataforma.

3.2.1 Repositório de iniciativas

Os repositórios de iniciativas são as plataformas digitais para participação cívica que mapeiam os mais diversos tipos de ações colaborativas, como assistência social, saúde, tecnologia, cultura, dentre outras. Por meio de uma busca foi selecionado um total de 11 plataformas em todo o Brasil, sendo mais da metade abrangentes em território nacional e 4 específicas para algumas regiões.

São repositórios que emergiram da interação público-social, em concomitância com o estado de alerta, associado aos esforços de solidariedade para enfrentar a situação de crise de saúde e confinamento, no qual encontra mapeamento e compilação de dados. Por meio da busca, foi possível registrar plataformas que mapearam ações de assistência social como, por exemplo, doação de alimento, ações relacionadas ao desenvolvimento e fabricação de materiais de EPI, ações culturais e ações de apoio psicológico **(Quadro 7)**.

No Quadro 7, vemos a lista de plataformas repositórios de iniciativas

	Nome	Objetivo	Categoria	Situação	Região	Quem financia	Ano de funcionamento	Link da plataforma
1	**Somos Muitxs**	Mapeamento das iniciativas solidárias que aconteceram em resposta à pandemia de COVID-19	Repositórios de iniciativas	Descontinuada		USP		http://somos-muitxs.com/
2	**Mapa Colaborativo**	Plataforma que reune diversas práticas colaborativas realizadas para amenizar danos gerados pela pandemia de Covid-19 em todas as regiões do Brasil.	Repositórios de iniciativas	Aparentemente pausada	Brasil	Universidade UFABC	2020	https://mapaco-laborativo.org.br/
3	**Mapa Solidário**	Plataforma colaborativa para mapear campanhas de solidariedade e de enfrentamento comunitário ao COVID-19.	Repositórios de iniciativas	Aparentemente pausada	Brasil	Militantes Independente, coletivos e mov. sociais	2020	https://mapa-solidario.com.br/?fbclid=IwAR-0mgOtB_pv1Sm-D5WXLkuE7dt-NR86303_fbwRb--uZMskG98L7YjF-3tKMiSE
4	**Fundo Baixada Santista Pela Vida**	Plataforma social que apoia e divulga ações de arrecadação de alimentos e campanhas de captação de recursos.	Repositórios de iniciativas e Plataformas conectoras	Aparentemente encerrada	Sudeste	ONG	2020-2021	http://baixa-dapelavida.org/
5	**Emergencia Covid 19**	Plataforma social que atua na coordenação e divulgação de iniciativas solidárias em resposta aos impactos da pandemia no Brasil	Repositórios de iniciativas	Em curso	Brasil	GIFE, com apoio de empresas	2020-2021-2022	https://emergencia-covid19.gife.org.br/
6	**Plataforma Somar**	Mapeamento das iniciativas de arrecadação que surgiram em Fortaleza e na Região Metropolitana, no contexto da pandemia da COVID-19	Repositórios de iniciativas	Aparentemente Encerrada	Fortaleza-CE	UFC e ArqPET	2020	https://www.somarqpet.org/
7	**Covid-19 e Solidariedade Migrante**	Mapeamento de ações de solidariedade referentes a migrantes e refugiados durante a pandemia no Brasil	Repositórios de iniciativas	Aparentemente Encerrada	Brasil	Fronteiras Cruzadas (USP) e Cátedra Sérgio Vieira de Mello (UNICAMP)	2020	https://docs.google.com/spreadsheets/d/1V5ullM2YB-Da4oon10sx--wOAT_Q1UcW-d8x0kh2aIsHiU/

8	**Rede de Apoio Humanitário Nas e Das Periferias**	Mapeamento de polos de doação à famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.	Repositórios de iniciativas	Aparentemente Pausada	São Paulo		2020	https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?users-toinvite=je-susinsurgente%40gmail.com&actionButton=1&ll=-
9	**Ações na Cidade São Paulo - População em situação de rua (COVID-19)**	Mapeamento de Centros de Acolhimento, pias com água potavel, casas de banho e sanitários, Núcleos de Convivência, Cozinhas Cidadãs e Bom Prato, além de Politicas de alcool e drogas, Centros POP e Cates, para pessoas em situação de rua em São Paulo	Repositórios de iniciativas	Aparentemente Encerrada	São Paulo		2021	https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=12wV-fUV_y7NJb8W-zSstuHa0Hn-77XldF7D&ll=-
10	**Brigada Solidária da Saúde**	Plataforma que reúne coletivos, movimentos e ações que trabalham com arrecadação de alimentos, produtos de higiene e limpeza, além de divulgação de informações no combate à covid-19.	Repositórios de iniciativas	Aparentemente Encerrada	Brasil	Alunos da FSP - USP	2020	https://jornal.usp.br/universidade/plataforma-mapeia-a-coes-solida-
11	**Segura a Onda**	Guia de iniciativas cidadãs frente ao coronavírus no formato de fórum.	Repositórios de iniciativas	Aparentemente pausada	Brasil	Instituto Procomum e Volutários	2020-2021	https://seguraaonda.com.br/

Fonte: Elaboração - Mirna Linhares e Thais de Jesus Nascimento, 2021.

Uma das plataformas classificadas na categoria de repositório de iniciativas que merece destaque é o Mapa Colaborativo, que mapeou mais de 1854 ações de grupos, coletivos e movimentos sociais, e ainda fez 808 registros de atividades de universidades, laboratórios e grupos de pesquisa **(Figura 18)**. A plataforma buscou reunir as práticas colaborativas que foram realizadas em todas as regiões do Brasil para amenizar danos gerados pela pandemia de Covid-19 e para manter um registro histórico desse momento.

Figura 18: Mapeamento do Mapa Colaborativo

Fonte: Mapa Colaborativo. Disponível em: <https://es.mapa.frenalacurva.net/> acesso 12 dez 2021.

O coordenador do projeto é o professor Sérgio Amadeu, da Universidade Federal do ABC (UFABC), e ele envolve outros atores da instituição, como o Laboratório de Tecnologias Livres (LabLivre), bem como o Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta). Além do mais, o projeto agregou uma rede organizadora ampla e consistente, com 33 movimentos ativistas e grupos de pesquisa de universidades de várias regiões do país. A COLAB-São Carlos e o NEC.IAU-USP fizeram parte dessa rede.

Segundo o grupo, "disponibilizamos este espaço com o intuito de ajudarmos na promoção das ações e na captação de recursos, apoios e parcerias, bem como da criação de um registro histórico colaborativo de mobilizações da sociedade civil e das universidades frente à pandemia". A sociedade tinha espaço para contribuir com o registro de ações. Porém, o grupo também se empenhou em fazer a busca das iniciativas. Além do mais, o grupo fez uma série de entrevista com os integrantes das ações mapeadas, a fim de entender melhor o panorama da pandemia no Brasil.

3.2.2 Mapeamento de casos

As plataformas de mapeamento de casos são aquelas que mapeiam casos da Covid-19 e número de óbitos. Essas plataformas, no contexto brasileiro, foram abundantes e serviram principalmente para preencher a lacuna de subnotificações advindas do poder público vivenciadas no país, na qual foi percebida a falta de clareza e detalhamento das informações relativas aos óbitos, ocupações de leitos, imprecisão na coleta e registro de dados. Para tanto, foram registrados um total de 13 plataformas de mapeamento de casos, sendo 4 abrangentes em território nacional e 8 específicas para algumas regiões **(Quadro 8).**

No Quadro 8 (próxima página), vemos a lista de plataformas de mapeamento de casos

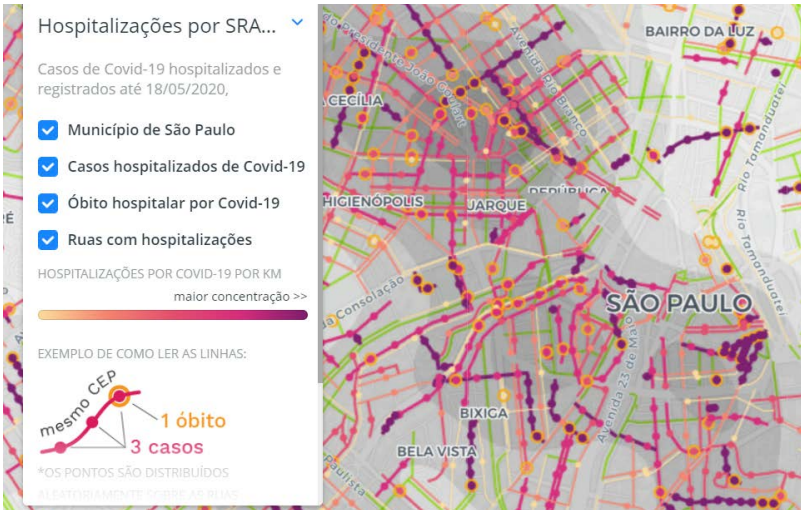
	Nome	Objetivo	Categoria	Situação	Região	Quem financia	Ano de funcionamento	Link da plataforma
1	**Mapa Corona nas Periferias**	Mapeamento das iniciativas de combate ao coronavírus nas favelas e periferias do Brasil.	Mapeamento de casos	Aparentemente pausada	Brasil	Instituto Marielle Franco e Favela em Pauta	2020	https://www.institutomariellefranco.org/mapacoronanasperiferias
2	**Brasil sem corona- Colab**	Mapeamento dos casos de Covid-19 e as regiões com risco de surtos, para ajudar as equipes	Mapeamento de casos	Em curso	Brasil	Empresa/startup	2020-2021-2022	https://www.brasilsemcorona.com.br/
3	**Urbanismo contra o Corona**	Plataforma social que visa produzir soluções emergenciais para populações em situação de vulnerabilidade, atuando com mapeamento de casos e de ações, além de campanhas de arrecadação.	Mapeamento de casos e Repositórios de iniciativas	Aparentemente Encerrada	Rio Grande do Sul	URBX, com apoio de empresas e universidades	2020	https://sites.google.com/view/urbanismocontraocorona-rs/cidades-solid%C3%A1rias?au-
4	**Violações em tempos de Covid – Salve Sul**	Mapeamento de violações de direitos, ações de solidariedade, Mortes oficiais por COVID-19 e Casos confirmados de COVID-19	Mapeamento de casos	Aparentemente Em curso	São Paulo	CDHEP	2020	http://cdhep.org.br/mapa-salvesul/
5	**Quilombo sem Covid-19**	Mapeamento de casos, óbtos, hospitais e iniciativas referentes aos quilombos durante a pandemia de Covid 19	Mapeamento de casos	Em curso	Brasil	CONAQ	2022	https://quilombosemcovid19.org/
6	**Painel Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro**	Plataforma que unifica iniciativas de contagem e monitoramento de casos confirmados, recuperados e óbtos em decorencia da Covid 19 nas faelas e comunidades do Rio de Janeiro	Mapeamento de casos	Em curso	Rio de Janeiro	Dicionário de Favelas Marielle Franco, com apoio de outras instituições	2020-2021-2022	https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Painel_Covid-19_nas_favelas_
7	**Wikifavelas**	Plataforma que compila os diferentes trabalhos e esforços de monitoramento dos casos e dos dados de forma territorializada em diferentes favelas do Rio de Janeiro	Mapeamento de casos	Aparentemente Encerrada	Rio de Janeiro	Comunidades Cataliadoras, com apoio de organizações	2020	https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742b-
8	**Mapeamento de casos SP**	Mapeamento de Casos registrados e hospitalizados em decorrência da Covid-19 na cidade de São Paulo	Mapeamento de casos	Aparentemente Encerrada	São Paulo	LabCidade - FAU-USP	2020	http://www.labcidade.fau.usp.br/simplificacao-da-leitura-do-comportamento-da-epidemia-
9	**colabcovid-br**	Mapeamento das subnotificações de casos e óbitos relacionados a Covid-19	Mapeamento de casos	Aparentemente Encerrada	Brasil	UFPR	2020	https://colabcovid19br.ushahidi.io/
10	**mapeamento da vacina na região metropolitana de São Paulo**	Mapeamento da vacinação de Covid 19 na região metropolitana de São Paulo	Mapeamento de casos	Aparentemente Encerrada	São Paulo	LabCidade - FAU-USP	2021	http://www.labcidade.fau.usp.br/vacinacao-a-vanca-de-for-
11	**PARANÁ CONTRA A COVID-19**	Plataforma social que reune informações para enfrentamento da COVID-19 no Paraná, contendo painel dos casos, mapa de setores de risco e mapa da solidariedade com campanhas para as populações mais vulneráveis.	Mapeamento de casos e Repositórios de iniciativas	Aparentemente Pausada	Paraná	LUPA/UTFPR	2020-2021	https://sites.google.com/view/prcontracovid/apresenta%C3%A7%C3%A3o?authuser=0
12	**Juntos Contra Covid**	Mapeamento das pessoas com sintomas de COVID 19 a fim de informar os riscos de infecção em diferentes regiões.	Mapeamento de casos	Fora do ar		Estudante universitário	Provavelmente 2020	
13	**Vulnerabilidade Social, Redes Agrícolas e o Covid19**	Mapeamento online permite saber onde estão localizados os casos de coronavírus em todas as cidades do Estado.	Mapeamento de casos	Em curso	Santa Catarina	Epagri, em parceria com a UFSC e três secretarias do governo estadual.	2020-2022	https://www.arcgis.com/apps/View/index.html?appid=ba7489f-

Fonte: Elaboração - Mirna Linhares e Thais de Jesus Nascimento, 2021.

Das plataformas de mapeamento, destaca-se a plataforma de mapeamento de casos de São Paulo criada pelo Labcidade. Em maio de 2020, pesquisadores do Labcidade[56] expuseram a situação da cidade de São Paulo, epicentro da pandemia no Brasil, e relataram que a cidade ainda não possuía informações territorializadas que detalhassem o avanço do novo coronavírus e os impactos nos diferentes lugares da cidade, tendo em vista que os mapas institucionais apresentam uma visão global da cidade, portanto, ignoram as informações e especificidades locais.

O LabCidade, em parceira com o Instituto Polis, desenvolveu um mapa interativo com as hospitalizações por síndrome respiratória aguda grave (SRAG), incluindo Covid-19 **(Figura 20)**. Esse mapeamento permitiu uma visualização mais precisa da evolução da doença na cidade de São Paulo, considerando a relação entre os óbitos e a população de cada local. O mapeamento foi feito por meio dos dados do Banco de Dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave do dia 18 de maio de 2020, disponibilizado pelo Ministério da Saúde via DATASUS.

Figura 20: Mapeamento por síndrome respiratória aguda



Fonte: Labcidade. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/simplificacao-da-leitura-do-comportamento-da-epidemia-no-territorio-dificulta-seu-enfrentamento/> acesso 12 dez 2021.

56 LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade – é um laboratório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, coordenado pelas professoras Paula Santoro e Raquel Rolnik, e tem desenvolvido projetos de pesquisa ligados a planejamento urbano e estudos da paisagem. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapas-do-coronavirus-escondem-informacoes/>. Acesso em: 15 de ago 2021.

Segundo os pesquisadores, o objetivo principal do mapa foi aprimorar a leitura da disseminação da pandemia na metrópole paulista, mostrando a situação da pandemia em 25 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, mapeando hospitalizações e óbitos pós internação pelos logradouros, o que permitiu às pessoas que verificassem a situação da pandemia na sua rua.

As motivações foram as seguintes:

a) as informações oficiais estão separadas pelos municípios, cada prefeitura produz seu mapeamento de forma independente e com metodologias distintas, ou seja, não existia até o momento uma leitura metropolitana da pandemia, em um território que é totalmente conectado e com fluxos diários entre os municípios;
b) especificamente na capital, os boletins epidemiológicos trazem informações agregadas por distrito, recortes de territórios muito extensos, populosos e heterogêneos que não permitem uma leitura adequada da difusão espacial da pandemia. Também está entre os objetivos do mapa fazer uma avaliação sobre a variável condição da moradia sobre a distribuição da contaminação, uma vez que mesmo sem ter acesso a esses dados a doença foi associada a habitações precárias (LABCIDADE, 2020).

Outra plataforma protagonista no mapeamento de casos foi o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, que teve como principal objetivo integrar as informações a respeito de casos e mortes advindas de diferentes fontes. O painel exibe os dados sobre casos confirmados e prováveis a partir da autodeclaração por meio de um formulário, das notificações de movimentos comunitários, dos dados oficiais publicados pelos governos, bem como de relatos advindos de notícias.

O Painel Unificador nas Favelas foi importante para visibilizar os números que eram subnotificados na imprensa tradicional, alertar a população, bem como servir como base de dados substancial para cobrança de políticas públicas adequadas às urgências específicas daquela região. As Comunidades

Catalisadoras (ComCat), em parceria com 23 outros coletivos e organizações[57] que atuaram frente à pandemia nas favelas, trabalharam para captar e dar visibilidade aos dados, voluntariamente **(Figura 21)**.

Em fala na *live* comemorativa de um ano do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, Theresa Williamson, diretora executiva da Rede de Comunidades Catalisadoras (ComCat), falou que atualmente cobrem: "336 favelas do Rio, o que corresponde a 70% dos domicílios em favela na cidade. Até hoje, tivemos quase 80.000 casos confirmados e mais de 6000 mortes, o que é um número maior do que em 166 países inteiros no mundo". Theresa afirmou que a ideia é continuar e expandir o trabalho, oferecendo suporte para mobilizadores de favela a acompanhar os impactos da pandemia. "Queremos também completar os dados para cobrir 90% dos domicílios em favelas e, então, publicar uma nota técnica com a análise histórica e completa; melhorar os mapas municipais das favelas e garantir que os mobilizadores comunitários sejam reconhecidos e que suas ações sejam investidas para que uma tragédia como essa nunca se repita".

Figura 21: Painel Unificador nas favelas do Rio de Janeiro

Fonte: Painel Unificador. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/> acesso 12 dez 2021.

57 Participam os grupos Comunidades Catalisadoras (ComCat), Coletivo Conexões Periféricas - RP, DataLabe, Fala Roça, Favela Vertical, Fiocruz, Fórum Grita Baixada, Frente de Mobilização da Maré, Mulheres de Frente, Observatório de Favelas, PerifaConnection, Redes da Maré - Somos Todos Maré, TETO, Voz das Comunidades, A.M.I.G.A.S., Centro Social Fusão, Comunidades Catalisadoras. Covid por CEP, Instituto Educacional Araujo Dutra, LabJaca, SOS Providência e WikiFavelas.

3.2.3 Plataformas conectoras

As plataformas conectoras são aquela que além de mapear as iniciativas, ainda conseguem a conexão direta do doador com a demanda. O número de plataformas conectoras encontradas no Brasil foi menor, o registro foi de 9. Isso se explica pelo fato de existir uma complexidade de execução, deve-se levar em consideração o nível de relacionamento estabelecido com as pessoas e a quantidade de tempo que esse tipo de tarefa precisa para ser executada. É necessário ter em mente que as plataformas conectoras têm o importante objetivo de fazer o contato direto com ambas as partes, tanto quem precisa, quanto quem está oferecendo ajuda. Dessa forma, foi possível encontrar, principalmente, plataformas na área da saúde como apoio psicológico, atendimento de telemedicina e suporte ao idoso **(Quadro 9)**.

No Quadro 9, vemos a lista de plataformas conectoras

	Nome	Objetivo	Categoria	Situação	Região	Quem financia	Ano de funcionamento	Link da plataforma
1	**Atados**	Plataforma social que conecta voluntários a ONGs, combatendo o impacto do coronavírus e fortalecendo o setor social.	Plataformas conectoras	Em curso com outros tipos de ação	Sudeste	Empresas (oferece serviços de voluntariado empresarial, gestão e consultoria em responsabilidade social.)	2020	https://www.atados.com.br/coronavirus
2	**Rede Solidária**	Plataforma colaborativa que conecta as iniciativas que estão acontecendo pelo Brasil com as pessoas e comunidades que queiram se engajar em alguma ação ou que precisem de ajuda.	Plataformas conectoras	Em curso com outros tipos de ação	Brasil	Abong - Associação Brasileira de ONGs	2020	https://www.engajar.redesolidaria.org.br/
3	**Meu Bom Amigo**	Plataforma colaborativa que atua no acolhimento de pessoas que estão se sentindo sozinhas, conectando-as com voluntários dispostos a conversar.	Plataformas conectoras	Em curso	Brasil		2020-2021-2022	https://meubomamigo.com.br/
4	**Protege BR**	Plataforma que mapeia iniciativas que atuam na produção de equipamentos de proteção de uso individual (EPI) e as articula com quem precisa ou pode colaborar	Plataformas conectoras	Aparentemente Pausada	Brasil	Olabi, com apoio de empresas	2020	https://protegebr.org/
5	**Emergência Indígena**	Plataforma que organiza planos, projetos e ações criados para amenizar o impacto do vírus sobre os povos indígenas, fornece insumos e desenvolve estratégias de enfrentamento a COVID 19	Plataformas conectoras	Em curso	Brasil	APIB, com apoio de empresas e organizações	2020-2021-2022	https://emergenciaindigena.apiboficial.org/sobre/
6	**Psi Social**	Plataforma colaborativa de psicanalistas que disponibilizam horários em seus consultórios para o atendimento social.	Plataformas conectoras	Em curso	Brasil	taxa de adesão mensal dos psicanalistas participantes	2020-2021-2022	https://psisocial.com/

7	**Plataforma de Apoio Psicológico para Profissionais da Educação**	Plataforma social que conecta profissionais da educação à psicólogas e psicólogos voluntários, a fim de oferecer atendimento psicológico gratuito	Plataformas conectoras	Em curso	Brasil	ADUNICAMP e SINTIFRJ	2021-2022	https://www.apoiopsi-coeducacao.bonde.org/
8	**Doe uma consulta**	Plataforma colaborativa que conecta pessoas vulneráveis com sintomas de Covid 19 à medicos voluntários	aformas conect	Aparentemente em curso	Brasil	Doações de empresas e população geral	2020	https://www.doeu-maconsulta.com.br/

Fonte: Elaboração - Mirna Linhares e Thais de Jesus Nascimento, 2021.

A Plataforma de Apoio Psicológico para Profissionais da Educação[58] é uma iniciativa da Rede de Educadores em Luta e é gerida por uma Equipe Clínico-Política. A plataforma tem o objetivo de disponibilizar uma escuta terapêutica voltada para trabalhadores da educação. A preocupação dos organizadores foi dar apoio psicológico aos trabalhadores da educação que passaram por mudanças bruscas desde o início da pandemia. Os psicólogos oferecem o trabalho voluntario por meio do cadastro na plataforma, no qual inserem dados para contato e profissionais, incluindo o número do CRP. As informações são verificadas pelos gestores da plataforma e o contato posterior é feito pelo aplicativo de mensagem WhatsApp.

Outra plataforma que desempenhou um trabalho de suporte emocional foi a Meu Bom Amigo que buscou conectar pessoas em situação de isolamento com voluntários dispostos a conversar diariamente, para reduzir o sentimento de solidão dessas pessoas. A plataforma buscou abranger diversas idades, porém recebeu cadastros principalmente da população mais idosa com gestos simples, como desejar um bom dia, perguntar como a pessoa está se sentindo, escutar e até mesmo auxiliar na utilização de aplicativos de *delivery* de comida, por exemplo.

Para além de plataformas de ações de assistência social, foi possível ver também projetos mais focados em áreas específicas como as que surgiram da preocupação com a saturação no setor saúde e a falta de material nos

58 Disponível em: <https://www.apoiopsicoeducacao.bonde.org/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

hospitais. Este tipo de iniciativa foi organizado por comunidades autônomas de *makers* com o objetivo de criar suprimentos médicos de código aberto para equipar os profissionais que estavam trabalhando na linha de frente contra a Covid-19.

Respiradores, máscaras, viseiras, materiais de desinfecção, entre outros, foram os inúmeros materiais desenvolvidos por iniciativa baseadas no Movimento Maker e na digitalização do design. Desde o início da pandemia, foi possível notar uma rápida mobilização de *makers* e comunidades de *makers* para responder à escassez de equipamentos na área da saúde. Notou-se um grande volume de projetos *open-sourcing* relacionados às questões trazidas pela Covid-19 no www.opensource.com, um dos maiores repositórios de projetos livres para replicar, *hackear* ou modificar produtos existentes.

Se, por um lado, esse tipo de fabricação digital contribuiu bastante na produção de materiais, por outro, é preciso ter ciência de que as condições e a capacidade de produção nesse formato precisam considerar a situação local de financiamento, produção e distribuição, ou se é um trabalho realmente colaborativo com muitos envolvidos.

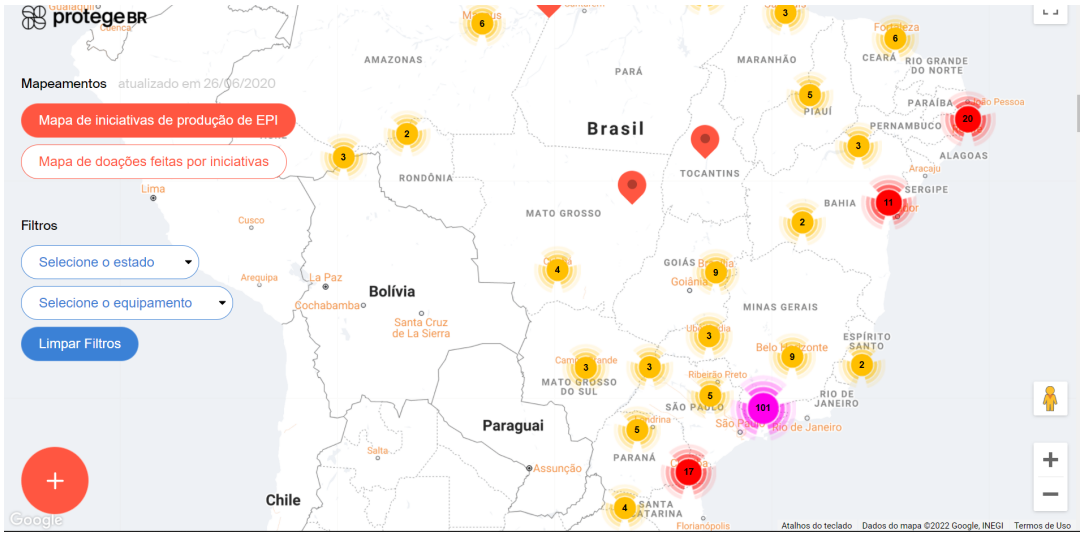
No Brasil, a plataforma Protege BR[59], articula ações, centros de saúde e informações relevantes à produção nesse novo contexto. Por meio da plataforma, é possível cadastrar a iniciativa *maker*, contatar a Rede de saúde, cadastrar necessidade de doação e contribuir com doação ou materiais. Na plataforma, eles informam que 250 iniciativas foram mapeadas e 950.021 máscaras *face-shield* foram doadas. Além disso a plataforma reúne os principais projetos de suprimentos médicos envolvidos no combate à Covid-19, como as *"face Shields"*, os óculos de proteção, os ventiladores pulmonares, as máscaras N95, caixas de acrílico para intubação, dentre outros.

A plataforma foi idealizada pelo Olabi, empresa social focada em criatividade e tecnologia, e possui apoio do Google.org e Ford Foundation.

59 **Disponível em: <https://protegebr.org/>. Acesso em: 15 de ago 2021.**

É importante ressaltar que o apoio e as parcerias formadas para manter essa plataforma dizem muito sobre sua abrangência de atuação, bem como a duração da iniciativa. Como já foi mencionado, as iniciativas conectoras demandam mais dedicação. Além do mais, é pertinente apontar a relação entre grandes empresas financiadoras e o comum, abrindo margem para uma falta de autonomia dentro da iniciativa e aproximação com grandes empresas do capitalismo de plataforma, não objetivando uma resolução estrutural, mas sim a criação de mais um braço da economia social **(Figura 22)**.

Figura 22: Mapeamento do ProtegeBR



Fonte: ProtegeBR. Disponível em: <https://protegebr.org/> acesso 12 dez 2021.

Como já levantado aqui, a dificuldade de viabilização das ferramentas digitais para grande parte da população é uma realidade no Brasil. Sendo assim, outros tipos de iniciativas que não se enquadram no quesito de plataformas foram recorrentes na pandemia. Elas serviram de suporte on-line feito por voluntários, principalmente quando relacionado com o cadastro de auxílio emergencial. Esse tipo de iniciativa mostrou a urgência quando se trata de integração da população ao meio digital; e, geralmente, funcionaram como redes de apoio mútuo de vizinhos e comunidades que criaram espaços para

atendimento daqueles que não tinham conhecimento suficiente para acessar a Internet nem fazer cadastros e solicitações em programas de apoio aos que estavam em situação de vulnerabilidade.

Muitas dessas iniciativas conseguiram romper as fronteiras entre o público e o doméstico, fazendo com que o bem-estar emocional, a saúde mental, a educação ou a cultura deixassem de ser da responsabilidade apenas individual, mas de todos, como um comum, que deve ser retroalimentado por todos que usufruem. O conjunto de ações que foram citadas aqui, mostram as possibilidades que temos como sociedade do comum de agirmos em prol do coletivo, em qualquer tipo de situação, até mesmo em crise de pandemia global.

Por meio do levantamento de plataformas digitais para participação cívica, foi possível entender que a maior parte surgiu mediante a iniciativa da sociedade civil, sem financiamento institucional e, em sua maioria, tendo suporte de doações monetárias avulsas, *crowdfunding* ou doações de subsídios. Há um contraste de realidade precarizada que precisa ser ressaltado, tendo em vista o caso emblemático de aliança entre os cidadãos, governos e empresas do Frena la curva exposto anteriormente.

Quanto à categoria de repositório de iniciativas e à categoria de mapeamento de caso, ressalta-se que a maioria das plataformas foi criada por universidades públicas, com nuances em projetos de pesquisa encabeçados por docentes e estudantes, bem como grupos ativistas. Outro fator perceptível é que a maioria das plataformas dessa categoria já foi pausada ou encerrada. Quanto à categoria de plataformas conectoras, é perceptível a presença de iniciativas privadas e ONG's. Além do mais, das 8 ações, apenas 2 foram encerradas.

Dessa forma, não se pode deixar de levantar a questão da precarização em meio aos trabalhos desenvolvidos nessas plataformas. Nos casos das plataformas geridas por universitários e voluntários, o encerramento das ações aponta para redes desassistidas de investimento público, universitários que

pesquisam ou fazem projeto de extensão na ausência de bolsa de estudos e de voluntários que precisam conciliar suas tarefas com o trabalho assalariado para sobreviver. Assim, o comum nos indica o caminho da coletividade, mas também nos indica um conceito e uma prática em disputa em todos os âmbitos do fazer-comum.

Além disso, a pandemia evidenciou a força que organizações da sociedade civil oferecem junto ao trabalho dos governos, tendo em vista o valor do Estado e dos bens públicos fundamentais e a complexa forma de gerenciamento dessas redes institucionais. Demonstrou, também, que a gestão dos bens comuns/públicos necessita de regulamentação e participação popular ativa.

No Brasil, foi possível observar que apesar de todo o desmonte neoliberal imposto ao Sistema Único de Saúde (SUS), o valor desse sistema universal foi essencial para a proteção da saúde como bem comum. O que reforça a luta por direitos básicos como saúde, educação, habitação, direitos trabalhistas, entre outros. Direitos essenciais para que pessoas que nunca foram inseridas no mercado de trabalho tenham como sobreviver no sistema neoliberal.

Agindo em meio a uma pandemia, diferentes grupos passaram a construir laços em torno de desafios centrais para a construção de alternativas pós-pandêmicas. A sociedade civil passou a elaborar ideias inovadoras que contrastam desigualdades cada vez maiores, como as condições precárias de trabalho e renda, discriminação de raça e gênero e a necessidade de uma renda básica para sobrevivência da população. Como forma de aprendizado, devemos considerar que, em colaboração com os governos, seria interessante adequar as atividades dessas plataformas digitais para participação cívica às políticas públicas, explorando novas formas de participação cidadã e oferecendo alternativas que permitam continuar aprofundando a abertura das instituições dando oportunidade de trabalho para aqueles que querem construir a sociedade em que vivem.

Dessa forma, essas iniciativas cidadãs sugerem que o caminho para alcançar a dignidade da população não é por meio da centralização do poder,

muito menos pela concentração da tomada de decisões políticas, mas pelo aumento da participação cidadã. Por meio de experimentos deliberativos, democracia direta, processos constitucionais, o comum ganha protagonismo e se desenvolve.

3.3 Plataforma aberta de ciência e participação cidadã: CO-LAB – São Carlos

Diante desse cenário de pandemia, o Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC-IAU.USP) desenvolveu uma rede colaborativa de enfrentamento da Covid-19 na cidade de São Carlos e região, a CO-LAB - São Carlos - Plataforma Aberta de Ciência e Participação Cidadã[60], pautada na prática do fazer-comum, que buscou mapear e aproximar ações colaborativas de combate à pandemia.

Esta plataforma digital para participação cívica tem como finalidade identificar as principais demandas de cidadãos e instituições, fomentar ações de colaboração e facilitar a conexão entre elas, além de disponibilizar informações úteis no contexto da pandemia. Nela, foram cadastradas necessidades e iniciativas de auxílio. E foi possível contatar e conectar a população. Assim, tendo em vista as categorias abordadas no item 3.1, a COLAB-São Carlos é uma plataforma digital para participação cívica classificada como repositório de iniciativas e plataforma de mapeamento de casos.

Criada no início de abril de 2020, em período *de lockdown*, no Estado de São Paulo, a plataforma surgiu por meio do esforço coletivo de pesquisadores e profissionais vinculados ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo[61], como um projeto de extensão, dentro do âmbito acadêmico. Por meio de um *website*, criado no site *wordpress*, a plataforma foi alimentada de forma participativa, entre população e equipe de pesquisadores do projeto. O processo iniciava quando o cidadão preenchia

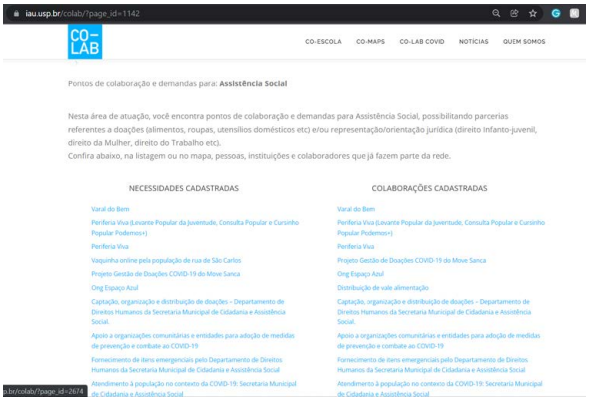
60 Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

61 A CO-LAB - São Carlos foi formada por um grupo de dois professores, seis alunas de pós-graduação (uma de doutorado e cinco de mestrado) e um servidor técnico da área de informática, todos do IAU-USP.

um formulário e os dados gerados são processados pelos pesquisadores que atualizam a plataforma. Em seguida, era feita a inserção das informações publicamente. A partir do momento que as informações ficavam públicas, a equipe entrava em contato, para confirmar e para notificar se alguma ação já cadastrada anteriormente atendia sua demanda, colocando, assim, as instituições ou pessoas em contato.

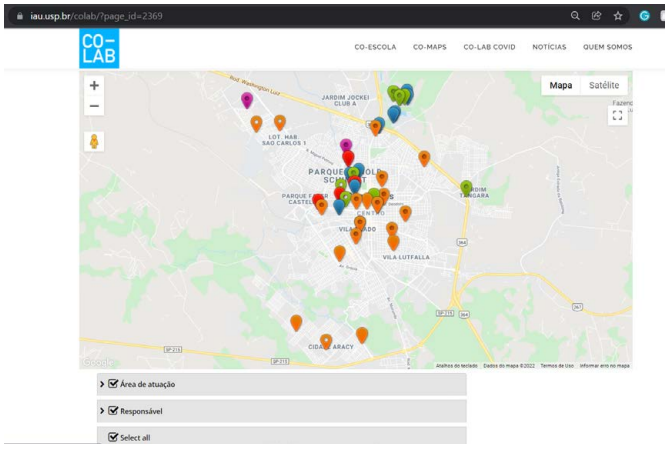
As iniciativas e as demandas ficavam visíveis em formato de texto por meio de uma listagem "clicável" **(Figura 23)**, que encaminhava o usuário a página dedicada aquela ação, bem como por meio da visualização em mapas com um *pin* geolocalizado **(Figura 24)**. O motivo dessas duas opções de visualização seu deu pelo fato de acreditarmos que a visualização via listagem daria mais uma opção de visualização para os usuários que tivessem dificuldade de utilizar o mapa.

Figura 23: Lista da Rede Colaborativa de Covid da COLAB – São Carlos



Fonte: COLAB. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

Figura 24: Mapeamento da Rede Colaborativa de Covid da COLAB – São Carlos



Fonte: COLAB. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

Esse mapeamento digital tornou as nuances da cidade mais perceptíveis e coloca a plataforma em um espaço contracartográfico, pois exerce o mapeamento como uma prática crítica de leitura da problemática vivida na pandemia. Crampton (2009), coloca que esse tipo de mapeamento como prática é acompanhado por um interesse crescente pela performatividade, sendo o mapeamento performativo, participativo e político.

A primeira ação desenvolvida na plataforma foi a criação de um mapa da rede colaborativa para que pessoas ou instituições pudessem cadastrar suas demandas e iniciativas de auxílio. Assim, a plataforma torna visível uma potencial cadeia colaborativa - a partir de trocas não monetizadas - complementar às ações promovidas pelo Estado em cinco grandes áreas: Assistência social, Educação e Cultura, Saúde, Ciência e Tecnologia e Outros Serviços.

Segue o direcionamento de cada área:

a) na área de assistência social foram inseridos pontos de colaboração e demandas referentes às doações (exemplos: alimentos, roupas, utensílios domésticos) e/ou representação/ orientação jurídica (direito Infanto-juvenil, direito da Mulher, direito do Trabalho);
b) na área de Ciência e Tecnologia foram registrados os acessos aos serviços e informações referentes às tecnologias ligadas ao enfrentamento da pandemia e seus efeitos. (Exemplos: fornecimento/recebimento de insumos para produção de equipamentos de proteção, serviços de impressão 3D e corte a laser, desenvolvimento de tecnologias de baixo custo, produção de divulgação científica);
c) na área de Educação e Cultura, foram direcionadas as iniciativas

artístico-culturais e educativas em situação de quarentena. (Exemplos: disponibilização de materiais educativos, orientação pedagógica, aulas virtuais gratuitas, cursos, palestras, plataformas de ensino-aprendizagem);

d) na área de saúde, o foco das iniciativas eram referentes às doações de equipamentos de proteção individual (EPI) e/ou outros materiais como álcool gel, termômetros etc., e o acesso a serviços de suporte e atendimento relacionados a saúde física e mental;
e) por fim, em outros Serviços, estavam as iniciativas referentes ao transporte de pessoas e materiais, a serviços de confecção de máscaras, de auxílio para compras, de pontos de entrega etc. (CO-LAB-São Carlos, 2020).

A pesquisa utilizou-se do método pesquisa-ação, tendo como atributo estabelecer relação de pesquisa no âmbito das plataformas colaborativas de mapeamento e redes colaborativas de enfrentamento a Covid-19 buscando assim, contribuir com o cenário pandêmico, principalmente por meio do atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Tal metodologia é definida como:

> **"[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo" (THIOLLENT, 1985, p. 14).**

Segundo Tripp (2005), as pesquisas que adotam essa metodologia associam-se ao desenvolvimento de soluções que respondam aos problemas identificados pelos pesquisadores ou grupos sociais. Assim, "pesquisa-ação é

uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática" (TRIPP, 2005, p. 447). Dessa forma, a pesquisa-ação opera a partir de protocolos metodológicos responsivos aos processos de mudança que surgem da prática realizada, inserindo os pesquisadores como sujeitos proativos dentro das transformações propostas, desenvolvendo-se em movimentos de investigação retroalimentados pela ação.

Nesta pesquisa, a investigação e a ação estão relacionadas ao desenvolvimento da Plataforma CO-LAB, que atua como elemento agenciador na rede de ações colaborativas da cidade de São Carlos. Partindo das quatro fases propostas por Tripp (2005), apresenta-se o desenvolvimento das quatro fases do ciclo da pesquisa-ação proposta para a Plataforma CO-LAB, identificando as ferramentas e procedimentos elencados em cada uma das fases:

a) planejamento: desenvolvimento da plataforma, definição de áreas de atuação, elaboração de formulários, construção de banco de dados, definição de estratégias de participação popular;
b) ação: implantação da plataforma, divulgação, vinculação a parcerias, coleta, gestão e repasse de dados para a população, visibilização da rede colaborativa de enfrentamento à Covid-19;
c) descrição: sistematizar e apresentar os dados recebidos de forma colaborativa e realizar entrevistas com as parcerias e cooperações envolvidas no projeto;
d) avaliação: avaliar o acompanhamento dos processos colaborativos com base na plataforma e, posteriormente, planejar melhorias nas ações advindas da pesquisa.

O modo de participação elencado na presente pesquisa-ação é o de colaboração, segundo o qual os indivíduos pesquisados têm igual interesse na elaboração da pesquisa, visto que ela implementa uma ferramenta capaz de

propor uma maior eficácia em suas práticas, assim como disponibiliza dados de interesse da sociedade civil. Dessa forma, entende-se que os indivíduos cadastrados na Plataforma CO-LAB são colaboradores da pesquisa, utilizando seus frutos como ferramentas para compor, capilarizar e fortalecer suas ações no campo prático.

A plataforma e o mapeamento se mostraram ferramentas importantes para a mobilização da população na cidade de São Carlos. Mas a forma como a plataforma foi construída e alimentada também revela a acuidade do produto que foi gerado. Por isso, a CO-LAB contou com parcerias com importantes atores locais como: o Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico (LAbI-UFSCar); a Associação Veracidade que atua na área da permacultura, agroecologia, educação ambiental crítica e economia solidária; o MOVE Sanca, grupo suprapartidário de trabalho voluntário atuando na melhoria de espaços públicos da cidade; o Coletivo Pró-Fórum Municipal de Direitos Humanos de São Carlos, voltado para o fortalecimento de ações de superação da violência e afirmação dos Direitos Humanos; e o Mapa Colaborativo, que reúne diversas práticas colaborativas que estão sendo realizadas em todas as regiões do Brasil para amenizar danos gerados pela pandemia da Covid-19.

É importante ressaltar que os contatos e parcerias estabelecidas na CO-LAB-São Carlos só foram possíveis pela abrangência escolhida para se trabalhar. São Carlos é uma cidade com população aproximada de 250 mil habitantes, onde se buscou o máximo de divulgação de veículos de imprensa, mídias sociais e contatos nas comunidades. Mas, pensando no maior alcance da plataforma, ela foi concebida em formato de código aberto, *Creative Commons*, para que fosse possível de ser replicada em outras cidades.

Em alguns meses, a plataforma digital para participação cívica foi contatada para ser replicada em outras regiões, fazendo surgir possíveis plataformas de mapeamento das ações nas cidades de Mococa e Maringá. No entanto, com o desenrolar da pandemia, a replicação das plataformas

acabou desacelerando. Apenas uma cidade seguiu adiante com a implantação da plataforma e a cidade de Maringá, encabeçada pelo BrCidades - Núcleo Maringá, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi a única a implementar a plataforma. A CO-LAB- São Carlos foi também exposta em Future Architecture, um espaço que busca identificar e explorar novos modelos de trabalho criativo na arquitetura.

Ao ponto em que os cadastros foram encerrados, aproximadamente um ano depois, a plataforma contou com 105 cadastros entre doadores e necessitados. O número de cadastros passou por um período de descendência, aproximadamente 6 meses depois do primeiro registro no site. O que foi compreendido pela desaceleração do número de casos e pelas flexibilizações da quarentena, passando uma sensação de "controle" e causando um relaxamento nas pessoas e iniciativas que estavam mais envolvidas.

A metodologia criada pelos pesquisadores da COLAB-São Carlos em relação ao cadastro das ações se deu da seguinte maneira: A partir de um formulário do *Google Forms*[62], que se dividia em "Preciso de..." **(Anexo 1),** e "Colaboro com..."**(Anexo 2)**, a pessoa preenchia o formulário na própria página da Plataforma CO-LAB-São Carlos **(Figura 25)**. Esses dados eram processados em forma de tabela para facilitar o envio para o site. Então, era feito o contato via WhatsApp ou ligação para confirmação das informações e verificações a respeito da veracidade. Finalizadas as confirmações e sistematizações, o cadastrado era registrado no site por alguns dos membros da equipe.

Outro procedimento utilizado no mapeamento colaborativo foi a divulgação das iniciativas nas redes sociais, tanto no Facebook, quanto no Instagram **(Figura 26)**. Essa divulgação com as informações do local era feita todas as vezes que um novo *pin* era cadastrado no mapeamento. Também era feito o compartilhamento das postagens das próprias iniciativas. Assim, foram mantidas as redes sociais ativas gerando mais divulgações para as ações.

62 Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=529>. Acesso em: 15 de ago 2021.

Figura 25: Página de Cadastro da COLAB – São Carlos

Fonte: COLAB. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

Figura 26: Mapeamento da Rede Colaborativa de Covid da COLAB – São Carlos

Fonte: Colab. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

Outra vertente que a COLAB-São Carlos resolveu assumir, foi a de fazer o registro semanal do número de casos de Covid-19 na cidade. O mapeamento de casos foi incorporado a COLAB-São Carlos com o convite feito à pesquisadora

Lara Melotti Tonsig que já estava fazendo o acompanhamento e divulgação dos casos via Facebook. A movimentação em direção ao mapeamento de casos se deu pelo fato de a Prefeitura Municipal tardar em disponibilizar o boletim epidemiológico, bem como disponibilizar os dados de maneira graficamente simplificada. Dessa forma, a equipe tentou contato com a prefeitura para estabelecer uma parceria na divulgação dos dados. No entanto, após inúmeras tentativas, a prefeitura mostrou desinteresse.

A COLAB-São Carlos, ciente de que a omissão de informação deixava a população cada vez menos informada em relação à amplitude que a pandemia estava tomando, passou a disponibilizar um mapeamento de casos geolocalizado por bairro e gráficos que cruzavam diversas informações. Essa iniciativa teve o objetivo de informar e conscientizar tanto a população, quanto o poder público que poderia direcionar as ações nos bairros mais afetados ou possibilitar ainda a identificação de focos de difusão do vírus como locais de trabalho ou até aglomerações de outra natureza.

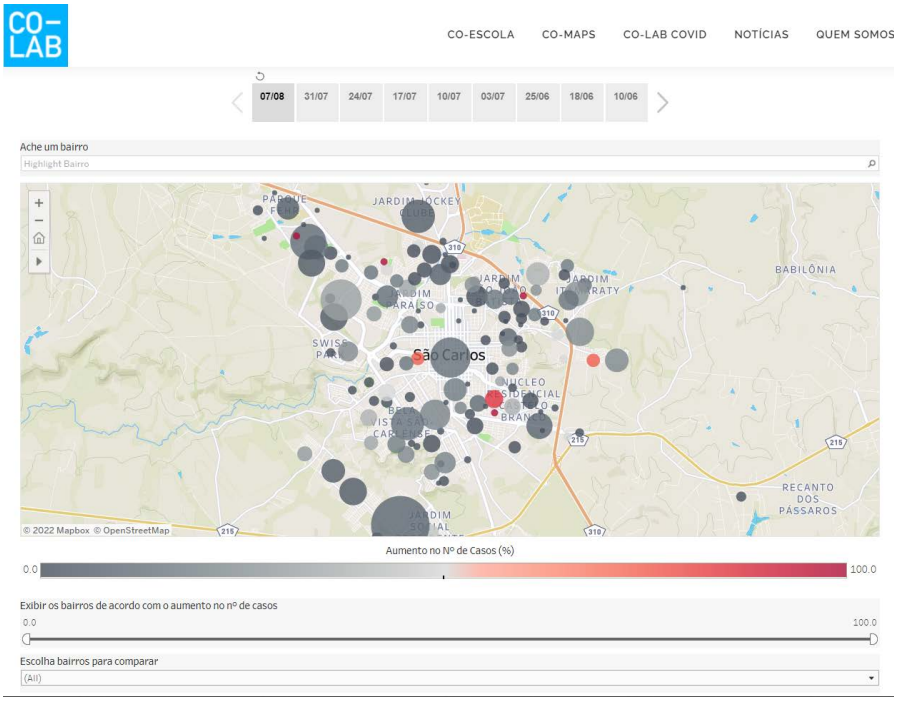
Dessa forma, o mapa de casos foi elaborado e atualizado periodicamente a partir de informações disponibilizadas pelo OpenDataSUS, entre os meses de Março e Agosto de 2020, apresentando casos confirmados de Covid-19 acumulados nos bairros da cidade de São Carlos.

O mapa foi gerado na plataforma Tableau e possuía duas dimensões: os círculos e a escala de cores. Os círculos representam o número de casos acumulados naquele bairro desde o início do mapeamento, enquanto as cores mostram o aumento de casos naquele bairro quando comparado ao mapeamento anterior. Portanto, quanto maior o círculo, maior o número de casos acumulados naquele bairro, e quanto mais vermelho o círculo maior o aumento no número de casos naquele bairro em relação ao mapeamento anterior.

A atualização dos mapas teve duração de 5 meses tendo em vista que, em julho de 2020, o Ministério da Saúde retirou as informações referentes à variável CEP, além de apagar os dados dos meses anteriores. Segundo artigo

do Labcidade (2020), “essa alteração está conectada a uma estratégia mais ampla de diminuir a transparência dos dados sobre a Covid-19 no Brasil”. Foi também modificada a metodologia de contagem em relação aos óbitos, que eram informados pela data de notificação e passaram a ser contabilizados na data que ocorreram. Dessa forma, entende-se que as alterações dificultaram o andamento da análise da pandemia, sendo parte de uma estratégia de confundir a população em relação à gravidade da mesma.

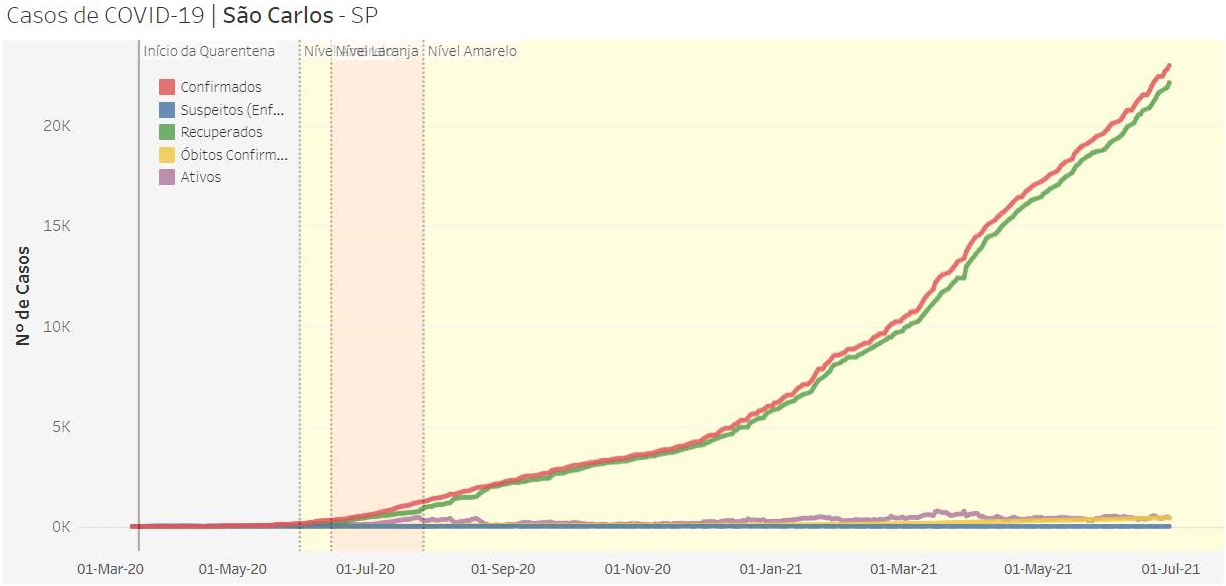
Figura 27: Mapeamento de casos de Covid da COLAB – São Carlos



Fonte: COLAB. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

Os gráficos foram disponibilizados da seguinte forma, gráfico de casos de Covid-19 em São Carlos, gráfico de porcentagem de Isolamento Social e Níveis de Flexibilização em relação ao Plano de São Paulo, gráfico de porcentagem de Isolamento Social e gráfico de porcentagem de Ocupação de Leitos UTI-SUS e gráfico de número de Casos Ativos em relação a porcentagem de Ocupação de Leitos UTI-SUS. Os gráficos foram elaborados e atualizados periodicamente a partir de informações oficiais disponibilizadas pelo Comitê Emergencial de Combate ao Coronavírus da cidade de São Carlos (SP), entre Março de 2020 e Junho de 2021 **(Figura 28)**.

Figura 28: Casos de COVID 19 na Plataforma COLAB – São Carlos



Fonte: Plataforma COLAB. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

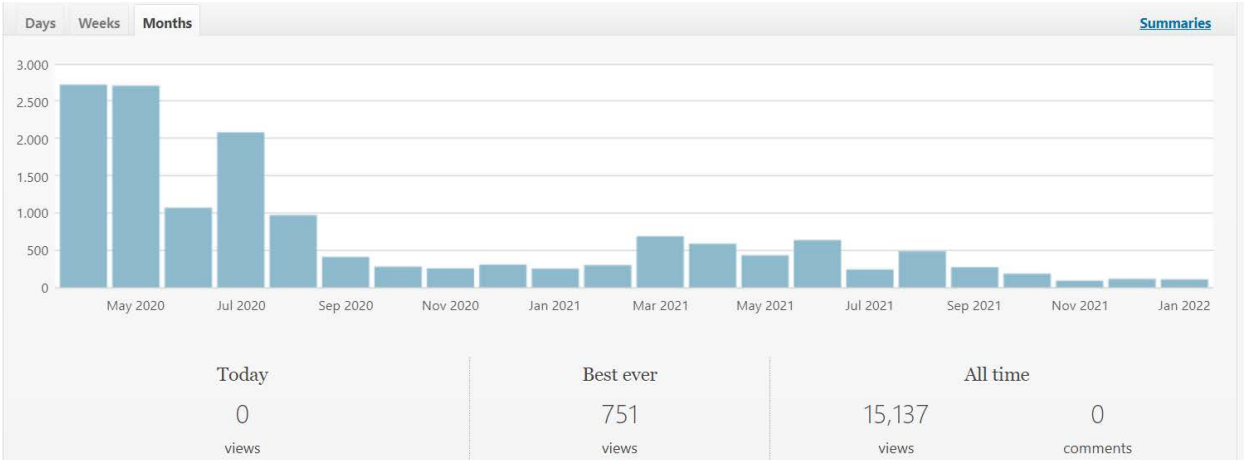
A plataforma CO-LAB - São Carlos se mostrou eficaz durante o ano de 2020, quando atuou com o mapeamento de iniciativas, com o mapa de casos e os gráficos. Ao promover e divulgar as iniciativas, a plataforma mapeou 102 ações na cidade, obteve mais 10.000 mil visualizações, tendo a página de Mapa de Rede Colaborativa 490 acessos e mais 583 acessos na página de listagem de iniciativas relacionadas a assistência social, durante os dois anos.

No ano de 2021, quando a atuação da COLAB - São Carlos teve o foco apenas nos gráficos de casos, o número de visualização foi de 4.115 **(Figura 29)**. Para além das visualizações na plataforma, as redes sociais também faziam o papel de divulgação das iniciativas cadastradas, bem como, a divulgação do número de casos de Covid-19 na cidade.

É importante ressaltar que as páginas de iniciativas cadastradas que tiveram mais acesso foram as relacionadas com programas da Prefeitura Municipal de São Carlos, como a página com informações a respeito do Atendimento à população no contexto da Covid-19: Secretaria Municipal de

Cidadania e Assistência Social, a página do Programa São Carlos Humanitária – Fundo Social de Solidariedade, a página Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e a Restaurante Popular Cidade Aracy **(Figura 30)**. O que explicita a necessidade de programas de Assistência Social, bem como a necessidade de informações sobre esses programas para que atinjam a população alvo, tendo em vista que as informações sobre esses programas não estavam facilmente disponíveis nos meios on-line pela própria Prefeitura.

Figura 29: Histórico de visualização na Plataforma COLAB – São Carlos



Fonte: Estatística Jetpack do Wordpress - Plataforma COLAB. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

Figura 30: Ranking de páginas visitadas da Plataforma COLAB – São Carlos

All Time

Title	Views
COLAB	3,638
MAPA DE CASOS	1,843
CO-LAB	1,719
Quero colaborar	632
Assistência Social	589
Preciso de...	534
Quem Somos	430
SOBRE	419
MAPA DA REDE COLABORATIVA	365
Ciência e Tecnologia	329
Educação e Cultura	252
NOTÍCIAS	246
Outros serviços	237
Atendimento à população no contexto da COVID-19: Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social	208
CO-LAB COVID	207
Programa São Carlos Humanitária – Fundo Social de Solidariedade (ponto de arrecadação)	188
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social	180
CADASTROS	136
CO-ESCOLA	130
Restaurante Popular Cidade Aracy	115

Fonte: Estatística Jetpack do Wordpress - Plataforma COLAB. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/colab/?page_id=2369> acesso 12 dez 2021.

Entende-se que, por meio do mapeamento das iniciativas e do acompanhamento do andamento da pandemia na cidade, a plataforma possibilitou a criação, a visibilização e o registro histórico de uma rede capilarizada de ações solidárias locais que tiveram um papel fundamental de articulação e complementaridade às ações de políticas públicas criadas no momento de distanciamento social.

A experiência de criação e desenvolvimento da plataforma digital para participação cívica foi rica. No entanto, também encontrou barreiras na tecnologia e na disponibilidade de dedicação de cada pesquisador da equipe. Nos primeiros meses, o desafio se relacionou aos esforços para colocar a plataforma no ar, o que exigiu conhecimentos relacionados à tecnologia que nem sempre eram de entendimento da equipe. A instalação do *plug-in* do mapa da rede colaborativa foi um dos desafios que mobilizou a equipe durante algumas semanas, tendo em vista que, para aplicar as camadas de visualização no mapa, foi necessário comprar o pacote do Google Maps Easy e, com isso, refazer o mapa pré-existente.

Outro desafio enfrentado foi buscar a conexão entre as demandas e as iniciativas, tendo em vista que a CO-LAB, inicialmente, propôs-se a ser uma plataforma conectora, mas teve dificuldade em fazer a comunicação entre as partes. A complexidade do trabalho estava relacionada à necessidade da equipe em contatar os cadastrados no formulário “Preciso de...” e, em certa medida, apresentar a “solução” para a demanda existente por meio das iniciativas cadastradas no formulário “Colaboro com...”. Notou-se, dessa forma, que nem sempre era possível, pelo fato de as demandas serem complexas, urgentes e com maior carga de responsabilidade para equipe. Assim, constatou-se a necessidade de explicar no formulário de cadastro que a própria pessoa deveria fazer a busca por uma ação correspondente à sua demanda e entrar em contato para formalizar a colaboração.

Além do mais, a equipe também enfrentou dificuldades em receber os cadastros. Para isso, foi aberta uma frente de busca por ações, na qual cada

membro da equipe ficou responsável em pesquisar, contatar e cadastrar ações. Tendo em vista os indícios de que ainda existiam ações na cidade a serem cadastradas na plataforma. Apenas dessa forma foi possível cadastrar as 102 ações. Como mencionado anteriormente, depois de 6 meses, a equipe entendeu que os cadastros estavam estagnados pelo fato de as iniciativas e voluntários estarem menos envolvidos com a questão pandêmica.

Ao longo do ano, a equipe também se viu em um estado de saturação, tendo em vista que todos os membros faziam trabalho voluntário. Apesar de a equipe ter conseguido financiamento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, o valor não podia ser revertido em bolsa para os pesquisadores, apenas para material e equipamento. Além do mais, a equipe necessitava direcionar esforços no Projeto de Ciência Cidadã CO-ESCOLA e, com isso, optou por finalizar os trabalhos da CO-LAB- São Carlos.

3.3.1 Panorama das iniciativas atuantes durante o enfrentamento da Covid-19 em São Carlos

Outra análise foi feita por meio de entrevistas com as iniciativas que se cadastraram na COLAB-São Carlos. Dentre as ações cadastradas, 15 foram selecionadas para responder à entrevista. A seleção se fez seguindo critérios que possibilitassem o entendimento de diferentes experiências de atendimento à cidade, contando com 3 atores de cada área de atuação, nas 5 áreas de atuação. No entanto, apenas 9 ações se disponibilizaram para fazer as entrevistas, que foram realizadas ao longo do segundo semestre de 2021. As entrevistas buscaram conhecer as ações de enfrentamento organizadas, em sua maioria, pela sociedade civil para combater os efeitos causados pela pandemia na cidade.

Dessa forma, o objetivo das entrevistas foi:

a) estreitar a comunicação entre a equipe da plataforma e os atores

responsáveis pelas iniciativas cadastradas;

b) obter dados que auxiliem na compreensão das possibilidades de atuação no combate à pandemia e atendimento da população afetada, pensando no contexto da cidade de São Carlos.

As entrevistas foram feitas de forma on-line, por conta do distanciamento social necessário no momento, registradas por vídeo, áudio e transcrição (após autorização do entrevistado e assinatura de termo de consentimento). É importante ressaltar que as entrevistas foram submetidas a Plataforma Brasil para aprovação no Comitê de Ética, no entanto, o processo não obteve resposta em tempo ágio para realização dessa pesquisa **(Anexo 3)**. A análise de dados da pesquisa-ação proposta é realizada em torno da discussão dos dados obtidos e da interpretação de seus resultados. Nesta metodologia, a discussão foi construída a partir do diálogo entre pesquisadores, participantes e análise bibliográfica, em um processo de interpretação dos dados que valorize a experiência empírica dos participantes, no caso, os entrevistados (GIL, 2002).

Com a aplicação das entrevistas, buscou-se entender o panorama de organizações e coletivos atuantes durante o enfrentamento da Covid-19 na cidade de São Carlos. As perguntas **(Apêndice 1)** se organizaram de forma a entender a atuação das iniciativas, explicitar suas demandas e dificuldades enfrentadas, bem como a participação da Plataforma CO-LAB – São Carlos nesse processo. Com isso, as seguintes iniciativas foram entrevistadas: Assistência Social: Periferia Viva, Saída Coletiva e Varal do Bem; Ciência e Tecnologia: *Podcast* Quarentena e IAU-COVID-SUPORTES; Educação e Cultura: Centro Cultural- USP São Carlos e Cartilha da Cidade – IAU-USP; Saúde: Ciência pela Vida – Projeto Álcool UFSCas; Outros - Projeto Tecer Esperança.

Uma das iniciativas escolhidas para as entrevistas foi a Periferia Viva e o entrevistado foi um dos organizadores e integrantes do Movimento Levante, Eduardo Rezende Pereira **(Apêndice 2)**. A iniciativa teve como proposta estar presente na cidade e na vida da população necessitada tendo a solidariedade como forma de ação. Segundo Eduardo, o Periferia Viva surgiu com um diálogo

com o Banco Comunitário Nascente, que é um banco comunitário vinculado ao movimento de economia solidária do bairro Gonzaga. As ações eram feitas por meio das arrecadações que vinham de parceiros na Universidade e pessoas atraídas pelos posts das redes sociais. As arrecadações eram feitas com os alimentos coletado em pontos estratégicos da cidade e também em dinheiro.

A escolha de doação foi feita por meio do mapeamento de famílias vulneráveis assistidas pelo Centro Comunitário da Igreja São José Operário, onde se localiza o Banco Comunitário. Eram também no Centro Comunitário que se fazia a distribuição das cestas de alimentos. A periodicidade dessa distribuição variou, mas, no geral, eram de 2 em 2 meses. Segundo Eduardo, não se fazia apenas a distribuição dos alimentos, mas também um trabalho político e de conscientização em relação a pandemia:

> ***"o processo de fazer disso um saldo político envolve não só estreitar laços com a organização que atua ali que é um trabalho maravilhoso, que são essas mulheres que têm um banco comunitário ali que atuam no princípio da economia solidária, mas também por meio de panfletos, a gente fazia panfletos e distribuía com um balanço simples do que tava sendo a conjuntura, com orientações sobre a COVID-19, a questão do distanciamento, uso adequado de máscara, higienização, enfim essas coisas que são importantes e que a gente acabava relembrando pra não cair nesse esquecimento." (Eduardo Rezende Pereira)***

Além do mais, Eduardo ressaltou que essa campanha, Periferia Viva, foi criada no contexto de pandemia com abrangência nacional pelos movimentos do campo popular, que são movimentos com ligação à Via Campesina. Assim, no geral, existiam campanhas de doação de cestas básicas, mas também, em alguns locais, foi possível apoiar a construção de cozinhas comunitárias e o ato de cozinhar comida comunitariamente, bem como, entregar marmitas para pessoas que estavam em situação de fome.

Com relação às dificuldades de modo geral, a grande dificuldade foi arrecadar os alimentos e dinheiro em todos os lugares nos quais foram

instalados postos de arrecadação e contatar os doadores. Mas em relação ao virtual, o acompanhamento e o contato com os parceiros para fazer a prestação de contas, também foi uma dificuldade.

No entanto, para além dessas dificuldades pontuais, a ação ainda está ativa e age politicamente, como é o caso da articulação em um projeto de emenda parlamentar para levar uma cozinha comunitária para o Banco Comunitário. Segundo Eduardo, a cozinha comunitária já está sendo montada, com fogão industrial e todo aparato necessário. Além do mais, o movimento Levante está inserido no movimento estudantil e tem feito ações dentro das universidades. A luta em defesa da educação e da permanência estudantil é constante. Inclusive com o preparo para entrada na Universidade com o cursinho popular Podemos Mais.

Quando perguntado sobre a contribuição da COLAB-São Carlos, Eduardo afirma que a plataforma foi muito importante para construir uma memória, para conseguir juntar as ações, acompanhar as iniciativas e ver o desenvolvimento das mesmas. Ele acredita que:

> ***"A universidade também tem um papel importante em fazer esse armazenamento de informações, e fazer uma sistematização, apontar os pontos positivos, negativos, as expectativas e as projeções que podem ser traçadas, mas as vezes também acabam se perdendo no acadêmico e volta pouco, e faz com que isso se volte pouco pra sociedade". (Eduardo Rezende Pereira)***

Ele ressaltou a importância da sistematização que é feita visando a intervenção social, que provoca os movimentos sociais e o poder público para que essas ações possam continuar.

Outra iniciativa que fez parte do rol de investigação na área de Assistência Social foi a Saída Coletiva. Nesse caso, a entrevistada foi Vanessa Romano, uma das idealizadoras **(Apêndice 3)**. Ela explicou que a iniciativa surgiu de uma inquietação pessoal e que, por meio de uma postagem na rede social, na qual expôs suas preocupações, surgiram três outras colegas com as quais formou

um grupo para discutir o que poderia ser feito. Logo, definiram que o propósito da ação que seria ajudar as famílias.

A partir daí, entraram em contato com pessoas que estavam necessitadas, já conhecidas por meio de um projeto da UFSCAR e de um projeto do Colégio Salesiano. E, posteriormente, foi criada a página do Facebook. Assim, novas demandas foram surgindo, como é o caso de um assentamento com em média 50 famílias. Ademais, a página do Facebook não serviu apenas para que pessoas necessitadas entrassem em contato, mas, principalmente, para divulgar a ação e agregar doadores ao projeto.

Em um curto espaço de tempo, o projeto cresceu e as organizadoras precisaram se inserir em um grupo maior de pessoas articuladas, bem como encaminhar as novas demandas aos setores públicos. Para isso, o grupo preparou cartazes informativos que direcionavam os necessitados aos setores específicos da assistência social municipal, com informações como telefone e o endereço. Por meio dessa estratégia, elas conseguiram focar nas famílias que possuíam urgência de suporte.

Outra ação adotada foi a compra dos alimentos diretamente com os agricultores do Assentamento Capão das Antas. Isso beneficiava tanto as famílias que recebiam os kits, quanto os agricultores que tinham sofrido com o fim das feiras presenciais. Segundo Vanessa, a iniciativa atuou durante 6 meses e a questão logística da ação foi a que mais pesou na decisão de encerramento. Ela argumentou que tudo era feito pelas quatro organizadoras, desde o contato com os necessitados e os doadores até a organização das cestas em suas casas além da entrega.

Como mencionado anteriormente, elas obtiveram ajuda de um grupo maior por período específico. O que logo se dissolveu, permanecendo apenas as quatro. Dessa forma, a sobrecarga de fazer todo o trabalho recaiu sobre elas, bem como a questão logística de espaço e de tempo. Assim, se viram esgotadas para continuar.

A terceira iniciativa entrevistadas na área de Assistência Social foi com o Varal do Bem, por Renata Salgado Raye **(Apêndice 4)**. O projeto Varal do Bem iniciou-se, em meados de abril, com uma parceria entre amigos, a partir de uma repostagem da Renata de uma matéria vista no Facebook a respeito da iniciativa. Segundo Renata, o projeto foi concebido para durar apenas 40 dias. No entanto, a pandemia se estendeu e resolveram continuar com a entrega dos lanches no varal. Inicialmente instalaram o varal na Praça da Independência. Com a grande adesão, o grupo resolveu começar a atender as pessoas em situação de rua que ficam na praça até a Rodoviária

Com as divulgações nas redes sociais e a comunicação com amigos e familiares, a iniciativa conseguiu agregar mais voluntários, chegando a ter 25 pessoas em revezamento de dois grupos de trabalho em uma gestão coletiva. Eles resolveram se organizar em dois grupos: Frente Amorosa, aqueles que vão ao local fazer a doação, e o grupo Mãos na Massa, os que fazem a montagem dos lanches. As principais fontes de arrecadação vêm de doadores avulsos, que são pessoas próximas aos participantes da ação. Mas, com o passar do tempo, o grupo conseguiu firmar parcerias com padarias e supermercados, o que facilitou na logística de arrecadação e montagem dos lanches, chegando a fazer 75 lanches por dia.

A Renata afirma que a maior dificuldade foi arrecadar doações e dinheiro para o preparo dos lanches. Ressalta, ainda, que, inicialmente, os voluntários sustentaram a ação e só depois de divulgar nas redes sociais e gravar uma reportagem na EPTV, eles conseguiram um maior número de doações. Ela relata que a plataforma teve um papel importante na divulgação e mérito, principalmente, no quesito de aproximação academia/comunidade.

A respeito da CO-LAB - São Carlos, Renata ressalta que considera a plataforma um recurso importante na relação de aproximação entre a academia e a comunidade, e ainda coloca que em virtude da pandemia, a inserção no meio virtual disponibilizando informações para população foi muito importante. No entanto, ela relata que ainda vale um acercamento um

pouco mais incisivo por parte da academia junto a comunidade, isso inclui, a atuação da CO-LAB- São Carlos

Por meio dessas iniciativas, foi possível sentir o poder da ação coletiva, até mesmo em um período emergencial. Iniciativas que aconteceram em tempo real, de acordo com as necessidades locais, de forma adaptativa e situada. No geral, as motivações vieram da combinação entre indignação e empatia. Essas ações na área de Assistência Social foram encabeçadas por pessoas com propósitos comuns fazendo, assim, surgir o comum. Foi mediante a participação conjunta, que desafiou os limites logísticos e financeiros, que se sobressaiu o sentimento de comunidade, pertencimento, solidariedade e apoio mútuo.

Na área de Ciência e Tecnologia a entrevista foi com *Podcast* Quarentena e o entrevistado foi Tarcio Minto Fabricio, um dos coordenadores do LabI, Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico, vinculado à Universidade Federal de São Carlos **(Apêndice 5)**. Tarcio explicou que o objetivo do *podcast* era informar a população a respeito da pandemia de Covid-19, tendo em vista que, inicialmente, as informações eram difusas e as pessoas estavam interessadas em conteúdo de qualidade.

O *podcast* teve episódios diários, durante o ano de 2020, desde o início da pandemia, em março, até o fim de dezembro, o que totalizou 280 episódios. O foco era na Covid-19, mas se estendeu por várias áreas do conhecimento como farmácia, imunologia, ciências sociais e cuidados com saúde mental. Paralelamente ao *podcast*, o Laboratório também desenvolveu vídeos educativos relacionados à pandemia, vídeos mais voltados ao desenho de campanhas sanitárias, com o objetivo de servir como material educacional com mensagens claras e objetivas sobre vacinas, uso de máscaras e medidas de proteção. Também houve a segmentação das temáticas dos vídeos, como o Fique sabendo, o Corona para criança e uma série em libras, todas elas relacionadas à Covid-19.

Segundo Tarcio, o esforço para levar informação de qualidade aos ouvintes foi diário, e uma das maiores dificuldades foi justamente em levar profissionais que pudessem se comunicar com o público e levar conhecimento sobre o assunto, tendo em vista que a Covid-19 era o assunto mais comentado do ano e a maioria dos profissionais estavam sendo muito requisitados na mídia e sobrecarregados no geral. Quanto ao financiamento, Tarcio afirma que os projetos encabeçados pelos LabI têm o financiamento do setor público como o da Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e da UFSCar, bem como a parceira com pesquisadores, docentes e discentes do Departamento de Sociologia e do Informa SUS. Dessa forma, foi possível manter o projeto diário. O entrevistado ressaltou a importância dessas fontes financeiras para manter o projeto ativo por tanto tempo.

A segunda iniciativa entrevistada na área Ciência e Tecnologia foi a IAU-COVID-SUPORTES e o entrevistado foi Rodrigo Scheeren **(Apêndice 6)**. Por meio dessa entrevista, foi possível conhecer de perto uma ação que trabalhou com um projeto *open source*, apreender um pouco sobre a comunidade *maker* e sua inserção em uma cidade do interior. Rodrigo, em 2020, era doutorando do IAU-USP e sua pesquisa tinha como temática a arquitetura e a fabricação digital da América do Sul. Dessa forma, ao perceber a movimentação da comunidade *maker* em torno da criação de equipamentos para profissionais da saúde, resolveu, junto com o orientador David Moreno Sperling, a pesquisar sobre locais que possuíam demanda e iniciar os testes com o maquinário do próprio laboratório ao qual sua pesquisa estava vinculada, NEC.IAU-USP.

Por meio do contato com um grupo de professores pesquisadores na área da UFSCar, eles tiveram conhecimento dos locais onde havia demanda, a saber: o Hospital Escola da UFSCar, a Santa Casa de Misericórdia de São Carlos e as unidades básicas de saúde da cidade. O grupo era composto por 4 pós-graduandos da arquitetura e o pessoal de apoio logístico, o que inclui o corpo docente do IAUUSP e um pessoal de apoio logístico que fazia a intermediação com os setores da saúde. O processo passava pelas etapas de a fabricação da *face shield* e de protetores que auxiliaram no uso da máscara cirúrgica para

evitar que machucassem as orelhas e de captação de doações em dinheiro para comprar outros equipamentos que, na época, não estavam disponíveis para os hospitais, máscaras cirúrgicas, como equipamentos de proteção vestuário e kit para intubação.

Dessa forma, Rodrigo afirma que foram fabricadas mais de 500 unidades de *face shied* e protetores de máscaras cirúrgicas. Além do mais, os projetos utilizados para impressão foram desenvolvidos pelo laboratório, por verificar que os projetos que estavam à disposição por meio de plataformas *maker*, tinham algumas limitações com relação a conforto e tempo de produção. Assim, eles acabaram adaptando para uma produção local baseada nas necessidades específicas dos usuários da região.

Além disso, Rodrigo comentou que a divulgação e as fontes financeiras do projeto vieram da junção de professores e profissionais da saúde que estavam envolvidos nas ações, bem como a utilização das instalações e maquinários da universidade pública. A iniciativa durou por volta de três meses, pois, após esse período, percebeu-se uma desaceleração na demanda, tendo em vista a articulação do próprio Governo para enviar insumos a esses locais.

Em relação à contribuição da COLAB - São Carlos, Rodrigo observa que a iniciativa IAU-COVID-SUPORTES nasceu junto com a plataforma, mostrando o empenho de utilizar dos recursos e conhecimento de pesquisas acadêmicas para unir forças em um momento de grande dificuldade. O pesquisador afirmou que inserir a prática de mapeamento coletivo nesse contexto de pandemia foi extremamente importante para visibilizar os atores semelhantes que atuavam na cidade e possibilitar, assim, uma atuação em conjunto e coordenada.

Na área de Educação e Cultura, a entrevista foi feita a respeito das iniciativas idealizadas pelo Centro Cultural – Cultura e Extensão da USP - São Carlos. Estas foram explicadas por Edison Santiago de Almeida, que é Chefe da Seção Técnica do Centro Cultural **(Apêndice 7)**. Edison explica que, antes da pandemia, o Centro Cultural estava produzindo bastante e que o impacto de começar a fazer o trabalho remoto foi desafiador. Apesar disso, a adaptação foi

imediata. E, logo na primeira semana de abril de 2020, eles estavam iniciando o projeto Do Lado de Dentro.

O projeto consistia na realização de *lives* nas redes sociais, 3 vezes por semana. Em um primeiro momento, as atrações das *lives* foram artistas locais. Posteriormente, foi possível expandir para apresentações de artistas do Brasil inteiro, ressaltando um ponto positivo da migração repentina do universo cultural para o mundo virtual.

O projeto Do Lado de Dentro demandou bastante esforço da organização, tendo em vista a necessidade de desenvolver uma identidade visual própria, vinheta, música, formato de texto, produzir os *flyers* de divulgação e ainda contatar os artistas para as apresentações semanais. Edilson comenta que diversos artistas passaram pelas apresentações como músicos, escultores, artistas de artes visuais, escritores e até paleontólogos. Ele explica que as apresentações eram feitas de diversos formatos, desde a apresentação de um músico tocando e cantando, bem como artistas sendo entrevistados, ou mostrando seu processo de criação.

Edison ressalta a motivação que eles tiveram como trabalhadores da cultura em agir com precisão. A vontade de querer fazer alguma coisa para ajudar naquele momento em que tudo estava tão incerto. E que entenderam, também, que os artistas precisavam de uma instituição que os apoiassem a reagir. A arte e a cultura, transferidas para os formatos on-line das redes sociais, abriram um debate sobre o acesso à cultura, a importância dos diversos espaços culturais e a precariedade profissional associada. Segundo Edison, foi um período de fazer contatos e parcerias como com a USP de Ribeirão Preto, a UFSCar, a equipe de Museologia e Biblioteconomia da UFSCAR e, também um momento de fazer um processo formativo interno.

Como pontos negativos, Edison também discorreu que esse foi um momento de bastante trabalho. Ele acredita que sua carga horária tenha dobrado, pelo fato de não haver horário limite para sair e entrar no ofício, e por tudo ser remoto. Além disso, ele ainda pontua o fato de terem feito todas as

parcerias com os artistas sem orçamento e que, em certos momentos, passava por *"constrangimento, porque muitos artistas perguntavam se teria cachê e a gente ficava em uma situação bem delicada"*. Segundo ele, isso ocorria por questões burocráticas dentro da própria universidade, que impediam uma contratação no nível que a cultura exige.

Outra problemática que a equipe enfrentou em relação às questões burocráticas foi a necessidade de utilização de equipamentos próprios, tendo em vista que a aquisição dos *softwares*, de assinaturas de plataformas e de equipamentos audiovisuais necessários para o funcionamento do projeto não ocorreria em tempo hábil. Ademais, Edison observou em relação a COLAB-São Carlos que a plataforma fomentou a colaboração de grupos, e que o trabalho de divulgação no site em si e nas redes sociais foram bem-feitos. Porém, poderiam ter buscado um maior alcance.

Outra iniciativa entrevistada na área de Educação e Cultura foi a Cartilha da Cidade, também de cunho institucional vinculada ao laboratório Arquitec no IAU-USP, e a entrevistada foi Jasmine Luiza Sousa Silva **(Apêndice 8)**. Jasmine explica que a iniciativa durante a pandemia foi uma adaptação do projeto coordenado pelo professor Miguel Buzzar, existente há quase 5 anos. O projeto Cartilha da Cidade tem como intuito discutir a cidade e como funcionam alguns dos seus elementos para alunos do ensino básico, ou seja, alunos de ensino primário ou fundamental.

A Cartilha da Cidade funciona de maneira "gameficada", e discute as problemáticas urbanas, por meio de uma cidade fictícia na qual atuam os agentes urbanos. São abordadas, durante o jogo, questões sobre moradias, proteção ambiental, mobilidade, educação e saúde e se explica também a respeito dos agentes urbanos, como: prefeitura, associação de moradores, Câmara dos Vereadores, o empreendedor, etc. Estes agentes são os próprios participantes do jogo e, por meio de cada jogada feita na maquete, discutem como solucionar os problemas da cidade.

Anterior ao período de pandemia, a Cartilha funcionava por meio de

oficinas com os alunos, realizadas nas escolas públicas de forma presencial. Dessa forma, com a pandemia, a dinâmica do grupo mudou bruscamente e buscaram canalizar a maneira educativa na qual costumavam trabalhar por meio das redes sociais. Segundo Jasmine, foram elaboradas várias mini-cartilhas e lançado um desafio aberto que questionava como seria de fato uma cidade onde todos tivessem o direito à vida urbana saudável. O desafio foi lançado no Instagram estimulando as pessoas a pintar, desenhar, escrever e compartilhar a ideia postando, marcando @cartilha.cidade e usando a #desafiocartilha.

No entanto, segundo Jasmine, o desafio não apresentou grande adesão, e o grupo não obteve a abrangência imaginada. Ela acredita que isso ocorreu devido saturação de atividades on-line que os alunos obtiveram naquele período, bem como o esgotamento das mães e cuidadores pela quantidade de tarefas que as crianças e as atividades domésticas estavam demandando.

Porém, segundo Jasmine, o grupo da Cartilha da Cidade acabou direcionando as pesquisas e o esforço para construção de uma disciplina da pós-graduação, bem como a disponibilização do jogo em versão on-line para que outras pessoas possam aplicar nas suas cidades. Dessa forma, foram disponibilizados 5 jogos: para creche, para ensino fundamental I, para ensino fundamental II, para graduação e para professores. Segundo Jasmine, eles também pretendem criar um fórum para que as pessoas que aplicaram o jogo possam discutir como foi a dinâmica e as discussões, criando uma comunidade on-line.

A iniciativa entrevistada na área da Saúde foi a Ciência pela Vida- Projeto Álcool UFSCar e a entrevista foi feita com Ana Marta Machado, chefe do Departamento de Gestão de Resíduos da Universidade de São Carlos **(Apêndice 9)**. A ação surgiu no início da pandemia, e foi fruto da mobilização de vários docentes, servidores, técnicos administrativos e alunos da UFSCar, motivados pela professora Kezia Castro. O projeto se iniciou pela percepção da falta de álcool em gel, álcool glicerinado e álcool 70º nos hospitais. Houve, então, a disponibilização da estrutura da Universidade para produzir esse material com

boa qualidade.

O projeto passou a ser coordenado pelos Departamentos de Química (DQ) e de Gestão de Resíduos (DeGR), com apoio do Departamento de Engenharia de Produção (DEP) da UFSCar – *campus* São Carlos, e vinculado como projeto de extensão, em busca de atender a uma demanda da sociedade com a produção de produtos para assepsia. A equipe voluntária possuía a estrutura da Universidade. Porém, não tinham os insumos para a produção desses produtos, por questões burocráticas.

Foi por meio da doação de diversas empresas e pessoas mais próximas aos participantes da iniciativa, como a Cana Verde, de Sertãozinho e a MX Química de Campinas, a Raízes Bioenergia, de Piracicaba, a Transmite, de Cravinho, dentre tantas outras empresas menores. Outra parceria feita com a Prefeitura Municipal de São Carlos possibilitou o transporte para os insumos que vinham de cidades mais distantes.

Além disso, ela ressalta que a divulgação foi feita pelos meios on-line e pela EPTV. Dessa forma, conseguiram alcançar muitos colaboradores. Em agosto de 2021, quando as entrevistas foram feitas, essa ação perdurava, abrangendo, principalmente, abrigos de idosos e casas de apoio que tem menos recursos. Ana Marta ressalta que, desde o início, a iniciativa buscou atender a população que realmente necessitava, e que permanecem, até hoje, focando nessa demanda.

Ao ser perguntada a respeito da COLAB-São Carlos, ela explica que acredita muito nas ações das universidades e que viu o quanto os alunos e professores são engajados, comprometidos e envolvidos com questões sociais e ambientais. Ela acredita que as atividades desenvolvidas, tanto nas escolas quanto na comunidade, em geral foram extremamente importantes, pois levam informação e essa já é uma forma de ajudar.

Na área Outros, a entrevista foi com a iniciativa Tecer Esperança e a entrevistada foi Maria Pereira de Lima, integrante e costureira do projeto

(Apêndice 10). O Projeto Tecer Esperança é uma iniciativa que se consolidou por esforços da Comissão de Direitos Humanos de São Carlos, professores/pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos, funcionários do Hospital Universitário (HU) e do Coletivo Amanhar, que teve como objetivo inicial confeccionar máscaras de proteção e aventais a serem utilizados no ambiente do Hospital Universitário (HU-UFSCar), casas de acolhimento, asilos e população em situação de rua, em São Carlos.

O projeto chegou a ter mais de 80 voluntários, costureiras, professores e estudantes, dentre os quais possuíam também especialistas infectologistas do HU-UFSCar que auxiliaram no trabalho com tecido e técnicas para combater com segurança o coronavírus. Segundo Maria, a produção das máscaras e aventais era realizada na casa das costureiras trabalhando com suas máquinas de costura. No caso de Maria, ela resolveu se voluntariar porque perdeu seu emprego de doméstica e encontrou no projeto uma forma de ocupar seus dias, tendo em vista que é uma mulher bastante ativa e engajada.

Ela conta que, no início foi difícil, pois tiveram que descobrir como fazer as máscaras, já que não possuíam moldes. Mas, posteriormente, chegaram a desenvolver bem o trabalho juntos com outros colaboradores que levavam e traziam os materiais, e também por meio da comunicação via redes sociais. Maria também ressaltou a dificuldade do grupo de costureiras em conseguir uma renda, pois, apesar de, inicialmente, todas serem voluntárias, a maioria delas estava desempregada e necessitava de dinheiro.

Dessa forma, ela conta que os coordenadores da iniciativa tentaram inscrever as costureiras em um projeto público por meio do qual conseguiriam receber um salário-mínimo. Segundo ela, apesar das burocracias, as costureiras conseguiram reunir a documentação e dar entrada. No entanto, a grande maioria não conseguiu o incentivo pois tinha mais de 60 anos e estava classificada no grupo de risco. Ela relata: *"esse foi um dos fatos que me marcou, falei pô costuro tão bem, agora não tenho direito, aí que eu fui lembrar que eu tava velha, que não servia mais"*. Com o passar do tempo, a

iniciativa se articulou para criar uma cooperativa para as costureiras. Com isso, eles conseguiram abrir um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, obter espaço físico e adquirir algumas máquinas industriais.

A análise dessas entrevistas buscou compreender como as iniciativas se organizaram entre o on-line e o presencial e como aconteceram as relações com os diversos setores de atendimento na cidade durante o período de pandemia. Ao conhecer a trajetória das iniciativas e as pessoas envolvidas, foi possível entender as nuances da situação de acolhimento na cidade, as estratégias utilizadas e as dificuldades encontradas pelas iniciativas, além do público atendido, as parcerias estabelecidas com outras ações e qual foi o papel do poder público da cidade, em meio às ações dos cidadãos. Por fim, foi aberto um diálogo para entender de que forma a atuação da CO-LAB-São Carlos contribuiu naquele contexto.

As entrevistas foram essenciais para o melhor entendimento do que estava acontecendo no primeiro ano de pandemia da Covid-19. Surgiram observações que dizem respeito à colaboração entre agentes de naturezas diversas que se inseriram em ações de caráter híbrido para fornecer condições a sua existência, tendo em vista que, por meio das redes sociais, a maioria dessas ações se formam e dão continuidade aos seus trabalhos. Foi possível entender a necessidade do cidadão de repensar e redefinir seu papel na sociedade, tendo em vista que a maioria das pessoas envolvidas nas iniciativas se voluntariaram.

Foi possível perceber, também, a importância da estrutura pré-existente, como é o caso das ações iniciadas no ambiente acadêmico que se formularam nas Universidades e se colocaram à disposição da situação. É importante ressaltar a respeito desses projetos que, apesar de estarem utilizando recursos estruturais públicos, pois se formaram dentro das estruturas públicas, foram

geridos por acadêmicos que se voluntariaram e sustentaram os projetos sem o financiamento público direto por questões burocráticas impeditivas, tocando-os por meio de doações, a fim de alcançar uma ação rápida.

Nessas entrevistas, vimos formas organizacionais distribuídas e corresponsáveis que surgiram na situação emergencial. Em outras palavras, a construção do comum por meio de padrões coletivos, mas nem sempre abertos. Vimos, também, casos de adaptação de projetos que aconteciam de forma presencial e migraram para o meio virtual, mesmo sem a mesma adesão. As questões da falta de estrutura, necessidade de apoio financeiro e da exaustão de trabalho foram recorrentes entre as ações, contribuindo para o encerramento das iniciativas.

Depois de analisar as plataformas e iniciativas, é possível enxergar um caráter cada vez mais híbrido entre as esferas pública, cidadã e empresarial, em torno do comum, um fator a se atentar, quando se trata do comum, tendo em vista as armadilhas do capitalismo. Iniciativas que se baseiam na capacidade de gerar relações de reciprocidade, combinando a diversidade de interesses e responsabilidades, mas não deixando de despertar questionamentos sobre quais condições devem existir para que o desenvolvimento de ecossistemas sociais como esses continuem a proliferar.

Quanto à plataforma CO-LAB – São Carlos, o que se viu foi que, em um período de dificuldade, os pesquisadores conseguiram colocar o comum em prática na cidade. No entanto, foi possível notar por meio das entrevistas que com o mapeamento a plataforma foi capaz de visibilizar as ações que ocorreram na cidade, no entanto, o objetivo de aproximá-las não foi completamente atingido devido a logística complexa exigida pelo processo.

Dessa forma, acredita-se que essas plataformas de tecnologias e projetos sociais ressoam com os desejos humanos fundamentais de se comunicar, construir coletivamente e realizar trocas de conhecimento e culturas. À medida em que essas plataformas cívicas criam espaços democráticos para resolução de problemas coletivos, geram novos sistemas de troca e a

colaboração, suprindo, de alguma maneira, a necessidade de competição que o capitalismo requer. No entanto, nota-se que essas plataformas digitais de participação cívica apenas fornecem tração para mudanças sociais locais e, em certa medida, regionais.

A questão a se fazer nesse momento é: até que ponto essas iniciativas colaborativas e plataformas cidadãs nascidas no contexto da pandemia conseguem contribuir com estruturas do comum? Nessa perspectiva, o comum pode não ser visto como um projeto de superação ou histórico, mas sim se configurar como ações colaborativas que adotam modelos de governança compartilhada, contribuem para a criação de ações emergenciais, e são orientadas para uma transformação socioeconômica local, restringindo-se à uma política mais micro.

Sendo assim, plataformas on-line como a CO-LAB - São Carlos com o mapeamento colaborativo, bem como tantas outras plataformas digitais para participação cívica que surgiram no país, no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19, tornaram-se canais de proposição e resolução de necessidades práticas da população. Essas ferramentas possibilitaram a construção de esferas públicas alternativas, por meio da organização da sociedade civil, que ajudou a estabelecer uma realidade menos drástica em relação à situação da população marginalizada, incentivando o crescimento da ajuda mútua e servindo para pressionar o Estado a agir.

Porém, não se pode deixar de ressaltar o potencial que as ações aqui demonstrada de contribuirem para que o comum do conhecimento se torne também um meio de exploração dos seus contribuintes, alugando-os como mais-valia para o capitalismo. Para Bauwens e Kostakis (2016), o modelo de ideal do comum do conhecimento se fará por meio da autoinstitucionalização da sociedade civil, que compreende tanto o Estado quanto o mercado, utilizando mecanismos democráticos, éticos e ecológicos.

Eles defendem o cooperativismo aberto, descentralizado e flexível facilitado pela informação e tecnologias de comunicação, acrescidos

com questionamentos políticos para atrair uma massa crítica. Os autores vislumbram a derrota do capitalismo em seu próprio terreno por meio de *hacks* tecnológicos e econômicos projetados pela descentralização e autogestão. Com isso, questiona-se: até que ponto esses modelos de plataformas digitais de participação cívica conseguem responder esses requisitos? Serão essas iniciativas apenas ferramentas que buscam solucionar os problemas não abordados pelos governos, ou conseguem responder a parte de uma luta política mais ampla infundidos com os princípios de autonomia e democracia econômica?

De todo modo, por meio dessa mobilização nos meios digitais, setores da população foram capazes de reunir informações sobre a pandemia, criar redes de solidariedade para enfrentar as dificuldades da quarentena, criar canais de ensino remoto e colaborar com iniciativas de inovações tecnológicas para desenvolvimento de EPIs. Além de protestar e construir conhecimentos colaborativamente, houve o despertar para uma produção e distribuição de serviços que vão além das trocas monetárias. Essas forças representam o movimento da sociedade em direção ao comum que, apesar de virem em tempos de crise profunda, contribuem para aberturas cognitivas de comportamento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos urbanos e iniciativas de plataformas digitais para participação cívica fazem parte do direcionamento ao comum. Em uma perspectiva de relacionamento, conhecimento e de luta, essas iniciativas são produto da inteligência coletiva e da soma de competências. Não se configuram apenas como uma filosofia do comum, mas modos do fazer-comum, na variedade de ferramentas e nas possíveis normas para se proceder.

Sendo assim, são ações, movimentos, lutas, iniciativas, cooperativas e plataformas de autoria compartilhada que são de todos, mas, ao mesmo tempo, não pertencem a ninguém. Sendo assim, o Capítulo 1- Mapeamento do comum: a trajetória do conceito, dispôs de forma geral o que é o comum e fez um apanhado de várias abordagens do conceito por meio do mapeamento de autores; ao se dividir em três itens: Relacionamento, Conhecimento e Luta, foi possível identificar os usos híbridos do comum que são atribuídos de diversas maneiras, por exemplo: forma de se relacionar em sociedade diante de práticas compartilhadas, recursos coletivos, informações, dados e conteúdo que são de propriedade coletiva, muitas vezes, intermediadas no meio digital, e como composição das resistências urbanas da produção social contemporânea.

O quadro do Estado da Arte revelou a relação entre as publicações e os fatos históricos, destacando o olhar para o comum a partir de 3 linhas de pensamento, 3 confluências e 3 modos de ver o comum, bem como realçou o hiato que o comum passou, até 1990, e a quantidade de publicações relevantes lançadas pós Movimentos Urbanos, em 2010. Além disso, o cruzamento permitiu enxergar que o conceito do comum em suas diferentes categorias não se trata de uma simples sucessão das vertentes conceituadas pelos autores, mas que todas elas estão relacionadas, têm matrizes temporais, e espaciais, tendo, portanto, uma configuração de categorias unificadas e não separadas.

No capítulo 2, Mapeando outros comuns: entre resistência e desobediência, foi necessário colocar em evidência a questão da colonialidade do poder para reafirmar o comum mediante a visão do sul global. Ao abordar o bem viver, nota-se a diferença com a demanda eurocêntrica, por ser um

conceito formulado por indígenas baseado em seus valores e costumes. Os conceitos se encontram na construção plural de um sistema econômico comunitário e, por meio do bem viver, ganha nuances com os valores civilizatórios ameríndios e africanos (respeito à natureza, vida em comunidade e apreço a ancestralidade).

A retomada dos movimentos do comum que lutaram por cidades mais justas nos permitiu exergar a abrangência das experiências insurgentes com o Movimento Zapatista, no México, a Guerra da Água na Bolívia e os movimentos de luta urbana que ocorreram no Brasil, desde 2012, como o Ocupe Estelita, Parque Augusta, Espaço Comum Luiz Estrela e Casa Amarela Quilombo Afro Guarany. A partir dessas práticas, foi possível entender a busca pelo comum e pela descolonização da democracia partindo da construção de lutas coletivas.

Quando se trata de movimentos de luta urbana, o que se percebe é a união de pessoas por meio das injustiças sociais que tornam o encontro físico potente, mesclando o comum do relacionamento com o da luta. Quando se trata das iniciativas de plataformas digitais para participação cívica, nota-se a possibilidade de engajamento, o que multiplica o impacto da ação. Ademais, tanto as plataformas digitais para participação cívica, quanto as iniciativas de luta têm colocado os cidadãos no centro do processo, tornando visível e possível de articular o cidadão com as questões relacionadas à cidade.

No capítulo 3 - As tecnologias digitais e a emergência do comum, foi possível perceber que o físico e o digital não são dois universos sem integração, mas duas camadas correlacionadas da mesma realidade. Durante a pandemia, apesar de todas as barreias para boa parte da população, a Internet possibilitou o contato da comunidade, transformando-se em uma nova faceta do dia a dia das pessoas. Foi possível se aproveitar das mídias sociais para se manter conectado, mudar rotinas de trabalho para modelo home office, criar inúmeras iniciativas digitais, articular trabalhos voluntários a fim de ajudar a população vulnerável e, assim, ressignificar o digital como elemento chave para continuação da vida.

Ao mesmo tempo, percebemos o abismo deixado pela exclusão digital e a enorme dependência financeira e tecnológica nas empresas privadas. No caso das iniciativas de grupos comunitários de ação humanitária, percebe-se a transformação dos cidadãos em agentes ativos na canalização de necessidades que transcende o ato de solidariedade e transforma-o em um ativismo participativo. Porém, submete esses agentes à precarização advinda de um contexto de conciliação de trabalho voluntário e salários baixos ou desemprego. Até quando as plataformas digitais para participação cívica ficarão nas mãos dos interesses privados a serviço do capital? Como mitigar a desigualdade derivada da falta de acesso de grande parte da população à Internet?

Dessa forma, todos os aprendizados desse período precisam ser levados em consideração na construção da cidade como um bem comum que deve ser reconstruído daqui para a frente. Com isso questiona-se, como garantir que iniciativas como estas tenham os interesses coletivos inseridos de forma legítima, condicionados à construção e manutenção do bem comum? Como agregar lógicas de trabalhos coletivos e padrões autogestionados nas instituições de poder?

Nesse cenário, o público deve ser repensado para ser corroborado, expandindo-se em direção ao comum, com instituições que ocupem seu lugar, mas que serviam aos interesses da população. Isso pode ocorrer, como vimos nas histórias contadas neste trabalho, por meio de espaços estrategicamente alocados para a população participar, acompanhar, legitimar e prover recursos de corresponsabilidade cidadã. Esse fortalecimento, além de sua abertura, pode ser a melhor estratégia para enfrentar cenários de complexidade em relação ao estado-capital e a cidade mercantilizada. Como combinar e retroalimentar a ação cidadã emergente com a ação institucional, garantindo que a relação entre o institucional e o cidadão não produza um processo de cooptação, burocratização e institucionalização? Além do mais, estimular mobilizadores para além de situações excepcionais e urgentes?

No comum, a organização de forma distribuída, agregando e

compartilhando recursos, trabalhando horizontalmente e em conjunto, baseia-se em questões como ter regras claras, praticar a escuta ativa e contribuir de forma proposital. São estruturas que permitem que cada pessoa ou organização participe e contribua com diferentes níveis de envolvimento e empenho, de acordo com sua capacidade e disponibilidade. Buscando, assim, desenvolver-se fortemente e com a premissa de abraçar a todos que fazem parte da comunidade. No entanto, todas as iniciativas que estão por vir ainda precisam equalizar o nível de combinação das formas e ritmos de envolvimento.

O cunho político ainda precisa ser evidenciado nessas práticas do fazer comum, pois, é necessário se desvincular tanto de um estado de bem-estar social, quanto de um estado neoliberal. O déficit político das práticas do fazer comum reside, justamente, na ausência de políticas concretas em parceria com o estado para realizar conceituações formuladas no comum do relacionamento, do conhecimento e da luta. Além do mais, é somente por meio das alianças institucionais e da propagação de casos que a produção de bens comuns pode alcançar um patamar efetivo de envolvimento do público. Tudo isso, no entanto, depende de uma complexa mudança da política do Estado atuando em conjunto com movimentos sociais, como os colocados aqui nesse trabalho e, com um exercício conjunto, buscar alcançar o comum em diversas áreas da vida pública.

Dentre as provocações que esta pesquisa incitou em relação à prática do fazer comum estão a ponderação das diversas disputas que o comum traz desde a sua conceituação, como a conciliação com o trabalho comunitário e a precarização do trabalho; como ponderar a hierarquia e a competição na autogestão; como direcionar as iniciativas no sentido de um comum emancipatório; como se relacionar com o sistema econômico vigente sem cair na cooptação; e como estabelecer as relações de poder no mercado, no Estado e na sociedade civil em geral.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BAIARDI, Amilcar. ELINOR OSTROM, A PREMIAÇÃO DA VISÃO UNIFICADA DAS CIÊNCIAS HUMANAS. Caderno CRH, [S. l.], v. 24, n. 61, p. 203–216, 2011.

BAUWENS, Michel; KOSTAKIS, Vasilis; PAZAITIS, Alex. Peer to Peer: The Commons Manifesto. [s.l: s.n.]. DOI: 10.16997/book33. 2019.

BENATTI, Nayara Araujo. Redes e Ruas- Ocupações híbridas na cidade de São Paulo. 2018. Universidade de São Paulo, [S. l.], 2018.

BENKLER, Yochai. The Wealth Of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom. 1. ed. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

BOLLIER, David; HELFRICH, Silke. Patterns of Commoning. 1. ed. Amherst, Massachusetts / Jena, Germany / Chiang Mai, Thailand: The Commons Strategies Group, 2015.

BOLLIER, David; HELFRICH, Silke. Free, Fair and Alive: the Insurgent Power of the Commons. Gabriola Island: New Society Publishers, 2019. v. 12 Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21226399.

CAFFENTZIS, George; FEDERICI, Silvia. Commons against and beyond capitalism. Community Development Journal, [S. l.], v. 49, n. SUPPL.1, p. 92–105, 2014. DOI: 10.1093/cdj/bsu006.

CÁRDENAS, Lizeth Fernanda Serrano; ÁLVAREZ, Laura Victoria Buitrago; GONZÁLEZ, Yessika Lorena Vásquez; DÍAZ-PIRAQUIVE, Flor Nancy; SILVA, Hugo Fernando Castro. Public Innovation Through Co-creation Platforms in Response to the Covid-19 Pandemic. Communications in Computer and Information Science, [S. l.], v. 1438, p. 111–122, 2021. DOI: 10.1007/978-3-030-81635-3_10.

CARDOSO, Marianna Lyra; NASCIMENTO, Anamaria Melo Do. Ocupar, Resistir:

O movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. Revista Três Pontos, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 28–35, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/12071.

CASTRO GÓMEZ, Santiago. ¿Qué hacer con los universalismos occidentales? : observaciones en torno al "giro decolonial". Analecta Política, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 249–272, 2017. DOI: 10.18566/apolit.v7n13.a02.

CHAVEZ, Daniel. The Commons, The State and The Public: A Latin American. 2018. Disponível em: https://commonstransition.org/the-commons-the-state-and-the-public-a-latin-american-perspective/. Acesso em: 3 jan. 2021.

COLLECTIVE, Midnight Notes. The new enclosure. The Commoner, [S. l.], v. 2, n. September, p. 1–15, 2001. Disponível em: http://www.thecommoner.org.

DA SILVEIRA, Sergio Amadeu. O conceito de commons na cibercultura. Líbero, [S. l.], v. XI, n. 21, p. 49–60, 2008. Disponível em: http://revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/5397/4914.

DANIELS, Brigham. Emerging Commons and Tragic Institutions. Environmental Law, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 515–71, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: Ensaio Sobre a revolução no Século XXI. on-line ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. v. 1

DE ANGELIS, Massimo. Crises, Movements and Commons. Borderlands E-Journal, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1–22, 2012. Disponível em: http://www.borderlands.net.au/vol11no2_2012/deangelis_crises.htm.

DELLENBAUGH, Mary; BIENIOK, Majken; MÜLLER, Agnes Katharina; SCHWEGMANN, Martin; KIP, Markus. Urban commons: Moving beyond state and market. Berlin: German National Library The, 2015.

DWINELL, Alexander; OLIVERA, Marcela. The water is ours damn it! water commoning in Bolivia. Community Development Journal, [S. l.], v. 49, n. SUPPL.1, p. 44–52, 2014. DOI: 10.1093/cdj/bsu014.

DYER-WITHEFORD, Nick. The state of the commons: commoners, populists, and communards. Popular Communication, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 1–15, 2020. DOI: 10.1080/15405702.2020.1781859. Disponível em: https://doi.org/10.1080/15405702.2020.1781859.

FEDERICI, Silvia. Feminism And the Politics of the Commons. The Commoner, [S. l.], 2011.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. [s.l.] : EDITORA ELEFANTE, 2018.

FERNÁNDEZ, Adolfo Estalella; ROCHA, Jara; LAFUENTE, Antonio. Laboratorios de procomún: experimentación, recursividad y activismo. Teknokultura. Revista Cultura Digital y Movimientos Sociales, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 21–48, 2013.

FOSTER, Sheila; IAIONE, Christian. The City as a Commons. SSRN Electronic Journal, [S. l.], 2015. DOI: 10.2139/ssrn.2653084.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GENTILI, D.; Mura, A. In: Bollier, D; Helfrich, S. (Ed.), Patterns of Commoning. Amherst, MA: Off the Common Books, 2015.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. Science, [S. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243–1248, 1968.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum. 1. ed. São Paulo: Editora Record LTDA, 2016.

HARVEY, David. The New Imperialism. [s.l.] : Oxford University Press, 2003. v. 1

HARVEY, David. Cidades Rebeldes- do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Evandro Mendonça Martins Fontes, 2014. v. 1

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. Understanding Knowledge as a Commons. Cambridge: The MIT Press, 2007.

HORI, Paula. Práticas urbanas transformadoras:o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo. 2018. Universidade de São Paulo, [S. l.], 2018.

KIMINAMI, Cristina Akemi Goldschmidt; SPERLING, David Moreno. Práticas contracartográficas artísticas e a desestabilização dos mapas. Oculum Ensaios, [S. l.], v. 17, n. 0, p. 1–12, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4492.

KLEIN, Naomi. Reclaiming the commons. New Left Review, [S. l.], v. 9, n. maio-jun, p. 81–89, 2001. Disponível em: https://newleftreview.org/issues/II9/articles/naomi-klein-reclaiming-the-commons.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. Bem Viver: Projeto U-tópico e De-colonial. Interritórios | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–23, 2015.

LAFUENTE, Antonio. Los cuatro entornos del procomún. Archipiélago. Cuadernos de Crítica de la Cultura, [S. l.], n. 77–78, p. 15–22, 2007. Disponível em: http://digital.csic.es/handle/10261/2746.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade noliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2016/09/nova_razao_do_mundo-laval-dardot.pdf.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5o-2008 ed. São Paulo: Centauro, 2001. DOI: 978-8588208971.

LESSIG, Lawrence. Cultura Livre: Como a mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade. [s.l: s.n.]. DOI: 10.12660/gvexec.v3n4.2005.34644.

LINEBAUGH, Peter. The Magna Carta Manifesto. Berkely, Los Angels, London: UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS, 2008. v. 1 Disponível em: http://

publications.lib.chalmers.se/records/fulltext/245180/245180.pdf%0Ahttps://hdl.handle.net/20.500.12380/245180%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.jsames.2011.03.003%0Ahttps://doi.org/10.1016/j.gr.2017.08.001%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.precamres.2014.12.

MACHADO, Eliel. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas anti-sistêmicas? Lutas Sociais, [S. l.], v. 0, n. 23, p. 32–42, 2009.

MACHADO, Nílson José. Knowledge as a value: The ideas of a-growth and commons. Revista Contabilidade e Financas, [S. l.], v. 26, n. 67, p. 7–10, 2015. DOI: 10.1590/1808-057x201590020.

MEYER, Joviano Gabriel Maia. O comum no horizonte da metrópole biopolítica. [S. l.], p. 288 p., 2015.

MORELL, Mayo Fuster. The Free Culture and 15M Movements in Spain: Composition, Social Networks and Synergies. Social Movement Studies, [S. l.], v. 11, n. 3–4, p. 386–392, 2012. DOI: 10.1080/14742837.2012.710323.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Silva De. Parque Augusta na luta pelo comum urbano: uma etnografia de redes e ruas. 2019. Universidade de São Paulo, [S. l.], 2019.

ORANGOTANGO+, Kollektiv. This Is Not an Atlas: A Global Collection of Counter-Cartographies. [s.l: s.n.]. v. 13 DOI: 10.1177/1942778620942772.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Canto ed. New York: Cambridge University Press, 1990. v. 29

PAPADIMITROPOULOS, Evangelos. Platform Capitalism, Platform Cooperativism, and the Commons. Rethinking Marxism, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 246–262, 2021. DOI: 10.1080/08935696.2021.1893108. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08935696.2021.1893108.

PARRA, Henrique Z. M. Laboratório tecnopolítico do Comum : protótipos ,. doispontos, [S. l.], v. 16, n. 2015, p. 111–120, 2019.

PEREIRA JR, Clorisval. Design e a construção de sentidos sobre questões de interesse público. Arcos Design, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 55–75, 2017. DOI: 10.12957/arcosdesign.2017.30941.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, [S. l.], p. 227–278, 2005.

RAMOS, José María. Alternative Futures of Globalisation A Socio-Ecological Study of the World Social Forum Process. [S. l.], n. May, p. 1–398, 2010.

RENA, Natacha. A performance dos corpos multitudinários em choque com a propriedade privada do Estado- capital. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, [S. l.], n. 1, p. 1–14, 2014.

SANCHEZ, Jose. Architecture for the Commons: Participatory Systems in the Age of Platforms. New York: Routledge, 2020.

SAVAZONI, Rodrigo. A encruzilhada do comum: laboratórios cidadãos em trânsito. 17th IASCA Global Conference, [S. l.], n. 2008, p. 1–23, 2019.

SCHNEIDER, Nathan; SCHOLZ, Trebor. Ours To Hack and To Own: The Rise of Platform Cooperativism, a New Vision for the Future of Work and a Fairer Internet. New York and London: OR Books, 2016. v. 53

SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni Da. O comum, os novos direitos e os processos democráticos emancipatórios. recurso el ed. Caixias do Sul, RS: EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2019.

STALDER, Felix. Digital Solidarity. Leuphana: PML Book, 2013. Disponível em: http://www.metamute.org/sites/www.metamute.org/files/u1/Digital-Solidarity-Felix-Stalder-9781906496920-web-fullbook.pdf.

STALDER, Felix. The digital condition. [s.l: s.n.].

STAVRIDES, Stavros. Common Space: The City as Commons. 1. ed. London: Zed Books Ltd, 2016.

TIBLE, Jean. Marx selvagem. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME editora, 2013.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Repensando a pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Comum urbano: a cidade além do público e do privado. 2017. Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2017.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. Cadernos Metrópole, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 433–454, 2017. DOI: 10.1590/2236-9996.2017-3904.

TORET, Javier. Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. IN3 Working Paper Series, [S. l.], p. 1–178, 2013. DOI: 10.7238/in3wps.v0i0.1878.

VAN LAERHOVEN, Frank; SCHOON, Michael; VILLAMAYOR-TOMAS, Sergio. Celebrating the 30th anniversary of ostrom's governing the commons: Traditions and trends in the study of the commons, revisited. International Journal of the Commons, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 208–224, 2020. DOI: 10.5334/ijc.1030.

APÊNDICES

Apêndice 1- Roteiro das Entrevistas

Apêndice 2- Entrevista com Movimento Levante, Eduardo Rezende Pereira

Apêndice 3- Entrevista com Saída Coletiva, Vanessa Romano.

Apêndice 4- Entrevista com Renata Salgado Raye, Varal do Bem.

Apêndice 5- Entrevista com LabI, Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico, Tarcio Minto Fabricio.

Apêndice 6- Entrevista com IAU-COVID-SUPORTES, Rodrigo Scheeren.

Apêndice 7- Entrevista com Centro Cultural – Cultura e Extensão da USP- São Carlos, Edison Santiago de Almeida.

Apêndice 8- Entrevista com Cartilha da Cidade, Jasmine Luiza Sousa Silva.

Apêndice 9- Entrevista com Ciência pela Vida - Projeto Álcool UFSCar, Ana Marta Machado.

Apêndice 10- Entrevista com Tecer Esperança, Maria Pereira de Lima.

Apêndice 1 - Roteiro das Entrevistas

1. Como funciona a sua iniciativa e qual sua relação com a iniciativa da qual faz parte?

2. A iniciativa já existia antes do contexto de pandemia?

Se não, o que motivou o surgimento da iniciativa nesse contexto? Se sim, o que motivou a readequar a ação que você fazia?

3. Gostaríamos que comentasse a respeito da trajetória da iniciativa e das pessoas envolvidas, e como está sua ação atualmente?

4. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pela iniciativa até o momento? Houve algum tipo de parceria ou apoio estabelecido com outras iniciativas ou com o poder público?

5. Quais foram as estratégias utilizadas pela iniciativa para mobilizar apoiadores (canais de comunicação/divulgação da ação etc.)?

6. Na sua opinião e a partir do seu envolvimento com essa iniciativa, quais os maiores problemas na cidade de São Carlos desencadeados pelo contexto da pandemia de Covid-19?

7. Você gostaria de fazer sugestões para a atuação da CO-Lab?

Apêndice 2- Entrevista com Movimento Levante, Eduardo Rezende Pereira

A ideia inicial é que você se apresente e fale um pouco como funcionava a iniciativa. Qual sua relação com a iniciativa? O que motivou vocês? Pode dar um panorama geral mesmo.

Eu sou Eduardo, eu sou militante da popular da juventude, que é uma comunidade social que organiza jovens e que atua aqui em São Carlos, e também sou militante da Consulta Popular que é uma organização política de cunho partidário que também se organiza nacionalmente e também tá estruturada aqui na cidade já há muitos anos. Bem, sobre a campanha Periferia Viva, foi mais ou menos nós fomos procurados e nós procuramos, a gente, o Levante e a Consulta acompanharam a criação do Pró fórum de direitos humanos daqui de São Carlos bem no início, e nesse meio tempo, um dos braços que o Pró Fórum tinha era ações de Covid, e aí num diálogo desse braço do Pró Fórum com professores universitários, imagino que seu orientador, ele é o Marcelo...

Não, meu orientador é David, mas o Marcelo também faz parte do grupo..

Isso, Marcelo tava numa dessas reuniões e ele mencionou a ação da COLAB né de mapeamento e a partir dessa diálogo eu inscrevi o periferia viva e acho que nunca mais retomamos assim o contato, mas acho muito interessante né a proposta de mapeamento e fazer essas conexões né de quem tem a oferecer e quem tem a demandar.

De forma geral o Periferia Viva é uma ação que é coordenada pelos movimentos sociais do campo popular que é um campo político de articulação dos movimentos sociais daqui do Brasil e têm relações com outros movimentos da América Latina, compõe o Mab, MST, outros movimentos da Via Campesina, ela é uma ação de cunho nacional e aqui em São Carlos a gente reproduziu a ideia do Periferia Viva, não exatamente, não moldes que essa campanha em nível nacional tem, mas a gente adequou ela à realidade daqui de São Carlos, construindo enquanto consulta popular e enquanto Levante. Nesse meio tempo algumas outras organizações foram se somando né, organizações que a gente tem algum nível de inserção, que a gente constrói, no caso o DCE da USP, DCE da UFSCAR, o CAASO e o cursinho popular Podemos mais, aí sobre o cursinho eu falo um pouquinho mais pra frente, porque num determinado momento a gente conseguiu fazer parcerias bem interessantes. E aí então nasce o Periferia Viva, bem no início da pandemia né, por conta do contexto caótico que a gente tá vivendo no Brasil e tudo mais, não preciso me delongar tanto a isso né porque se não iria a entrevista toda só falando sobre isso.

Mas aí no meio disso tudo né bem no início da pandemia a gente se organiza pra tentar dar algumas respostas né pra cidade, sabendo inclusive que as organizações de esquerda tinha poucas ações nesse sentido né, existiam algumas ações muito pontuais da igreja católica né em específico, ações muito pontuais de ONGs, ações muito pautadas também em vontades né, enfim

pessoas que tinham condições de fazer algum nível de assistência e tal, tavam doando coisas, mas o movimentos mesmo, as organizações de esquerda não tavam agindo, então a gente se propôs a fazer isso né, pra além de fazer uma entrega de cestas básicas né, uma ação de assistência social, fazer um trabalho político que reverberasse né, não só no fortalecimento das organizações sociais mas também na organização das iniciativas nos bairros né, e aí nesse sentido é a nossa diferença né que eu acho importante apontar que nós não acreditamos no assistencialismo né, o que nós fazemos também não é caridade, o que a gente faz é solidariedade que é uma outra forma de ação que é pautada na organização do povo né, eu acho que dadas essas linhas gerais dá pra compreender um pouco melhor do que foi o Periferia viva aqui em São Carlos, as ações que a gente desenvolveu.

Pois bem, a gente tinha então essa proposta de poder fazer alguma coisa no contexto de pandemia e aí surgiu um diálogo com o Banco Comunitário Nascente, que é um banco comunitário vinculado ao movimento de economia solidária daqui de São Carlos que atua lá no bairro Gonzaga que é um bairro periférico com diversas questões socioeconômicas de altíssima vulnerabilidade que a gente pensou que seria interessante estreitar esses laços, já que é uma iniciativa que se pauta pelos princípios da economia solidária que valeria a pena a gente poder estreitar laços. E aí nesse sentido, juntou a demanda que eles precisavam né, o banco comunitário comunitário tem uma ação muito interessante, acho que vale a pena né, nesse momento vocês tão recapitulação a história talvez fazer um levantamento dessa iniciativa acho que é bem interessante, mas eles tinham a demanda né por conta do desemprego, da alta da miséria e agora a questão do distanciamento, muita gente ficando em casa, não tinham condições de dar conta das demandar que tavam chegando até eles e a gente surge também nesse contexto pra fazer algo ali naquele território.

E aí como a gente arrecadava, a gente divulgava pelas páginas das entidades representativas e entrava em contato com parceiros, professores, iniciativas, enfim outra pessoas diversas ao de São Carlos e não em São Carlos necessariamente que poderiam contribuir com a iniciativa, o dinheiro caia na conta, a gente fazia a prestação de contas depois das compras, fazíamos as compras e montávamos kits de cestas básicas, e aí a montagem dessas cestas eram feitas pelos militantes, tanto da Consulta quanto do levante, dos DCEs, do CAASO enfim, e aí distribuíamos. Eu tenho alguns dados mas que já não tão tão atualizados, outras levas aconteceram, mas o que eu tenho aqui é que foram mais de duas mil toneladas de alimentos, atendendo cerca de 50 famílias, a cada ciclo de entrega, o que eu consigo afirmar é que se manteve 50 famílias, talvez com uma quebra um número mais reduzido, mas com certeza esse número aumentou né porque teve mais doações...

Só uma pergunta, era mensal esse ciclo que você falou? 50 famílias, era constante?

Não era mensal, não tinha uma periodicidade definida porque variava muito da nossa capacidade de arrecadar o dinheiro conseguir fazer as compras, chegar até o Gonzaga, fazer todo um processo de higienização, montagem de kits, mapeamento das famílias e depois a entrega, a entrega era

o processo mais rápido, porque a gente chegava até o banco, marcava um dia e horário né, com as moças lá do banco, com as companheiras que atuam lá, e aí elas já tinham um mapeamento das famílias com maior vulnerabilidade. Então elas entravam em contato com as famílias, a gente chegava com as cestas ao longo da semana e em um determinado dia a gente fazia a entrega, o resto seria com elas, mas houve uma variação aí, que a gente poderia dizer que teve uma a cada dois meses, um intervalo talvez de três meses acabou acontecendo as entregas.

Falando do banco comunitário, eu não especifiquei que ele atua no território do centro comunitário da igreja São José Operário, o Banco comunitário ele tá estabelecido nesse centro comunitário, que é um espaço muito bom inclusive que agora ganhou uma emenda parlamentar, com uma cozinha comunitária em parceria, desse movimentos rápido, consegui estreita laços e busca formas de mobilização popular ali né estreitar os laços. E aí a gente fazia a entrega dessa forma, também teve uma outra forma de arrecadação que a gente teve, que funcionava da seguinte forma: às vezes a gente entrava em contato com alguém, ficava meio desconfiado, não queria muito bem doar dinheiro, mas tinha muito interesse em contribuir, aí a gente arrecadada alimentos, as pessoas se dirigiam até um lugar pra entregar esses mantimentos, às vezes dessa pessoa, as vezes de um conjunto de pessoas que elas mobilizavam, e também tinham caixas que a gente foi distribuíndo em pontos estratégicos da cidade, então tinha uma no CAASO, tinha algumas em outros prédios espalhados aqui pelo centro da cidade, enfim a gente também tinha essa forma de arrecadação de mantimentos. E aí esses mantimentos depois se juntavam com esses que a gente comprava e aí a gente fazia esse processo de higienização, montagem de kits, levava até o centro comunitário né, transporte até lá, e aí a distribuição não era só uma distribuição dos alimentos, mas um processo de fazer disso um saldo político envolve não só o estreitar laços com a organização que atua ali que é um trabalho maravilhoso, que são essas mulheres que têm um banco comunitário ali que atuam no princípio da economia solidária, mas também por meio de panfletos né, a gente fazia panfletos e distribuia com um balanço simples né do que tava sendo a conjuntura e tal, com orientações sobre a covid, a questão do distanciamento, uso adequado de máscara, higienização, enfim essas coisas que são importantes né e que a gente acabava relembrando pra não cair nesse esquecimento né, a necessidade do uso adequado das máscaras, álcool gel, enfim esse tipo de coisa.

Nesse meio tempo, acabou que isso não é tão ligado a Periferia Viva, mas de alguma forma, acaba tendo um certo impacto, tendo uma certa relação, porque o DCE da UFSCAR também teve uma campanha de solidariedade que a gente não cadastrou na Colab porque não tinha essa ideia de atender a sociedade São Carlense, era um nicho muito específico que eram os estudantes da UFSCAR, eu digo isso porque constrói o DCE da UFSCAR, a gente fez uma campanha de doação de alimentos, no caso, cestas básicas, máscaras, e dinheiro pra estudantes que estavam em situação de vulnerabilidade, então aí a gente tinha também uma conta, do centro UFSCAR né, o Sindicato dos Técnicos Administrativos, as pessoas doaram dinheiro pra essa conta, o DCE junto com o centro UFSCAR fazia a compra das cestas, o sindicato tinha já uma doação de máscaras que a

gente incorporou nas nossas cestas básicas, é também alguns estudantes que tavam com contas atrasadas, que precisavam voltar pra casa e não tinham condição de pagar passagem de ônibus e tal, a gente fez um mapeamento muito detalhado e conseguimos também doar dinheiro pra esses estudantes num cenário que a Ufscar não tinha dinheiro pra permanência estudantil né, isso foi ali naquele caos todo da troca da reitoria né, enfim tinham diversas questões que se colocavam né, e também teve essa ação política que foi desempenhada ali, que depois não acabou mais acontecendo porque a UFSCAR acabou dando algumas respostas nesse sentido, e a gente somou maiores esforços né, acabou direcionando esforços pra campanha Periferia Viva, essa da Ufscar chamava Nois por Nois.

Essa iniciativa da campanha Periferia Viva, ela já existia antes ou ela foi criada, você falou que era uma campanha nacional, que vocês pegaram de outros lugares e incorporaram, trouxeram para realidade de São Carlos, mas ela já existia antes da pandemia, ou foi especificamente criada nesse contexto?

Ela foi criada no contexto de pandemia, se você digitar Periferia Viva, cê vê que é uma ação que foi feita no Brasil todo pelos movimentos do campo popular, que são esses movimentos ligação à Via Campesina, em todas as regiões do país, me arriscaria a dizer em quase todos os Estados, ações de solidariedade com esse cunho, em alguns lugares envolvia mais diretamente a doação de cestas básicas que eu imagino que tenha acontecido mais, em outros ele avançava pra outras formas de solidariedade né, sei que em alguns lugares por exemplo tinha a construção de cozinhas comunitárias, a ação do fazer comida comunitariamente propriamente dito e a entrega de marmitas pra pessoas que tavam em situação de fome né, enfim estavam passando por maior necessidade. Em alguns lugares acabou sendo só cesta básica, em outros as coisas se mesclavam, aqui em São Carlos a gente foi nessa linha de doar cestas básicas e foi bem no início da pandemia assim, começou pandemia lá pra fevereiro, março, logo no primeiro semestre a gente já tava com a ação estruturada pra poder fazer a primeira entrega, foi muito interessante, foi bem rápido.

Eu queria que você contasse sobre as dificuldades e me falasse se foi complicado fazer essa comunicação toda online, ou se vocês conseguiram se encontrar pra articular isso porque como vocês faziam trabalho presencial vocês se encontravam né, mas aí em questão de logística assim, foi tudo feito online? Foi tudo feito presencial? Não sei, como funcionou assim, quais as dificuldades em relação à essa questão? E se teve também dificuldade em relação a essa comunicação com os parceiros também?

Com relação às dificuldades de modo geral, a grande dificuldade foi arrecadar dinheiro, a gente conseguiu todos os meses entrou um valor muito significativo que possibilitava atendermos, como eu falei, aquele conjunto de famílias, conjuntos de 50 famílias, acho que a grande dificuldade foi arrecadar grana pra isso, embora a gente tenha conseguido arrecadar, diria que dificuldade mais no sentido que envolveria um trabalho mais de acompanhamento né, entrar em contato com esses doadores, que foram em média 45 doadores, acompanhar esse processo né de pedir, recolher o

dinheiro, fazer um balanço depois apresentar pra eles o resultado dessas levas de doação, mas enfim o processo todo se deu em algumas etapas né, a primeira delas era o planejamento da atividade, ter em mente quantas cestas seriam doadas pra isso né, qual é a meta de dinheiro que a gente precisaria e pra além disso, dividir as tarefas né, a partir disso era envio de e-mails pra esses parceiros, contato por Whatsapp e distribuição daquelas caixas que eu comentei no início da gravação, e foi uma das formas que a gente encontrou pra arrecadar os alimentos num primeiro momento.

E todo esse período de Periferia Viva, talvez um terço do tempo a gente se baseou também nessa forma de arrecadação, que eram as caixas espalhadas em pontos estratégicos que os moradores, as pessoas da vizinhança levaram as coisas até lá, e a partir disso a gente juntava essas coisas com as cestas básicas montadas com dinheiro que a gente arrecadou. O primeiro passo então era esse né, a distribuição das caixas, o envio de e-mails, de mensagens de Whatsapp, enfim o contato com esses parceiros, depois disso a compra dos mantimentos que faltavam na arrecadação que a gente teve né dos alimentos, aí a partir disso a montagem dos kits, aliás, antes da montagem dos kits a compra, a compra, depois da compra, a higienização, depois da higienização, a montagem de kits, levar os kits até o centro comunitário da igreja São José Operário né que é onde funciona o banco comunitário nascente, e a partir disso a distribuição pras famílias né, do bairro do Gonzaga.

Acho que a grande dificuldade com relação ao virtual se deu nesse acompanhamento né, entrar em contato com o parceiro, fazer a prestação de contas, que por mais que inclusive não era exigida, nenhum parceiro nosso exigiu o retorno, como nos somos um movimento social o Levante, a gente tem isso como princípio né, é importante ser transparente, tendo em vista né o que já se espera em uma conjuntura como essa de movimentos sociais tendo dinheiro né enfim, não que se espera que façam coisas erradas, mas se espera um discurso que criminalizam né, então é importante pra gente ter uma atitude o mais transparente possível, e tentamos ser né em todos os processos o mais transparente possível. Alguns, ninguém pedia foto mais a gente sempre mandava, em algumas das levas a gente inclusive descrevia quais foram os passos e tal, variava dependendo da pessoa.

Com relação a presencial acho que a grande dificuldade mesmo foi a logística de tudo isso né porque são muitos passos e não é nem que são passos que a gente escolhe burocratizar são passos que são necessários né, tá arrecadamos o dinheiro então vamos ligar no Jau por exemplo, num mercado X pra compra e pedindo pra eles entregarem am algum ligar pra nós, uma cesta básica, um número X de cestas básicas, como a gente fez por exemplo com a UFSCAR né, os professores entregavam dinheiro pros militantes do DCE e a gente ligava no mercado e pedia já a cesta básica fechadinha que eram destinadas ao sindicato dos TA e a partir de lá eram destinados pros estudantes, tá certo que o processo do Periferia Viva foi diferente, porque como ele envolvia alguns alimentos que já tavam sendo doados em pontos espalhados, a gente precisava ter controle também do que a gente já tinha e do que a gente precisava, e pra além disso, como é um número muito maior né, são 50 cestas por leva, era inviável comprar em qualquer mercado né precisava

ser em atacado, então também era necessário ir até o mercado, fazer uma compra de 50 sacos de arroz, 50 sacos de feijão, enfim, 50 saquinhos de pó de café, açúcar, sal etc, e a partir disso um outro trabalho logístico que era levar em um lugar que seja arejado e aí o CAASO foi muito importante, ele cedeu alguma salas do colégio CAASO pra que os kits fossem montados, um lugar arejado, espaçoso, aberto se possível pra gente poder guardar os mantimentos, fazer a limpeza, fazer a montagem dos kits e a partir disso levar eles pro centro comunitário né.

O diálogo com o centro comunitário, com o banco comunitário foi muito tranquilo por que são pessoas que já tão envolvidas com a economia solidária, então já tem uma perspectiva de solidariedade que começou na última conversa sobre a solidariedade, o assistencialismo, são pessoas que compreendem a importância de uma ação como essa ter um vínculo com o território né, ter um vínculo com o fortalecimento das iniciativas que existem no território, então pra eles também o diálogo foi muito fácil né, porque era do nosso interesse contribuir de alguma forma com aquele lugar, a gente tinha mãos, pernas e capacidade pra poder fazer, todas as possíveis articulações, o centro comunitário também tinha interesse em fazer algo nesse sentido, e pra além disso tudo tem a urgência de pessoas passando fome né, e alguém tem que fazer alguma coisa com relação a isso já que o governo não faz nada, então a gente conseguiu ir juntando interesses e iniciativas né.

Eu queria que você comentasse, a partir do seu envolvimento com a iniciativa e tal sobre o que você acha que foram os maiores problemas causados pela pandemia no contexto da cidade de São Carlos? No contexto que vocês vivenciam principalmente nas periferias enfim, e aí tem a ver com a ação, mas é uma coisa mais ampla.

Eu acho que existe uma questão latente que é a miséria, as pessoas estão passando fome nas ruas, a prefeitura nesse sentido deveria criar postos de acolhimento pra essas famílias, criar formar políticas de monitoramento de como tá a saúde dessas pessoas, o risco que elas tão correndo né, oferecer cama, oferecer comida, oferecer um abrigo, mas mais do que isso, oferecer emprego, as pessoas precisam se ocupar né, e a gente tem demanda, a gente pode criar formas de suprir essas demandas e ocupar essas famílias né. E pra além disso existe uma miséria que não atinge esses moradores de rua, mas atinge pessoas que ainda tem casa, que ainda conseguem pagar aluguel ou que tem a casa própria mas não tem comida na mesa, e a prefeitura, o poder público precisa dar respostas pra isso.

Quais as ações vocês tão fazendo hoje? Você comentou sobre o banco comunitário, mas ainda continua o apoio à 50 famílias, ou já mudou, ou vocês tão com outros projetos, como é que tá funcionando?

Então, nesse momento a gente vai fazer uma leva de doação pra setembro, a ideia é articular a iniciativa da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, que é construída na UFSCAR e esse ano teve uma dimensão muito interessante, a gente envolveu o CAASO, envolveu a BGU,

envolveu o DCE da UFSCAR, envolver atuações que atuam também fora da Universidade. A ideia é a gente fazer uma leva em setembro casando a ajuda como uma forma de divulgação do Periferia Viva, não teria necessariamente um espaço de ajuda pra falar do Periferia Viva, mas no processo de divulgar a gente também divulga as ações de Periferia Viva tentando atingir mais pessoas, tentando arrecadar mais dinheiro. Enfim, então vai ter uma leva em setembro, a gente provavelmente vai fazer o balanço dessa leva no início de outubro e mais uma leva até o final do ano, porque já faltam sla 3 meses 4 meses pro ano acabar né, é muito pouco tempo.

Mas é isso, as nossas doações acabaram tendo muito essa periodicidade, infelizmente não dava pra fazer mensal o que é muito triste assim, porque as carências são mensais dessas famílias né, mas a gente também entende que o que a gente fez já ajudou de alguma forma, porque era um mês que as famílias deixavam de gastar esse dinheiro com a conta de mantimentos pra poder pagar a conta, provavelmente vencida do mês anterior, ou então enfim, ter essa forma de alimentação e não ter que pedir na rua, ter que se doar ainda mais pras empresas de plataforma, ter que pensar outras formas de achar dinheiro pra poder sobreviver. A gente vai continuar então essa leva agora em setembro, vamos continuar provavelmente mais uma leva até o final do ano e outras ações tem sido feitas né.

Como eu falei nesse processo do fazer o Periferia Viva conseguiu se articular num projeto de emenda parlamentar pra conseguir levar uma cozinha comunitária pro banco comunitário na frente, essa cozinha comunitária ela já tá sendo montada, fogão industrial, todas as coisas que são necessárias pra cozinha comunitária já tão chegando, vão ser instaladas lá, o espaço já tão sendo reformado, mas ja tá tendo algumas mudanças estruturais pra conseguir caber esse conjunto de equipamentos lá, e é um espaço muito bom inclusive, e a ideia é que a cozinha comece no ano que vem, a gente vai se inserir de alguma forma nessa cozinha comunitária, a gente ainda não sabe muito bem, porque é um espaço auto organizado principalmente as mulheres ali do bairro que vão tocar a cozinha comunitária mas a gente vai se inserir de alguma forma junto com elas, pensando em construir debates, pensando em levar temas geradores pra gente poder conversar nas reuniões que são feitas em que a cozinha é utilizada, enfim isso ainda vai ser articulado no próximo ano, mas essa já é uma ação que a gente tem pensado ao Periferia Viva né.

E em contrapartida a gente tem feito outras coisas né como Levante constrói movimento estudantil ele tem feito ações dentro das universidades, a luta em defesa da educação e da permanência estudantil é constante e vez ou outra chegam demandas até onde sei aos companheiros que atuam no movimento estudantil e tem o cursinho popular Podemos Mais que é uma ação que a gente tem aqui também em São Carlos que inicialmente era instalada no Santa Felícia, bairro onde a gente atua tanto na pista de skate, como com movimento estudantil secundarista, mas a gente agora por conta da pandemia também abrimos né, então tem jovens da cidade, jovens que nem são de São Carlos, que são matriculados no nosso cursinho popular que tem continuado né, nesse período de pandemia, com questões porque é muito difícil adaptar tudo isso e os estudantes também tem enormes carências e essas carências que colocam na evasão, enfim várias coisas

relacionadas ao ter aula extra remotamente, mas a ideia é que a gente continue também com o cursinho no próximo período né. Acho que são essas ações que estamos mantendo: as ações da Universidade, cursinho, vamos continuar com as levas e temos algumas expectativas em relação a cozinha comunitária né, continuar se articulando ali com a galera, levando o debate, não só as coisas né, mas os debates também.

Eu queria que você falasse um pouco sobre a sua perspectiva em relação a Colab. Como eu tinha te falado, a gente tá passando por esse período de encerramento de um ciclo, tentando pensar em novas coisas pra que a Colab atue e faça pra comunidade né e aí gostaria que fizesse alguma sugestão pra Colab, se tem alguma coisa em mente.

Eu penso que a iniciativa de vocês foi muito importante, a ideia de mapear as iniciativas que existem em São Carlos pra conseguir a partir disso juntar as pontas e fazer pontes, eu acho que isso é um papel muito importante que vocês tiveram e que é necessário, mesmo que essas iniciativas estejam cada vez menores, não saberia dizer ao certo quantas são, com certeza você tem esse dados, mas eu acho que é importante continuar mapeando, acompanhando como essas iniciativas tem se desenvolvido né, tem permanecido, tem se desenvolvido e mais do que isso construir uma memória né, acho que a universidade nesse sentido tá muito mais avançada que os movimentos sociais, mas acho que se perde também em alguma medida né, a gente acaba perdendo os acumulos que a gente vai tendo né, no caso os movimentos sociais o próprio fazer acaba tirando a capacidade de sistematizar, e a urgência da sistematização, porque eles têm urgências que são ainda maiores nesse caso é a fome, e a própria universidade também tem um papel importante em fazer esse armazenamento de informações, e fazer uma sistematização, apontar os pontos positivos, negativos, as expectativas que foram, as expectativas e as projeções que podem ser feitas, que podem ser traçadas, mas as vezes também acabam se perdendo no acadêmico e volta pouco, e faz com que isso se volte pouco pra sociedade. Eu acho que é importante essa sistematização, uma sistematização que é feita visando a intervenção social né, então visando a partir desse acúmulo de informações, um acompanhamento, provocando os movimentos sociais, essas iniciativas, provocando o poder público né, pra que essas ações possam continuar. Acho muito importante o que vocês fizeram, acho que foi, com exceção do Pró Fórum dos direitos humanos que eu sei que tinha uma planilha porque eu fiquei preso à essa planilha, de ir juntando as ações que tavam acontecendo, mas isso também deixou de ser feito ao passo em que o braço da pandemia deixou de fazer tanto sentido, vocês fizeram parte da única iniciativa que fez esse mapeamento né até onde eu sei, e eu acho que isso é importante de continuar sendo feito, de repente um relatório que possa ser enviado pro poder público né, apontando quais são as areas de carência, quais foram as ações que foram feitas, que que essas iniciativas visualizam como possibilidade, eu acho que pode ser um caminho muito interessante.

Apêndice 3- Entrevista com Saída Coletiva, Vanessa Romano.

Eu vou começar pedindo pra você se apresentar e falar um pouco sobre sua relação com a iniciativa, aí se você se sentir à vontade e já quiser falar sobre a iniciativa, pode falar também.

Bom, eu sou a Vanessa, eu tenho 30 anos, sou aqui de São Carlos, eu estudei aqui e trabalho aqui né, nasci aqui. Eu fiz biologia na UFSCar e tô fazendo pedagogia agora também na UFSCar e to pra concluir o meu curso, eu sou professora de ciências né, que eu já formei em bio, no estado de São Paulo e numa escola lá na Cidade Aracy e faz 5 anos que eu sou professora... deixa eu ver o que mais eu posso falar... Eu tô num processo de transição de carreira talvez nesse momento eu já participei de muitos projetos, muitas iniciativas, assim tanto ao longo da graduação, eu fazia muita coisa e assim em questão de voluntariado mesmo, de coletivo, eu já participei bastante né, de movimentos, movimento social e tal. E aí sobre a Iniciativa que é o Saída Coletiva... foi muito legal porque eu tava assim bastante inconformada durante a pandemia, principalmente no começo, porque a gente via a situação que tava né, de falta de apoio em relação ao setor público, para as pessoas e isso dava aquele desespero e eu como professora tava muito em contato com os estudantes familiares dos estudantes e até a comunidade que era uma comunidade de periferia. E vendo assim muita necessidade né tanto dessas pessoas quanto de dados mesmo que a gente via né, na mídia e tal. Então era desesperador eu queria fazer alguma coisa pra ajudar que eu falava "gente, não dá pra esperar o governo né, não dá pra esperar" porque tava demorando muito pra sair o auxílio, o auxílio também baixo e aí várias questões. É aí eu lembro que eu postei no Facebook, fiz uma postagem falando da minha indignação e falando "gente vamo fazer alguma coisa" né, "quem topa fazer alguma coisa?". E nisso a Gabi que foi a, uma pessoa que foi uma das fundadoras que também tava no meu Instagram a gente, ela é promotora legal popular e eu conheci ela também nesse projeto que eu também sou promotora legal popular, não sei se você conhece as PLPs aqui de São Carlos, é muito legal, a gente ajuda, apoia mulheres em situação de violência né, e vulnerabilidade. E aí a Gabi pegou e respondeu minha postagem falando "Van, tamo criando aqui um grupo, você quer participar?", aí eu falei "Aí me coloca", e aí foi grupo no Whatsapp, que gente começou, [...] é aí a gente começou a conversar né sobre se organizar né, como que a gente ia funcionar, o que que a gente ia fazer. É no começo a gente já começou com todas as meninas que participavam: A Gabi, eu, a Jana e a Tay, tinha mais uma nova mas ela acabou saindo que ela não pôde, então a gente tava em 4 [...] É daí a gente foi pensando né, como que a gente funcionaria, elas já estavam em contato com algumas pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade, que tavam precisando, algumas das próprias meninas também tavam precisando né de apoio, e aí seria, e isso também foi uma das iniciativas de tentar achar uma forma que pudesse também, que tava tão presente inclusive na própria vida delas né, e aí a gente começou então, a gente já tinha o contato de pessoas de famílias que tavam precisando, e aí a gente começou a divulgar, e aí a gente criou o nome, criamos o logo, e foi tudo muito rápido assim, a demanda era tão grande que a gente só foi indo. [...]

Esse pessoal que estava em comunicação, era mais os pessoal da sua escola, não consegui entender, ou mais o pessoal do bairro, que você já conhecia?

Então, não, no começo a gente apoiou pessoas que a Gabi tinha contato, da escola foi um pouco mais pra frente que a gente começou a apoiar. No começo era pessoas que já, por que assim, a Gabi e a Jana, elas trabalhavam num projeto, já tinham trabalhado num projeto na UFSCAR que tinha contato com comunidades mais carentes, mas em vulnerabilidade, e aí essas pessoas acabavam entrando em contato com elas, porque também eram pessoas do Salesiano que participavam de projetos do Salesiano é aí elas já tinham, então alguns contatos de família que tavam precisando, então a gente começou com essas famílias né, que a gente já tinha esse contato. E assim a gente até não tinha muita noção assim no começo né, até que ver que a gente teria [...] Então a gente só foi ajudando assim as famílias que foram aparecendo a gente ia ajudando, e aí a gente ia pedindo, e ia surgindo né, e aí mais pra frente a gente acabou acolhendo mais algumas famílias da, da escola né, por conta que eu tava em contato, comecei a identificar, e aí eu fui incluindo essas famílias, pra receber os auxílios do projeto. Mas no começo eram demandas que às vezes aparecia, aí a gente criou o Facebook, e aí pelo Facebook chegaram mensagens também pedindo ajuda, a gente identificou por exemplo no grupo da UFSCAR que teve uma pessoa pedindo socorro né, que tipo tava precisando de muita ajuda e a gente já entrou em contato com essa pessoa e apoiou. Então assim, iam chegando e a gente ia ajudando conforme a necessidade, e mais pra frente, conforme a gente também entrou em contato com os pessoal que é do assentamento [...] e aí a gente recebeu né esse pedido também de uma assentamento que tava surgindo e aí eram várias famílias, em torno de 50 famílias que tavam lá, e que tavam assim sem água encanada, às vezes morando em barraco, foram construindo as casas, tava bastante complicado e nem a água tava chegando lá, inclusive a gente até apoiou com o contato de prefeitura e tal pra ver o que que poderia ser feito.

E aí que a gente começou a centralizar também os apoios com essas famílias né, então a gente ajudava as pessoas que apareciam de demanda e também o assentamento. W aí depois a gente acabou até dividindo o grupo, porque como o assentamento tinha muitas famílias, 50 famílias a gente tava em 4 pessoas só, a gente não tava dando conta da demanda que tava aparecendo pra gente, e aí a gente acabou criando outro grupo que até a gente foi conversando com pessoas, até com o pessoal do Psol, e outra pessoas também, pessoas de coletivo, que as meninas conheciam, e a gente meio que criou um segundo grupo que era maior inclusive, que tinham bem mais participantes pra apoiar o assentamento, então a gente tinha a Saída Coletiva, e aí a gente se comunicando, então, por exemplo: A saída coletiva conseguiu doação de tantas coisas, quem tá precisando, ó a gente recebeu família pelo saída coletiva e tem família do assentamento eaí a gente dividia as coisas, ó vai um pouco pra lá um pouco pra cá, então a gente tava sempre em comunicação e ia distribuindo o que a gente recebia, e por conta de ter um número maior de pessoas e um pouco mais constante que a gente tava percebendo né, a necessidade que não era só tipo uma coisa pontual, a gente até foi em busca de outros apoios né, porque primeiro a gente tava divulgando nas redes sociais pra pegar né, as doações tanto financeiras quanto de

material e a gente ia buscar, então, por exemplo, , quem tinha carro do grupo era só eu, daí a gente conseguiu contato de pessoas que se disponibilizaram a ser a transportadoras, daí a gente fez todo o cuidado né, tinha que ter máscara, tinha que ter luva, o álcool 70 que na época tava em falta né, as máscaras e o álcool 70, então a gente pedia que as pessoas que fossem voluntárias, perguntavam se elas tinham condição ou se elas precisavam que a gente fornecesse pra garantir a segurança e aí a higienização todo o material também que ia ser doado e garantia a segurança da pessoa, e aí a gente conseguiu alguns voluntários pra fazer as entregas, tanto pra buscar as doações quanto pra levar as doações para as pessoas, então,a gente fazia isso e às vezes a gente inclusive fazia essa ponte com o grupo do assentamento, mas o pessoal do assentamento que participava já tinha várias contato com carro então geralmente pro assentamento as próprias pessoas do coletivo já iam entregar.

E aí pra isso também conforme a demanda ia aumentando a gente acabou fazendo um material de orientação para também encaminhar essas pessoas pros setores públicos, pros setores de apoio, até outros coletivos, porque a gente não tava dando conta do tamanho da demanda, então, por exemplo, a gente entra em contato com a assistência social, a gente organizou os dados então assim, a gente fez tipo fotos que dava pra circular pelo Whatsapp e pelas redes sociais com informações, então por exemplo “ó você tá precisando de alimento? Entre em contato com a assistência social da cidade pelo telefone,o endereço e tal”, ai bando de leite, lugar de agasalho,que eu lembro que foi uma época que tava começando o frio também. Então a gente foi organizando essas parcerias né, tanto com a rede pública quanto com outros coletivos ou outros lugares, algum coletivo que tá arrecadando agasalhos, então a gente já punha lá o contato que divulgava, então às vezes a pessoa entrava em contato, a gente perguntava assim, como que tava a situação e o nível de urgência, e assim a gente ficava nas famílias que tinham um nível de urgência, muita urgência, então assim se era uma família, olha eu ainda tenho coisa pra daqui um mês, ou sei lá, eu tenho ainda coisa pra uma ou dias semanas, tá então, a gente passava o contato da assistência social e as outras informações e falava “se você não conseguir apoio você entra em contato com a gente de novo que a gente tenta agilizar pra você, e a gente ficava nas famílias que tava com alguma emergência, tipo “eu não tenho mais o que comer pra hoje, e aí a gente corria pra levar pra essa famílias né, que tavam com mais emergência e tentava da o suporte pra quem conseguia esperar alguns dias, ou um pouquinho mais. É aí às vezes a gente mesmo leva, mas a gente tentava fazer essa logística de distribuição, de organização. E aí nisso eu também passei para as escolas que eu tava né, esse material que a gente fez, pra divulgação pra todos os alunos, então eu passei pros professores da escola, conversei entrei o pessoal se alguém, se algum aluno entrar em contato que tá precisando ou se vê se querem enviar pra todos os alunos né, essa informação, e aí se eles estiverem precisando, e aí tinha o nosso contato também do Saída Coletiva, se alguém tivesse uma emergência, e a gente conseguiu dar apoio pra várias famílias de estudantes né, lá da escola, até os próprios professores se mobilizaram pra fazer uma doação é, cada uma contribuir um pouco de dinheiro, a gente fez algumas cestas básicas pela própria escolas né, com a iniciativa, então foi bem importante assim,porque tinha família passando por muita necessidade. E aí

conseguimos também parceria com uma padaria aqui de São Carlos que é de uns amigos meus então a gente conseguiu, eles tavam doando pão toda semana , eles faziam uma fornada de pão de focaccia recheada com calabresa, várias coisas assim pra gente doar e foi muito legal, então a gente tinha uma fornada semanal de pães, a gente conseguiu também doação de alface, com o contato de uma pessoa que é agricultora e ela doou sei lá, acho que 70 pés de alface, daí a gente conseguiu contato também do assentamento que produzia orgânico e aí a gente comprava alimentos orgânicos assim, de sacolão direto do assentamento, acho que foi o Capão da Antas, então a gente pegava direto deles pra fortalecer o assentamento também, então quando vinha doação em dinheiro alguma coisas gente comprava em supermercado com o preço mais em conta, e algumas coisas a gente comprava no hortifruti e aí a gente fazia os kitzinhos e encaminhava pras famílias. Então a gente foi fazendo parcerias e aí tinha um outro grupo que é o Move Sanca, que foi quem conseguiu a doação das alfaces e quem também conseguiu uma doação de cestas básicas, acho que foram 25 cestas básicas, que eles conseguiram doação financeira, tinham comprado as cestas básicas já em caixas né que vem separadinho é doaram 25 cestas básicas pra gente e o que mais... é conseguiu também uma doação, teve uma moça que entrou em contato, ela morava em condomínio e ela conseguiu fazer, por uma caixa é divulgou pro grupo do Whatsapp do condomínio e aí todo mundo do condomínio fez doação toda semana, falei toda semana mas acho que foram alguma vezes que ela foi inclusive levar pra gente a caixa com alimentos que arrecadou, de pessoas que doaram né, até financeiro, e ela doou também álcool 70, máscara pro pessoal que fazia as entregas que na época tava muito em falta então foi muito bom. E aí conseguimos ajudar bastante as famílias com um acompanhamento de tempos em tempos a gente fazia divulgação do feedback, teve mês que a gente conseguiu ajudar tantas famílias inclusive se você quiser tem no face, tem todos os materiais que a gente postou, com todos os dados, então até te passo por Whatsapp a página, então você consegue todos os cartazes, toda a divulgação, desde o começo até o final né, as fotos, os dados.

A gente criou também pra se organizar, uma planilha do Google, daquelas que ficam online, e aí nós 4 tínhamos acesso e a gente ia fazendo a organização, a gente colocava os dados, tipo tinha várias planilhas de acompanhamento, então tinha lá, os nomes das pessoas, os contatos, o que que a pessoa precisava, o nível de urgência, se era fraude, se era comida, se não foi atendido ainda, então a gente fazia todo o controle. As quatro faziam juntas, ai a gente se organizou por exemplos, uma das meninas ficava responsável pelo financeiro, de fazer transferência, disponibilizou a conta dela para fazer essa parte do controle financeiro e tudo era colocado na planilha então os quatro tinham acesso e aí a gente ia, ela ia fazendo o balanço e colocava pra divulgação também, de quanto entrou, quanto saiu, quantas cestas a gente conseguiu comprar, quantas pessoas a gente conseguiu ajudar, e aí a gente ia fazendo esse controle [...] Então essas planilhas foram muito boas.

Você mencionou várias parcerias que foram fazendo durante o tempo aí eu fiquei na dúvida de quanto tempo mais ou menos vocês conseguiram atuar com constância, não sei se teve alguma pausa mas enfim, e também fiquei curiosa pra saber quantas pessoas maior ou

menos, se envolveram, desde esses parceiros que vocês conseguiram, a padaria, moto Sanca é tal, assentamento, até essas pessoas que você mencionou que você falou que pessoa se voluntariado pra ir deixar é ir buscar assim, não precisa ser nada exato sabe, só uma base assim pra gente ter noção.

Eu acho que assim, de voluntariado para ir levar e buscar coisa acho que foram umas 5 pessoas que a gente tinha, e aí a gente revezavam pra não ficar pesado, e aí assim também, as vezes a pessoa tinha um carro mas precisava de ajuda com a gasolina, ai a gente direcionava o dinheiro da doação pra pessoa, então assim às vezes a pessoa doava falava não, consigo pagar a gasolina e vou doar pro projeto, então tipo aí não precisava de nada, então a gente fazia tudo isso também contido na planilha, então o contato das pessoas que eram voluntárias se precisava de auxílio com gasolina, se precisava de auxílio com material de segurança ou não, e aí a gente ia revezando, porque às vezes mesmo dia tinha várias entregas e a gente ia uma pra cada canto sabe. Aí assim, [...] foram umas 5 pessoas com isso aí assim a gente até tem um post no (nome do projeto...) com os nossos parceiros, então foi o Move Sanca , foi a padaria que é a Má petti Von Lingerie, o pessoal do dama que foi o do condomínio que ajudou bastante, a Renata que trabalha com cosméticos naturais que é da Bio Otie, que doou ora gente os materiais de segurança que fez a ponte com o condomínio e tal, aí teve o pessoal do Psol que inclusive apoiou a gente de várias maneiras até com doação do Psol tipo eles doaram acho que 100 reais do fundo deles pra gente e articular com o pessoal, com pessoas pra gente conseguir formar o grupo pro assentamento então, se mobilizaram também, e aí dentro tinham várias pessoas que participavam, acho que sei lá, mais ativamente umas três pessoas daí desse grupo que participavam, aí dentro do grupo que era focado pro assentamento tinha umas 10 pessoa, mas assim algumas eram mais ativas, umas 4 pessoas eram mais ativas e aí as outras 10 era mais pontual, ou assim, fazia mais contato, era tipo, ajudava mais virtualmente, mas 4 eram mais ativas, deixa eu ver o que mais, e aí a gente era em 4, tinha a ponte também com o Salesiano, com as famílias que estão doa Salesiano, a gente fez ponto com as Promotoras Legais Populares, e ela ajudaram a gente a fazer, não me lembro se foram 3 ou 5 kits de enxoval para grávidas, é a gente conseguiu pegar um enxoval bem legal assim, com fralda, com pupunha, com banheira, com roupa pra grávida, nossa foi muito legal, e aí elas ajudaram com campanha também dentro das promotoras pra arrecadar coisas então a gente, e ao das promotoras eu não lembro, mas pelo menos umas 3 a 4 pessoas das promotoras tavam articuladas com a gente [...] A

gente fez também reportagem com a EPTV aí divulgou também o projeto na EPTV, fez uma entrevista, a gente fez uma parceria também com o Sacolão também, que é o Sacolão do OKino a gente deixou também uma caixa lá também com cartazes e aí as pessoas que queriam doar também pro projeto deixavam alimento lá, Sacolão doou algumas coisas pra gente, e aí quando enchia a caixa eles ligavam pra poder ir buscar, e aí eles ajudavam um ponto de coleta, e a gente fez isso também com outros supermercados, com outros lugares dos supermercados pra ser ponto de coleta, então a gente imprimiu cartazes e deixava com uma caixa, então foi no condomínio também a gente fez isso, deixou acho que em dois supermercados, a gente deixou, acho que o

Savegnago ali da Marginal, teve que passar com o gerente, aí a gente conseguiu em 2 lugares, e pontos de coleta em supermercado, deixa eu ver o que mais, eu acho que basicamente é isso acho que são essa as pessoas. Aí, qual que era a outra pergunta? Eu lembro que eram duas.

A segunda é: quanto tempo, mais ou menos, durou e também se é que ainda tá durando até hoje?

Ah entendi, então, não a gente tá desativado no momento, como assim, foi uma fase da pandemia que tava bem no começo né, então tava todo mundo muito mexido assim sabe, tanto no emocional quanto no financeiro também pegando, quanto, então foi bastante, exigiu bastante da gente né, como que tinha até comentado até algumas das próprias meninas tavam com dificuldades financeiras, então foi desafiador pra gente conseguir se sustentar, e a gente tava em 4 a gente conseguiu bastante coisa em 4 pessoas, articulou com muita coisa. E aí a gente ficou uns meses na ativa, eu não sei, acho que foi uns 6 meses que a gente ficou, e nesse meio algumas de nós, a gente foi dando uma desativada por coisas pessoais, eu mesma fiquei doente emocionalmente e aí eu precisei me afastar e era muito difícil pra mim porque eu não queria me afastar mas eu precisei cuidar de mim, e aí eu parei um tempo tipo um mês, voltar, ficar um pouquinho e aí sair tipo porque eu não tava bem e aí eu precisei realmente parar. Mas às vezes eu fazia alguma ponte sabe, uma coisa ou outra eu ainda fazia assim de ponte de contato e tal, mas não tava mais ativa, aí depois teve uma outra moça também que precisou focar na monografia também que ela ia defender, e aí precisou dar uma pausa, então assim, a gente teve uma oscilação de às vezes ficar em momentos de tá só três ativas, e aí ter momentos de tá só duas ativas que foi mais pro final, elas tavam em duas, e aí elas conseguiram mais pessoas depois que entraram, que aí eu já não sei muito bem quantas que conseguiram, se foram duas ou três meninas que entraram depois que aí eu já não tava mais ativa né, se quiser eu posso passar o contato da Gabi que ela tava mobilizando, que conseguiu mais pessoas pra entrar depois nessa fase, aí eu não sei também, até tem o registro aqui quer ver ó, no face, do dia que a gente parou que a gente avisou aqui ó, que a gente desativou o coletivo “ó pessoal a gente tá encerrando as atividades e tal tal tal”; e tem a data que a gente começou, então dá pra ter um balanço, eu acredito que foram 6 meses ou um pouquinho mais talvez, não sei, é mais ou menos Isso, talvez pra menos ou pra mais. E aí foi isso, tem mais alguma pergunta?

Eu queria saber, no geral, quais foram as maiores dificuldades que vocês enfrentaram na iniciativa? Enfim, o que marcou você.

E aí das dificuldades, nossa bastante coisa foi difícil, assim, a gente se organizava, que a gente tava em 4 né, eu morava num apartamento e na parte de baixo do apartamento tinha um lugarzinho embaixo da escada que dava pra por umas caixas então às vezes eu deixava lá quando recebia algum material que já ia ser encaminhado aí deixava ali embaixo, e tinha um quartinho também, e aí eu pedi pro moço pra gente armazenar as cestas básicas e dividir, então foi muito legal porque era um lugar confortável, não confortável que tinha um lugar só pra isso, que a gente conseguia

receber as doações, deixar ali e organizar os kits, então era um quartinho só pra isso, e aí eu deixava um tempo dos meus dias pra ir organizando e montava as cestas básicas é deixava separado tudo certinho e ia fazendo também o levantamento, tipo "ai tá acabando o arroz, precisa ter mais arroz, mas ainda tem papel higiênico e massa de tomate, e aí eu ia fazendo esse balanço e ia passando pras meninas, e aí as meninas às vezes faziam... e aí a gente se dividia, "ah gente, quem pode comprar?", elas faziam as vezes compra online quando dava ou acionada o Capão das Antas, os alimentos, então a gente dividia, tipo eu ficava responsável pela cestas, por fazer a ponte com os parceiros que eu tinha contato, de vários parceiros eu consegui o contato e ficava na articulação com eles e aí eu organizava as cestas e fazia os balanços e recebia e entregava pra quem ia fazer as entregas. Aí a gente usou por um tempo a minha casa, né o apê que tava assim e um tempo na republica da Tay né, ela morava numa república e como era uma casa ela conseguia destinar uma parte da sala e da cozinha pra colocar as caixas, de um jeito que não ficasse com risco pra elas, porque chegava as coisas do supermercado então tinha que ter um lugar separado por conta de contaminação, então a gente também tinha esse cuidado pra não se colocar em risco.

E daí foi um desafio bem grande, essa parte de logística do espaço porque, por exemplo, começou ficando na Tay e aí começou a ficar muita coisa é aí tava sendo difícil ficar na casa dela porque tava ficando muito aglomerado o material e aí já tava pegando né, aí elas começaram a levar na minha casa então a gente ficou em dois pontos, tinha o ponto da casa dela e o meu ponto e aí pra casa delas... e aí a gente ia fazendo a logística tipo "na casa dela já tá com bastante então tudo o que tiver bem pra minha casa" ou "Ah não pode ir pra sua", e aí a gente fazia essa logística. E aí o que começou também a ficar difícil teve um momento que eu tava um pouco sobrecarregada pra arrumar as cestas, os kits, porque daí dá um pouco de trabalho e tem que higienizar, tem que separar, tem que conferir, e eu tava trabalhando home office na época então, eu era professora, eu dava aula, eu tava numa escola integral 40 horas semanais e mais isso, e querendo ou não o projeto demandava muito tempo nosso sabe, a gente se dedicava bastante, a gente que fazia as artes, a gente que divulgava, a gente que fazia tudo em 4, então assim eram muito puxado. E todas as meninas tinham coisas né, tipo a Maria ou tava trabalhando ou tava fazendo mestrado e tava em época de defesa então assim a gente tava numa épocas bem assim, não com tanto tempo disponível mas a gente tava assim né se desdobrando pra fazer, foi puxado é a gente de apoiou muito, foi muito legal, e a gente era muito transparente uma com a outra a gente criou um laço muito forte porque a gente não se conhecia, eu conhecia só uma das meninas que é a Gabi, as outras 3 eu não conhecia e a gente criou uma amizade é a gente tinha um nível de confiança, de apoio muito forte nós 4, então a gente conversava abertamente quando tinha alguma questão que nem quando a Tay comentou que nem "olha gente aqui tá difícil de trazer as coisas tá pegando em relação ao tempo porque eu tô precisando defender o mestrado, não acho que a dela era a monografia, que tem que terminar pra entregar. Então a gente conversava muito né, pra se organizar em relação a isso com as logísticas, aí começou a ficar pesado por exemplo, essa questão de eu sozinha montar as cestas porque aí começou a ficar tudo na minha casa, e aí começou tipo, era muita cesta tinha dias que eu montava sei lá 20 às vezes até 30 cestas é aí era muita coisas

porque tinha que conferir tudo, fazer tudo certinho e daí esse foi um ponto, e daí nesse ponto a gente conseguiu solucionar, a Gabi às vezes vinha pra me ajudar, a gente combinava um horário um dia é aí ficava nós duas ajudando, ou então se eu tivesse muito ocupada eu abria o portão e ela vinha e ficava organizando as cestas e aí eu só armazenava né, porque teve um momento que eu não tava conseguindo então a gente conseguiu se revezar pra fazer isso, outra coisa foi [...] pra fazer os kits né, as cestas, porque assim a gente queria ser justa né e isso era uma coisa muito importante pra gente, pra como que a gente ia ajudar as famílias, porque assim, tinha famílias que tinha mais integrantes, tinha família que tinha menos, tinha família que tinha mais urgência, tinha família que podia esperar um pouco mais, e aí a gente assim, que a gente vai pôr na cesta, a gente vai criar uma cesta básica padrão pra todos, a gente vai criar... então a gente decidiu que a gente ia fazer uma cesta padrão aí a gente fez uma quantidade, então por exemplo, a cesta básica é, aí tinha a cesta pequena e a cesta grande, e aí a pequena era pra duas pessoas, de uma a duas pessoas, e a grande era pra até, agora não me lembro se era pra até 4 pessoas ou até 6, e aí a gente tinha uma parte da planilha que a gente tinha o modelinho, e aí assim, quando de cada coisa e quais alimentos a gente ia ter na cesta, inclusive pra gente se organizar pra comprar, por que quando a gente recebia a doação em dinheiro a gente comprava os itens né, e aí juntava com o que a gente já tinha em doação, daí então a gente ia fazendo essa logística, então, por exemplo a, ai a gente teve uma conversa pra ver o que que a gente ia ter nas nossas cestas, e aí a gente colocou as coisas básicas e isso deu um pouco de trabalho pra gente pensar porque a gente falava "nossa mano mas também vai ser só o básico do básico, vamo por uma bolacha tem uma criança, vamo por uma bolacha ou alguma coisa assim sabe quando a gente conseguia, então a gente tentava fazer quando tava com uma quantidade... aí tinha aquela cesta básica e quando a gente tava com uma quantidade legal a gente conseguia colocar uma coisa a mais tipo por uma bolacha recheada, por um sabe uma coisinha a mais assim a gente sempre tentava fazer isso pra dar assim um docinho na vida assim né, uma coisinha... e aí a gente criou esse padrão né, nossa assim pelo menos uma bolacha recheada, uma bolacha doce ou uma bolacha salgada, um café, tipo alguma coisa assim né. E aí a gente tinha a lista né então e isso deu um baita trabalho pra gente conseguir chegar até falar "não, vamo fazer a cesta assim e ter as duas cestas, a média e a grande. E aí pra eu me organizar pra montar a cesta era difícil porque assim, a gente teve que ter uma noção de tipo "Mano, quanto que as pessoas comem? Duas pessoas comem quanto e em quanto vai durar essas cestas pra ela? Ou não tipo "Ah, pra uma família de 6 pessoas essa cesta vai durar quanto? Será que eles vão precisar pedir ajuda de novo? Ou a gente consegue direcionar eles pra assistência social e eles vão continuar por lá e aí fazer essa balanço também foi um pouco difícil, daí a gente né, a Gabi acho que tinha uma noção por conta de um outro projeto que ela participou e aí a gente foi conversando juntas pra ir montando quantidade então tipo "Mano, pra uma família de 6 pessoas, quanto de açúcar a gente põe? Quanto de leite? Quanto de macarrão? De arroz?" E aí a gente criou o padrão é isso foi, deu um trabalhinho pra gente ter uma noção, mas a gente conseguiu fazer, e aí a gente tinha uma coisa também tipo, tinha os kits específicos pra bebê ou pra criança, então quando tinha criança na família a gente mandava leite, quando não tinha a gente não mandava leite, porque a gente não conseguia muita doação de leite e é

caro, a gente mandava uma caixa grande cheia de leite então era uma coisa que era relativa, e também quando tinha bebê a gente incluía fralda né também, comprava fralda e também se precisava a gente mandava roupinha, então a gente também fazia arrecadação de roupa tanto pra gestante quanto pra criança, sapato, pras pessoas assim, então a gente mandava as roupas se eles precisassem, então a gente conversava com o pessoal, que às vezes eles falavam "aí a gente também tá precisando de roupa, então a gente, até móveis a gente conseguiu articular de, tinha família que tava precisando de móveis então a gente conseguiu articular, tipo doação de colchão, doação de móveis assim sabe. De dificuldades acho que foi isso, e aí a gente, acho que mais era a logística assim sabe, que cê viu eu dei exemplos de logística, tipo eu acho que era isso, porque a gente nunca tinha feito isso é aí pensar como ser justa e aí a gente fez desde sempre a gente foi muito rigorosa com isso, e aí também essa questão de que família que a gente ia atender, a gente decidiu que era por demanda, então tipo e por questão de urgência, então tipo "meu, chegou na gente se a gente pode ajudar a gente ajuda", vamos super que chega 5 famílias e a gente não tem pra 5 a gente tem pra 2, a gente faz a doação pra 2, intensifica a campanha e tenta direcionar elas pra outro lugar tipo pra assistência, então assim, tudo o que chegava a gente ajudava, a gente não selecionada ninguém sabe, e não perguntava também nada pra ninguém, tipo "ah você"... Não, a pessoa pediu a gente ajudava, a gente não ficava perfurando nada pra pessoa sabe, pra respeitar a privacidade. Outra coisa que foi importante também, foi a questão de divulgação pra mídia, foi um cuidado que a gente teve também

Era a pergunta que eu ia fazer agora...

Porque assim, chegou a mídia, gente querendo fazer entrevista e colocar a imagem nas famílias e a gente não concordou sabe, tipo assim, de fazer a entrevista com alguém que recebeu a doação, porque a gente pensou que isso vai expor as pessoas sabe, então a gente não concordou com isso, a gente falou "olha a gente faz a entrevista, se quiser a gente divulga, a gente fala, mas a gente não vai divulgar as pessoas que tão precisando e não vai expor as pessoas nisso, então foi uma postura nossa, que a gente decidiu enquanto grupo e aí no grupo do assentamento teve até uma discussão de pontos divergentes em relação a isso, tinha as pessoas que achavam que seria importante e a gente tentando argumentar que a gente não concordava por conta da exposição que a família tá numa situação de vulnerabilidade e às vezes ela pode ser até está meio manipulada né, pra falar e às vezes ela não quer se expor mas ela acaba se sentindo meio que obrigada porque "aí eu tô recebendo isso e não vou ajudar?" Mas e depois ficar se sentindo mal então foi uma coisa que a gente teve uma discussão longa assim, de até decidir que a gente não ia fazer a exposição das famílias e aí isso foi até um ponto que teve um rompimento, até algumas pessoas deixaram de participar do projeto por conta dessa questão de divergências em relação a divulgação, porque algumas pessoas do grupo tavam querendo continuar com a exposição das famílias e algumas pessoas não concordavam e a gente não conseguiu chegar meio que num consenso assim tipo total do grupo, e aí algumas pessoas não se sentiram mais confortáveis com o propósito. Porque no Saída Coletiva a gente tinha um propósito muito claro que era ajudar as

famílias, a gente não queria nada com isso, tipo “ah, a gente quer ser conhecida, ou a gente quer” Não, o nosso objetivo era ajudar as famílias sabe, e não deixar as famílias passarem necessidade, e aí no outro grupo a gente percebeu que talvez tava indo pra um outro lado também sabe, tipo querer sei lá “aí vamo crescer pra gente ajudar mais ou será que isso não vai ser importante” e a gente começou a questionar essas questões e algumas pessoas acabaram saindo do outro grupo, ficando só no Saída mas saindo do outro grupo, por exemplo, aconteceu de pessoas do Saída não quererem participar do outro e pessoas que eram do outro saírem daquele grupo lá por conta de divergências nesse sentido, e aí deu uma certa instabilidade mas a gente continuou assim, com articulação em relação a doações né, mas a gente até teve uma certa separação em relação ao outro grupo começou a ter mais autonomia a gente meio que separou o Saída Coletiva do outro grupo mas quando a gente tinha material e tal a gente mandava, mas não ficou assim mais tão... Porque assim até então eram duas pessoas que eram do Saída que era eu e a Gabi, a gente era do Saída é a gente também fazia parte do outro grupo, e aí quando chegou o ponto, uma por sobrecarga, por que a gente não tava dando conta de gestionar dois grupos e outra por questões também de propósito a gente acabou não ficando mais tão ativa dentro do grupo como membro mas como parceria, então a gente entrou como ponte, falou “olha gente se vocês precisarem, vocês entram em contato com a gente que a gente fornece as cestas, a gente fornece contatos né, articula mas a gente não vai ficar mais tão nas reuniões e focado e tals, e aí a gente separou o grupo por conta de algumas divergências e por conta de sobrecarga também né. E aí em relação a mídia, foi isso assim, a gente teve esse cuidado, então a gente se posicionou nesse sentido de não querer expor as famílias, isso foi nossa prioridade porque a gente entendia que mesmo se a família concordasse às vezes ela não tava realmente concordando, às vezes ela tava sendo induzida a concordar por algum motivo, ou por querer ajudar a gente, por se sentir na obrigação, ou por pelo jeito as vezes que a pessoa vai falar pode manipular a pessoa então a gente achou que a pessoa já tava numa situação de vulnerabilidade e aí às vezes ela não taria a vontade, ou poderia mudar de ideia e depois não conseguir falar o não, então a gente quis preservar as famílias, então essa foi nossa posição.

E no caso vocês em nenhum momento divulgaram nada sobre nenhuma família divulgavam números e pronto. E aí as estratégias que vocês usavam pra conseguir alimento mesmo, conseguir as doações foi basicamente as redes sociais e o networking de cada uma de vocês né?

Isso, isso, e aí a gente não divulgava nenhuma informação de família, era só dados é o que você falou, a gente só usava pra controle interno, só nós 4 que tínhamos acesso aos dados das famílias, né tipo telefone o nome e aí era a gente tinha até um controle que era uma pessoa da família que a gente punha o nome e o contato e os dados, a gente não ficava pedindo dados, o máximo de dados era: o nome da pessoa, o telefone, e o que ela precisava, e quantas pessoas eram na família pra poder organizar a cesta, então esses eram os dados que a gente pedia só, a gente não pedia mais nada tipo, e orientava então a pessoa precisava de ajuda a gente ajudava né, então o único

dado que a gente pedia eram esses e não divulgava de jeito nenhum assim eram só nós 4.

E aí eu queria te perguntar uma coisa assim meio fora da iniciativa em si que era: quais os problemas que você acha que foram causados pela pandemia, que estão mais em evidência na cidade de São Carlos? O que que mais ficou marcado pelo fato da pandemia.

Entendi, eu acho assim, que afetou muito a questão do desemprego né, eu vejo que a pandemia veio remexer muito essa questão, pessoas foram mandada embora, e isso desestabilizou a questão socioeconômica das famílias e emocional e saúde, então isso desencadeou vários problemas de vulnerabilidade então muitas famílias entraram em situação de vulnerabilidade por conta da pandemia, de desemprego, aumento de problemas emocionais, tipo questão de depressão, de suicídio tipo isso eu vou falar mais eu não tenho acesso a dados da questão de suicídio mas o que eu vi é que tipo de questão de depressão e socioambiental dei uma piorada bem grande né, e assim eu cheguei a ver, ouvir notícia de gente que se matou né, eu acho que teve um moço aqui em São Carlos se eu não me engano que se matou por conta de que eentrou em desespero, então essa questão da fragilidade das famílias né, então muitas pessoas tiveram que se realocar no mercado, de começar a trabalhar, mudar de área de atuação pra conseguir sobreviver e isso independente de classe né, tinha até grandes empresas ou né que faliram, então não só pessoas de baixa renda quanto pessoas que tavam numa condição de média ou alta classe também tiveram impacto. A questão do isolamento por tanto tempo né, eu percebo que tá tendo uma questão de emocional muito forte de saúde emocional né, de saúde mental que vai ter acho que a demanda é muito grande pra psicólogos, pra essa parte do sistema também, e a gente não teve estrutura pública pra dar conta disso, e aí muitas pessoas tiveram que partir pro particular e aí muita gente não tinha condição e não teve esse suporte e aí nesse momento aconteceram vários voluntariados que eu achei isso muito legal, muitas pessoas que eram psicólogos e tal e psicoterapeutas começaram a oferecer valores sociais ou até de graça né, e isso é muito legal, aí acho que essa parte de saúde mental impactou muitas pessoas. É eu percebo que, como professora, olhando assim a questão dos adolescentes foi uma coisa muito séria, das crianças e dos adolescentes mas eu vejo principalmente os adolescentes, que é uma fase muito importante de construção de identidade, de aceitação em grupo, e eu percebi que afetou eles, e isso foi até relato de alunos meus assim, que tavam por exemplo no colegial e sempre sonharam com a formatura do terceiro ano e que não iam poder ter uma formatura né, o EJA por exemplo que, às vezes ter uma formatura como gostaria ter uma viagem, alguma coisa que eles quisessem fazer em grupo, e assim essa coisa da socialização que é uma idade que eles criam identidade, que vai ter paquera, que vai ter essa coisa do grupo e tal que é muito importante pro desenvolvimento psíquico e social tal cultural e que foi meio que teve uma privação, e isso assim afetou muito os estudantes sabe, deu várias questões de saúde mental que eu percebo que muitos tavam afetados, que tavam com ansiedade, com depressão né de, por conta de ser um longo prazo também né, de dificuldade de lidar com frustração, com aceitação de coisas, de fatos, então aceitação de que não vai poder ver as pessoas, perda de pessoas da família, então assim tá um nível de sensibilidade emocional muito

grande e eu percebi assim uma questão muito séria de São Carlos que foi a questão do contágio, porque nas escolas com essa questão, não só em São Carlos mas no estado de São Paulo, por tá dentro dessa área os protocolos de segurança não estavam sendo seguidos direito nas escolas, sabe eu fui coordenadora esse ano, entrei aqui na coordenação da escola, eu saí da coordenação por conta de discordância porque assim é assédio moral por que eu não concordava com o jeito autoritário que tava sendo feito e fora da legislação, então eu saí porque eu falei: "gente não dá, eu não" e não me deixavam trabalhar, então assim eu vi, tava vendo que tava tendo contaminação e falava "gente, não pode fazer desse jeito, a orientação é tal, não é assim não pode fazer isso" e gestores sabe meio que não sei importando e assim teve contaminação grande por conta do retorno das aulas, teve, na escola como coordenadora eu tive acesso a dados, tipo quantidade de alunos que pegaram Covid sabe, que eu mesma passava, tinha que fazer o registro e dentro da escola provavelmente se contaminaram porque é na rua, então assim eu vi que a escola ao mesmo tempo que tava numa tentativa, o estado tava numa tentativa de sei lá, querer retornar por conta do prejuízo que tava tendo mas não teve, por mais que o governador falasse, saiu até o secretário de educação que tava tendo, as condições não estavam, a gente tinha duas funcionárias de limpeza só pra uma escola que tinha 3 turnos né, manhã, tarde e noite, com mais de 1200 estudantes, com mais de 90 professores, não dava conta de limpar tudo, enfim, teve contaminação, os próprios espaços sociais, tava vendo como espaços de contaminação, então tanto restaurante e o supermercado, porque assim, o pessoal do supermercado não usava face shield é às vezes tava usando máscara de pano que não era uma máscara de cem por centro de segurança e não tinha um distanciamento suficiente, até teve relato de gente que eu conheço que eu conversei da limpeza do supermercado que várias pessoas que trabalham no supermercado se contaminaram tipo funcionários então teve uma contaminação de setores específicos da, sabe que já vejo muito supermercado né, que não parou sabe que são questões de atendimento básico, então eu acho que isso foi, foram questões muito sérias. E também essa questão de né do sistema público né, tipo desorganização da vacina, o jeito que foi né, muita gente ficou na fila, ficava aglomerado, por conta de não ter tipo uma logística muito funcional e aí no final começou a melhorar né, mas assim até isso acontecer, e aí, sei lá, né questão de transporte público, muita gente ainda tinha que trabalhar que não tinha deslocamento e que precisava de, então assim é basicamente isso, acho que eu falei bastante coisa.

Entendi, agora eu queria saber a sua opinião a respeito da plataforma CO-LAB, se você tem alguma sugestão pra atuação, a gente tá aberto a te escutar.

Eu acho que não fui eu que fiz o cadastro, acho que foi a Tay, não sei se foi a Tay ou se foi a Gabi que fez a ponte, eu não sei, assim, muito, mas se caso eu souber de algo ou me vir alguma coisa na cabeça eu te encaminho, agora não me vem nada.

Apêndice 4- Entrevista com Renata Salgado Raye, Varal do Bem.

Inicialmente gostaria de pedir pra você se apresentar e falar um pouco sobre sua relação com a iniciativa.

Meu nome é Renata Salgado Rayel eu sou turismóloga, eu atuei também na academia por algum tempo cheguei a fazer até o doutorado em geografia pela Unesp de Rio Claro. E nesse período, eu ministrei aulas tanto na FAIBE que é uma Faculdade Municipal de Ibitinga e o SENAC, que eu atuei por oito anos em cursos voltados não só a turismos mais ao meio ambiente também. E durante esse período desenvolvemos vários projetos de extensão na qual estavam relacionados a questões socioambientais, então esse projetos tinham como incentivo ajudar a identificar as problemáticas de uma comunidade, ou de uma localidade, e assim nós elaboravamos ações para minimizar esses impactos socioambientais. Então eu acho que com isso eu tive muito contato com diversos tipos de pessoas, não só aqui de São Carlos mas de outros municípios que favoreceram a iniciativa do Varal do Bem.

Quando iniciou-se a pandemia, em meados de abril eu repostei uma matéria no Facebook sobre um grupo de pessoas que estavam fazendo um varal também solidário chamava Varal Solidário em outro município e quando eu fiz essa repostagem uma amiga que na verdade ela é minha cliente hoje, (eu atuo com uma empresa na área de projetos culturais e turístico), comentou “ai gostaria muito de participar de uma projeto como este”, e Eu respondi “e por que não?”, e aí ela em off me mandou um Whatsapp falou assim “jura? Será que nós podemos montar um projeto como esse em São Carlos” eu falei “Claro, vamos montar?” “Vamos”. Aí surgiu a ideia, na verdade foi, uma inspiração que nós tivemos, e fomos bem além né, a gente fez um pouquinho diferente por que naquele varal solidário elas penduravam de um poste pra o outro em alguns lugares da cidade. Nós resolvemos atender os moradores em situação de rua em três praças de São Carlos, então nós direcionanmos para um público e no projeto que nós tivemos inspiração não tinha público definido, então essa é a diferença.

Aí nós iniciamos assim, três meninas, poucas pessoas e essa minha cliente se chama Terezinha, a Terê ficou responsável em fazer os lanches, eu fiquei responsável em levar os lanches pra Praça, aí eu convidei dois amigos que me ajudaram a montar o varal na Praça da Estação, foi a primeira. Nós trabalhamos duas semanas na praça da estação e começamos a divulgar, e as doações começaram a chegar, aí resolvemos ampliar para a Praça da Independência que é em frente ao cemitério, ao lado ali do cemitério Nossa Senhora do Carmo na avenida São Carlos. E de lá começou a crescer o projeto, aí resolvemos atender o grupo da Rodoviária, são moradores em situação de rua que ficam na pracinha em frente à Rodoviária, aí quando nós percebemos já estávamos atendendo todos os dias, então, no período da tarde e com equipes que se revezavam, tanto Mãos na Massa que faziam os lanches, e uma outra equipe que era que se chama Frente Amorosa que iam entregar esses lanches.

Quantas pessoas, mais ou menos, em cada equipe?

Então, na época nós chegamos a ter... não eram muitas pessoas, chegando a ter 17 efetivas, fora os que se revezavam né, que passavam de 25 pessoas, e desses efetivos eram... 11 no Frente Amorosa e 6 no Mãos na Massa, é porque era uma por dia

E era assim, a gente comprava e ganhava né, então, ganhavamos farinha de trigo, óleo, tempero, presunto, mussarela, e muito também vinha como contribuição em dinheiro que a gente revertia em produto. Só que chegou assim depois de dois meses, tava tão movimentado que algumas pessoas acabaram adiando do projeto Mãos na Massa, aí as novas voluntárias, nem todas faziam pães, aí elas montavam os lanchinhos, então nós conseguimos doações das padarias, tanto de pães quanto de bolos, conseguimos muito bolos, nossa, fazia festa, bolinho das padarias era um sucesso.

E quanto tempo, mais ou menos, durou essa ação, assim no geral, nem precisa dizer a parte mais ativa, porque você falou que vocês começaram só em alguns dias e depois passaram pra ser todos os dias da semana, foi isso?

Foi, foi isso, na verdade o projeto existe até hoje, eu não faço mais parte do projeto, mas ele está firme e forte até hoje, com outra equipe, é uma equipe na qual, quando eu estava atuando as meninas entraram e aí eu fui deixando bem claro que já não dava pra eu participar mais, por conta de atividades profissionais e outros trabalhos né, então fui deixando aos poucos, mas eu acompanho até hoje, por que eu tenho uma proximidade muito grande com o grupo, eu acho assim elas falam que agora a gestão é coletiva mas sempre tem uma ou outra que está a frente, então, tem dois nomes que estão mais a frente e elas trabalham em horários diferentes, não mais todos os dias e nós atuavamos no período da tarde, sempre era o lanche da tarde, hoje tem café da manhã ou o lanche da tarde em dias intercalados.

Eu queria saber se todas as doações, toda forma de matéria prima que vocês conseguem, vem de empresa vem de que? De doações em dinheiro, no geral, como é que funciona?

Então é muito variado, por que no começo a gente só recebia doações de pessoas físicas, assim conhecidos né, familiares, amigos, aí hoje eu vou ajudar, aí doava alguns quilos de farinha, aí hoje eu vou fazer uma ajuda e tal, então nós conseguiamos frutas com amigos que são da área rural, eles, eu tenho amigos assim que plantam né, tem pomar, então assim isso favoreceu bastante porque ficou bem variado né. Hoje as meninas mantêm também um lanche variado, mas não tanto porque as doações diminuíram bastante. Naquela época, nós percebemos que quase não tinha projeto social acontecendo, porque a maioria suspendeu as suas atividades, então como foram suspensas atividades dos que estavam ativos, as pessoas que consequentemente ajudam projetos sociais viram ali uma oportunidade, olha eu ajudava tal projeto, esse projeto está suspenso então eu vou passar a ajudar o Varal, e foi assim que a gente passou a ter uma visibilidade muito grande. Aí eu resolvi, no começo foi um pouco difícil assim a gente... as pessoas não conheciam o projeto

né, então tinha dias que a gente sabia que, que não ia ter lanche, a gente falava assim "ó daqui dois dias não vai ter mais lanche, porque a gente tem recurso até tal dia", e aí era preocupação né, eu falei "ah acho que eu vou começar a pedir em padarias, supermercados né, que eu acho que seria mais fácil né", então foi aí que a gente começou a ter uma contribuição mais segura, é uma quantidade mais definida, principalmente de pães e bolos.

E era sempre fixo assim, porque quando era pessoa física geralmente é mais livre né, e aí quando é padaria pelo menos, padaria ou supermercado, algo maior, vem em maior quantidade não sei, sempre dá uma segurança maior né? Isso mesmo, tanto que essa quantidade maior a gente já dividia, assim eu recolhia e dividia pras meninas do Mãos na Massa, eu já distribuía x pra uma, x pra outra já, a gente já sabia toda quantidade que era necessária pra cada uma delas né, então a princípio nós serviamos assim, uns vinte lanches, aí a gente chegou a servir até 65 70 lanches.

E quais foram as maiores dificuldades que vocês enfrentaram?

Então, no começo pelo fato do projeto não ser conhecido, então, nós tiramos o dinheiro do bolso pra começar o projeto né, fizemos doação, familiares doaram, a familiares doaram acho que o tempo todo né, porque depois começou aquela relação de afetividade com o próprio projeto e as doações continuavam, mas eu acho que o mais difícil até nem foi tanto as doações, não foi o fator mais difícil, foi em relação a mão de obra, a voluntários, voluntários que tivessem interesse de ir até as praças, então assim, tinha muita gente que falava assim, ai eu faço a doação ou eu ajudo fazendo um bolo, fazendo uma torta, fazendo um pão, mas eu não quero sair de casa, então assim, no começo eu ia todo dia colocar o Varal pra funcionar porque muitas vezes não tinha a equipe, a Frente Amorosa eram três pessoas no começo e esse começo se estendeu por uns dias né, por uns bons dias.

Você falou que com o tempo foi ficando conhecido, você acha que a estratégia de ter ficado conhecido foi boca a boca, foi rede social, qual foi a estratégia de comunicação que você acha que funcionou?

Olha, eu acho que um pouco de tudo, tanto redes sociais ajudaram, boca a boca, mas quando a EPTV fez uma matéria conosco, bombou, aí bombou assim, a EPTV depois teve uma outra matéria que nós temos também pra Rede, aquele jornal, Rede São Carlos... Então eu acho que é isso, essas mídias favoreceram bastante, as redes sociais, a princípio a gente não tinha uma página do Varal então eu essa minha cliente né que na verdade ela é uma amiga, eu e a Terê postavamos nas nossas páginas assim como uma forma de compartilhar né, só pra compartilhar e foi aí que muita gente "olha que quero ajudar, eu quero", então as pessoas davam pequenas doações, faziam pequenas doações e dessas pequenas doações a gente conseguiu manter até hoje, o Varal ele é mantido a partir dessas pequenas doações.

O que você acha que a pandemia trouxe como maior problema pra cidade de São Carlos, pra você ficou mais visível, mais explícito, assim de problemático?

Eu acho que a desigualdade social, ela está escaradamente visível, e o aumento do consumo de drogas, nós temos percebido. Porque eu ainda atuo com os moradores em situação de rua, nós nos aproximamos muito do projeto Povo de Rua, não sei se você conhece é do Padre João Vitor da paróquia São João Batista, então eu faço parte de projetos como voluntária, são projetos dele né, da igreja e são algumas iniciativas, é mais de uma iniciativa na qual formamos uma rede, inclusive o Varal está junto, então são vários projetos que atendem os moradores em situação de rua, e a gente percebeu que o número aumentou, então muitas pessoas, famílias, crianças necessitadas, muitas, e agora com a redução do auxílio emergencial se agravou muito, é um estado de saúde até de muitas pessoas né, a gente vê que essas família tão passando necessidade. E consequentemente o uso de drogas, que aumentou bastante também.

Quando a gente fala de desigualdade social nós estamos falando também sobre violência. Eu não sei se você percebeu, a violência em São Carlos hoje está em outro patamar, a cidade está muito mais violenta. Tem acontecido casos frequentes de homicídio na cidade Aracy, no bairro Cidade Aracy ali frequentemente, são execuções também relacionado ao tráfico de drogas, então assim tá bem, a cidade tá bem perigosa assim, a região central tem muitos roubos, pequenos furtos, já não é mais aquela cidade tão tranquila como no passado.

A gente gostaria de saber o que você acha a respeito da atuação da CO-LAB e se tem alguma sugestão.

Então, eu acho assim que, minha opinião em relação a academia e a comunidade né, como eu já estive do lado da academia e agora também da comunidade, eu acho que vale assim maior proximidade, mas a iniciativa foi excelente de vocês criarem essa plataforma, divulgarem os projetos, não tivemos assim a certeza se alguém que acessou a plataforma entrou em contato conosco pra nós ajudar por que, foram várias ajudas né e eu acho que faltou também eu ter mapeado a origem de todas elas, mas é que na época foi tudo tão corrido, a gente fez de uma forma assim tão amigável assim, era um grupo de amigas, de amigos né que estavam, assim não tinha uma pretensão maior nada disso, e sinceramente eu nem imaginava que o projeto fosse durar até hoje né, eu assim tenho um orgulho enorme pelas meninas que estão a frente que continuam levando essa esperança, um pouco de carinho e amor pra essas pessoas. Mas é por que realmente o horário assim não dá pra eu participar, por que eu gosto mesmo é de participar da Frente Amorosa, de ir nos lugares, conversar, encontrar com eles, isso que é bom. Tanto que eu tenho amizade até hoje eles entram em contato no meu WhatsApp e tudo mais. Mas voltando à pergunta que você fez pra mim, me desculpa Mirna, eu fugi um pouquinho do assunto, então eu considero a plataforma um recurso importantíssimo porque é uma forma de aproximação da academia com a comunidade, então são meios, principalmente no período da pandemia, um meio virtual em que vocês tavam ali disponibilizando informações de como as pessoas ajudarem projetos sociais, caso elas tivessem interesse, então tudo vem pra ajudar eu acredito que essas iniciativas precisam continuar, e agora sai também do virtual, fazer outro tipo de relação em rede talvez, ampliar, mas é uma iniciativa super positiva parabéns.

Apêndice 5- Entrevista com LabI, Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico, Tarcio Minto Fabricio.

Observação: A gravação da entrevista foi perdida devido a um problema de queda de conexão, sendo assim, esse é o relato que foi feito por meio de anotações durante a entrevista.

Você poderia se apresentar e falar um pouco de como funciona a iniciativa e qual sua relação com a iniciativa da qual faz parte?

Tarcio Minto Fabricio. Atuo como coordenador do LabI e sou pesquisador em Educação, na área de Cidades Educadoras. O Labi é um Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico, vinculado à Universidade Federal de São Carlos. Também é coordenado por Adilson de Oliveira, professor de física da FSCar e por Mariana Pezzo que é jornalista. Em relação ao LABI, inicialmente tinha pretensão de atuar apenas nas áreas de arte e ciência e depois passou a adotar um cunho voltado para tecnologia e jornalismo, atualmente, estamos também com o podcast.

A iniciativa já existia antes do contexto de pandemia? Gostaria que comentasse a respeito da trajetória da iniciativa e das pessoas envolvidas, e como está sua ação atualmente?

O LabI já existia, porém não com o braço do podcast. No início da pandemia pensamos nesse Podcast Quarentena, tendo em vista a falta de informações e o fator de "novidade", fazíamos tudo de casa, desde as pautas até as gravações.

Desenvolvemos também vídeos educativos relacionados com pandemia, vídeos com cara de campanhas sanitárias, que tinha uma cara de material de educação com mensagens claras e objetivas sobre vacinas, uso de máscaras e medidas de proteção. Também segmentamos as temáticas dos vídeos como o Fique Sabendo, o Corona para criança e uma série em libras, todas elas relacionadas a Covid-19.

No geral fizemos 280 episódios diários ininterruptos que passaram por várias áreas do conhecimento, no começo mais voltado para Covid, depois várias outras, farmácia, imunologia, ciências sociais, cuidados com saúde mental.

Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pela iniciativa até o momento?

Acredito que a quantidade diária, os dilemas de quais notícias, horários com os convidados. Nos mantemos firmes fazendo o podcast durante todo o ano, mesmo em Novembro que o número de casos diminuíram, resolvemos manter até o fim do ano.

Outro enfrentamento foi acesso aos melhores pesquisadores e outras pesquisas sobre a Covid em si, tinha muita incompatibilidade de horário pois os pesquisadores estavam sendo muito requisitados na mídia e sobrecarregados no geral.

Houve algum tipo de parceria ou apoio estabelecido com outras iniciativas ou com o poder público?

Sim, fizemos parceria com o Departamento de Sociologia, com professores e orientandos para publicar o boletim sobre a Covid. O Informa SUS com o pessoal da medicina no constante atualização de notícias sobre a pandemia.

Mas quanto a fontes financeiras o Labi opera com dinheiro público pois é contratado da Fapesp e vinculado a Ufscar. E claro que nosso fôlego para manter todas essa estrutura funcionando vem do apoio financeiro público.

Quais foram as estratégias utilizadas pela iniciativa para mobilizar apoiadores (canais de comunicação/divulgação da ação etc.)?

O Labi sempre teve muita clareza a respeito da importancia de está nas redes sociais, e por isso estamos presente em todas as plataformas digitais, incluindo os repositórios de podcast. Nós tivemos grandes repercussões até julho de 2021 tivemos mais 300.000 plays

Na sua opinião e a partir do seu envolvimento com essa iniciativa, quais os maiores problemas na cidade de São Carlos desencadeados pelo contexto da pandemia de Covid-19?

O podcast não falava só de São Carlos, mas nos referimos a São Carlos principalmente em relação a gestão da crise em si. Acredito que a gestão foi difusa, sem foco, não tinha mensagem clara e tratou o momento como se estivesse tudo bem e era impossível de estar. O que reflete também na piora na gestão econômica, nada clara, sem decisão clara.

Por exemplo, para uma pessoa que queria empreender, era muito difícil, pois nem eles nem a população sabia o que estava aberto ou fechado, já que a prefeitura não definiu. Fazendo também uma comparação com Araraquara, é mais visível ainda a falta de gestão. Ou seja, uma gestão que responsabiliza as pessoas em relação ao agravamento da pandemia.

Você gostaria de fazer sugestões para a atuação da CO-LAB?

Elogia a plataforma e ressalta a importância da iniciativa de mapeamento. Sugere que seria interessante tentar conversar com pessoas comuns a respeito da pandemia na cidade de São Carlos, para se ter uma percepção de pessoas distintas, buscar descentraliar e entender a perspectiva das pessoas que estão em partes mais afastadas da cidade.

Apêndice 6- Entrevista com IAU-COVID-SUPORTES, Rodrigo Scheeren.

Como funciona a sua iniciativa e qual a sua relação com a iniciativa?

Bom a gente começou em março do ano passado, março do ano passado o que tava acontecendo? Já tava bastante divulgado assim né mundialmente a questão da criação de desenvolvimento né de alguns dispositivos que pudessem contribuir pra área da saúde e feitos por meio de impressão 3D, enfim então já se tinha essa ideia bastante difundida também questão de projetos e modelos, e aí aconteceu que boa parte das pessoas que tão nesse meio por estarem ligadas e trabalharem muito com projetos open source assim e comunidades Maker, por meio dessas ideias se difundirem e tal, então por meio desses exemplos que já existiam né começou a despertar muitas pessoas, inclusive aqui localmente, e aí que as pessoas começaram a procurar umas às outras quem tinha algum maquinário sabia trabalhar com isso né perguntando quem poderia contribuir, se poderia contribuir, como poderia contribuir. Eu e o David a gente tava atento a isso, mas eu falei pra ele né vamo dar uma segurada e entender mesmo como tava funcionando aqui e as demandas, enfim né, inclusive a partir das reuniões que ele tinha começou mesmo a Colab também né. Então o que eu e que ele começamos mesmo a fazer foi já meio que ligado com a própria ideia de iniciar a Colab e aí por ele estar em contato com os professores do campus né, a gente já conhecia os professores ali da mecânica enfim, a gente ficou sabendo que eles tavam já desenvolvendo uma iniciativa nesse sentido né de produzir protetores enfim ou ver a produção de alguns utensílios que pudessem contribuir aqui pros hospitais, eles já tavam em contato com a Santa Casa aqui da cidade, o hospital Municipal que é o principal né, então já tinham meio que fechado uma dinâmica com alguns outros professores da UFSCAR né, e aí a gente entrou em contato pra ver o que poderia contribuir e outras pessoas né, também que estão nessa área e já estavam começando a contribuir né e outras que não tavam tão ligadas diretamente à academia, tentando também contribuir de maneira particular assim né imprimindo algumas peças, então tava se formando meio que um ecossistema assim no improviso né, mas com esses professores, o pessoal da mecânica, da produção da USP e da UFSCAR e assim "liderando". Daí o que aconteceu foi que a gente juntou esse grupo, tentou ver maneiras de contribuir, de tá atuante só que eles eram um grupo tipo muito fechado assim e eles queriam fazer do jeito deles, o que eles queriam fazer né, quantidades, eles queriam focar só na Santa Casa e aí então a medida que as semanas passavam e todas essas notícias de produzir equipamentos de proteção enfim iam se difundindo cada vez mais pro pessoal da saúde e a população comum havia bastante demanda assim da UBS e o Hospital Escola da UFSCAR enfim de outros setores com os quais não tavam diretamente envolvidos e também não queriam diretamente se envolver eles queriam dar conta da Santa Casa. E aí que a gente percebendo essa inconsistência da proposta em relação à realidade as demandas que havia mais demanda do que eles mesmo queriam suprir, a gente descolou assim e juntou com outras pessoas que tavam tentando através de uma linha mais particular e formar meio que um grupo próprio assim via ali

o IAU, a USP, mas especificamente o IAU e alguns particulares, algumas pessoas fora da USP. E aí a gente juntou um grupo de pessoas assim que tavam mais ligadas à UFSCAR, ao hospital escola e pessoas que conheciam pessoas do setor da saúde fora da Santa Casa também que necessitavam desses equipamentos enfim, e daí então um grupo consistia em pessoas que catavam doações em dinheiro assim pra ter compra de material, e a gente fazia mais a parte de logística, começou fazer a parte de logística e produção dos suportes né porque esses equipamentos no começo eram bem simples né a questão do faceshield do protetor facial ele é basicamente acetato né, a peça impressa e a peça elástica assim bem simples, então foi viabilizar assim uma logística de produção com as máquinas que a gente tem no IAU e começar a produzir então e fornecer pra essas pessoas que não tavam sendo atendidas por esse grupo da USP né. Então consistiu em diretamente assim 3, 4 pessoas da pós graduação da arquitetura, mais esse apoio né logístico e de material de alguns professores do IAU e algumas pessoas fora do IAU que faziam a parte de doações e intermediar com os setores da saúde que precisavam entregar né, mobilizar porque eles também pra além de captar os protetores, eles também usavam o as doações em dinheiro pra também comprar outros equipamentos que na época não tavam tão disponíveis pros hospitais né, máscaras com melhor qualidade, equipamentos de proteção vestuário, kit pra intubação enfim, tudo isso eles compravam com dinheiro de doação que por vezes ainda não, chegava do ministério da saúde. Enfim daí a gente foi levando isso por alguns meses né, trabalhando e com o tempo assim acabaram chegando mais uma outra demanda a partir de também essas divulgações de projetos que já aconteciam mundialmente, mas eram utensílios bem simples assim básicos que a gente produzia né, então era bastante protetores e equipamentos que auxiliaram assim no uso da máscara, da máscara cirúrgica pra evitar que né machucasse as orelhas enfim então era basicamente esses itens assim e dos protetores assim, até agora assim né hoje entreguei mais alguns mas é pro pessoal da educação assim, mas mais especificamente ano passado pro setor da saúde facilmente assim mais de 250 assim, entre 250 e 300 e desses itens que eram utilizados, máscaras cirúrgicas também mais de 300 assim tranquilamente, é feito com plástico né, impresso com plástico e com o projeto que a gente desenvolveu e adaptou no próprio IAU assim né, não eram só projetos copiados e impressoras assim a gente acabou desenvolvendo uns modelinhos próprios assim por verificar que os que tavam a disposição por meio desses comportamentos de projetos abertos, tinha algumas limitações mesmo com relação a conforto e tempo de produção enfim, então a gente acabou adaptando pra uma produção mais local assim e uma tensão mais específica pros usuários.

O que motivou o surgimento da iniciativa nesse contexto?

Eu acho que a motivação assim pega um pouco do que eu falei assim no sentido de que acabou como se fosse uma onda né pelo que tava acontecendo naquele momento e essa divulgação desses projetos que tavam acontecendo que foram inicialmente desenvolvidos e adaptados enfim em outros países e pela proposta de projetos abertos que tavam sendo difundidos e as pessoas né que tinham maquinário trabalhavam com isso assim já tavam sabendo disso né, como eu disse

então isso acabou, essas notícias desses projetos acabaram se difundindo né pras pessoas de maneira mais geral assim. Então começou também assim pra além de uma atenção nossa, de quem tá nesse meio, de uma curiosidade assim externa né "é possível fazer isso, como é possível fazer, pode ser feito" enfim né e pela percepção de que não só no início pela vagarosidade do Ministério da Saúde se organizar né, a logística pra fornecer equipamentos de proteção pras pessoas que tavam trabalhando né, nos diversos níveis das instituições de saúde, pela falta de conhecimentos de todos de como se comportava o vírus, transmissão e tudo mais então qualquer equipamento extra de proteção que viesse ajudar era super bem vindo né requisitado pelos profissionais da saúde né que houve esse interesse e essa motivação assim, digamos assim então internamente por tá tendo sem conhecer o que tá tendo né em termos desses projetos e dessas ideias que tavam se difundindo e dessas demandas por equipamento de proteção no período inicial que ainda era muito nebuloso. E eu ,obviamente, a motivação assim de contribuir né sabendo que isso não demandava muito mais além de tempo assim né, exigia, não é algo que exigia muito investimento de dinheiro assim, era uma coisa que acabou sendo muito barata em termos de equipamentos, foi mais uma questão né de dedicar tempo pra isso né e perceber que eta uma oportunidade de contribuir né, na época em que tudo era tão nebuloso e o receio que havia principalmente pelo pessoal da saúde assim então a gente não podia ficar de braços cruzados assim, digamos que foi isso.

Você já comentou também sobre que você recentemente fez outras entregas, e aí eu que queria saber se a ação tá finalizada, tá encerrada, como é que vocês tão fazendo? Se já acabou, há quanto tempo que acabou, ou se ainda continuam produzindo, se reunindo, ou discutindo sobre o assunto.

Sim, não acho que a iniciativa enquanto esse grupo inicial que atendeu às demandas das unidades da cidade e hospital escola assim, foi assim esse grupo que trabalhou assim nos 3 primeiros meses assim, então acho que foi suprir essa demanda inicial né, e depois a gente acabou dissolvendo, digamos assim o grupo de trabalho, porque não havia mais tanta necessidade também, e às vezes assim pontualmente que eu também nem me enquadro direito assim como foi assim alguma requisição, então daí houve uma pausa assim né que fazer minhas coisas e no semestre passado então, houve esse contato de um pessoal aqui da área da educação assim, que eu acho que, mas eu também não sei dizer exatamente assim como eles chegaram a nós assim, mas eu, não sei se eles viram coisas de divulgação, conheciam o David, se alguém conhecia algum professor da USP que daí mencionou a iniciativa e daí entraram em contato comigo, sabe alguma coisa nesse sentido assim bem indiretamente, caminhos indiretos assim, e daí houve alguns pedidos assim, entreguei alguns que eu tinha semestre passado né, fiz mais alguns agora, é mas coisas assim, poucas, porque é a demanda assim mesmo pra educação né que eles, enfim desde o semestre passado que eles, que agora voltando né e trabalhar com crianças também já é um pouco mais complicado pelo uso de máscara e tal, então eles também se sentem meio inseguros só, trabalhar só com a máscara né, então utilizar protetor facial é como se fosse uma camada de proteção extra,

mas poucas assim pontual e eu acho que tá pra acabar assim, se não vier mais nada tá pra acabar assim, por que também isso, não só eu né, houve várias pessoas na cidade que estavam fazendo e ainda estão fazendo então acho que não é uma coisa mais tão difícil de encontrar né, até mesmo já comprar pronto, o que é vantagem ainda é que quando nos pedem a gente acaba fazendo e doando, então acaba sendo de graça, o custo do material assim que é bem barato né.

E agora eu queria que você comentasse um pouquinho quais foram as dificuldades que, e você já mencionou alguma coisa sobre a parceria, mas ai eu queria que falasse assim se a parceria teve alguma questão de ajuda ou edital, ou foi só por empresas privadas, se foi só por pessoas físicas, enfim como foram feitos esses contatos de parceria pra arrecadar essa matéria prima que você tinha comentado

Esse pessoal que eu mencionei no começo, esses professores da USP e da mecânica da UFSCAR eles conseguiram até uns contatos com algumas indústrias pra produzir pro meio injetável, porque enfim eles também aproveitaram um pouco a questão pra juntar com pesquisas deles então fazer meio que uma coisa assim prática, eles conseguiram a produção de industrias né só que enfim era uma coisa que acabou sendo um pouco contraditória porque a questão de imprimir peças, imprimir em 3D as peças envolve essa questão da produção descentralizada, produção local né mesmo que demore mais assim né, se organizando bem consegue ter uma boa produção mas do que uma produção industrial, e mas consegue ter uma boa produção, então enfim eles no momento inicial imprimiam né com ajuda de alguns pós graduandos algumas peças e entraram em contato com algumas indústrias e, mas as industrias eram tipo em outro estado então assim o tempo que ganharam imprimindo, depois até o tempo de enviar os recursos e tudo mais, então ficava umas coisas meio contraditórias.

Mas enfim daí a gente continuou assim né, trabalhar com o que a gente conseguia né e fornecer o que a gente conseguia, então daí a gente não foi atrás de indústrias e tudo mais bem por perceber um pouco essas contradições assim né porque teria que convencer uma indústria a bancar né esses moldes pra injeção e material que são caros né, cê ganha na grande quantidade né mas pra fazer e botar a máquina pra trabalhar são caros então a gente nem foi atrás disso a gente queria dar conta do que a gente conseguia fazer mesmo né, então daí como foi trabalhado foi dessa maneira que eu apontei, que foi por meio de doações particulares né, os professores se voluntariaram pra comprar material, a gente reuniu as máquinas do IAU, essas pessoas da área da saúde tavam juntando e arrecadando doações em dinheiro compravam outra parte do material então a gente ia juntando assim e trabalhando por meio desse grupo colaborativo digamos assim, mas a gente também não foi atrás pra ver uma possibilidade de obter algum dinheiro, alguma grana de alguma área pública até porque acho que seria até um pouco complicado, eles passam por questão de edital e na época também assim a Anvisa tinha lançado umas diretrizes pra produção desses equipamentos assim né, então a gente tentava atender, e atendeu até porque era bem simples mas não foi atrás porque acho também, pra ser sincero acho que também não rolaria nada nesse sentido assim, eles tavam comprando mesmo em grandes lotes de empresas que faziam algo

mais industrializado, máscaras cirúrgicas, compravam também né esses protetores, mas daí era também grandes lotes né, nada de quem produzia pequeno digamos assim.

E vocês utilizaram alguma estratégia pra divulgação ou só atenderam as demandas que souberam por alguém, como é que foi feito essa comunicação?

Não, a gente não fez divulgação a não ser a divulgação da CO-LAB então, e né a gente acompanhou, as próprias pessoas se cadastraram né, às vezes entravam em contato uma com as outras né pra trocar alguma informação ou pedir se precisava de alguma ajuda, alguma contribuição, ou passar algumas tarefas né, eu mais especificamente trabalhei com a Laure né que ela é do ICMC ela se cadastrou também, então ela acabou contribuindo e tal, como outras pessoas do grupo e daí ela também recebeu e recebia alguns pedidos, mas eram demandas assim muito pequenas né, de números por vez, então não era algo que exigiu muito da gente não, pra além disso não ficou divulgando muito assim, e daí as demandas propriamente ditas então surgiam por meio de, inicialmente da Gabi, da Gabi Camilo que eu conheci da Pós da arquitetura e ela começou. Eu E David, falamos com o Marcio, com o Miguel, e aí o Márcio colocou ela junto no grupo, daí bom eu já conheci e ela falou que ela já conhecia então o pessoal da UFSCAR que eles tavam então já arrecadando né material dinheiro pra comprar equipamentos de proteção e segurança enfim, e daí que eles tavam precisando e esse material, imprimiam, mas tavam tendo um pouco de problema em relação a qualidade do produto, do material, enfim e daí foi quase que simultâneo assim, a gente se descolar né começar a pensar como fazer uma, desenvolver uma iniciativa mais particular, assim mais própria, e dai já ela fazendo esses contatos externos que tavam organizando isso com o pessoal da saúde da cidade então acabou sendo assim, fechando um ciclo digamos assim bem rapidamente.

A próxima pergunta é algo mais pessoal, digamos assim, menos a respeito da iniciativa que é: quais são os maiores problemas que você acha que a pandemia trouxe, desencadeou no caso, no contexto da cidade de São Carlos? O que é que isso gerou na cidade, quais as problemáticas.

Eu acho que assim, pra além do que é mais fácil de falar, esses impactos de distanciamento e tudo mais, acho que no início pra além desses claro impactos comuns né, gerais, distanciamento afastamento das outras pessoas e esse desconcerto em relação a entender o que tava acontecendo e como ia né se desenvolver a partir dali, eu vejo assim que as primeiras fases assim nas cidades até que não foram tipo muito problemáticas no sentido de o que eu quero dizer pra além dessas coisas problemáticas, difíceis de lidar, eu acho que houve muitas coisas boas assim também né, de perceber assim um envolvimento, um cuidado sabe, é que foi bastante grande na cidade tanto que eu percebo que o primeiro ano acho que a cidade performou muito bem, no sentido de conter a contaminação e tudo mais então, a coisa assim era levada bastante a sério assim né, o que mais pro final do ano desandou né muito, eu achei que assim o que foi principalmente por uma falta de empenho público da prefeitura né, então aí foi meio frustrante né porque então a gente acompanhava e via né que tava indo bem e esse esforço inicial que foi feito, enfim,

várias entidades várias pessoas ter visto tudo isso assim ter sido largado né, como foi também bastante generalizado né no período das pré eleições né, eleições municipais em que se afrouxou muito a corda ne. então eu eu diria assim que fora esses problemas mais comuns no início né que a pandemia causou de afastamentos até que não despertou também muita dedicação de vários atores mas que com o tempo acabaram perdendo um pouco de sentido por uma falta de representatividade maior assim de órgãos que deveriam tá mais a frente nesse quesito então que acabou meio que cansa um pouco quem atuava, que tava trabalhando enfim né. e bom a gente que tá na área acadêmica acho que a gente também ficou mais e mais restrito né area acadêmicas no sentido de acompanhar o que tava acontecendo né por esse viés acadêmico das notícias então que tava parado né ou que tava parando e então foi difícil também acompanhar muita coisa que tava acontecendo na cidade né para além dessas dinâmicas que a gente tá e tava envolvido, acho que também não responde muito assim porque eu sinto assim que meio que com essa questão do isolamento assim acabou perdendo um pouco a dinâmica da interface com a cidade também né, e que eu acho que tambem como eu falei se as primeiras foram, apesar de todos os problemas, até que teve muitos pontos positivos com o tempo isso foi se perdendo um pouco por falta de um protagonismo maior do setor público, da prefeitura aqui no caso, enfim. Da usp em parte também acho que a USP, as instituições assim também, os dirigentes acabaram mais pro final do ano assim ficando muito alheios assim, tentando né empurrar decisões enfim ao máximo assim sabe daí isso foi, acabou criando um período de incerteza mesmo assim, quase que um limbo, muito maior do que talvez necessitava né enfim.

Você gostaria de fazer alguma sugestão pra CO-LAB, ou então algum apontamento, alguma coisa que você notou ao longo do percurso, enfim, qualquer apontamento que tiver a respeito da plataforma.

Sim, desde o início achei que sempre foi um grande desafio né, foi isso de como ser mais assertivo né, e conseguir colocar mais em prática assim essas redes né e o pessoal que tava se divulgando né, se colocando na rede enfim né então acho que sempre o grande desafio foi tentar colocar todas essas ações em prática né porque a gente trabalha com mapeamentos né e perceber essas redes e aí então a partir disso né a gente tem isso mapeado então como então colocar isso na, essas redes em prática né de colaborarem efetivamente e tal então isso é um grande desafio né de passado esses mapeamentos pras funções de prática digamos assim né, porque como citei nosso exemplo de início de atividades né se é complicado quando envolve muito assim o que cada um quer fazer né, ou do jeito que cada um quer fazer então me parece assim que essas organizações às vezes não sabem de maneira orgânica né assim né eu perceber quem são meus atores semelhantes eu vou me juntar a eles e começar a trabalhar e as coisas vão fluir assim, parece que por vezes tem que haver algum tipo de coordenação sabe. Então daí exatamente ainda não sei mas puxando um pouco foi na ponte do CO-LAB, a questão do colab né é neste sentido né de a partir de uma percepção de demanda e de mapear também essas populações e setores das comunidades que tão necessitadas assim haver um tipo de coordenação por vezes que de

início é um pouco até vertical e que vai se desenvolver de maneira mais horizontal ao longo do tempo que aí deu um foco né de ação assim, já que então tem o mapeamento né a cartografia né, e aí então quase como se fosse um papel de alocação e coordenação das práticas assim que obviamente envolveram esses atores que tão se voluntariando pra participar pra contribuir, pra trabalhar enfim, então é a minha visão um pouquinho assim abstrata mas vai nesse sentido ai né então em passar do mapa para ação.

Apêndice 7- Entrevista com Centro Cultural – Cultura e Extensão da USP - São Carlos, Edison Santiago de Almeida.

Primeiro a gente queria saber como se deu a iniciativa do Centro Cultural, mais ou menos uma data, só pra ter noção se foi bem no início ou já do meio pra agora e qual a sua relação inicial com essa ação?

O centro cultural tava produzindo bastante coisa com presencialmente, a gente tinha feito curso de feitas entre janeiro e fevereiro, que tinha movimentado mais de 600 pessoas da cidade 14 modalidades de oficinas, a gente tinha feito algumas atividades musicais no gramado do Centro Cultural, além da filarmônica no Teatro Municipal que a gente que ajuda na organização. Aí entrou o contexto de pandemia, os alunos, nossos bolsistas estagiários foram os primeiros a entrar de férias né, de férias, a entrar de trabalho remoto, deixa eu até corrigir, nada de férias todo mundo até trabalhou o dobro, enfim, aí os alunos entraram nesse processo antes da gente, uma semana, duas semanas antes, a gente começou a fazer as reuniões online, teve aquela questão de qual plataforma utilizar, se era Google meet, se era Zoom, se eram outras que eu nem lembro o nome, a gente conseguiu se reorganizar rápido pra seguir virtualmente, aí a gente entendeu que a gente não poderia parar, e eu acho que nós fomos até um pouco pioneiros nisso, porque em primeiro de abril de 2020 a gente iniciou um projeto chamado “Do Lado de Dentro”, que basicamente são lives, e a gente nos primeiros meses a gente realizou 3 lives por semana, com quem eram essas lives? Com os artistas da cidade e de outras cidades, que já foi uma coisa que a pandemia trouxe, da gente conseguir trazer pessoas de fora da cidade e do Brasil inteiro né, inclusive gente de fora do país a gente chegou a trazer pro Do Lado de Dentro, que basicamente é uma live né, então é mais tranquilo. Quem eram esses artistas? Esses trabalhadores da cultura? A gente tem contato na cidade com artistas visuais, um dos estagiários ele é artista visual, então ele tinha muito acesso, uma outra funcionária, o estagiário era o Rafael Zafalon, uma funcionária Vivian Davis ela é cantora, e ela é muito envolvida também na cena cultural da cidade, eu sou fotógrafo e eu conheço também alguns fotógrafos, então de início a gente procurou nesses contatos que a gente já tinha, fotógrafos, artistas visuais, cantores, tinha muitos cantores e muitos artistas visuais, de cara a gente agendou 16 artistas visuais ainda em abril assim, como a gente tinha 3 por semana esses artistas foram até o final do ano, sem contar o de outras áreas, então a nossa principal força, a nossa principal atividade, quando entrou o contexto de pandemia foi esse Do Lado de Dentro, e aí pra criar um evento desse a gente mobiliza todo mundo, estagiários que produzem a arte, a gente desenvolveu uma identidade visual própria, vinheta, música, formato de texto, tem o padrão né de conseguir a Abil dos artistas, conseguir a foto deles, enquadrar na nossa identidade visual, e isso movimentou. Foi bom porque os bolsistas né que metiam a mão na massa lá nos eventos, agora estavam em casa né e a gente precisa ter um norte né, “pera aí o que que eu vou fazer agora? Qual é a minha atividade” e isso rapidamente se esclareceu inclusive talvez a gente tenha perdido a medida porque 3 lives por semana depois a gente percebeu que era muita coisa, a gente

fazia as segundas, quartas e sextas, era um ritmo frenético então tinha um que ia mediar dentre o grupo de funcionários e bolsistas, tinha outros dois, três fazendo a produção, tinha outros dois três correndo atrás dos contatos, organizando. Movimentou bastante, foi bom porque nisso a gente acabou conhecendo pessoas que nós não conheceríamos em tempos normais, artistas da cidade inclusive, vizinhos nossos que a gente não tinha troca e a gente começou a ter muita troca, e acho que até foi positivo né, estranho falar isso né, mas fomos reconhecidos como Centro Cultural por esses artistas assim, era uma coisa que a gente buscava e a gente não encontrava caminhos, mas a gente local virtual do Centro Cultural se tornou um local onde as pessoas frequentavam.

Você tava falando que eram 3 lives inicialmente e depois passaram a ser quantas lives? No mínimo uma por semana. E aí essas atividades era, um artista musical por exemplo, era uma apresentação musical, se fosse um artista visual era ele apresentando, não sei, dando um curso, apresentando o que era que era feito?

Vou dar alguns exemplos: nós convidamos artistas plásticos, fazem escultura, ele mostrou o processo de fazer uma escultura, ligando o celular num tripé e fazendo a escultura ali na frente e falando dos detalhes e manuseando, com músicos que eram a maioria dos encontros, era o músico tocando, a tela dividida em dois, a um detalhe importante: no começo a gente usava só o Instagram, o principal local era só o Instagram, aquelas telas divididas, depois isso mudou, mas os primeiros meses foi Instagram; então músico: alguma pessoa do centro cultural interagindo, conversando e o músico tocando; artista visual: mesma coisa, ele mostrando e a gente interagindo; desenhista: virava a câmera e mostrava o desenho, voltava pra ele; a gente entrevistou uma paleontólogo também, de alguns eu lembro o nome e de outros não, então não vou citar o nome de nenhum pra não ser injusto, mas enfim, a gente entrevistou o paleontólogo e na oportunidade, a gente tinha certa abertura ainda de visitar locais, então com toda, com máscara e tal, a Vivian foi ao museu de São Carlos que a gente descobriu que havia réplica de esqueleto de dinossauro né, então a gente também, a Vivian chegou a fazer imagens nessa live além da entrevista com a pessoa da AGA. Então era isso, no começo era Instagram, e tinha tanto uma conversa assim, quando era alguém que só trazia algum tipo de conhecimento, a gente já mostrava alguma coisa deles na nossa página e um pequeno vídeo e depois era só uma conversa, mas a maioria das vezes era o artista mostrando a obra delas, mostrando desenho, mostrando escultura, mostrando os livros que havia escrito, cantando, tocando, nesse formato de Instagram principalmente, que é bem simples também de transmitir né, depois que a gente procurou outras plataformas, não é só uma pessoa, pra você transmitir pro YouTube é outro processo, pra você transmitir nessas plataformas pagas é outro processo, precisa de pessoas na transmissão, precisa de gente ali do suporte, mas no Instagram era o mais simples e foi como que a gente conseguiu reagir mais rápido né, como eu disse primeiro de abril a gente já iniciou, e a gente não parou até hoje assim Do Lado de Dentro, embora agora a gente tenha outras ações.

E as motivações que vocês tiveram pra fazer essa super virada assim, vocês tinham todo um

cronograma geralmente instituições públicas devem ter né, um cronograma e aí como foi assim nesse início? Foi muito radical, muito emergencial? Como vieram as primeiras ideias assim, principalmente por esse caráter pioneiro né, porque hoje todo mundo faz live, mas inicialmente ter pensado na motivação pra se iniciar esse tipo de atividade deve ter sido um processo interessante.

A gente entendeu que como trabalhador da cultura a gente tinha que agir, como cidadão a gente queria fazer alguma coisa colaborar, como funcionário de uma universidade pública a gente entendia que não era correto também a gente só esperar receber orientações pra agir, a gente deveria ser orgânico de dentro pra fora, da gente propor coisas, a gente entendeu que os artistas precisavam também de uma instituição sabe, pra aí "não, tá acontecendo isso, não foi só na USP que tava acontecendo isso, a prefeitura de São Carlos eu acho que reagiu rápido também, o SENAC fez algumas atividades culturais, atendeu alguns artistas, eu não vou saber falar detalhes, mas eu sei que é importante a instituição reagir, a instituição se colocar, então a gente percebeu isso. O Do Lado de Dentro você falou que a gente percebeu que a gente tava próximo das pessoas, inclusive nessa vinheta tava escrito Do Lado de Dentro, para estar junto não é preciso estar perto e sim, do lado de Dentro, essa frase é atribuída a um grande pensador, eu nem lembro, eu falava isso toda live e agora esqueci, mas essa frase é famosona sabe aquelas frases que você não sabe nem quem foi que inventou mas que atribuem, é isso, tá na tradição oral a gente acredita que é de tal pessoa e até o final da nossa entrevista aqui eu lembro é falo, mas foram várias motivações, tanto éticas, de consciência, como cidadão, como pessoas que gostam de fazer o que tão fazendo, e era uma forma de lutar também né, porque assim, tava um clima muito pra baixo né, um pessoal pra ficar triste e desanimado acaba fácil, foi bom de uma equipe, bom de trabalhar em equipe é isso né, por que assim se uma pessoa tá pra baixo tem outros animados, e aí um vai ajudando o outro e deu muito certo assim no nosso grupo. Uma coisa interessante que também tem a ver com esse processo da gente reagir rápido e ter motivação, minha administração era nova no Centro Cultural eu tinha 6 meses como coordenador, tinha entrado uma funcionária nova a Vivian que também tava cheia de gás, os bolsistas, tinham alguns que também tavam entrando já num processo muito legal de bolsas PUB, e estagiários também engajados, então assim era um pessoal muito aberto pra coisas novas, não era um pessoal que só enxergava um jeito de trabalhar, e os funcionários também já se adaptaram rápido, já tinham outras atividades, no Centro Cultural a gente também faz revisão de texto de inglês, revisão de textos acadêmicos em inglês, a Ângela professora de inglês faz isso, e isso ela adaptou também muito rápido, então assim, hoje ela faz mais revisão do que ela fazia antes presencialmente, revisão de textos acadêmicos de inglês, as aulas de francês do Reinaldo também se mantiveram, depois ele deu aulas de Esperanto e agora tá reformulando as aulas de francês que também são oferecidas pelo Centro Cultural, enfim a gente se adaptou.

E quanto a ação hoje, como é que ela tá atualmente assim, como é que vocês tão se distribuindo? desacelerou o ritmo, continua sempre com projetos novos...

Eu não vou ficar com falsa modéstia, o trabalho evoluiu e foi pra fora e teve ramificações, por que

nesse contato com outros artistas a gente entendeu também que nós precisávamos ter contato com outras instituições, e a gente iniciou alguns movimentos de aproximação com outros artistas de São Carlos, com a Universidade Federal de São Carlos, com a USP de Ribeirão Preto, com fóruns de cultura, eventos que acontecem, fórum cultural, fórum Cult que acontecem anualmente a gente se aproximou também, então a gente procurou todos esses contatos além dos contatos dentro da USP, então vou dar alguns exemplos do que a gente tá envolvido hoje: com a UFSCAR a gente tá organizando um workshop e a gente tá realizando a mostra Ecofalante, essa mostra Ecofalante são 5 encontros, cada encontro a gente trás 3 convidados mais um mediador, cada encontro é baseado em 3 filmes e a gente tira um tema pensando nesses filmes, a gente já falou de questões Raciais, a gente já falou de questão de gênero, relações trabalhistas e gênero, a gente falou sobre a questão indígena, a gente ainda vai falar sobre relações ambientais e importância do audiovisual na mudança social, então a gente relaciona esses filmes, esses convidados, é uma parceria da USP e da UFSCAR, em novembro a gente vai fazer outro evento que é um evento de uma semana também com convidados de fora. A USP Ribeirão Preto a gente está planejando alguns encontros internos, pensando em formação, na questão cultural também. Eu busquei contato com o pessoa do MAC, pessoal de Museologia e Biblioteconomia da UFSCAR e a gente também tá fazendo um processo formativo interno, o Centro Cultural tem um acervo, quadros, fotos, obras, só que não tem profissional da área de acervos no Centro Cultural, então a gente buscou esse contato com outros profissionais de outras instituições e a gente iniciou isso semana retrasada inclusive, e também foi um movimento interno, de dentro pra fora então a gente tem feito isso, agora é uma vez por semana que vai ter esses encontros. O Cinusp a gente tá em conversa pra trazer o Cinusp pra São Carlos também. A gente participou do fórum de cultura das instituições de ensino superior Foucault essa semana com três apresentações, eu apresentei, a Vivian apresentou, o Adriano que é estagiário apresentou também, a gente falou justamente disso, das nossas parcerias, da política que existe dentro da Usp, política de bolsas, de estágio, falando do Do Lado de Dentro, e nesses fóruns a gente conhece muitos pares né, é muito interessante que você vê que tantos problemas, quanto as motivações, quanto as estruturas parecem muito né, embora seja sla Federal de Minas Gerais, a Federal do Espírito Santo, a Federal do Rio de Janeiro, com a Estadual USP, tem vários pontos de contato tanto positivos quanto negativos, é muito bom esses contatos né com os pares. Além disso, que são esses projetos grandes regularmente a gente tem redes sociais que a gente alimenta com materiais originais, fotos antigas nossas, videos antigos nossos, o YouTube nosso, é onde a gente hospeda esses eventos, a gente trouxe a maior parte dos eventos agora pro YouTube, as revisões de inglês se mantiveram, o Professor de inglês agora da oficina de Esperanto e vai voltar com as aulas de Francês no próximo ano, tem funcionários administrativos também né que fora isso a gente tem que continuar comparando coisa, tem manutenção, enfim todas essas rotinas administrativas também tem pessoas que cuidam disso. Enfim a gente não parou, a gente aumentou o trabalho assim, é um problema inclusive por que por eu estar em casa, antes eu parava de trabalhar às 5, começava às 8 terminava às 5, aí hoje eu começou um pouco mais tarde, começou umas 9 e tem vezes que eu tô 10 horas da noite trabalhando porque eu tô na minha casa, o computador tá aqui, alguma em chama no Whatsapp, eu gosto do que eu tô fazendo aí

faço a besteira de ler 9, 10 da noite aí corro atrás daquelas demandas, mas assim, não parou nada só aumentou, o Do lado de Dentro, essa projeto que eu falei foi um dos grandes responsáveis por que acabou fazendo a gente ter essa outra visão pra fora e ter esses contatos pra fora, então é isso.

E pagando o gancho o gancho dessa questão do trabalho ter aumentado eu já puxo uma pergunta que eu ia fazer que era quanto às dificuldades assim, que acredito que isso seja uma dificuldade hoje, não pra uma ação específica pontual né, mas oro trabalho em geral em todos os âmbitos assim, eu acho que tá todo mundo sobrecarregado, mas para além dessa questão do trabalho a mais que estamos todos fazendo, quais foram as maiores dificuldades que vocês tiveram assim?

Tudo isso que eu falei pra você foi com zero orçamento, zero, todos são voluntários, quando a gente faz os convites inclusive pros convidados pra mesa, pra ciclo temático, pra tudo, gera certo constrangimento porque muitos artistas perguntavam se teria cachê e a gente ficava em uma situação bem delicada, porque assim são os trabalhadores da cultura como eles são também, trabalhadores da cultura foram os primeiros a parar e vão ser os últimos a voltar, estamos no mesmo contexto só que a gente trabalha dentro de uma Universidade, então a gente tem salário, agora os outros músicos, enfim o pessoal ficou sem salário por meses até sair o lead black, e outros recursos, o pessoal ficou muito na mão, então gera muito constrangimento ainda por que a gente ainda não tem esses recursos e a dificuldade. E aí falando das dificuldades, há questões burocráticas dentro da própria universidade, que impedem uma contratação no nível que a cultura exige, não campos que talvez tenham que equalizar melhor a comunicação e equalizar melhor os processos, por exemplo: tudo que você compra no setor público você precisa de três orçamentos né, de licitação, em três orçamentos, agora imagina você orca três artistas, não é mensurável, “a porque um dos três, qual dos três artistas é mais barato?”, “peraí mas esse artista aqui a banda faz tal serviço, é baseada em tal artista em tal segmento, não dá pra comparar com artista solo, ou com trio, ou com outra banda que tá em outra fase de carreira, não é mensurável um trabalho artístico, então a gente sempre tem que recorrer a portarias, a legislação, a precedente, pra explicar, enfim há questões burocráticas que travam, outra questão é como o corpo administrativo da USP acabou entrando em trabalho remoto também, a capacidade deles diminuiu e a gente, por exemplo, o equipamento audiovisual até hoje, a gente fez o primeiro pedido faz um ano, até hoje a gente não conseguiu comprar equipamento audiovisual, a gente usa equipamento próprio, celular próprio, microfone próprio, caixinha de som própria, suporte próprio, iluminação própria, tudo, e assim a gente fez o orçamento mais de um ano atrás, então as questões burocráticas da USP, também devido a diminuição da capacidade né do corpo administrativo por causa da pandemia, não viabiliza então a gente usa os próprios recursos pra fazer tudo esse conteúdo, nossa não sei nem se eu posso ficar falando assim da instituição, mas é a verdade nua e crua, quando a gente vai comprar softwares, não tem uma legislação, um caminho administrativo claro e fácil pra isso, então os softwares de edição a gente tem que fazer um processo enorme de aprovação e aí às

vezes o orçamento fecha e todo o trabalho que você fez, você perde, de orçamento, de licitação, de pesquisa, cabo, no outro ano você tem que começar do zero de novo, pra atualizar os preços, então com softwares tá sendo assim, com plataformas de transmissão tá sendo assim, com equipamento audiovisual tá sendo assim. Então assim, o nosso local, a nossa estrutura é toda virtual só que a gente não consegue viabilizar administrativamente a compra de software, de plataformas, de equipamentos, embora já tenho um dinheiro sido liberado pelo grupo, é questão administrativa mesmo, e isso é um grande impeditivo pra gente ter um trabalho com mais qualidade, que merece né um ambiente adequado com tudo. Isso é uma coisa, a outra questão é, a gente não tem cachê, pelo mesmo problema administrativo, pra dar pros artistas, embora a gente no presencial tivesse uma verba que a gente poderia direcionar pros artistas, quando entrou no virtual isso ficou muito difícil de realizar, então a gente trabalha sem verba nenhuma pra artistas.

A outra questão, você já até pontuou inicialmente sobre todos esses contatos que vocês fizeram, mas a pergunta é mais sobre quais as estratégias foram utilizadas pra mobilizar esses apoiadores, pra mobilizar esses artistas, tipo pra contornar esse estranhamento né, essa questão do cachê, assim o que vocês tão mais utilizando como estratégia mesmo assim?

Um trunfo que a gente tem é que somos a USP, então a pessoa talvez se anime um pouco pelo prestígio que a Universidade tem, de apresentar algo dentro do ambiente da USP. Uma outra vantagem é que a gente tem contato como por sermos da área também, fotógrafo, cantora, artista, aluno, os alunos conseguem ter muito acesso aos outros alunos também que são artistas, então a gente acaba tendo acesso também com essas pessoas. Então a forma da gente contornar esse constrangimento, as nossas estratégias, como foi que agente conseguiu se mover no início foi assim, aproveitando os nossos contatos próximos, e não é o ideal, o ideal é que isso seja uma chamada pública com edital, com chamadas enfim, só que naquele contexto não funcionava, então a gente conseguiu se mover com os contatos próximos, só que nisso contato gera contato, ai essas pessoas que vinham, indicavam outras que vinham e aí a rede foi se ampliando até a gente conseguir se comunicar com várias pessoas diferentes que nós não conhecíamos antes. E esse constrangimento, a forma que a gente propunha pra eles era abrindo o jogo, era falando a real, “ó a gente não tá trabalhando com cache, tamos com dificuldades administrativas, a gente conta com a parceria, e também a gente falando isso com transparência, a gente fez um ciclo temático, em outubro do ano passado, e um dos temas era a precarização do trabalho, porque a gente entende que quando a gente não paga um cachê, quando a gente não tem recurso pra artistas, a gente tá precarizando trabalho também e a gente assumiu isso, fala “não, a gente na nesse contexto que a gente não tá, a gente entende que é um contexto de exceção, na nossa geração nunca teve nada parecido, mas tá dentro do contexto também de precarização do trabalho né, de não reconhecer o trabalho do trabalhador da cultura né, que é o termo que a gente tem tentado empregar mais do que artista, que é os trabalhadores da cultura, que engloba tanto os artistas quanto tem tá nos bastidores, quanto quem tá na administração, na produção né. Então, com os trabalhadores da cultura a gente tentou joga a real e contar com a parceria, mas gera constrangimento até hoje

assim, semana retrasada eu fiz um convite pra um debatedor né, na Mostra Ecofalante que a gente tem realizado, e aí o debatedor no meio da conversa perguntou: “mas vai ter cachê né?”, tipo normal sabe, pessoa que já tava acostumada, aí eu tive que explicar, enfim gera constrangimento ainda hoje, tem gente que entende logo de cara assim depende da conversa, mas tem alguns artistas que entendem subentendem que tem cachê, já entende logo de cara que tem cachê. E a gente tá aprendendo isso também viu, porque como a gente tá nesse ambiente das redes virtuais, tem muita gente que é famosa nas redes virtuais, e esse povo assim, é o trabalho deles, não dá pra você convidá-los e esperar que eles que tem milhões de seguidores vão aceitar ir pro seu canal que tem 5 mil seguidores de graça, é o trabalho deles e a gente tá aprendendo isso na prática sabe, pessoas que parecem ser muito acessíveis e a gente chega lá todo alegrão, a pessoa “peraí, o caminho é esse aqui, tem esse processo é tal”, e a gente “ok, justo né”

Na sua opinião, a partir do envolvimento com essas iniciativas do Centro Cultural e da organização claro, quais os maiores problemas na cidade de São Carlos, que foram desencadeados pelo contexto da pandemia?

Quando eu falei da precarização do trabalho eu acho que eu acabei tocando nesse tema de leve né, mas assim, trabalhadores da cultura ficaram precarizados, tem um grupo em São Carlos, um grupo que foi formado por causa da pandemia eu acredito, um grupo de Whatsapp, que depois se tornou um grupo maior, o Fórum Cultura na Pauta, que reuniu os artistas independentes de São Carlos, e esses artistas que articularam o Fórum Cultura na Pauta, eles que articularam junto com a prefeitura pra quem a lei Aldir Blanc fosse aplicada, pra que a lei Aldir Blanc pudesse ser aplicada precisaria haver algumas deliberações públicas e tal, esse fórum foi que conseguiu viabilizar pra que muitos artistas de São Carlos tivessem acesso a esse recurso, inclusive esse fórum se movimentou ora retomada do Conselho Municipal de Cultura em São Carlos que é um conselho que tava desativado, e que precisa existir pra que o dinheiro da cultura vá para os trabalhadores da cultura, e pra que esse dinheiro, e ita que essas deliberações sejam públicas, sejam transparentes, sejam com participação ampla, as universidades públicas, a USP, a UFSCAR, entraram nessa movimentação também pra que esse conselho funcione, pra que tenham cadeiras pra todos os representantes da sociedade, inclusive as Universidades Públicas, e pra que os artistas e pra que a cultura seja assistida né. Então, um problema que desencadeou, eu falei da solução na verdade, o problema foi isso, os artistas ficaram desamparados, não tinham recursos, sofreram logo de cara. Os alunos e alguns funcionários como é o meu caso, voltaram pras suas cidades por questões práticas de economia, de tudo mais, com certeza o mercado imobiliário de São Carlos sentiu, com certeza o comércio de São Carlos sentiu, os alunos e funcionários que voltaram pras suas cidades também sentiram por que nosso poder de compra tá menor, enfim motivos que não é só em São Carlos né, coisas que acontecem no Brasil inteiro, menos poder de compra, tudo mais caro em todos os níveis, imagina em São Carlos que agora não tem esse público né, os alunos que movimentaram o comércio, eu voltei em São Carlos uns meses atras e vi muitos comércios fechados é muito triste né, porque o pessoal que vive de venda de lanche, ou bares,

bebidas, mercados, aquele grupinho, aquele nicho né pros alunos, esses comércios estão bem prejudicados, eu tenho amigos também que não eram ligados à universidade que saíram de São Carlos, voltaram pra São Paulo porque até o trabalho informal ficou mais difícil em algumas áreas, então eu sinto que os trabalhadores, quem sofre numa pandemia, numa guerra ou num desastre é sempre os mais pobres né, e são os mais vulneráveis, tanto pras questões de saúde, quanto pras questões financeiras, quanto às questões de marginalização, quanto às questões de acesso à cultura, quanto às questões de acesso ao lazer, porque tá tudo fechado, eu fico imaginando como que tão, imagina os alunos de ensino médio por eu exemplo né, tanta energia, querendo fazer um monte de coisa que mora lá na periferia que já não tinha nada pra fazer, e aí depois vieram várias restrições, enfim, são realidades que eu sei que existem em São Carlos, e que eu acredito que é o óbvio inclusive, quem é mais pobre é quem sofreu mais, mas o comércio que não são as pessoas mais pobres, mas que sai talvez a classe média ou ricos de São Carlos devem ter sentido também em algum nível, mas demora pra chegar nessas outras camadas da sociedade né quem sente primeiro é quem tá por baixo.

Por último, a gente queria agradecer, obviamente, por essa troca foi muito bom conhecer mais sobre a experiência de vocês, como tá sendo o processo, e se você tiver alguma sugestão pra nossa atuação, hoje a gente tá com um trabalho mais descontinuado tentando voltar, retomar algumas coisas, tentar fazer uma reinvenção aí do que vai ser a Colab é sugestões seriam muito bem vindas.

Tá, eu vou ser bem sincero tá bom? Eu de verdade eu acompanhei a Colab lá no começo, eu acho que foi mais ou menos um ano atrás, um ano e pouco certo? Que iniciou só que depois eu não acompanhei mais, então de verdade eu não sei o que vocês têm feito, então talvez divulgação possa ser uma boa pra, e eu não sei se vocês por exemplo, Fórum Cultural na Pauta não sei se é uma coisa que interessa pra vocês se aproximarem, mas tem algumas ações em São Carlos que eu acho interessante, tem algumas ações também dos Coeltivos Negros, não sei se algum deles vocês acompanham ou conhecem, tem Coletivo Negro que é bem formal, que fala desde o tipo de creme que você usa pra pele negra ou vagas de emprego enfim, e tem algumas demandas assim desses grupos, tem o Forum Cultura na Pauta, não sei se essa é sua pergunta, se você queria indicações de outras pessoas, ações e atores sociais ou se era em outro sentido.

Não, é nesse sentido mesmo de sugestões em geral de atuação, como a gente pode entrar em outros lugares da sociedade, é isso mesmo. Entendi, eu acho que tem esses dois grupos que eu acho que o Fórum Cultura na Pauta é um movimento importante dos trabalhadores da cultura da cidade, que não são vinculados a Universidade mas que nos consideramos parceiros, tem alguns coletivos da cidade que tem, por exemplo esse Coletivo Negro eles disponibilizam curso de inglês, com alguns contatos que fizeram com o pessoas da comunidade e é bem acessível então assim, a pessoa hoje em dia, o universitário se não tiver inglês já tá fora né de vários processos, e geralmente a maior parte dos negros vem de escolas públicas e escolas públicas não tem um inglês que você consegue aproveitar muita coisa, então assim é um limitador já né você, é a

minha realidade inclusive, eu vim de escola pública não sabia nada de inglês, quando eu entrei na Universidade eu tive que aprender na marra e tô aprendendo até hoje e limita muitos suas possibilidades na vida, então é uma escala, e aí nesse Coletivo Negro por exemplo tem o curso de inglês mais acessível do que seria fora, um dos exemplos né dessa rede de cooperação. Acho que coisas assim são interessantes, é os que eu tenho mais proximidade no momento, os que eu posso falar assim, que seriam interessantes pra uma aproximação. Sobre o Colab eu entendo que é uma iniciativa que tem ramificações em vários aspectos né, tanto de ocupação da cidade, quanto de questões de sobrevivência, não sei se esse termo mas de questões de colaboração de grupos, e a divulgação também pelo que você me disse é um trabalho voluntário, acredito que vocês tenham um mão de obra limitada pra pensar em divulgação, em redes sociais, eu sei o trabalho que isso dá, que não é trivial, tem que pensar muito bem até pra você não queimar sua própria rede social sem saber como utilizá-la, então eu acredito que precisa mas eu entendo de vocês não tem mão de obra pra isso, a gente que tem mão de obra o nosso alcance não é como a gente quer, tem gente da usp que não sabe que a gente existe, então eu entendo todas essas dificuldades, mas é isso, eu acho que não sei se eu te respondi, se foi útil o que eu disse.

Não, tá tudo certo, Muito obrigada pela contribuição, posteriormente eu vou te enviar o termo que eu falei pra que fique tudo certinho, e é isso, muito obrigada, bom final de semana.

A gente descobriu que assim como existe sabe eventos que são ou numa praça pública, tem evento que é num auditório, tem evento que é numa sala pra poucas pessoas como o teatro, a gente percebeu que nas redes sociais também existe isso assim, os paralelos, assim o Instagram aquela conversa parece um evento que a gente faz numa praça porque a pessoa tá passando, no Instagram é muito isso orgânico, a pessoa não se programou pra aquele evento ela tá passando lá nos stories e para no seu, no YouTube a gente entende que é mais como se fosse um auditório, como se fosse uma sala própria do evento, que a pessoa fica sabendo e aí entra naquela sala, e aí tem as salas de reuniões que são os processos formativos, o Google meet e tal, e aí a gente foi descobrindo isso também dos espaços virtuais com os correspondentes presenciais.

Apêndice 8- Entrevista com Cartilha da Cidade, Jasmine Luiza Sousa

Eu queria saber inicialmente assim, como funcionava a iniciativa e qual a sua relação direta com essa iniciativa?

Então, eu não consegui participar muito assim das atividades sabe, mas eu posso te falar, mais ou menos, como que foi as atividades desse ano de pandemia que a cartilha realizou, eu não sei se vai te ajudar.

Então, a cartilha começou com um projeto do professor Miguel Buzar e a princípio ela é um projeto de pesquisa e extensão que tem como intuito discutir a cidade e como funciona alguns elementos da cidade principalmente com alunos do ensino básico, então seja ensino primário ou fundamental. Então nos primeiros anos da Cartilha, essa extensão né da pesquisa e do ensino de arquitetura ela ia até escolas, escolas normalmente da rede pública, pra debater essas questões gerais da cidade, então uma das primeiras oficinas foi, se eu não me engano 2016 mas eu posso confirmar com você essa data, ela foi em escolas de São Carlos mesmo então este grupo da cartilha, que era formado: como coordenador O professor Miguel Buzzar, mas que tinha tanto alunos da graduação da arquitetura, como também alunos da pós graduação, então com uma turma da escola Bento, bom depois eu posso confirmar esse nome com você, foi feita essa oficina em que se discutiu os espaços da escola, os espaços da relação da escola com a cidade e outras questões da cidade assim sobre arborização, ponto de ônibus e depois dessas primeiras oficinas, a Cartilha ela começou a desenvolver a cartilha da cidade mesmo que é uma publicação que fala sobre o funcionamento da cidade, dos elementos que compõem a cidade, então se discute nessa publicação como acontece a distribuição de energia elétrica, sobre os rios urbanos, sobre o transporte público, questões em geral. Então, a partir dessas discussões depois a gente criou um jogo, que ele é baseado naquele jogo, ai esqueci o nome agora do jogo, mas é um jogo que a gente discute nas oficinas urbanas, como acontece as disputas dentro da cidade, então não sei se você conhece esse jogo mas eu vou explicar mais ou menos pra você, ele é um jogo assim: existem as questões problemas de uma cidade fictícia beleza, existe as questões problemas de uma certa cidade fictícia e existem os agentes urbanos dessa cidade, então uma das questões é sobre moradias que estão sendo necessitadas e por causa disso, esse grupo de moradias ocupa uma área da cidade que é uma área de proteção ambiental, então os agentes urbanos que são os participantes do jogo eles vão discutir como solucionar esse problema mais ou menos, então a gente tem: um dos agentes urbanos é a prefeitura, outro vai ser a associação de moradores, outro vai ser a Câmara dos vereadores, o empreendedor; então a partir dessa situação os agentes eles vão debater pra tentar chegar a um consenso sobre como solucionar aquilo. E aí pra isso a gente criou uma maquete, que é uma maquete que simula essa cidade em que a gente consegue territorizar ali todas as situações e aí tem outras questões, a gente tem a carta de conduta dos

agentes, a gente tem outras situações por exemplo: os agentes ele pode convocar uma votação pública pra que isso seja solucionado sabe e eles precisam discutir e tentar chegar num consenso. E aí esse jogo a gente faz essas oficinas tanto em escolas de primário, então a gente já fez em escolas de Guarulhos, em escolas de São Carlos com alunos assim, desde o ensino fundamental I até ensino médio, é claro que para cada turma a gente vai tentar assim que essa questão seja adequada pra essa faixa etária né de alunos. E a gente também tem atuação na creche com alunos a partir de 5 anos, a gente fez uma série de oficinas na creche da USP de São Carlos, começou com oficinas pontuais assim e depois a gente fez um conjunto de oficinas que era chamada "Cidade por Aproximação", e aí nessas oficinas elas tinham tanto, a gente tinha uma metodologia de conversa, de trazer elementos como desenhos, mapas, de trazer músicas, pra conversar sobre as questão da cidade com essas crianças e claro que isso sempre tava com acompanhamento das professoras né, das pedagogas. Então esse conjunto de oficinas eles começaram em abril de 2019 e foram até julho de 2019, então normalmente era uma vez por semana que a gente ia se encontrava com essa turma e discutia, e aí essa ideia de Cidade por Aproximação foi sempre baseada nessas questões da própria cartilha né, da publicação da Cartilha da Cidade e a gente começou falando primeiro sobre a casa, a rua, e aí a gente foi caminhando pra chegar na cidade no total né, então a gente falou da casa, desse espaço de brincadeira da rua, depois sobre q quadra, até chegar nos elementos de o que que é o espaço público e o que que é o espaço privado da cidade, mas claro conversando com, sabendo que a gente tava conversando com crianças né de 5 anos. E nisso a gente fez algumas atividades do tipo, a gente foi pra uma praça que era a 15 de novembro que era perto da creche né, preto da USP em geral, e a gente caminhou pela praça, fez uma estudo ali desse espaço, e isso foi uma demanda que a gente viu porque os alunos tavam com um pouco de assim eles não tavam conseguindo entender muito o que que era quadra, então o que que era um quarteirão, eles entendiam a quadra como a quadra esportiva e a gente fez uma volta na quadra aí a gente conversou sobre "olha isso é uma quadra, nessa quadra a gente tem a praça, na praça acontece várias atividades e uma forma da gente registrar tudo isso que ia acontecendo era em forma de desenhos, então no fim de cada encontro né semanal os alunos faziam um desenho coletivo e aí eles iam expondo assim mais ou menos o que a gente discutiu em cada um desses encontros. E aí as oficinas também a gente tenta levar essas oficinas pra pós graduação e pra graduação em arquitetura, essa ideia é pra gente tanto discutir com alunos da graduação, então a gente fez com alunos da USP, com alunos da graduação em Ribeirão Preto, e com alunos da pós graduação a gente levou pro Enanparq de 2018 e isso foi uma forma de aprimorar o jogo e de compreender assim com pessoas que sai formadas, pessoas que são que fazer pesquisa na área, e com professores que que eles acharam como que a gente poderia melhorar esse jogo, e isso aconteceu fazendo o jogo com esses pesquisadores, pessoal da área. E aí quando, as atividades internas da Cartilha, normalmente eles acontecem uma reunião semanal, então a gente reúne, tanto o coordenador né o professor Miguel, como os alunos da pós graduação e alunos da graduação e aí nesses encontros semanais a gente discute como vão ser as formas que a gente vai agir né, quais são atividades e tal que nós estamos fazendo, e com a pandemia aí a gente passou a fazer essas reuniões de forma online né usando o Google meet e essas reuniões elas acabaram

sendo mais espaçadas durante a pandemia porque parece que tudo em vez da gente fazer, é que a gente acabou fazendo mais coisas né, as pessoas em geral, então essas reuniões ficaram um pouco mais espaçadas, nem sempre elas acontecem semanalmente, então antes da pandemia foi isso.

[...]

Então, na pandemia primeiro a gente achou que ia ser rápido né como todo mundo, achou que fosse ser uma coisa de alguns meses no máximo, mas a gente passou a ter essas reuniões online né e elas passaram a ser mais espaçadas né porque a gente tava fazendo tudo online. E aí uma das primeiras ações da pandemia foi a gente tentar discutir e pensar qual era, como as nossas cidades poderiam ser mais saudáveis e aí a gente começou a discutir isso internamente, então a gente começou a elaborar uma série de mini cartilhas, pra serem disponibilizada nas redes sociais da Cartilha da Cidade, especificamente no Instagram, e aí a gente lançou um desafio, que seria um desafio aberto, tanto, ele é aberto em geral não tinha restrição de idade nem de participantes, pra que as pessoas mandassem um desenho de como seria essa cidade mais saudável, e pra isso a gente foi criando essas mini cartilhas pra serem disponibilizadas em que tinha algumas questões norteadoras assim, então uma das cartilhas a gente falava sobre a questão da habitação, o que que era o habitar né e como a questão da habitação ela tava sendo discutida nesse momento de isolamento social, a gente falou sobre alimentação, sobre trabalho, sobre espaços de lazer, então eram temas variados. A participação nesse desafio, ela não teve tanta abrangência como a gente imaginou que poderia ter assim, recebemos em torno de, acho que foram uns 12 desenhos, e eles estão disponibilizados na plataforma no Instagram ainda, mas a gente achou que teria uma abrangência maior assim, a gente entende que foi assim, foi um momento em que tudo estava sendo online e tudo digital e acabou sendo muita coisa pra gente fazer ao mesmo tempo né, mas a gente já tinha tido uma experiência anterior de fazer um desafio que tinha sido presencial né e tinha sido com alunos do ensino público de São Carlos, eu não sei se você lembra foi durante a Semanau que teve lá no IAU, e aí a gente tentou trazer isso pro online, mas não teve tanta abrangência assim.

Vocês não contataram as mesmas escolas tipo pra saber se eles tavam fazendo alguma coisa ou foi só o desafio online mesmo?

Então, a gente não contatou foi o desafio online mesmo, então a gente fez uma chamada e distribuiu isso assim entre grupos de pesquisa, entre a Universidade em geral, a gente enviou também pra pessoas que trabalhavam com crianças, dessa forma assim, mas eu acredito que foi justamente por que foi naquele momento assim, foi se não me engano em maio do ano passado, 2020, então tava tendo uma saturação né de atividades online, de coisas pra fazer e tal. O que eu conversei com algumas mães é que os alunos já estavam tendo muita coisa assim, as crianças tavam tendo muitas atividades pra fazer em casa, muitas tarefas, e enfim, o trabalho online com crianças online, acabou dificultando.

Eu acho que você acabou de responder a próxima pergunta que era: quais as maiores dificuldades que vocês tiveram? E eu acho que pode existir outras se você quiser falar.

Então, eu acho que foi um pouco isso, porque tavam tendo 1 milhão de lives né, sobre vários assuntos diferentes, vários pequenos eventos assim que a gente poderia participar online e de certa forma isso é legal porque a gente consegue ter um acesso mais fácil né pra isso, mas eu acho que foi mesmo uma saturação assim de muitas coisas, da minha experiência particular mesmo, tava chegando ali junho e agosto a gente viu que "poxa vai ter que ficar até o final do ano em isolamento social", eu mesma comecei a dar uma distanciada assim das coisas online, pô queria sair né, queria um parque, fazer as coisas presenciais mas não dava. E aí um outro ponto interessante que foi pra Cartilha, foi elaborar uma oficina na fosse online então como que a gente poderia trazer aquela nossa oficina que era presencial que era o jogo e que por ser presencial a gente tinha uma dinâmica muito interativa assim com os participantes, e da Cartilha com os participantes e do participante com participante né, porque quando a gente vai fazer essa discussão do jogo, quando são em turmas grandes, a gente já aplicou com turma de até 30 alunos, então a gente divide em grupos né, então tipo assim, tem o grupo da prefeitura, tem o grupo dos movimentos sociais e aí na hora da discussão isso vira né aquele negócio, todo mundo querendo falar, todo mundo querendo colocar o seu ponto de vista, defender, e é muito interessante, que tipo assim, como que os alunos eles vão se apropriando do agente sabe no presencial. Uma experiência muito legal que a gente teve foi que a gente aplicou em Guarulhos a oficina e aí a gente fez primeiro com, eram alunos de ensino fundamental, se eu não me engano era o oitavo ano, ou nono ano alguma coisa assim, mas eram aqueles alunos assim entre 10 11 anos sabe, de 9 a 11 anos, então existe uma apropriação do agente né, normalmente eles querem ser pessoas legais, então mesmo quando tipo é o empreendedor, só que o empreendedor é o empreendedor maior legal sabe "cê acha que eh vou ser o empreendedor malvado" né, é aí no mesmo dia teve a oficina com alunos do ensino médio assim, primeiro ano de ensino médio, então eram alunos mais velhos, então a princípio ninguém queria ser o cara, tipo, "ai eu vou ser a prefeitura mas eu vou ser a prefeitura legal", só que aí no meio do jogo eles começam "não, eu vou defender isso aqui mesmo, a gente vai construir um shopping aqui mesmo" sabe, então existe uma apropriação muito interessante do agente urbano. Então, e aí como que a gente ia levar isso pro jogo online, foi uma questão que a gente discutiu bastante internamente, e nós havíamos proposto pro Enanparq de 2020 que a princípio seria presencial em Brasília, uma oficina e seria essa nossa oficina que a gente faz normalmente do jogo, mas nós incluímos uma questão problema que era mais complexa, que era sobre a operação urbana de São Paulo, a operação centro, então a gente traria uma questão real e atual, pra gente discutir nesse jogo e como são alunos da pós graduação, professores e pesquisadores, essa era a ideia da gente tentar trazer uma coisa real né é mais complexa pra discussão. E aí que, bom, pandemia tudo virou online e o evento tornou-se online e aí que a gente começou a pensar como que a gente ia fazer essa oficina de uma forma online, ai que que a gente fez? Nós continuamos com a mesma proposta de discutir a operação urbana centro de São Paulo, e tentamos criar como se fosse um tabuleiro online que foi feito pela plataforma miro, pelo site

miro, e aí a gente fez esse tabuleiro digital com os próprios mapas do espaço, então a gente fez esse tabuleiro com imagens dos mapas que tiveram intervenções nossas assim, a gente marcou o espaço, delimitou o espaço onde tava sendo, onde é essa operação urbana centro, quais eram as questões, quais eram os agentes e a gente fez essa oficina online. Então a gente usou tanto o Miro pra ser o espaço né de debate e de intervenção nos mapas, como a plataforma zoom, que é onde acontecia as discussões, e aí foi bem legal, a gente teve um grupo interessante Assim de pessoas participando, só que a gente percebeu que era um tempo muito limitado, porque quando a gente faz a oficina presencial, ela leva mais ou menos assim, pelo menos umas 3 horas, parece que é muito, mas na verdade como a dinâmica é muito ativa, então tem a discussão do grupo interno, depois tem os debates, depois tem intervenção, que a gente mexe ali no tabuleiro, na maquete, então parece que é muito 3 horas, mas acaba não é sabe, o tempo passa muito rápido assim. E aí nessa online, q gente não conseguiu discutir muitas coisas porque o tempo era muito limitado.

Por quanto tempo?

Eram duas horas, se eu não me engano, é que acho que eram duas horas mesmo, mas eu confirmo pra você. Mas aí a gente porcionou né o tempo, tipo vai ser 20 minutos pra fazer isso, 20 minutos pra fazer isso, tal tal e tal, mas acabou que ficou muito corrido, muito apertado, mas isso foi interessante, porque a gente conseguiu testar como que ia ser essa ferramenta online pra ver se a gente conseguiria aplicar ao longo do isolamento social, ao longo da pandemia né. E aí, o que que foi interessante? A partir dessa experiência, a gente elaborou uma disciplina, da pós graduação, uma disciplina de tópicos pra conseguir discutir um pouco mais essa questão né dos agentes urbanos, das discussões do espaço da cidade, e trabalhar um pouco mais como que seria online isso, então como a gente teve tempo maior, essa disciplina foi, foi uma forma mais legal assim da gente aplicar essa oficina.

E aí vocês conseguiram fazer em outro momento essa oficina online ou só na Enanpur e nessa disciplina?

Então, por enquanto a gente fez nessa disciplina e ela abre portas pra que a gente possa fazer essas oficinas online, que a gente consiga discutir mais coisas sobre, bom, a gente teve um tempo maior pra preparar as questões a serem discutidas, os tempos, as dinâmicas dos jogos, tudo isso e ainda vem a colaboração daqueles que participaram né. Então, a gente ainda não teve outras oficinas online pra que a gente pudesse aplicar, mas aí agora a gente tá nesse momento assim de discutir a partir das contribuições das disciplinas, a partir das coisas que foram realizadas nas disciplinas trazer isso pro online e agora nesse momento a gente tá justamente pensando como que vai ser o andamento dessas disciplinas assim sabe, a gente até tem convite de algumas pessoas pra que a gente faça essa oficina e a gente tá nesse intercâmbio assim de: vamos fazer online ou vamos esperar o presencial? Sabe, essas tão sendo as nossas discussões atualmente.

Mas qual seria o público alvo dessas novas oficinas, são os alunos também das escolas públicas

ou não?

Então, são em ambos, uma coisa que eu esqueci de comentar é que a partir desse jogo que é o nosso jogo que a gente aplicava nessas oficina presenciais, nós começamos a discutir versões do jogo pra serem disponibilizadas online e a gente passou um grande tempo de 2020, e já era uma coisa que nós estávamos pensando antes da pandemia, de como a gente poderia disponibilizar isso online pra que professores de outros estados, de outros locais pudessem utilizar dessa metodologia de discussão pra discutir a cidade e o urbanismo geral. E a gente já tinha começado isso antes da pandemia, mas o ano de 2020 ele foi bem significativo pra gente conseguir fechar essas versões de jogos. Então são 5 jogos basicamente, um pra creche, ensino fundamental I, ensino fundamental II, graduação e professores, é isso mesmo, e aí esses jogos eles estão disponíveis no site da Cartilha pra quem quiser fazer download e a ideia é criar também um fórum, nesse site, pra que essas pessoas que fizeram o download, que aplicaram o jogo, possam discutir como foi essa dinâmica assim, como foi essas discussões, como a gente pode também melhorar essas questões e trazer novas questionamentos assim né, sobre a cidade, sobre a dinâmica, como discutir isso com alunos. Então isso foi um trabalho bem, a gente teve um empenho grande assim pra conseguir fazer isso o quanto antes sabe...

Então, atualmente tem o site e aí a gente tá vendo como nós poderemos, atualmente tem no site a versão 1, e a 2, até a 4 já tem pra download, agora a gente vai criar esse forum pras discussões sabe. E aí o que você perguntou, como que a gente tá pensando essas novas oficinas né pra qual público, a gente teve, a gente foi convidado ja pra aplicar no bairro do Cidade Aracy em São Carlos, mas no momento a gente tá pensando assim como que vai ser isso sabe, se a gente vai fazer ainda online ou se a gente vai esperar pra fazer o presencial sabe, essas questões, é nesse momento que a gente tá de discussão agora na cartilha.

Uma outra pergunta que a gente quer saber é se existe algum tipo de financiamento público, se existe algum tipo de apoio financeiro ou não, de empresas privadas assim, de onde que vem a maior parte do apoio de vocês? Da disposição de como funciona sabe

Nós temos apoio financeiro e normalmente a gente participa quando abre essas oportunidades assim de projeto de extensão tanto da Universidade, como também a gente já teve bolsas do, daquele projeto Santander sabe, nós já tivemos essas bolsas também, atualmente a gente tem o apoio de alguns projetos da própria Universidade, eu não sei te dizer exatamente quais são, mas eu vou te passar isso depois tá?!, que a gente tem aluno PUB de bolsas, e recentemente a gente participou de um edital também em que nós conseguimos também algumas bolsas e financiamento pra o projeto. Mas normalmente a gente tem sim um apoio financeiro que na maioria das vezes não é privado.

Eu acho que até essa parceria do Santander a COLAB também conseguiu uma bolsa financiamento disso, acho que também é uma parceria né, com a Universidade então não sei até que ponto a

gente pode colocar como totalmente privado, eu acho que é um apoio mútuo ali.

A gente quer saber a sua opinião a respeito de quais foram os maiores problemas causados pela pandemia na cidade de São Carlos e quais os impactos né que a pandemia trouxe pra cidade? Pode ser uma opinião sua assim, não necessariamente do grupo.

Eu acho, que as dificuldades no campo da extensão assim por assim dizer, foi justamente essa sobrecarga de atividades que nós tivemos, tanto internamente nós também participamos de atividade na, com a creche de uma forma online, nos participamos das atividades do programa Enchente Zero em São Carlos, participamos da elaboração de artigos pra um ebook, sobre, discussões sobre a cidade com o público infantil né com crianças e tipo, eventos online, aulas, todas as questões de existir uma sobrecarga assim nesse ano né, além das atividades que nós estávamos produzindo internamente do grupo, então eu acho que isso dificultou um pouco que a gente pudesse ter mais participação efetiva assim na extensão, que era o que a gente fez bastante em 2019, se comparado a 2020 sabe. E no geral em São Carlos eu acho que teve um distanciamento dos próprios alunos porque a maioria não estava na cidade né e a maioria também com essa grande carga que tava sobre a gente assim, e acho que isso acabou não dificultando as discussões, mas diminuindo um pouco elas.

E agora por último mesmo, a gente queria saber se vocês como grupo ou então só você, tem alguma sugestão pra CO-LAB, o que vocês acham da ação da plataforma? Porque a gente tá em um período de reconstrução, vamos dizer assim, e aí estamos coletando opiniões e ideias

Eu não tenho nenhuma questão assim propriamente dita, mas talvez uma sugestão legal seria, eu não sei se vocês já fizeram isso, que é chamar pra discussão como se fosse um pequeno evento, um pequeno seminário de, pra discutir essas ações assim, o que que foi realizado entre os grupos, entre os agentes durante a pandemia sabe, como poderia melhorar isso, pode ser uma coisa interessante, como levar isso também além da pandemia né depois quando, se um dia as coisas voltarem ao normal, porque parece que não sei se isso vai acontecer.

Apêndice 9- Entrevista com Ciência pela Vida - Projeto Álcool UFSCar, Ana Marta Machado.

Se você quiser se apresentar inicialmente, falar um pouquinho sobre você, aí a gente continua com a pergunta, a primeira pergunta que seria: como funciona a sua iniciativa e qual a sua relação com a iniciativa da qual faz parte?

Bom, eu sou Ana Marta Machado, eu sou chefe de departamento de gestão de resíduos da Universidade Federal de São Carlos, nós estamos ligados a secretaria de gestão ambiental né da UFSCAR Ciesp é e nós fazemos parte dessa questão de controle ambiental de resíduos comuns perigosos da UFSCAR, é eu sou química, formada pela UFSCAR com pós graduação na USP e mas sobre a minha formação é basicamente essas informações.

Eu sou originalmente de, minha família é de Salvador e eu vim pra cá fazer graduação em química em 90 e fiz a graduação aqui e acabei ficando. Bom, e aí agora você poderia falar um pouquinho mais sobre a iniciativa e já também passar por essa questão de como vocês começaram, se foi no contexto da pandemia ou não.

É, essa iniciativa, na verdade ela é essa questão da produção do álcool gel né é o projeto já Ciência pela Vida - Projeto Álcool UFSCar surgiu realmente no início da pandemia, bem no começo é, foi uma mobilização de vários docentes, servidores, técnicos administrativos e alunos né e o start disso foi a professora Kezia, professora Kezia Castro, professora da UFSCAR ela durante o período de quarentena, quando começou a quarentena ela identificou essa questão né, é a Paula também, a Paula técnica da... começaram a perceber, é claro né havia uma falta de álcool em gel, álcool glicerinado, álcool 70 né nos hospitais, e nós temos na universidade a capacidade de produzir esse material com uma qualidade muito boa é, e aí a professora Kezia procurou, me procurou, conversou sobre isso e foi uma adesão muito rápida de todos né, todos estavam naquele momento envolvidos e fizeram questão de participar, assim de se voluntariamente de trabalhar nessa iniciativa. Então o Projeto Álcool é uma ação voluntária né de técnicos docentes, alunos da graduação e da pós graduação, é tanto do departamento de química da qual a doutora Kezia faz parte, como do departamento de gestão de resíduos, é então hoje a equipe é formada por professores é Pedro, Pedro Fadini, depois eu até vou te passar todos os nomes né pra não esquecer ninguém que forma a equipe né dá, O Guilherme, a Leila Cassiano, Paula, é... a professora Kezia castro, a Sandra, professora Sandra Andrea Cruz né, tô citando todos, Paula é, pra não esquecer ninguém né, então foi essa a iniciativa e com o objetivo realmente de é, esse trabalho, essa ação voluntária de pessoas para preparação e base tanto do álcool 70 quanto do álcool... inicialmente nós começamos com álcool glicerinado é, porque nós tínhamos esses insumos né e não tínhamos um insumo para produção do álcool em gel mas o álcool glicerinado é, porque o problema do álcool é realmente o ressecamento das mãos né, o álcool 70 é para limpeza, descontaminação de superfícies então: mesas, equipamentos, então o álcool 70 tem essa característica né, tem essa

utilidade, limpeza de superfície, então nós estávamos produzindo também, e o álcool glicerinado, o álcool glicerinado pras mãos, pra descontaminar as mãos é, a glicerina ela tem a capacidade de hidratação né, então ela inibe né a, porque o álcool ele resseca as mãos, o álcool se você passar o álcool 70 puro nas mãos você vai perceber que na evaporação ele vai ressecar as mãos, então é a glicerina ela vai hidratar, que é a mesma característica do álcool em gel, ele não deixa as mãos ressecarem e o álcool em gel ele tem também a questão da de do controle da inflamabilidade do álcool, então o álcool glicerinado ele é mais arriscado no sentido de da queima, da queima desse álcool, dessa forma né então a funcionalidade dele é mais inibida, por isso o álcool glicerinado ele é mais utilizado, o álcool gel desculpe, ele é mais utilizado para, pra descontaminação, então ele é mais indicado, mas naquele momento nós não conseguimos insumos pra produção do álcool em gel e produzimos e doamos esse álcool glicerinado. Então é tanto o álcool 70 é quanto o álcool glicerinado eles foram doados a diversas instituições da cidade, dentre elas a Irmandade Santa Casa de São Carlos, do hospital escola da UFSCAR, a Unidade Básica de Saúde, a Unidade de Pronto Atendimento né, então eles chegaram a esses pontos na e chegaram no momento em que é, em que se percebia uma falta dos insumos muito grande, uma falta significativa desses insumos, é então supriu naquele momento, atendeu aquela demanda de proteger esses profissionais que estavam na linha de frente né tanto das Unidades Básicas de Saúde, quanto dos hospitais, quanto na Santa Casa havia um grande número de casos e esses profissionais estavam tendo tanto falta de EPIs né, tem várias iniciativas aqui em São Carlos de produção de máscaras, produção de … então teve várias iniciativas pra produzir tanto EPIs quanto é até mesmo equipamentos pros hospitais e nós entramos com essa ação que embora, eu acho que todas as ações mesmo que as menores ou as mais simples é, produziram impacto naquele momento inicial de grande dificuldade de total despreparo que estávamos pra essas né, pra situação que se instalou, não só no Brasil mais no mundo em função da pandemia e mais também essas pequenas ações contribuíram efetivamente. Então foi embrionada ali pela professora Kezia, se expandiu então um grupo grande né, um grupo significativo de servidores todos eles de forma voluntária se engajaram, se envolveram e estamos fazendo, fizemos naquele momento uma certa diferença, estamos fazendo, continuamos também essas ações.

A matéria prima é uma doação da UFSCAR ou é uma doação de empresas? De onde vem essa matéria prima, porque pelo que eu entendi vocês fazem a mão de obra e distribuem também, mas de onde vem a matéria prima?

Sim, essa é uma boa pergunta. Então naquele momento nós nos reunimos e queríamos muito fazer, produzir álcool, temos laboratório, temos equipamento, mas não tínhamos nada de álcool né, nada de bombonas, frascos pra envasar, não tínhamos glicerina, não tínhamos nada, 0 de insumos. E no caso da Universidade você não consegue comprar insumos pra doação, então assim, você não consegue justificar isso, esse tipo de compra né, então nós fomos atrás de doações e assim, é fomos muito bem recebidos assim o número de doações de empresas envolvidas significativo, acho que não teve nenhuma empresa que nós entramos em contato que não nos ajudou, todas elas,

sabe assim foi muito receptivo, é então nós tivemos doação de diversas usinas. A primeira doação foi bem interessante que foi um amigo nosso o Rogério que tem uma empresa em Campinas e em Sertãozinho se eu não me engano, Sertãozinho não a empresa é em Campinas, ele trabalha na verdade com é produção de vinagre e trabalha também com produto né dele tem álcool é MX Química se não me engano, depois eu te passo direitinho as empresas que colaboraram, que são várias e é importante trazer esses dados das empresas porque foi realmente muito significativo muito, um engajamento muito grande de todos né. Então nós não tínhamos nada de álcool e aí eu liguei pra esse amigo né amigo do meu marido e daí liguei falei: "olha nós estamos com esse projeto" e na mesma hora ele falou: "olha, quanto vocês precisam que eu tô mandando", e nos mandou inicialmente acho que 600 a 700 litros de álcool, é álcool concentrado né, com 98 por cento, e a partir desse álcool a gente trabalha com diluição é produção do álcool 70 por cento né, e do álcool glicerinado também. Então nos mandou esse volume inicial que foi o start pra gente começar a trabalhar né, então não tinha glicerina, aí ligamos pra algumas empresas também, todos e foi vindo, foram chegando essas doações. Aí a professora Sandra que também que tem os alunos né em algumas empresas e também entrou em contato com esses alunos, professora Kezia também entrou em contato com alguns alunos, ex alunos delas que hoje trabalham em empresas também chegaram essas doações através dessa caminho, então a Usina de Sertãozinho também, o grupo, me fugiu agora, o grupo Belgo se não me engano de Sertãozinho. Eu tenho é, eu tenho esses relatórios, deixa eu ver se eu acho aqui a empresa a, a MX Química foi a primeira né, a empresa Animalltag entrou com os galões, a EMS indústria farmacêutica também doou vários galões que são usados... É foi contato da professora Kezia, alunos, é a Usina Coruripe de Campo Florido de Minas também doou 600 litros, a Braskem doou o tempo todo sempre doando bombona sempre teve doação, a prefeitura ia buscar, a prefeitura de São Carlos conseguiu veículo pra ir buscar porque nós tínhamos que trazer esse álcool até a UFSCAR, grandes volumes de álcool, então era complicado então nós contávamos também com o transporte da prefeitura pra trazer, e foi assim muito, não encontro aqui a usina, a Usina Santo Antônio de Sertãozinho que doou 5000 litros de etanol 96 por cento GL né, e agora né, recentemente no meio do ano... no começo do ano doou mais 5000 litros né, então assim, é uma empresa que se envolveu muito né, com essa questão de doação, doou 5000 litros então. Nós temos capacidade de produzir de acordo com a demanda né, uma grande quantidade semanal e esse álcool tem sido produzido ultimamente, envasado e doado a essas instituições.

E aí vocês mantêm alguns alunos bolsistas, algum tipo de iniciativa que venha apenas da Universidade? Porque pelo que eu entendi todas as instalações né que vocês utilizam são na Universidade, mas é um trabalho totalmente voluntário desde os docentes até os discentes, ou existe algum discente que tem, não sei, que teve uma bolsa, um projeto de pesquisa, algum projeto de extensão, alguma coisa assim?

Não, são todos voluntários, nenhuma bolsa pesquisa nada, nenhum discente, nenhum dos alunos e são muitos alunos assim envolvidos também, alunos que durante esse processo de pandemia

se deslocavam da sua cidade e vinham até aqui para trabalhar no projeto especificamente. Foi realmente é, eu acho que assim né, na verdade, essa situação de pandemia trouxe do ser humano essa volta, essa preocupação com o outro né, então assim esse olhar diferenciado, não adianta eu pensar só em mim né, então assim, eu tô numa situação que é global em que eu preciso proteger o outro, e esses números assim absurdos de mortes diárias, tanto no Brasil quanto nos outros países, e Brasil teve uma baque muito grande né, com a pandemia, no trouxe essa, retornou essa característica humanitária, essa nossa característica humana de ter um olhar pra o próximo, pra o outro, pra aqueles em situação de maior vulnerabilidade, pra os idosos, e isso foi, foi geral assim, acho que a população desenvolveu diversas ações foram, foram iniciadas né, tanto com alimentos, quanto com insumos pra segurança e isso foi, acho que isso foi fundamental pra realmente pra, naquele momento de dificuldade do que se vivia no país né.

Eu queria saber quais foram as maiores dificuldades que vocês tiveram e se ainda estão tendo dificuldades com alguma coisa?

Sim, primeiro foi conseguir esses insumos né e no momento inicial que, por exemplo o cabopol que é pra produção do álcool em gel, não havia nem no mercado, por que né, várias empresas estavam produzindo álcool em gel e tal, e aí nós precisávamos ter uma doação desse material, porque por exemplo, pras pessoas em situação de rua, algumas pessoas em situação de vulnerabilidade não era possível a adoção de álcool glicerinado até por questões de risco a essas pessoas, o álcool glicerinado é mais inflamável, as pessoas podem não saber usar, então até consumir, é um pouco mais arriscado pra se doar pra essas pessoas. Então nós precisávamos pra proteger essas pessoas, produzir o álcool em gel que seria mais indicado né, e nós não tínhamos insumos. Então naquele primeiro momento surgiu essa dificuldade que assim logo foi atendido, inclusive foi a Braskem que fez essa doação se não me engano é, iniciamos essa produção, então foi muito, uma das dificuldades foi realmente conseguir os insumos né pra iniciar. Eu acho que dificuldades mesmo do projeto é, e os nosso laboratórios têm capacidade de produção né, equipamentos , então como meu laboratório é de tratamentos de resíduos, então lá no laboratório de produção de resíduos da UFSCAR, ele tem grandes equipamentos pra grande volumes né, agitadores, então tudo é pra um grande volume, que a quantidade de resíduos gerada é muito grande também. Então nós tínhamos capacidade, e aí a professora Kezia levantou as informações da OMS, pra produzir o álcool de acordo com as recomendações indicadas né, porque esse material precisaria ser produzido em condições sanitárias adequadas, com descontaminação adequadas, recipientes adequados, porque ele iria pros hospitais então né, então você tem que produzir de acordo com alguma práticas de fabricação de laboratório, então nós entramos em contato também com a questão do químico responsável, do CRQ, pra colocar uma pessoa responsável tem que ter o químico responsável por essa produção do álcool, um outro ponto também que nós colocamos no rótulo desse álcool que está sendo doado é que esse álcool... A produção desse álcool não pode ser comercializada, então isso tá bem claro no rótulo, que é um álcool para ser utilizado para doação, apenas para fins de uso hospitalar, pra doar nas casas de abrigo de idosos, então

para pessoa em vulnerabilidade, mas ele não pode ser comercializado, então essa informação tá no rótulo, então todos esse dados foram coletados para que se pudesse produzir um álcool em condições sanitárias adequadas pra que fosse doado um álcool com uma qualidade adequada pra utilização pra esse fim né, em hospitais.

E deve ter tido todo uma logística, um grande trabalho de comunicação entre vocês né pra ir pensando em todos esse mínimos detalhes, todas essas questões de, não sei, contatar pessoas e ir atrás do profissional específico pra certificar então deve ter tido um grande trabalho de, não sei, reuniões diárias, alguma coisa assim, vocês fizeram muitas?

Isso foi interessante, cada um já foi de acordo com seu conhecimento, com que sua atuação buscando essas informações e foi uma colaboração de todos né, a distribuição de todo esse álcool, nos temos também o veículo lá do departamento de resíduos que levava esse álcool até os hospitais, então a pessoa ora acompanhar a distribuição levar até o abrigo de idosos, então toda essa situação de distribuição do álcool, de levantamento dessas informações, de ter essas informações, tudo isso foi, acho que cada um da equipe acabou de acordo com as suas características assumindo uma parte dessa... tinha a equipe de produção né, era a Paula, o Professor José Mário, a Leila, então tinha a equipe de produção, o Guilherme então, e aí tinha a equipe que fazia né a outra parte, então a professora Kezia mesmo da casa dela ela foi a mais atuante , embora ela estavam em quarentena total na cada dela e era extremamente atuante no sentido de entrar em contato, descobrir quem estava precisando, porque as pessoas que estavam precisando precisavam saber que nós estávamos produzindo né, então as pessoas entraram em contato, "olha, o Asilo tal na cada de Abrigo de Idosos", olha nos temos álcool vocês estão precisando, vamos produzir, vai levar... dificuldades houveram sim, mas foram todas contornadas, todas resolvidas, em função realmente dessa equipe engajada e comprometida.

E fora isso, vocês tiveram que pedir alguma autorização da UFSCAR, tiveram que ter algum tipo de estratégia de divulgação então outros meios, não sei, porque a UFSCAR também tem o Informa SUS, tem vários canais de comunicação, ao vices utilizaram de algumas dessas estratégias?

Sim sim, primeiro esse projeto é um projeto Proex né, foi apresentado essa proposta de atividade de extensão então é um projeto institucional né, um projeto de Proex e lógico né, pra ser desenvolvido dentro da Universidade foi apresentado e obviamente o projeto foi acatado, e as formas de divulgação foram todas utilizadas né, então assim, tanto da comunicação interna da UFSCAR que eles nos procuraram né, souberam do projeto, nos procuraram "olha, vamos divulgar, vamos fazer esse link", e também o EPTV, Jornal da Cidade, roda essa exposição foi muito positiva, mas mídias sociais e tudo isso foi muito positivo no sentido de trazer mais pessoas, de tanto lamentar as pessoas voluntárias que ficaram com interesse em se envolver de forma voluntária no projeto, ficarem sabendo dessa ação e nós procuraram também pra se engajar, enquanto pessoas também, pequenas empresas que tinham como colaborar de alguma forma também

apresentaram suas sugestões de colaboração. Mas esse tipo de exposição, de buscar, de ter essa facilidade, dessas empresas fazerem esse link foi muito positivo n, eu acho que trás não só o reconhecimento a sociedade com a ação da Universidade mas também o envolvimento da sociedade, o envolvimento das pessoas que podem e que querem de alguma forma colaborar, de conhecer essas ações e poderem contribuir, acho que a contribuição pequena de cada um é o que faz com que o projeto tenha uma amplitude maior, possa atender um número maior de pessoas.

Como que essas pequenas empresas colaboraram com o projeto de vocês?

De diversas formas assim, foi bem interessante porque por exemplo, falar embalagem, você tá produzindo 600 litros de álcool por semana pra mandar pros hospitais, e aí tem a questão essa embalagem que vai para um hospital que tá numa situação de contaminação ela não pode voltar né, e quando ela voltava ela tinha que passar por todo um processo de descontaminação pra ser reutilizada, então faltava embalagem, aí você tem a produção, você tem o equipamento, você tem as pessoas, na anão tem como envasar isso pra distribuir é nós não tínhamos bem comi comprar então essas empresas surgiram, cada um "eu tenho 30 embalagens aqui" perfeito, "eu tenho 100 embalagens" "eu posso contribuir, comprar sem frascos é doar pra vocês". Então esses pequenos, a empresa por exemplo de a Ex aqui em São Carlos doou glicerina, glicerina embora barato nós não tínhamos verba pra comprar, não tínhamos recursos pra isso, então doou glicerina, alguns laboratórios da UFSCAR , alguns projetos de pesquisa da UFSCAR também compraram reagentes e doaram pro projeto, era possível, o projeto da professora Arlene também nos auxiliou sempre é co vitimou nos auxiliando na compra de reagentes, eu vou citar aqui A Raízes Bioenergia de Piracicaba doou etanol também 1000 litros, a Transmite de Cravinhos que fez o transporte do álcool doado, então nós tínhamos a doação de álcool, mas não tínhamos como trazer pra cá, coMo que você trás 5000 litros de álcool doados por uma usina, aí vê liga pra uma transportadora é pede um caminhão de doação para transportar esse álcool. O laboratório do professor Alzir, laboratórios de estrutura e de atividade doou 4 litros de glicerina, então foram doações pequenas o Centro de Excelência em Reação e Sustentabilidade Química doou 100 litros de glicerina, [...] Então foram doações pequenas, doações grandes e todas elas foram significativas né, todas elas foram muito importantes pra que fosse possível atender e assim nós conseguimos atender diversas casas de saúde. Então foi interessante quando nós fomos no Abrigo de Idosos, por exemplo, no Helena... me fugiu o nome, não é esse tão central aqui em São Carlos é um mais afastado que tem perto do [...] E ela falou que eles estavam enfrentando diversos problemas né por que eles viviam muito de bazar né, pra benefício do Asilo então as doações são vendidas em bazar e esse bazar acontecia ali naquele local, e não poderia mais acontecer em função do que as pessoas não poderiam mais ir ali, então nós estávamos em situação de pandemia e eles tavam totalmente isolados e eles ficaram sem o que eles tinham de renda do bazar, então o que eles recebiam de doações financeiras era pra pagar a luz, então eles estavam em uma situação bem limitada, então assim, a recepção de reverter aquela doação era muito grande, de felicidade e eles tavam tendo todo o cuidado ira que, pra proteger aquelas pessoas ali, então tudo o que chegava pra eles tinham que

ser totalmente descontaminado, então o álcool naquele momento era extremamente importante, descontaminado as superfícies, descontaminado as pessoas, as pessoas que entravam, chegavam ira trabalhar ali naquele local se descontaminar, então a hora que esse idosos uma receber as refeições Também descontaminar, o próprio sabão o álcool, enfim, a limpeza das superfícies. Então essa receptividade é saber a importância de que aquele insumo chegasse naquele momento àquelas pessoas, isso foi muito importante, isso foi muito importante.

Se vocês ainda tão atuando se tão com a mesma frequência, mesma potência de atuação, se ainda tem tantos lugares precisando, porque assim, a pandemia ainda não acabou né, mas a gente sabe que por exemplo a atuação de vocês que é bom coração de álcool já tá um pouco mais,não sei, popularizado né, agora o álcool é igual a roupa nem, todo mundo tem um ali do lado, é uma coisa que é inseparável a gente não pode andar sem, e aí eu queria saber como tá sendo a atuação de vocês hoje, e aí também encaminho pra pergunta final já vou aproveitar pra fazer que é, na sua opinião mesmo assim, a partir do seu envolvimento com essa iniciativa, quais os maiores problemas na cidade de São Carlos, desencadeados por esse contexto pandêmico?

Certo, com com relação a produção hoje, ainda nós continuamos produzindo, você tem razão o álcool que era aquela insumo que não havia no mercado no primeiro momento, houve uma escassez de álcool, hoje né o álcool é comercializado, inclusive havia até uma brincadeira inicial que o álcool custava um preço absurdo e não fazia o menor sentido né, então aquela coisa até de mercado assim, até muito triste, de alguém tentar se aproveitar de um momento e vender o álcool por preço absurdo, então era até meio triste de ver uma situação dessa. Mas hoje o álcool como você disse está popularizado, tem no mercado disponibilidade de compra, no entanto a gente tem ainda situações né, a um tempo atrás por exemplo, trazendo esse exemplo, quando a temperatura baixou muito aqui em São Carlos, esfriou muito, então as pessoas em situação de rua foram abrigadas nas igrejas, essas igrejas solicitaram né o álcool tanto pra descontaminação do local, pra que aquelas pessoas usassem também lá, pra na hora que chegassem descontaminar, então a professora Sandra foi inclusive ela foi lá na Federal com o carro dela, pegou o álcool, levou pra igreja, pra fazer essa doação, então teve uma doação nesse sentido. Ainda hoje né, os lares de idosos ainda nós fazemos a doação, mesmo pras unidades de pronto atendimento, unidades básicas de saúde, as Upas também, eles continham apresentando a demanda e recebendo, então assim ainda o álcool tem sido produzido, que objetivo realmente é... inclusive quando a gente começou a produção álcool algumas empresas questionaram: “vices vai produzir pra atender a UFSCAR”; não, não era pra atender a nossa demanda interna, é ao contrário, era pra exatamente atender a população e buscar na população realmente quem estava necessitando. Então ainda há, embora como você falou a pandemia não acabou, e a pandemia ela trouxe né, essa realidade da desigualdade social muito significativa, isso ficou mais claro, mais forte né, então assim a é algumas pessoas puderam fazer o distanciamento, ficar em casa e se proteger, outras pessoas tiveram que continuar trabalhando e tiveram que... ou pior né, perderam o emprego porque trabalhavam de

forma informal, então não havia mais como manter o emprego, manter a sua renda e ficaram em situação de vulnerabilidade social de necessidade social, então todos esses aspectos permanecem né, foram muito evidenciados durante a pandemia e ainda seguem, então exatamente essas ações elas precisam seguir, as pessoas precisam continuar se alimentando, então muitas vezes algumas pessoas que iniciaram algumas ações no começo da pandemia, com o tempo "a não, não precisa mais ser feito"; não, precisa as pessoas continuam em situação de vulnerabilidade, necessidade econômica, de diferenças sociais que precisam ser protegidas, embora a doença né a covid 19, ela entrou nas classes mais abastadas, ela entrou no país através das classes mais ricas, ela se disseminou muito rapidamente nas classes sociais menos abastadas, e se percebe assim realmente faltava água para lavar a mão, faltava sabão, faltava coisas básicas pra manter a saúde dessas pessoas. Então essas iniciativas permanecem e a nossa iniciativa permanece.

E com relação ao impactos nas cidades né, você falou como que isso impactou, tanto na cidade de São Carlos quanto em em outras cidades, além dessa questão da vulnerabilidade social, como que essa pandemia tem esse forte efeito eu acho que isso traz essa questão do efeito social e isso foi evidenciado em várias cidades e em são carlos não foi diferente né.

Sim é verdade, e agora por último realmente, eu não sei se vocês, foram vocês que entraram no site, na plataforma Colab pra se cadastrar ou se foi uma iniciativa nossa, por que tiveram essas duas opções, as gente saiu mapeando diversas iniciativas mas também várias iniciativas vieram até a gente e aí eu não sei qual foi dessas opções você poderia falar? e também se vocês realmente foram atrás ou conhecem minimamente se vocês teriam alguma sugestão para nossa atuação [...] e aí se você tiver alguma sugestão pra gente, alguma dúvida sobre a CO-LAB, a gente tá aqui pra conversar também.

Inicialmente, parabéns a Colab... eu não conhecia muito as iniciativas da Colab, e realmente é bem importante o trabalho de vocês, trabalho da orgulho de morar em São carlos porque tem né, são carlos é uma cidade que tem esse envolvimento né, essa preocupação e tanto a UP quanto a UFSCAR, as duas universidades fomentam isso né, são profissionais, são tanto os alunos quanto os professores todos engajados comprometidos envolvidos com toda essas questões, tanto questõe sociais quanto ambientais e o trabalho que vocês desenvolvem tanto nas escolas quanto na comunidade é extremamente importante, trazer essas informações, catalogar essas informaçõe, buscar essas ações para intermediar, trazer o cidadão de forma a ajudar essas ações. Então acho que esse trabalho assim é essencial né, então que bom que nós pudemos ter em são carlos projetos né e instituições envolvidas com isso, então parabéns assim a essa ação da USP e dos alunos e dos docentes e pessoas da comunidade que estão envolvidas e realmente o trabalho de vocês é essencial pra diversas coisas né e assim que bom que vocês existem né, que tem e pode trazer esse alento e essa atuação e esses trabalhos assim ,muitos deles já haviam antes da pandemia e foram catalisados pela pandemia e foram catalisado pela pandemia no sentido positivo de buscar e ver que é possível fazer, então estamos em quarentena mas é possível fazer muita coisa trabalhar e atuar de forma efetiva e você se reinventaram vocês conseguiram realizar ações

de extrema importância tanto no levantamento de dados quanto na atuação em diversos setores diferentes né de forma a contribuir então assim eu acho que essas parcerias são extremamente importantes, não só nesse momento, mas sempre.

Você perguntou né quem nos inscreveu, se a gente se inscreveu, eu não sei, eu não sei quem foi que fez a, quem que apresentou a inscrição no site de vocês, pode ter sido alguém da nossa equipe, mas como eu te falei antes realmente cada um acaba fazendo uma coisa diferente e eu não sei se foram vocês que nos encontraram ou se nós que buscamos, mas essa união sem dúvida vai ter frutos positivos.

Obrigada pela oportunidade e por disponibilizar sua plataforma pro nosso projeto também.

Apêndice 10- Entrevista com Tecer Esperança, Maria Pereira de Lima.

Eu queria que você se apresentasse falasse um pouco de você, e aí já podia falar também como é que funciona essa iniciativa e qual a sua relação com a iniciativa do projeto Tecer Esperança

Meu nome é Maria Pereira de Lima, sou conhecida socialmente como Mariinha né, todo mundo conhece mais como Mariinha, hoje eu faço parte do Tecer mas eu também faço parte do Conselho Municipal de Saúde, sou membro da Pastoral da Criança também como articuladora de saúde trabalho com uma alimentação saudável com as líderes da Pastoral, também através da indicação do Conselho Municipal de Saúde eu faço parte da SEPE que é o Conselho de ética dos pesquisadores da Universidade Federal e parece que a USP aqui também faz um pouquinho de parte em alguns projetos quando vai desenvolver um projeto passa por esse conselho e também sou representante no hospital escola representando usuários do sus né e na Santa Casa eu sou titular também, na Comissão de Contratualização da Santa Casa, esse é meu curriculo social. Então, sou mãe de três filhos né, tem a mais minha corretora, o do meio mora fora do país ele é doutor tá indo desenvolver um projeto na no Canadá agora mas ele mora na França e o caçula tá aqui comigo, mora aqui comigo a gente vai tocando o barco aqui

Projeto Tecer Esperança como começou na minha vida, eu trabalhava de doméstica na época por que até então eu precisava me aposentar e faltava pouquíssimo tempo e aí veio o monstro Coronavírus né que assustou todo mundo e aí o meu patrão pediu pra que eu ficasse uns 15 dias em casa conforme os governos né estavam falando que era pra ninguém sair de casa e aquele susto né aquele... aí fui fiquei nesses 15 dias, mas o que acontece TV né ficava ligada na TV e a TV só falava de coronavírus coronavírus até então sou sou muito assim de gosto de novela mas eu sou muito ligada a notícias, então eu acompanho tudo que tem no país, no estado, na cidade sabe sou meio política também né Eu gosto dessa parte também, e nos noticiários eu percebo vi que estavam os médicos, estavam faltando máscaras acho que na Federal também, Santa Casa porque o povo começou a falar de máscara foram no mercado e sacanearam tudo né, cataram todas as máscaras compraram e aí então não tinha máscaras para os médicos e aquilo me pesou porque, como membro do Conselho Municipal de Saúde eu conheço alguns médicos assim né, eu falei "nossa e agora? Como que eles vão trabalhar?" Aí eu fiquei procurando uma forma de poder ajudá-los né e Eu mesma ia comprar TNT, fazer máscara e levar lá, mas aí aconteceu que essa ONG né se uniu através de vários advogados, profissionais de saúde, tudo, montaram essa ONG fizeram uma vaquinha, juntaram o dinheiro e colocou já mídia que tava precisando de costureira pra ser voluntária, aí eu me candidatei né pra fazer as máscaras. E até não sabia fazer direito, não tinha uma forma, não tinha um molde foi difícil entender, mas depois eu consegui, com o tempo tínhamos aí acho que cerca de 80 costureira que entrou nesse projeto no começo, logo de cara assim sabe, e com o passar do tempo o Tecer Esperança foi divulgando, divulgando seu trabalho e ganhou um financiamento da Fiocruz, da Fiocruz e ganhou do Enade Também, foi um concurso que

foi participado, só que até aí o Tecer não tinha CNPJ pra poder receber esses recursos né então foi a Divina Misericórdia quem emprestou o CNPJ pra que ela pudesse receber esses recursos desses dois projetos que... foi um concurso que teve e o de São Carlos ganhou por que até então quando começamos fazer máscaras a gente atendeu até Ribeirão Preto também sabe O Alessandro talvez acho que possa te falar melhor sobre isso

E inicialmente, me diz uma coisa: o projeto de vocês já existia antes da pandemia ou foi tudo quando começou a pandemia?

Foi quando começou a pandemia, ninguém tinha tecido, ninguém tinha máquina, ninguém nem tinha costureira, ninguém tinha nada

E ninguém se conhecia também

Ninguém se conhecia, aí a gente foi se conhecendo através do Leva e Trás, que vinha trazer as máscaras e vinha buscar a minha era uma estudante de medicina que tá lá em Minas Gerais tava parada também, a Érica, ela que vinha, que entrou nesse projeto, aí até me arrepia falar dela, porque foi uma loucura

Então uma pessoa levava pra cada costureira os materiais era?

Tinha aquela região que pertencia àquela pessoa que se propõe ser leva e trás né, então a Érica, eu chamava ela até de doutora já que ela tava no último ano, aí ela tinha a região do Cruzeiro do Sul e Eu Mora aqui no Monte Royal perto da Faber Castel e ela vinha trazer as máscaras, vinha buscar, eu fiz jaleco por que eu sou costureira a bastante tempo e Eu costuro com máquina industrial também eu tenho Overlock aqui tem Galoneira, tem tudo dentro do apartamento imagina como que é minha casa. É aí foi, aí ela voltou, aí a diante de todo esse processo do Tecer Esperança eles, depois as coisas foi minimizando né então foram vendo outros horizontes né, dentro do Tecer Esperança e aí foi aonde que eles resolveram fazer a cooperativa e aí foi dando nome, foi selecionando, foram vendo que ia ser presidente, aí no começo teve a menina que chamava Nayara, Andréia não podia porque ela é funcionária pública mas ela foi a que mais lutou e batalhou pra que a gente chegasse até aqui como a Alessandra, como a Márcia Canon né, acho que a Ana Cláudia também, várias delas assim batalhou e aí foi que a gente fundou e depois não tinha serviço pra gente, só as máscaras não eram suficientes e não tinha trabalho, mas a gente tinha na mão um, tinha na mão assim um projeto muito grande sabe, por que como eles têm uma empresa que trabalha com nanopartícula de... é nanopartícula é um produto que coloca nas roupas tudo e ele combate Coronavírus né e a gente ia trabalhar com isso, ia trabalhar com roupa de ginástica, da esse banho nessas roupas, trabalhar com roupa de hotel, só que até então o projeto não chegou até nós né e as costureiras começaram a ter dificuldades de comida mesmo né, de ter mais comida em casa, "a que que eu faço eu não tenho, tô sem arroz eu não sei o que que eu faço" aí gente fez uma campanha né, num primeiro momento eu falei com o pessoal do fundo social que me cederam algumas cestas e a gente a socorreu naquele momento, depois

através do Iguatemi a gente fez uma campanha lá arrecadamos lá 1500 quilos de alimentos e dividimos pra essas costureiras

E o trabalho de vocês antes desse período era voluntário?

Ah tá, pulei uma parte, nesse meio tempo que eles ganharam o prêmio né financiado, eles começaram a re numerar as máscaras, aí tinha a Bandeirantes que também começou a pagar, contratou o serviços do Tecer Esperança e até hoje eles são nossos clientes e aí nesse meio tempo a gente começou se estruturar e foi onde eu saí do emprego de doméstica para fazer só máscaras porque pra mim era importante ficar em casa, sai menos de casa, eu já tenho 62 anos né, era do grupo de risco e aí no, então eu comecei a fazer máscaras com eles né, aí parou as... as pessoas foram saindo né, a presidente saiu porque demorou muito pro projeto acontecer, aí saiu outras pessoas saíram como a Andreia saiu a Alessandra também não tá, ela dá um apoio assim como mentoria né, mas não, não como a alguém membro da cooperativa, e hoje a gente tá com uma estrutura boa, não estamos ainda ganhando dinheiro, mas a gente já tem uma espaço que é lá nas Irmãs Sacramentinas na Vila Santa Maria II, se você quiser ir conhecer o local depois eu te passo o endereço, e uma empresa que faz aquelas mochilonas de entregar... mochila de entregar comida, ifood está nos contratando então nós estamos num processo de, um processo de controle de qualidade onde foram feita essas mochilas né Por mim e uma outra costureira e eles já levaram pra empresa, já levaram duas máquinas industriais lá pra cooperativa, então hoje eles querem o que, que a gente treine pessoas pra tá fazendo essas mochilas e posteriormente eles levariam essa máquina para casa da costureira e só quem é o responsável é o Tecer Esperança para poder dar nota, nota pra eles, sabe assim, eles vão pagar costureira através do Tecer, mas o Tecer tem que dar aquela nota com CNPJ, tudo certinho porque acho que eles não querem ter esse compromisso com as costureira.

Então vocês, nesse tempo que conseguiram o financiamento, o dinheiro do financiamento serviu pra comprar matéria prima pra costurar e material e estruturar o local, certo?

E também a gente comprou algumas máquinas também que é do Tecer, já é do Tecer. Mas ainda não conseguia remunerar cada costureira, ainda era trabalho voluntário? Isso, hoje nós temos 14 cooperadas, mas nós não temos assim vamos supor, nós temos camiseta pra costurar , então quem tem máquina Overlock e Galoneira por quantas camisetas que a gente não tem isso ainda mas a gente tá batalhando e estamos estruturado pra isso, as máquinas estão prontas, entendeu? e quem quiser ir trabalhar na cooperativa vai la na onde a gente ta instalado e quem quiser trabalhar em casa, quem tiver as máquinas próprias trabalha em casa, esse é o nosso projeto hoje

Entendi, e durante a pandemia como foi que aconteceu? Assim, quais foram as dificuldades que vocês tiveram na iniciativa, se vocês conseguiram fazer máscaras eram só, era máscara e o que mais vocês faziam, me conta mais um pouco de como era que acontecia, mais quando teve aquela parte mais pesada da pandemia, assim, como foi que funcionou?

Funcionava dessa forma né, a Leva e Traz vinha trazia a gente fazia quando tava pronto a gente chamava ela, avisava que tava aqui, ela passava daqui, pegava, levava lá na sede que até a Sede era no Cedim, ali né nessa época, ela ela pegava a quantidade que a gente pedia de material e trazia de volta pra gente era isso, a gente não tinha contato, não conhecia todo mundo, foi assim, na parte mais pesada mesmo, aí teve também, A FESC precisou porque a cidade precisava de máscara né, lançou um projeto que ra quem soubesse costurar em máquina industrial e poderia ir lá pra passar por um processo seletivo pra costurar essas máscaras lá e ganhariam meio salário mínimo pra ficar quatro horas por dia lá, e o Tecer Esperança fez todo o processo pra quem queria ir, fez a inscrição, pegou documento, tudo aí eu fiz eu passei como outras costureiras passaram mas a gente não pode ir porque tinha 60 anos era do grupo de risco... então e esse foi assim um dos fatos que me marcou, falei "pô costuro tão bem, agora não tenho direito", ai que eu fui lembrar que eu tava velha, que não servia mais... o jeito é ficar em casa mesmo.

E o que você acha que uma das maiores dificuldades foi isso assim, tanto pra você quanto pra outras costureiras, pras outras costureiras também?

Não, ai eles passaram a falar que iam tentar renumerar conforme a fesc ia tentar renumerar as costureira né, mas acho que não dava muito certo, era muita costureira, tinham 80 né, como que ia renumerar todo mundo com dinheiro de recurso eles não tiveram nem renda parlamentar o que teve foi esses dois concurso que passaram aí ganhou né do Brasil inteiro a nível nacional até né. e as máscaras do Tecer Esperança ela é diferenciada, ela tem o selo da ABNT sabe, tinha tudo um requisito, ela foi aprovada pela Associação né de Normas Técnicas, então ela tinha um diferencial, e ela ia ter mais diferencial se a gente conseguisse esse produto da nanopartícula né que aí a gente ia partir pra uma coisa mais grande mas não aconteceu então... aí a USP ela desenvolveu um tecido também né e a tramas e ponto vende esse tecido, eu comprei muito tecido la particular, eu fiz mascara particular bastante também e eu comprava pra fazer a parte de dentro das mascaras.

E me fala outra coisa, é assim, como foi que vocês se comunicavam conseguir essa esses editais, esses concursos era sempre o pessoal que você falou, Alessandra, Andreia, ou todo mundo via essas coisas e tinha reuniões semanais, como é que funcionava?

Era assim, o pessoal advogado, letrado tudo tinha esse processo aí de cima né pra nós chegava através do whatsapp mas aconteceram reuniões presenciais pra poder passar tudo o relatório, tudo o que foi gasto, tudo o que entrou, foi muito sincero assim, assim foi muito honesto, muito ético né o que a gente recebeu deles né, e aí a gente tem a, hoje a gente tem essa função até porque tinha pessoas imigrantes, tinha peruana, tinha as negra, então tinha esse empoderamento da mulher dentro do Tecer Esperança né, da cooperativa. E é nisso daí que a gente quer fortalecer cada vez mais.

Sim, quanto mais manter o contato né, melhor e mais fortalecimento tem pra todo mundo né

Mas foi muito transparente assim, não tem nada que desabone atitude dos responsável do Tecer

Esperança

E aí hoje o projeto tá como cooperativa né, hoje vocês funcionam como cooperativa e chega demanda de empresas privadas mesmo né assim, nenhuma empresa foi governamental nem prefeitura nem nada?

Ainda não, mas a gente pretende chegar naquela parte de licitação né pra concorrer

porque tem prazo também né, acho que é de 2 anos, assim pra poder você entrar nesse processo né, a gente já teve onte uma reunião estávamos tentando inserir economia solidária e onte teve uma reunião na praça 15 lá pra voltar a feirinha né, aí eu fui representar o Tecer pra ver o que que a gente pode tá colocando lá. mas ainda não fizemos as capacitações mas a gente começa a entender muita coisa através disso né.

E me diz mais uma coisa, como é que você acha que vocês vão funcionar daqui pra frente assim, você falou em licitação, mas você acha que tem algumas chances da cooperativa, todo mundo um dia ser remunerado, ter um salário fixo, alguma coisa assim, como é que vocês tão pensando nisso?

Então, quando a gente trabalha com pessoas, é meio complicado né, uns tem uma cabeça outros pensa outra cada um tem um jeito e a gente tem que respeitar a opinião de cada um porque às vezes a visão que a gente tem não é da outra as vezes por falta de cultura, às vezes por falta de, algum probleminha de saúde mental também né que é o que mais tá tendo, pessoal toma muito remédio hoje, é remédio pra dormir, remédio pra levantar, remédio pra comer e ai as vezes fica meio dopado, e assim a gente tem esses tipos né, tem de tudo né dentro do grupo e aí a gente tá pensando assim sabe a gente quer avançar, mas as pessoas tem que ter uma certa visão por exemplo nessa empresa que nos contratou pra fazer mochilas, a gente foi lá faze o projeto piloto né que a, eles trazem uma peça piloto, traz aquela caixa de isopor que é pra gente terminar de fazer provar, vestir a caixa de isopor pra ver se serve né tudo isso, e a outra colega ela o esposo dela é até professor ai na USP matemática e ela estudou um pouco de matemática também, ela que foi comigo, estava comigo, ai ela comecou a fazer conta começou a fazer conta fazer conta fazer conta ficou desesperada ai quis uma reunião com a empresa e aí começou a pôr o preco dela, o preço dela pra empresa pagar porque não tava compensando ela pegar o carro, ir até lá e fazer isso fazer aquilo e eu fiquei com frio na barriga, fiquei “poxa amiga a gente tem a oportunidade de começar o projeto a pessoa vai impor o que ela quer, tem que ter um pouco de humildade né.

E isso atrapalha quando as pessoas comeca a pensar dessa forma, porque a gente nem nem sabe se a empresa vai contratar a gente, a gente está numa fase de experiência então cadê aquela paciência pra esperar, pra ver se realmente é isso, pra ver se realmente não vai ganhar, como pode em dois dias de trabalho já ter certeza disso

E esses tipos, essas, não é tipo de pessoas, essa forma de pensar das pessoas as vezes atrapalha

um grupo, a a outra que sempre falava que, porque assim que que acontece lá, como as máquinas são todas industriais a maioria das costureiras trabalha com maquina caseira e elas são diferentes, maquina caseira com máquina industrial são diferentes, então o que que é aí, o que eu propus, eu né, como eu já dei aula de costura, né eu trabalhei na prefeitura, eu já fui professora de corte e costura, então eu me propus a ensiná-las a trabalhar com a máquina industrial, então umas três pessoas foram lá, hoje já sabem costurar com máquina industrial, porque é diferente. E mesmo assim quando a pessoa já tem esse benefício que ganhou, ai começa a ver outra coisa maior na frente e já quer o resultado agora mas tudo é um processo né, cê não tem resultado ontem, faz hoje e ontem já tem o resultado, isso é o que pega. Mais ta totalmente estruturado e eu acredito que ela vai ficar muito famosa ainda o Tecer Esperança.

Eu queria saber o que que pra você assim, foi um dos maiores problemas que essa pandemia causou na cidade de São Carlos assim, o que que você sentiu mais que essa pandemia trouxe de problema

Eu acho que a pandemia ela o que ela causou eu vejo no meio político sabe, foi uma desculpa pra eles deixarem de fazer os serviços adequados em relação às pessoas, por exemplo, cirurgia eletiva, ta com mais de 5 mil pessoas na lista e não teve porque? por causa da pandemia né, e outras consequências né em relação a saúde, social, socialismo, as pessoas passando dificuldades essas coisas assim, e eu acredito que a prefeitura não dá conta da demanda que é muita gente né, também não pode falar que é falta de né, e o desemprego né, desemprego muita gente eu mesma tenho um menino aqui que tava 6 anos trabalhava no Hotel Nacional e ele foi dispensado né então causou, desemprego falta de assistência médica né muita coisa, mas por outro lado fez com que a gente evoluísse sabe, não é de todo ruim, eu pra mim, pessoalmente a pandemia não foi ruim pessoalmente porque trabalhar em casa, no conforto de casa sem se preocupar com roupa, banho eu gosto de tomar mesmo de manhã, mas roupa adequada pra sair, correr pegar o ônibus não precisa, então deu uma certa tranquilidade né pra mim pessoalmente, mas geralmente pras pessoas em geral aconteceu esse tipo de coisa né. E aí o que eu acho que foi positivo foi a questão tecnológica porque todas reuniões que eu ia eu quase não parava em casa, tinha que chegar em casa tomar banho correndo e ir pra reunião, chegava 10 horas da noite e cada dia uma reunião diferente porque eu fico envolvida num monte de coisa e daí acaba até estressando as vezes né e o fato de tá fazendo as reunião online facilitou muito muito, essa parte eu gostei, eu aprendi, eu tinha um celularzinho que não comportava os a o Meet o Zoom ai ai eu me esforcei, comprei um celular bom, por isso que a gente tá aqui, então esse foi o lado positivo, eu acho que eu evolui muito tecnologicamente, dei uma capacitação online pra um pessoal de RIbeirão Bonito né, eu acho que isso mostra que todo mundo sabe, quando quer aprender alguma coisa.

ANEXOS

Anexo 1- “Preciso de...”

Anexo 2- “Colaboro com...”

Anexo 3- Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos

Anexo 1- “Preciso de...”

Para indicar o que você PRECISA preencha este formulário:

*Obrigatório

1. Nome completo do responsável pelo cadastro *

2. Nome do Projeto e da Instituição filiada (se for o caso):

3. E-mail: *

4. Telefone: *

5. Redes Sociais (se houver):

6. Website (se houver):

Para indicar o que você PRECISA preencha este formulário:

*Obrigatório

1. Nome completo do responsável pelo cadastro *

2. Nome do Projeto e da Instituição filiada (se for o caso):

3. E-mail: *

4. Telefone: *

5. Redes Sociais (se houver):

6. Website (se houver):

7. Endereço - Rua: *

8. Endereço - Número: *

9. Endereço - Bairro: *

10. Endereço - CEP: *

11. Endereço - Cidade: *

12. Em qual dessas opções você encaixaria a necessidade da qual faz parte? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Instituição sem fins lucrativos (ONG, instituição, organização, entidade, associação)
- ◯ Privado (Empresas, lojas, outros setores que atuem com geração de renda)
- ◯ Individual/Coletivo (grupos informais de pessoas ou movimentos sociais)
- ◯ Poder público (Executivo/Legislativo/Judiciário)
- ◯ Universidade/Institutos de pesquisa/Agências de fomento (Públicas e Privadas)
- ◯ Comitês/Conselhos

13. Em qual destas áreas a sua necessidade de auxílio se encaixa? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Assistência Social (alimentos, roupas, produtos de limpeza/higiene, auxílio jurídico) *Pular para a pergunta 22*
- ◯ Ciência e Tecnologia (serviços referentes a tecnologias ligadas ao enfrentamento da pandemia, etc.) *Pular para a pergunta 20*
- ◯ Educação e Cultura (acesso a iniciativas artístico-culturais e educativas, orientação pedagógica etc.) *Pular para a pergunta 18*
- ◯ Saúde (equipamentos de proteção individual, orientações relacionadas à saúde física e mental etc.) *Pular para a pergunta 14*
- ◯ Outros serviços (transporte, compras, costura etc.) *Pular para a pergunta 25*

Saúde

Esta área é destinada a pessoas interessadas em receber equipamentos de proteção individual (EPI) e/ou outros materiais como álcool gel, termômetros etc., e ter acesso a serviços de suporte e atendimento relacionados à saúde física e mental.

14. Quais as suas necessidades de EPI?

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Máscaras N95
- [ ] Máscaras cirúrgicas
- [ ] Protetores faciais (Face Shields)
- [ ] Propés
- [ ] Óculos de segurança
- [ ] Luvas
- [ ] Aventais
- [ ] Outro: _____

15. Quais suas necessidades de outros materiais?

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Desinfetante para as mãos ou álcool gel
- [ ] Termômetros
- [ ] Outro: _____

16. Você precisa de algum tipo de orientação?

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Orientação Alimentar e Nutricional
- [ ] Orientação para Exercícios Físicos
- [ ] Orientação Psicológica
- [ ] Outro: _____

17. Descreva com mais detalhes a sua necessidade: *

_____

_____

_____

_____

Educação e Cultura

Esta seção é destinada a pessoas interessadas em ter acesso a iniciativas artístico-culturais e educativas em situação de quarentena.
Exemplos: materiais educativos, orientação pedagógica, aulas virtuais gratuitas, cursos, palestras, plataformas de ensino-aprendizagem etc.

18. Qual tipo de auxílio você necessita? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Ouvir Contação de Histórias
- [ ] Participar de Cursos Diversos
- [ ] Participar de Grupos Culturais (cinema, literatura, etc)
- [ ] Realizar Ações e Atividades Artísticas (individuais ou em grupo)
- [ ] Receber Orientação Pedagógica
- [ ] Outro: _____

19. Descreva com mais detalhes as suas necessidades: *

_____

_____

_____

_____

_____

Pular para a pergunta 27

Ciência e Tecnologia

Esta seção é destinada a pessoas interessadas em ter acesso a serviços referentes a tecnologias ligadas ao enfrentamento da pandemia e seus efeitos.

20. Quais são as suas necessidades de auxílio? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Desenvolvimento de tecnologias de baixo custo no contexto do COVID-19
- [ ] Fornecimento de insumos para produção de equipamentos de proteção
- [ ] Produção de Divulgação Científica
- [ ] Serviços de Corte a laser
- [ ] Serviços de impressão 3D
- [ ] Outro: _____

21. Descreva com mais detalhes a sua necessidade: *

Pular para a pergunta 27

Assistência Social

Esta seção é destinada a pessoas interessadas em receber auxílio de itens básicos e/ou representação ou orientação jurídica.

22. Você necessita de algum auxílio de itens básicos?

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Alimentos
- [ ] Produtos de Higiene Pessoal
- [ ] Produtos para Limpeza Doméstica
- [ ] Roupas e Utensílios Domésticos
- [ ] Outro: _____

23. Você necessita de algum auxílio jurídico?

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Representação Jurídica
- [ ] Direito à Moradia
- [ ] Direito do Trabalho
- [ ] Direito da Mulher
- [ ] Ajuda contra abuso doméstico (nestes casos, os dados não serão disponibilizados publicamente)
- [ ] Direito Infanto-juvenil
- [ ] Outro: _____

24. Descreva com mais detalhes a sua necessidade: *

Pular para a pergunta 27

Outros serviços (transporte, compras, costura etc.)

Caso você necessite de algum outro tipo de serviço que não se encaixe nas áreas de atuação citadas anteriormente, preencha esse formulário.

25. Área de atuação *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Motorista - Atendimento a Hospital
- [ ] Motorista - Transporte de material (sem contato)
- [ ] Ponto de entrega
- [ ] Organização local
- [ ] Serviços de costura
- [ ] Serviços de auxílio para compras

Outro: [ ] _____

26. Descreva com mais detalhes a sua necessidade: *

Pular para a pergunta 27

Informações sobre seu cadastro na plataforma:

27. Caso se aplique, você precisa de algum tipo de transporte para receber o auxílio? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ SIM
- ◯ NÃO

28. (1) Os dados informados neste formulário farão parte do nosso banco de dados e serão divulgados no nosso site (especificamente: O que precisa, Nome da Instituição ou do responsável, e-mail, telefone, Rede Social/Site*se possuir* e cidade). *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Estou ciente.

29. (2) Somos uma plataforma colaborativa facilitadora das ações e não garantimos que todas as solicitações serão atendidas. As pessoas, instituições e colaboradores precisam entrar em contato entre si para formalizar a parceria. *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Estou ciente.

30. (3) Pedimos que nos informe quando esta necessidade não for mais válida através do nosso whatsapp (+55 16 98249-9901). *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Estou ciente.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo 2- “Colaboro com...”

Para indicar como você pode COLABORAR preencha o formulário abaixo

*Obrigatório

1. Nome do responsável pelo cadastro: *

2. Nome do Projeto e da Instituição vinculada (se for o caso): *

3. E-mail *

4. Telefone *

5. Redes Sociais (se houver)

6. Website (se houver)

7. Endereço - Rua: *

8. Endereço - Número: *

9. Endereço - Bairro: *

10. Endereço - CEP: *

11. Endereço - Cidade: *

12. Em qual dessas opções você encaixaria a iniciativa da qual faz parte? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Instituição sem fins lucrativos (ONG, instituição, organização, entidade, associação)
- ◯ Privado (Empresas, lojas, outros setores que atuem com geração de renda)
- ◯ Individual/Coletivo (grupos informais de pessoas ou movimentos sociais)
- ◯ Poder público (Executivo/Legislativo/Judiciário)
- ◯ Universidade/Institutos de pesquisa/Agências de fomento (Públicas e Privadas)
- ◯ Comitês/Conselhos

13. Área de atuação *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Assistência Social *Pular para a pergunta 22*
- ◯ Ciência e Tecnologia *Pular para a pergunta 20*
- ◯ Educação e Cultura *Pular para a pergunta 18*
- ◯ Saúde *Pular para a pergunta 14*
- ◯ Outros serviços (transporte, compras, costura etc.) *Pular para a pergunta 25*

Saúde

Esta área de atuação engloba a doação de equipamentos de proteção individual (EPI) e outros materiais como álcool gel, termômetros etc., e o oferecimento de serviços para suporte e atendimento relacionados a saúde física e mental.

14. Como você pode colaborar - EPI:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Máscaras N95
- ☐ Máscaras cirúrgicas
- ☐ Protetores faciais (Face Shields)
- ☐ Propés
- ☐ Óculos de segurança
- ☐ Luvas
- ☐ Aventais
- Outro: ☐ _____

15. Como você pode colaborar - Outros materiais:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Desinfetante para as mãos ou álcool gel
- ☐ Termômetros
- Outro: ☐ _____

16. Como você pode colaborar - Outros:

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Orientação Alimentar e Nutricional
- [ ] Orientação para Exercícios Físicos
- [ ] Orientação Psicológica

Outro: [ ] _____

17. Descreva como você pode colaborar? *

_____

_____

_____

_____

_____

Pular para a pergunta 27

Educação e Cultura

Esta área de atuação engloba iniciativas artístico-culturais e educativas em situação de quarentena.
Exemplos: disponibilização de materiais educativos, oferecimento de orientação pedagógica, aulas virtuais gratuitas, cursos, palestras, plataformas de ensino-aprendizagem etc.

18. Como você pode colaborar? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Apresentação Artística (musical, teatral etc)
- [ ] Participar de Grupos Culturais (cinema, literatura, etc)
- [ ] Realizar Contação de Histórias
- [ ] Ministrar Cursos Diversos
- [ ] Realizar Orientação Pedagógica

Outro: [ ] _____

19. Descreva como você pode colaborar? *

Pular para a pergunta 27

Ciência e Tecnologia

Esta área de atuação engloba o desenvolvimento/disponibilização de pesquisas e tecnologias ligadas ao enfrentamento da pandemia e seus efeitos.
Exemplos: fornecimento de insumos para produção de equipamentos de proteção, serviços de corte a laser, serviços de impressão 3D, desenvolvimento de aplicativos e softwares etc.

20. Como você pode colaborar? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Desenvolvimento de tecnologias de baixo custo no contexto do COVID-19
- [ ] Fornecimento de insumos para produção de equipamentos de proteção
- [ ] Produção de Divulgação Científica
- [ ] Serviços de Corte a laser
- [ ] Serviços de impressão 3D
- [ ] Outro: _____

21. Descreva a sua iniciativa: *

Pular para a pergunta 27

Assistência Social

Esta área de atuação engloba doações (alimentos, roupas, utensílios domésticos etc), representação jurídica e orientações voltadas para o fortalecimento de populações minoritárias e de risco.

22. Área de atuação - Gêneros alimentícios e outras doações

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Alimentos
- [ ] Produtos de Higiene Pessoal
- [ ] Produtos Limpeza Doméstica
- [ ] Roupas e Utensílios Domésticos

Outro: [ ] _____

23. Área de atuação - Assistência Jurídica

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Representação Jurídica
- [ ] Direito à Moradia
- [ ] Direito do Trabalho
- [ ] Direito da Mulher
- [ ] Direito Infanto-juvenil

Outro: [ ] _____

24. Descreva como você pode colaborar? *

_____

_____

_____

_____

_____

Pular para a pergunta 27

Outros serviços (transporte, compras, costura etc.)

Caso você possa ofertar algum outro tipo de serviço que não se encaixe em nenhuma das categorias da seção anterior, preencha este formulário.

25. Área de atuação *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Motorista - Atendimento a Hospital
- [ ] Motorista - Transporte de material (sem contato)
- [ ] Ponto de entrega
- [ ] Organização local
- [ ] Serviços de costura
- [ ] Serviços de auxílio para compras

Outro: ☐ _____

26. Descreva como você pode colaborar? *

_____

_____

_____

_____

_____

Pular para a pergunta 27

Informações sobre o cadastro na plataforma:

27. Há outras informações específicas ou importantes sobre seu produto e/ou serviço que devemos saber e compartilhar?

_____

_____

_____

_____

_____

28. Se necessário, existe disponibilidade para transportar localmente? *

Marcar apenas uma oval.

- SIM
- NÃO

29. (1) Os produtos e serviços oferecidos através deste formulário são ofertados gratuitamente aos interessados. *

Marcar apenas uma oval.

- Estou ciente.

30. (2) Os dados informados neste formulário farão parte do nosso banco de dados e serão divulgados no nosso site (especificamente: Como pode colaborar, Nome da Instituição ou do responsável, e-mail, telefone, Rede Social/Site*se possuir* e cidade). *

Marcar apenas uma oval.

- Estou ciente.

31. (3) Somos uma plataforma colaborativa facilitadora das ações e não garantimos que todas as solicitações serão atendidas. As pessoas, instituições e colaboradores precisam entrar em contato entre si para formalizar a parceria. *

Marcar apenas uma oval.

- Estou ciente.

32. (4) Pedimos que nos informe quando esta oferta de colaboração não for mais válida através do nosso whatsapp (+55 16 98249-9901). *

Marcar apenas uma oval.

- Estou ciente.

Anexo 3- Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: CO-LAB: plataforma aberta de ciência e participação cidadã			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 15			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: David Moreno Sperling			
6. CPF: 172.690.118-18	7. Endereço (Rua, n.º): Rua do Agronegócio Pq Espraiado 254 SAO CARLOS SAO PAULO 13566423		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 16991995751	10. Outro Telefone:	11. Email: sperling@sc.usp.br

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 19 / 05 / 2021

Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE		
Não se aplica.		
PATROCINADOR PRINCIPAL		
17. Nome: 5651 UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	18. Telefone:	19. Outro Telefone:

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.

Nome: _____ CPF: _____

Cargo/Função: _____ Email: _____

Data: _____ / _____ / _____

_____

Assinatura